

HISTÓRIA DE PARANAÍ

Prefeitura Municipal de Paranaí
Fundação Cultural de Paranaí

2015

Administração: Rogério José Lorenzetti

Autor: Paulo Marcelo Soares da Silva

1.ed. 1988

2.ed. 2015

CIP BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.

Silva, Paulo Marcelo Soares, 1949
História de Paranavaí/Paulo Marcelo. 2.ed. – Paranavaí:
Fundo Municipal de Cultura, 2014.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-68898-01-7

1. Paranavaí (PR) – História. 3. Paraná. I. Título. II. Fundo
Municipal de Cultura

CDD 23.ed. 981.62

Catálogo na publicação: Zineide Pereira dos Santos – CRB 9/1577

Impressão: Gráfica CS - Presidente Prudente, SP

1.000 exemplares

Revisão ortográfica: Rafael Petermann

Diagramação: Taís de Paula

Imagem da capa: Maria Cecília Tortorelli Winche

(Pintura a óleo sobre tela, representação da Prefeitura de Paranavaí, na década de 1950)

Direção de produção: Amauri Martineli

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução,
no todo ou em parte, sem autorização prévia por escrito da
Fundação Cultural de Paranavaí, sejam quais forem os meios empregados.

www.paranavaicidadepoesia.com.br

Impresso no Brasil

ISBN 978-85-68898-01-7

**OBRA DESTINADA AO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO-CULTURAL DA CIDADE DE PARANAÍ**

Aos meus pais
Aos meus irmãos
À minha esposa e aos meus filhos.

Aos pioneiros de Paranaíba e região.

ÍNDICE

I - Aspectos Naturais do Município (Estrutura Físico-Ecológica).....	14
II - História - Antecedentes.....	23
III - História - de 1889 a 1951.....	32
O distrito de Montoya - 1929 a 1932.....	41
A Fazenda Brasileira – 1933 a 1947.....	50
A Colônia Paranaíba - 1947 a 1951.....	56
IV - História a partir de 1952.....	61
V - O desenvolvimento político.....	85
VI - Paranaíba no mundo, no Brasil e no Paraná (de 1920 a 2013).....	100
VII - A história pelos documentos.....	118
VIII - O poder judiciário.....	160
IX - A história através dos depoimentos.....	189
X - Importantes trabalhos sobre o município de Paranaíba.....	257
Pequena História de Paranaíba.....	260
A Gleba Pirapó.....	273
Um povoado escondido originou Paranaíba.....	287
Impressões da primeira viagem a Paranaíba.....	325
Paranaíba, a capital do progresso.....	339
XI - Uma rápida passagem pela história do futebol profissional e do Futsal em Paranaíba.....	343
XII - Uma breve história das promoções culturais.....	349
XIII - Informações e curiosidades.....	362
XIV - A história através das fotos.....	373
XV - Na Cidade Poesia, a poesia dos pioneiros.....	459
Bibliografia.....	520
Sobre as fotografias.....	521
O autor.....	522

Agradecimento

Este não é o trabalho de uma única pessoa. É o trabalho de muitos. Impossível citar todos aqueles que colaboraram para a sua realização. É um trabalho que visou a preservar o passado desta gloriosa cidade e sua brava gente. Desse modo, só nos resta agradecer a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para que conseguíssemos chegar ao fim e pudéssemos apresentar às novas gerações um pouco daquilo que foi o início de Paranavaí.

Agradecemos ao Prefeito Rogério José Lorenzetti, à Fundação Cultural de Paranavaí, na pessoa de seu então presidente Paulo Cesar de Oliveira e de seus dedicados servidores, ao Diário do Noroeste que há muito vem registrando os eventos históricos da cidade, enfim, agradecemos a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, nos permitiram a conclusão da obra. São pessoas de visão, de coração bondoso e sabem que é necessário preservar a memória da terra, antes que tudo se perca na poeira do tempo.

A todos o nosso muito obrigado.

Paulo Marcelo Soares da Silva

Paranavaí Cidade Poesia

“Pobre do povo que não procura preservar a sua memória”

Foi com esse pensamento que o Prefeito Benedito Pinto Dias, em 1988, iniciou sua mensagem pelo lançamento da 1ª edição deste livro, agora reeditado.

É com alegria que vemos hoje a publicação desta importante obra, atualizada e revisada pelo seu autor, o paranavaense de coração, cidadão honorário de Paranavaí, Paulo Marcelo Soares da Silva.

Podemos participar desse processo hoje graças à estrutura fincada junto à área cultural, com a organização do Sistema Municipal de Cultura e a criação do Fundo Municipal, com recursos exclusivos do município para fomentar projetos que tenham origem na nossa comunidade e que possam contribuir com o crescimento intelectual da nossa população.

Como prenuncia a frase acima, precisamos cultivar a nossa história, aprender com ela para mirarmos o futuro. Através deste livro relançado, estamos, com certeza, investindo em conhecimento e exemplo para que as novas gerações possam se espelhar.

Parabéns Paulo Marcelo e a todos que lutam pela preservação da memória e da história da nossa bela Cidade Poesia. Viva Paranavaí!

Rogério José Lorenzetti

Prefeito Municipal

A reedição deste livro atende a muitas reivindicações de moradores de Paranavaí, mormente, de muitos estudantes e pesquisadores da nossa História.

Editado no final da década de 80 pela Fundação Cultural de Paranavaí, teve esgotada sua publicação. Agora, quando cresce o interesse da comunidade pela suas raízes e as escolas começam a despertar nos alunos o interesse pelo tema, esta ação, com certeza, será de muita importância para nossa cidade.

Esta publicação foi possível graças ao novo período que vivemos em Paranavaí com sua área cultural organizada, com a criação do seu Conselho de Políticas Culturais e a integração ao Sistema Nacional de Cultura. Importante ressaltar o apoio da administração do Prefeito Rogério José Lorenzetti, pois com a criação do Fundo Municipal de Cultura, ensejou-se a oportunidade do lançamento de editais de apoio à cultura, bem como o investimento em projetos diretamente financiados pelo Município nas áreas de Patrimônio e Memória. Importante destacar a atuação e o empenho do Conselho Cultural nesse processo.

Que esta obra do Poeta, Escritor e Pesquisador Paulo Marcelo Soares da Silva, mais uma vez venha a contribuir como fonte de pesquisa e informação histórica relevante para nossa gente.

Paulo Cesar de Oliveira

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

Paranavaenses,

Pobre do povo que não procura preservar a sua memória. Não se constrói uma grande civilização sem o respeito ao passado. Tudo que existe no presente é fruto de um trabalho realizado durante muitos anos, com muito esforço, com muita abnegação.

Paranavaí também tem a sua história. E os documentos sobre o seu passado hoje já são bastante raros. Desde a primeira vez que assumimos a Chefia do Executivo Municipal desta cidade, isto nos preocupou. Determinamos, pois, à nossa assessoria que procurasse preservar tudo aquilo que dissesse respeito à história desta cidade.

É preciso que as novas gerações tomem conhecimento do que foi esta cidade no seu início. A força e a coragem dos seus pioneiros.

Com muita felicidade, neste segundo mandato de prefeito, estamos concluindo este trabalho que, sem dúvida alguma, servirá de subsídio a quantos queiram se aprofundar ainda mais na belíssima história deste município.

Esta cidade tem uma história das mais empolgantes. Uma história marcada por muitas peripécias, muitas alegrias e muitas dores, uma história construída com suor e sacrifícios por verdadeiros heróis que souberam implantar nesta terra a força dos seus ideais, o arrojo do seu entusiasmo.

Assim, no lugar onde a mata virgem dominava, o homem fincou um marco, ponto inicial desta cidade que cresceu, continua crescendo e crescerá sempre, porque a sua gente é audaciosa, sonhadora e sabe escolher os caminhos por onde deve trilhar.

Esta história é dedicada a você, paranavaense, você que participa do desenvolvimento desta cidade, seja nas escolas, nos escritórios, nos bancos, nas propriedades rurais, nas indústrias, você, que de uma forma ou de outra, está ajudando a construir a história do presente.

Esta história é uma singela homenagem aos heróis anônimos que ajudaram a construir esta cidade. Homens, mulheres, crianças que foram os responsáveis pelo nascimento e pelo crescimento de Paranavaí.

Esta história é dedicada aos construtores desta cidade.

Paranavaí, 1988.

Benedito Pinto Dias

Prefeito Municipal

Explicação necessária

Quando ainda morávamos em Paranaíba, a pedido do ex-prefeito Pinto Dias, durante aproximadamente dez anos procuramos juntar tudo aquilo que dizia respeito à História da cidade. Juntamos recortes de jornais, publicações diversas, reportagens, fotografias, depoimentos. Com esse trabalho, a Prefeitura Municipal pretendia organizar um documento sério a respeito da história do município.

Em 1988, concluímos o trabalho e organizamos esta história que, apesar de incompleta, acreditamos, foi e será de grande valia na guarda do precioso passado da terra. Nesse mesmo ano, sob os auspícios da Prefeitura Municipal, a obra foi publicada.

Como será verificado, algumas reportagens transcrevêmo-las por completo, evidentemente citando o seu autor, a sua origem. E porque fizemos isso? Porque são, penso, trabalhos perfeitos, sérios, de grande fôlego, obras pesquisadas a fundo e não mereceriam ser recortadas, ou apresentadas apenas aos pedaços, em trechos de citações. Seus autores são estudiosos respeitados, pessoas nobres, e que, desde a primeira edição deste livro, entenderam qual o seu objetivo.

Citamos, por exemplo, os trabalhos do Prof. José Carlos Alcântara e do repórter Widson Schwartz. São duas verdadeiras joias sobre Paranaíba e que não podem ser substituídos por nenhum outro trabalho. Muitos serão os estudiosos e os estudantes que ao longo do tempo beberão nessas fontes puras e cristalinas. Por essa razão, são reproduzidos integralmente, desde a primeira edição deste livro, em 1988.

Também não se deve olvidar aquele que deve ser considerado como o primeiro documento sobre a História de Paranaíba, A PEQUENA HISTÓRIA DE PARANAÍBA, escrita em 1962 pelo saudoso Dr. Sinval Reis, primeiro Juiz de Direito da Comarca. Acreditamos que todas as histórias da cidade, que vieram depois, tiveram por base tal documento.

Juntamos também duas reportagens de Antônio Pereira da Silva, que atualmente reside em Uberlândia, MG, escritas em São Paulo, Capital, no final da década de 1950 e início da década de 1960, que são dois trabalhos que apresentam a cidade e a sua população com todas as características da época. São também boas fontes para pesquisas.

Reproduzimos diversos depoimentos publicados no Diário do Noroeste, importante órgão de imprensa da cidade, que há muito vem registrando em suas páginas a história de Paranaíba e do Noroeste do Paraná. São depoimentos fornecidos a Euclides Bogoni, Saul Bogoni e outros. São documentos imprescindíveis para um levantamento sério a respeito do passado da terra.

Outros depoimentos que estão transcritos neste livro conseguimos pelo

contato direto mantido com pioneiros da cidade.

Entendemos que tudo isso contribuirá para que as gerações futuras tomem conhecimento de como a cidade nasceu e se desenvolveu.

Creemos, desta forma, estar colaborando para que o passado da terra não se perca no tempo. Tomara esta obra sirva também para incentivar outras pessoas, os jovens principalmente, a efetuarem pesquisas mais profundas e minuciosas a respeito do assunto. Nesse sentido, fazemos nossas as palavras do Dr. Sinval Reis que, ao concluir sua PEQUENA HISTÓRIA DE PARANAÍ, ressaltou: “Que outros prossigam contando a história de nossa maravilhosa cidade.”

Cidade maravilhosa sim, como também maravilhosa é a sua história! É uma história empolgante! Paranaí, uma das mais belas e importantes cidades do interior do Paraná, possui um passado que não pode ser esquecido. Merece ser estudado, merece ser escrito, merece ser lido, merece ser lembrado, merece ser respeitado.

Para juntar todos os documentos que compõem este livro não foi fácil. Quando de sua primeira edição, tivemos de conciliar nosso trabalho profissional com o trabalho de pesquisa, de busca, de organização etc. Foram visitadas diversas pessoas para obter os dados necessários à obra e cabe aqui um registro importante: nosso maior incentivador foi o ex-prefeito Benedito Pinto Dias que, nos seus dois mandatos, procurou nos dar todas as condições possíveis para levarmos em frente o trabalho.

Conseguimos, e agora a obra está em sua segunda edição, melhorada e ampliada.

Por essa razão, agradecemos a muita gente. Aos autores das reportagens que são transcritas ou citadas no livro, àqueles que colaboraram com os seus depoimentos (muitos, infelizmente, já falecidos), ao Diário do Noroeste, aos que nos forneceram informações, mapas e fotografias, aos servidores da Prefeitura que nos ajudaram nas pesquisas, enfim, foram centenas aqueles que não mediram esforços para que esta obra se concretizasse.

Mais recentemente (nesta segunda edição), devemos ressaltar o papel desempenhado pela Fundação Cultural de Paranaí, por meio de seu então presidente, Paulo Cesar de Oliveira, e demais funcionários desse órgão, que nos ajudaram de toda forma para que pudéssemos dar conta do trabalho. Também agradecemos o apoio do atual prefeito Rogério Lorenzetti, político de grande sensibilidade e que vem se destacando pelo trabalho que realiza em prol do progresso e do desenvolvimento da cidade de Paranaí.

Por tudo isso, podemos dizer com segurança e tranquilidade, que este livro não é fruto só do nosso trabalho, mas é fruto do trabalho de muitas pessoas, inúmeras pessoas, assim como a própria história da terra que não foi feita apenas por uma pessoa

só, mas por todo um conjunto de pessoas idealistas e corajosas.

Do empenho, da luta e do idealismo do mais simples ao mais abastado dos cidadãos paranavaenses, desde o início, é que esta cidade nasceu, cresceu e continua crescendo. Sim, foi esta gente, rica de bondade, que construiu o passado, constrói o presente e construirá o futuro, enquanto o mundo for mundo e o homem sobreviver sobre a face da terra. Foi toda esta gente, sim, quem construiu esta história e quem escreveu este livro. Este autor foi apenas o instrumento, aquele que organizou os fatos, juntou os detalhes, procurou dados e os digitou na tela do computador. O mérito foi, é e sempre será do povo de Paranaíba.

Que Deus abençoe a todos e que esta querida cidade continue prosperando sempre.

Curitiba, 2014.

Paulo Marcelo Soares da Silva

Esta tragédia foi por mim vivida ao lado de minha família. Comigo também estava, com sua família, o meu saudoso colega que era diretor geral do empreendimento. Em toda a minha vida nunca vi tão clamorosa injustiça, porque o confisco da Braviaco foi feito pelo governo revolucionário sem o devido respeito aos interesses de terceiros, neste caso pessoas humildes que a custo de suarento trabalho tudo perderam...

Dr. Joaquim da Rocha Medeiros

I
ASPECTOS NATURAIS DO MUNICÍPIO
(ESTRUTURA FÍSICO-ECOLÓGICA)

Localização do Município

Encontra-se no Noroeste do Estado do Paraná.

É cortado pelo Trópico de Capricórnio:

Latitude 23°10' – S

Longitude 52°25' – W

A cidade localiza-se entre as nascentes dos ribeirões Paranavaí e Surucúá, afluentes do Rio Ivaí, e se desenvolve entre as cotas 950 m e 500 m sobre o nível do Mar.

O município está localizado entre as duas grandes bacias hidrográficas do noroeste do Estado do Paraná – as do Rio Paranapanema e do Rio Ivaí, sendo que a linha divisória das bacias se localiza próxima à face leste da sede municipal.

O Rio Paranapanema que materializa a divisa entre Paranavaí e o Estado de São Paulo, destaca-se como principal rio do município.

O Rio Ivaí não chega a penetrar no município, só acontecendo com seus dois afluentes anteriormente citados.

Altitude

A altitude em relação ao nível do mar é de - 529 metros.

Limites Municipais

Norte - Teodoro Sampaio – Estado de São Paulo

Nordeste - Santo Antônio do Caiuá

Leste - São João do Caiuá

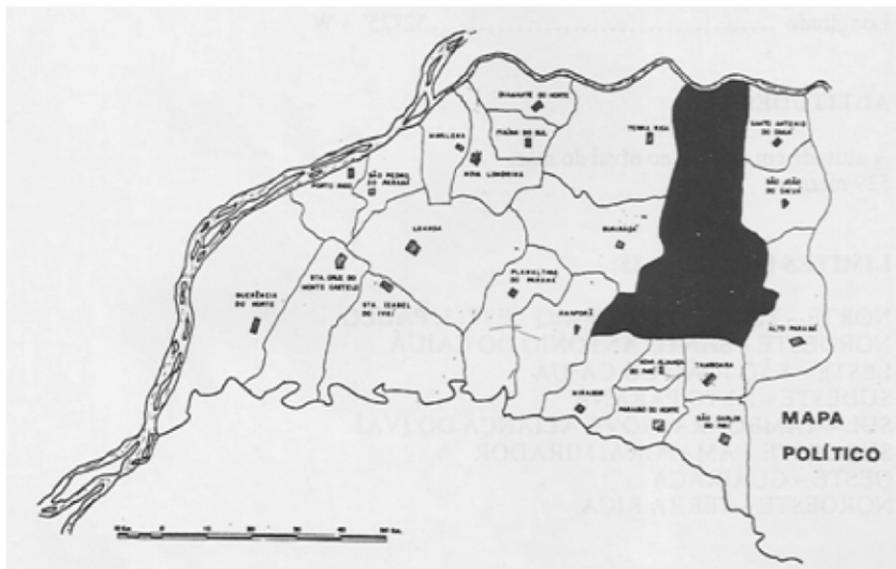
Sudeste - Alto Paraná

Sul - Tamboara, Nova Aliança do Ivaí

Sudoeste - Amaporã, Mirador

Oeste - Guairaçá

Noroeste - Terra Rica



Clima e Temperatura

CLIMA – Tipo CFA, mesotérmico (temperatura média do mês mais frio abaixo de 18°C), subtropical úmido sem estação seca, com verão quente (temperatura média do mês mais quente acima de 22°C).

TEMPERATURA – Média anual: 21 a 22°C. Média do mês mais quente: 24 a 25°C – fevereiro. Média do mês mais frio: 17 a 18°C – julho. Média anual máxima: 28 a 29°C. Média anual mínima: 15 a 16°C.

Cursos de Água que banham o Município

- Rio Paranapanema

Ribeirões:

- Coroa do Frade

- da Prata

- do Caiuá

- São Pedro

- do Índio

- Boa Ventura

- Paranaíba

- Surucuá

- do Jacaré

- da Paixão

Córregos:

- Geanine

- São João

- Angatuba

- Araras

- Vinte e Oito

- Bicudo

- São Francisco

- Santa Mônica

- Pindaúva

- Barreiro

Águas:

- da Serraria

- Vinte e Dois

- do Quintino

- Santa Fé

- Arara

- da Prata

Superfície

Município - 1.140 Km²

Área urbana - 41.090 Km²

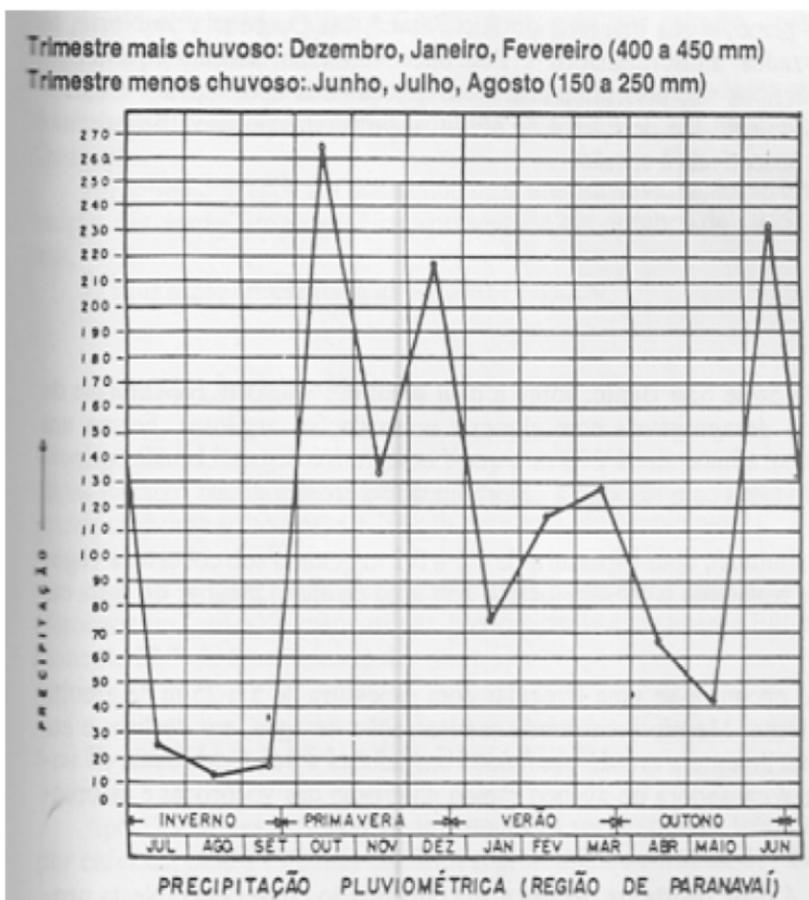
Curso de água que banha a Cidade

Ribeirões: Surucuá, Paranaíba, Córrego Ouro Verde.

Precipitação pluviométrica

Devido ao exagerado desmatamento, provocando profunda modificação das paisagens naturais do município, o clima vem sofrendo enormes variações nestes últimos anos, causando uma acentuada perturbação do limite normal entre as zonas climáticas, com grandes alterações do coeficiente de variação das precipitações. Observa-se que a distribuição das precipitações apresenta maior intensidade nos meses quentes (dezembro, janeiro e fevereiro). A média anual de precipitação é de 1200 a 1400 mm.

Segue-se o gráfico:



Outros Dados

- Umidade relativa do ar: Média anual 75%;
- Evapotranspiração - potencial anual: 1.000 a 1.100 mm;
- Excedentes hídricos anuais: 0 a 10 mm.

Drenagem Natural

Com o traçado das curvas de nível no quadro urbano, pode-se indicar a drenagem natural das águas e onde todo esse volume será despejado.

Tipos de Solo

Predomina em toda a região o solo Latosol, vermelho escuro distrófico, orto textura média, fase floresta subperenefólia, relevo ondulado e praticamente plano. Logo após ocorre o solo Podzólico vermelho amarelo orto textura média fase floresta superenefólia relevo suave em faixas, distribuídos por toda a região, com concentração maior no extremo norte dos municípios de Paranavaí e Santo Antônio do Caiuá. Ocorrendo principalmente em Alto Paraná e no Oeste de Querência do Norte, onde o solo é Podzólico vermelho amarelo equivalente eutrófico abruptico, textura média, fase floresta subperenifólia, relevo ondulado e suave ondulado. Margeando o Rio Ivai ocorrem solos aluviais eutróicos, textura argilosa, fase floresta de várzea, relevo plano, e nas margens do Rio Paraná, em Querência do Norte, os solos hidromórficos gleyzados indiscriminados e Podzólio vermelho amarelo equivalente eutrófico + solo hidromórficos não discriminados. Com exceção dos tipos aluviais e hidromórficos, os demais tipos de solo são derivados de arenitos, profundos, porosos, bem drenados, de baixa fertilidade e suscetíveis à erosão.

Geologia

A formação Caiuá da Série São Bento, sobre a qual se situa Paranavaí, constitui-se de arenitos eólicos, altamente desagregáveis com algumas intercalações argilosas. Forma um manto contínuo com espessura máxima de 270 m e que é constituído de três camadas principais, com características diversas com respeito à suscetibilidade à erosão:

A - a camada superficial (húmus), com espessura de 0,1 a 0,2 m, quando sob cobertura

vegetal natural, é bastante resistente à erosão, mesmo sob ação de fluxo laminar de água em declive.

B - abaixo desta camada, encontra-se uma irregular com espessura de 5 a 25 m de arenito fofo de cimentação fraca. Mesmo com pouca concentração de água, em declive, em pouco tempo causa erosão profunda com taludes e vales em forma de voçorocas. Esta camada é causadora do avanço rápido da erosão das voçorocas e assoreamento dos vales.

C - o arenito subjacente é mais resistente devido a sua cimentação conservada. Nesta profundidade, normalmente se encontra o lençol freático.

Relevo

O relevo é de plano a moderadamente ondulado. Não há planície alagadiça bem definida. Na zona urbana o terreno apresenta declividades inferiores a 5% na proximidade do espigão sobre o qual está assentado o núcleo urbano da sede, chegando a superar a 10% nos locais próximos dos rios, córregos e ribeirões.

Vegetação

O município de Paranavaí, antes da ocupação, apresentava em toda a sua extensão como cobertura vegetal a seguinte formação:

Mata Pluvial Tropical

A mata pluvial tropical que recobria 100% da área do município caracterizava-se por apresentar em sua maior parte o tipo cerradão, o qual é um mato menos exuberante com notável escassez de Palmáceas, estendendo-se unicamente os solos arenosos do Caiuá.

Somente uma pequena área ao Sul do município era dotada de palmeiras, com abundância de exemplares da *Eutepe Edulis*, conhecida por palmito, constituindo frequentemente densos agrupamentos.

Este foi, aproximadamente, o panorama que os colonizadores encontraram no município de Paranavaí e que é apresentado através do Mapa Fitogeográfico do Município anterior à ocupação.

Ao longo dos anos foi correndo uma intensa devastação, se levamos em conta a distribuição das zonas fitogeográficas apresentada em outubro de 1965,

conforme Reinhard Maack.

O município apresenta as seguintes regiões:

A - Região das Matas

Tipo 09 - Mata pluvial tropical dos planaltos do interior do Vale do Rio Ivaí, rico em epífitas, lianas e palmáceas (Euterpe – Edulis predominante, Cocos, etc). Atinge aproximadamente uma área equivalente a 19% da área total do município.

Tipo 10 - Mata pluvial tropical menos exuberante com notável escassez de palmáceas (Arecastrum - cocos - romanzottiana predominante e raramente Euterpe). Constitui aproximadamente 23% da área municipal.

B - Região das Matas Devastadas

Tipo 17 - Matas secundárias devastadas na região pluvial tropical do interior, substituídos por cafezais, pastos e demais culturas, representando cerca de 8% da área municipal.

Tipo 18 - Matas devastadas da zona com pastos artificiais, culturas de algodão, cereais, etc. Representa aproximadamente 50% da área do município.

Ventos

A direção mais frequente dos ventos no município é a Nordeste (Informações obtidas no IAPAR).

Observação

Os aspectos físicos e naturais do município de Paranavaí apresentados neste item foram obtidos no PERFIL DA CIDADE DE PARANAVAÍ, elaborado na década de 1980, sob a administração do ex-prefeito Benedito Pinto Dias.

A comissão designada para a elaboração do trabalho foi constituída pelas seguintes pessoas:

Equipe Técnica

- Sandra Gripp Novaes - Engenheira Civil - Coordenadora
- Cássio Antônio Paes Peron - Engenheiro Civil
- Paulo Marcelo Soares da Silva - Bacharel em Direito

Equipe de Apoio

- Alceu Wiese - Desenhista
- Luiz Antônio Rocha Pombo Teixeira - Desenhista
- Sérgio Aparecido Lopes - Desenhista

Datilógrafa

- Maria do Carmo Sabino

II

HISTÓRIA - ANTECEDENTES

1. O Distrito de Montoya

A colonização de Paranavaí é realmente uma aventura emocionante que deveria ser conhecida por todos aqueles que habitam e amam a cidade. Muitas histórias aconteceram e precisam ser registradas antes que sejam apagadas pelo tempo.

Na década de 1920, existia um lugarejo onde hoje se situa Paranavaí e seu nome era Montoya. O Distrito de Montoya foi oficialmente criado em 1929, pela Lei nº 2.665, de 13 de abril de 1929, sendo publicada no Diário Oficial de 25 de abril de 1929. A criação do distrito se deu por meio de um projeto do deputado Edmundo Alberto Mercer. Porém, há que se esclarecer que o povoado já existia bem antes, já que era a sede da Fazenda Ivaí. Portanto, pode-se inferir que o povoado de Montoya nasceu entre 1924 e 1926, mais ou menos, quando a fazenda efetivamente começou a se instalar no local.

2. Origem do nome Montoya

O nome de Montoya foi dado ao distrito em homenagem a um padre jesuíta e também para lembrar importantes fatos históricos que ocorrem nesta parte do Brasil por volta de 1600.

Por essa época, verifica-se a presença de portugueses, castelhanos, bandeirantes paulistas e indígenas na região. Eram os colonizadores europeus procurando conquistar territórios. Esses colonizadores estiveram por aqui desde 1501, trilhando caminhos fluviais e abrindo picadas na floresta.

Foi assim que espanhóis e portugueses fizeram suas primeiras investidas nessa região. Foram desencadeadas lutas com o objetivo de se adquirir a posse efetiva da terra. Foi também por essa época a abertura dos primitivos caminhos, das primeiras picadas que cortaram a região então agreste.

O Caminho de Peabiru ou de São Tomé, o Caminho terrestre do Cubatão, o Caminho Fluvial do Cubatão, de Itupava e do Arraial e de Sorocaba a Viamão foram todos construídos nesse período.

O saudoso Dr. Sinval Reis, primeiro Juiz de Direito de Paranavaí, em sua “Pequena História de Paranavaí”, a esse respeito disse o seguinte:

“Peabiru era chamado o caminho de S. Tome e assim descreve o grande historiador Romário Martins: Chamavam os índios ‘PEABIRU’, a um caminho histórico, pré-colombiano, que se estendia por mais de 200 léguas, da costa de S. Vicente até o rio Paraná, atravessando os rios Tibagi, Piquiri e Ivaí, por onde os povos indígenas se

comunicavam com o mar e com as regiões mais distantes a leste; a oeste do rio Paraná, o caminho prosseguia e atingia o Pacífico. Os bandeirantes utilizaram o caminho de Peabiru em todas as direções e atravessaram o rio Ivaí e atingiram Campo Mourão. O mencionado caminho, foi palmilhado por numerosos bandeirantes, expedições e outros. O nome do caminho, o referido historiador esclarece: após a entrada dos padres jesuítas no território de Guairá, o caminho foi dado como sendo trilho percorrido pelo apóstolo S. Tomé em sua peregrinação pela América do Sul e passou a denominar-se de S. Tomé. Fora o santo que ensinara como se podia utilizar a mandioca e a erva-mate, hoje base da alimentação geral e popular”.

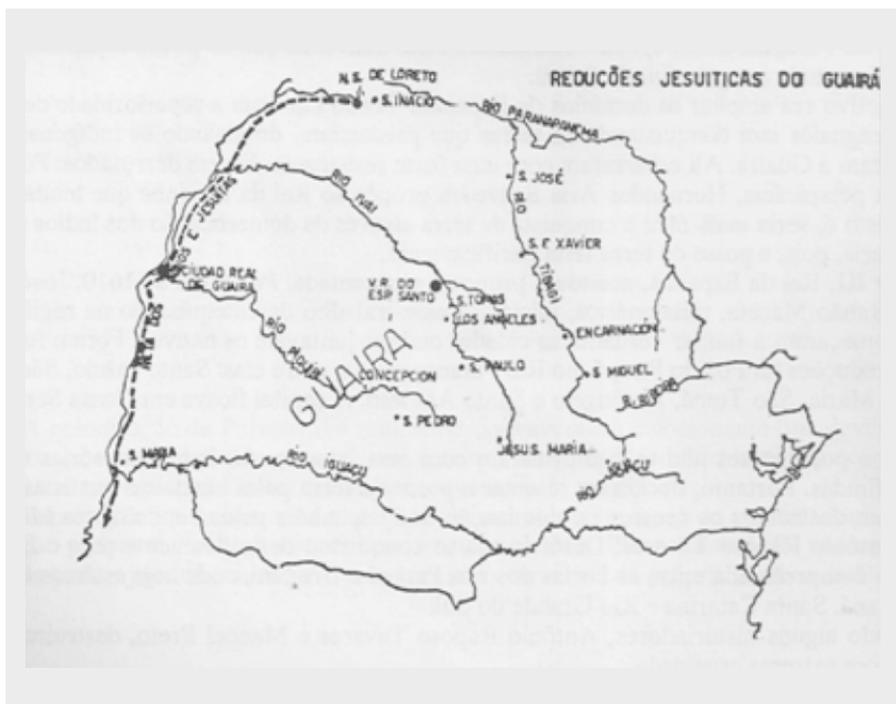
3. A Província do Guairá

A área de terras que constitui hoje todo o Estado do Paraná era denominada de Província do Guairá e pertencia ao Paraguai, que era domínio dos povos castelhanos. E foi através do presidente do Paraguai dessa época - Hernandes Aria Saavedra - que os povos espanhóis tentaram dominar toda a região Sul do Brasil.

O objetivo era ampliar os domínios da Espanha. Tendo em vista a superioridade de forças, os paraguaios iam conquistando as terras que percorriam, dominando os indígenas, até que chegaram a Guairá. Ali esbarraram com uma forte resistência. Foram derrotados. Porém, com muita perspicácia, Hernandes Aria Saavedra propôs ao Rei da Espanha que mudassem de tática, isto é, seria mais fácil a conquista da terra através da domesticação dos índios pelos jesuítas. Seria, pois, a posse da terra feita pacificamente.

Felipe III, Rei da Espanha, aceitou a proposta apresentada.

Por volta de 1.610, José Cataldino e Simão Maceta, missionários, iniciaram esse trabalho de catequização na região do Pirapó. Começaram a fundar verdadeiras cidades onde se juntavam os nativos. Foram fundadas treze reduções na Foz do Pirapó, no Rio Paranapanema, entre elas: Santo Inácio, São Pedro, Jesus Maria, São Tomé e Santo Antônio. A capital ficava em Nossa Senhora de Loreto.



4. As Bandeiras Paulistas

Mas os portugueses não se conformaram com essa invasão. As linhas divisórias ainda eram indefinidas, portanto decidiram retomar a posse da terra pelas bandeiras paulistas. Em 1.629, foram destruídos os centros de dominação dos espanhóis pelos bandeirantes Manoel Preto e Antônio Raposo Tavares. Desta forma, conquistou-se definitivamente para o Brasil esta região compreendida entre as bacias dos rios Paraná e Uruguai, onde hoje estão os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Segundo alguns historiadores, Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto destruíram as reduções com extrema crueldade.

Nessa época São Paulo estava necessitando de braços para o trabalho na lavoura. Então, formaram-se as bandeiras com a finalidade de aprisionar índios para esse fim. Os índios eram levados e vendidos como escravos.

5. O Fim das Reduções

As reduções estavam em franco desenvolvimento, com milhares de índios. Eles já possuíam alguns conhecimentos sobre determinados ofícios, portanto, tratava-se de algo bastante atraente para as bandeiras paulistas. Os bandeirantes, que desejavam chegar às minas de prata do Potosi, que ficavam na Cordilheira dos Andes, nas proximidades do Paraguai, não perderam tempo.

Antônio Raposo Tavares, em 1.628, com 3.000 homens, durante vários meses, ficou nas margens do rio Tibagi capturando índios que aparecessem por ali. Na verdade, os olhos de Antônio Raposo Tavares estavam voltados para as reduções jesuíticas. Esperava simplesmente um pretexto para iniciar o ataque.

O cacique Tataurana, que era prisioneiro de Antônio Raposo Tavares, conseguiu fugir. Refugiou-se na redução de Santo Antônio. O bandeirante paulista solicitou a devolução do indígena. Os jesuítas, entretanto, negaram-se a devolvê-lo. O motivo para o ataque estava criado. E foi justamente o que aconteceu.

Além dessa, muitas outras expedições semelhantes foram feitas. Manoel Preto, por exemplo, fez cinco incursões. Levou milhares de índios para São Paulo. Esses índios foram levados também para o Rio, Bahia e Pernambuco.

Segundo Romário Martins, cerca de 60.000 índios foram levados como escravos e cerca de 15.000 índios tombaram nas lutas travadas com os bandeirantes. Em razão do grande número de escravos aprisionados o preço por cabeça, que era de 100\$000 baixou para 20\$000, conforme informa o arqueólogo O. Blasi.

Ruy Christovan Wachowicz diz o seguinte sobre este capítulo de nossa história:

“Tão grande era o amor e a dedicação dos padres jesuítas a seus índios, que chegaram a protestar junto ao governo do Rio de Janeiro; além disso, pediram socorro a Assuncion e fizeram apelos desesperados à corte de Madrid, para que se tentasse impedir esta barbárie praticada pelos bandeirantes paulistas. Chegaram alguns jesuítas a acompanhar seus índios até o Brasil, a fim de conseguirem sua libertação. Tudo em vão.

Das treze reduções, os mamelucos destruíram onze, restando somente as duas últimas Loreto e Santo Inácio Mini, isto porque, quando lá chegaram, encontraram as mesmas desertas. Os missionários, obedecendo a ordens superiores, resolveram abandonar Guairá com 12.000 índios que ainda lhes restavam dos 100.000 que tinham conseguido aldear. Resolveram transladar-se para o sul, à margem esquerda do Rio Uruguai, no atual território do Rio Grande do Sul. A epopeia deste extraordinário êxodo, qual seja, a descida do rio Paraná, enfrentando as Sete Quedas, a fome, a doença e o imprevisto, nos vem narrada pelo próprio padre Antônio Montoya. Apesar destes

sofrimentos, os bandeirantes não deixaram os jesuítas sossegados, nem no Rio Grande do Sul, em Tapes, como passaram a ser chamadas essas reduções. Foram ainda, mais tarde, também destruídas pelos bandeirantes paulistas.”

6. Montoya, Dias Tanho e Simão Maceta

Segundo Romário Martins, foram os padres Montoya, Dias Tanho e Simão Maceta que dirigiram a fuga dos índios para o Sul do país. Tiveram o auxílio de mais quatro padres. Nesse sentido, diz o citado autor:

“Três figuras formidáveis, que a história do cristianismo projetou, como um clarão, nos sertões meridionais do Novo Mundo, que o destino escolhera, ainda uma vez, para a missão quase sobre humana de por a salvo 12.000 criaturas perseguidas por toda espécie de perigos, através da imensidade das distâncias, da inclemência dos inimigos, das precárias condições do êxodo.”

E continua o historiador: “Em pouco tempo, 700 jangadas e numerosas canoas estiveram prontas à margem do Paranapanema, desde a foz do rio Pirapó à Santo Inácio, e foram lançadas ao grande rio ponteadado de cachoeiras, e 12.000 índios, guiados por sete padres, se confiaram àquelas águas em rápido declive para Rio Mar.”

O padre Antônio Montoya, que viveu essa empolgante retirada, assim descreveu o episódio:

“À nossa retaguarda, deixamos os de São Paulo, inimigos de nossos filhos, em nossa frente, do lado para onde havemos de ir, temos os de Guairá, outros inimigos. De que maneira portanto nos haveremos? Se nos demorarmos muito, talvez que nos alcancem os portugueses, que vêm em nosso encalço, se porém formos para diante estaremos nas mãos dos brancos que nos esperam. Certamente, se aqui ficarmos, em todo o caso, as jangadas faremos estragarem-se, e não será mais possível irmos por água e passarmos aquela cachoeira terrível.” Dizíamos assim conversando entre nós. Depois disso fui adiante em canoa, e procurei os brancos onde eles se achavam; entrei no arraial deles, declarei-lhes a condição pacífica de nossa gente, e mostrei-lhes também que eles, brancos, eram maus. Não quiseram ouvir-me em verdade, sacaram cinco espadas e dirigiram-nas para meu peito, querendo agarrar-me; de balde porém, não me deixei vencer por eles, safei-me por entre meio de suas espadas, para junto de meus companheiros, voltando então.

Contei a eles onde é que estavam os brancos, onde queriam cair sobre nossos filhos. Mandamos outra vez dois padres para pedirem que nos dessem caminho, porém os tais do mesmo modo nem um pouco quiseram ouvir nossas falas. Fomos conversar com eles ainda mais vezes repetindo os nossos pedidos para que nos dessem

caminho; como porém eles não dessem fé de nada, então sim eu me abalancei a falar-lhes forte, dizendo-lhes: “Já por três vezes nos humilhamos bastante para vos pedir que nos dêsseis caminho, de balde, vós não quisestes ouvir-nos de todo, por este caminho que aqui está. Contudo, havemos nós de passar e vós acautelai-vos. Se fizerdes mal aos nossos filhos, se vós mos assoberbardes e o matardes sereis malditos; nós já nos declaramos bem a vós”; e vendo eu uma mulher no meio deles, “Arredai a esta mulher para que não se ache neste dia um cadáver de mulher no meio de cadáveres de homens”, disse eu. Depois de dizer-lhes isto retirei-me simplesmente, voltando para o lado dos meus companheiros...”

7. Os Caminhos para se atingir Guairá

Por outro lado, Sérgio D. T. Macedo, em seu livro *Epopeia das Bandeiras* (Distribuidora Record – Rio de Janeiro, 1963, pag. 25 e seguintes), sobre esse período da História diz o seguinte:

“Três caminhos conheciam os bandeirantes para atingir o Guairá. 'O primeiro – diz o mestre Carvalho Franco – denominado o Caminho dos Pinheiros ou Peabiru, seguia por terra, alcançava as cabeceiras do rio Paranapanema e, atravessando depois o domínio dos pirianos e dos guaianás (índios), concluía pelos rios Ivaí e Piquiri. O segundo navegava pelos rios próximos à vila de São Paulo até alcançar o Tietê e por este descia o rio Paraná, onde tomava porto, seguindo depois, por terra, um dos caminhos de Ciudad Real que conduziam ao Guairá. O terceiro, finalmente, ia diretamente pelo Tietê até o rio Paraná, onde tomava porto no Salto do Guairá, daí orientando-se conforme desejo'.

...

Desde cedo bandeirantes atingiram esse território privilegiado onde os jesuítas espanhóis haviam edificado boas construções. Nicolau Barreto, de quem já falamos, foi o primeiro, em 1602, seguindo-se outros, como Pero Vaz de Barros e Manuel e Sebastião Preto.”

8. Pretextos engraçados

Diz Sérgio T. C. Macedo:

“Um belo dia, porém, todo São Paulo resolveu investir contra o Guairá com um pretexto bem engraçado: o de que a região pertencia a Portugal e que portanto os índios não podiam estar sendo conduzido por espanhóis... O pretexto não tinha o menor fundamento, dado que, na época, Portugal e Espanha tinham um mesmo rei...”

Na sua monumental 'História Geral das Bandeiras Paulistas', o saudoso e consagrado historiador Afonso de Taunay escreveu, a respeito:

'Depois de uma série de contatos hostis com os espanhóis e jesuítas, vão os paulistas tomar a mais enérgica das decisões dispostos a arrasar os estabelecimentos que eles possuíam no Guairá e tratar de expulsar os castelhanos além Paraná.

...

Há nesse episódio um ponto que continua indecifrado, apesar de todas as pesquisas levadas a efeito pelos especialistas, entre os quais se incluem os notáveis mestres citados neste volume.

Explicuemos a coisa direitinho: o caso é que havia sido nomeado governador do Paraguai, pelas autoridades espanholas, o fidalgo Dom Luis de Céspedes, que preferiu fazer o caminho por terra, do Brasil até a sede do seu governo. Chegou ele a São Paulo justamente no momento em que os paulistas se preparavam para a invasão do Guairá. Dom Luis de Céspedes resolveu aproveitar os serviços de guias paulistas, que conheciam muito bem o caminho que ele deveria percorrer, e quase ao mesmo tempo partiram, ele para o seu governo, os bandeirantes para o ataque a Guairá.

...

O padre Pablo de Benavides, por exemplo, de acordo com as palavras do mestre Taunay, acusou Céspedes de se fazer acompanhar, desde o Brasil, de paulistas e de ter estranha atitude durante os assaltos levados a efeito. Essa estranha atitude resumia-se no fato de haver dito, aos berros, ao padre provincial que lhe pedira uma providência contra os agressores, que se retirassem das Missões e que, com os diabos, deixassem que os paulistas carregassem os índios que quisessem.

Outro padre, Simão Maceta, afirmava que D. Luis de Céspedes se encontrava secretamente com os chefes da bandeira, depois de suas terríveis façanhas e que confabulavam misteriosamente só eles saberiam dizer sobre o quê.'

...

O Extermínio Total de Guairá

Um dos chefes diretos dos índios, Tataurana, que integrava com sua gente as hostes de Simeão Martins e que havia sido capturado justamente naquela região, sentiu-se repentinamente tocado de piedade e resolveu ir com sua gente refugiar-se na redução, escapando, assim, aos paulistas e desertando das suas forças.

O chefe do grupo dirigiu-se ao responsável pela redução e pediu a entrega dos que haviam fugido, o que lhe foi recusado. Então Simeão Martins enviou a toda pressa um homem de sua confiança em busca de Antônio Raposo Tavares para dar-lhe conhecimento do ocorrido e pedir instruções.

A resposta não tardou. O Tigre Americano – apelido que deram ao grande chefe

bandeirante – ordenou o imediato ataque ao Guairá. No dia 30 de janeiro de 1629, os paulistas deram o primeiro assalto, arrasando a redução de Santo Antônio, aprisionando os dois mil índios que ali se encontravam abrigados...”

*

Isto aconteceu há muitos anos e o primeiro nome de Paranaíba foi Montoya, em homenagem ao padre jesuíta que comandou a retiradas dos indígenas na região do Guairá.

III
HISTÓRIA - DE 1889 A 1951

O SISTEMA DE CONCESSÃO DAS TERRAS NO PAÍS 1889 a 1929

1. Um lugar desabitado

A história do Município de Paranaíba, mais propriamente, tem início no começo do século passado, ou seja, por volta de 1920. Naquela época, a região do Vale do Ivaí e do Paranapanema era completamente despovoada, coberta de matas virgens, constituída de terras devolutas de propriedade do Estado. A partir daí que se iniciou o povoamento e a colonização da região, que pertencia à Comarca de Tibagi, e estava em regime de concessão à Companhia Brasileira de Viação e Comércio – BRAVIACO.

Para melhor entendimento dos fatos, é preciso fazer um retrospecto da concessão das terras da região pelos governos da época.

2. Como foi feita a concessão das terras

Diz o Prof. José Carlos de Alcântara, em artigo (A Gleba Pirapó), publicado no Diário do Noroeste em 14/12/1985:

“A história da concessão feita à BRAVIACO Companhia Brasileira de Viação e Comércio começa com o decreto nº 10.432 de 9 de novembro de 1889, do Governo Imperial, com base no decreto nº 816, de 10 de julho de 1855. A Cláusula 1ª do decreto nº 10.432 prescrevia: É concedido à companhia que o engenheiro João Teixeira Soares organizar, privilégio por 90 anos para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo de Itararé, na Província de São Paulo, vai terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em entroncamento com a linha principal em Ibituva e, passando por Guarapuava, descerá o Piquiry até a sua confluência no Rio Paraná, fornecendo dous subramães, em destinado às secções navegáveis deste último rio, outro destacando-se em Guarapuava e seguindo o Iguassu até sua foz; o segundo ramal divergindo da linha principal nas imediações da cidade de Cruz Alta, acompanhará o Ijuhy e irá terminar nas margens do Uruguay.”

A concessão feita, como se vê, dava o privilégio de se usufruir por 90 anos de linhas de estradas de ferro a serem construídas e, ao mesmo tempo concedia terras devolutas nacionais, e terras de cada lado da linha férrea, como forma de pagamento pela construção da citada obra. Com referência às terras devolutas, explica Alcântara que os concessionários tinham a obrigação de colonizá-las num prazo de 50 anos, sob pena de perderem a concessão.

Foi abolida a monarquia e não houvera sido completada a concessão entre a Fazenda Nacional e o Dr. João Teixeira Soares. Em face disso, o Governo Provisório baixou o decreto nº 305 de 7 de abril de 1890, declarando efetiva a concessão feita pelo decreto anterior, naquela parte que ainda dependia da aprovação do Poder Legislativo.

Diz o Prof. Alcântara que “o engenheiro João Teixeira Soares, detentor da concessão e por direito transfere a concessão à Companhia *Chemins de Fer Sud Oest Brésiliens* e esta transfere, de acordo com a autorização contida no decreto nº 397 de 20 de junho de 1891, à Companhia Industrial dos Estados Unidos do Brasil e, finalmente, com assentimento do governo brasileiro, expresso no decreto nº 1386, de 6 de maio de 1893, dá-se nova transferência, desta vez para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo- Rio Grande, subsidiária da *Brazil Railway Company*.”

Em 1913, o Estado passa a legislar sobre as concessões de terras, por meio do Decreto nº 13.400, de 10 de abril de 1913. Já em 1914, pela Lei 1.457, de 06 de maio de 1914, são prescritos os direitos da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Em 1916 (Decreto nº 11.905, de 19 de janeiro de 1916), o Governo Federal volta a legislar sobre as concessões das terras, eliminando a garantia de juros. Em 1917, pelo Decreto nº 613, de 04 de setembro de 1917, o Estado do Paraná faz acordo com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande para regularizar a concessão de terras. A concessão envolve as terras onde hoje se situa a região de Paranavaí. Em 1919, o Estado do Paraná faz concessão para a construção da Estrada de Ferro Guarapuava a Foz do Iguaçu. Em 1920, o Governo do Estado prorroga por mais dois anos o prazo para a demarcação das terras. É celebrado novo contrato entre o Estado e a Companhia São Paulo-Rio Grande. A Companhia São Paulo-Rio Grande outorga à Companhia Brasileira de Viação e Comércio – Braviaco, a concessão das terras. É assinado o Termo de transferência da concessão.

3. A Companhia Brasileira de Viação e Comércio - BRAVIACO

Como se observa, em 1920, é que, finalmente, surge na história a Companhia Brasileira de Viação e Comércio – BRAVIACO, por meio de uma Escritura Pública lavrada em Cartório no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, informa o prof. José Carlos Alcântara:

“Por Escritura Pública, lavrada no Cartório de Francisco Belisiário, Tabelião do 4º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, em data de 5 de outubro de 1920, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, outorga à Companhia Brasileira de Viação e Comércio a concessão prevista no contrato entre a outorgante e o Governo do Estado

do Paraná, firmado em 23 de agosto do corrente ano. BRAVIACO assume os direitos à cessão de terras a que a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande tinha direito, (2.100.000 He), porém ficaram excluídas as terras já tituladas à EFSPRG, ou seja, as seguintes áreas: Santa Maria, com 11.327 He e 6.500 m²; Silva Jardim, com 76.746 He; Riosinho com 551 He e 5.189 m²; e Missões, com 425.731 He, num total de 514.355 He e 11.689 m².”

O governo brasileiro contratava obras pagando as empreiteiras com terras. Esse pagamento era antecipado. Dentro desse sistema, beneficiou companhias estrangeiras que tinham subsidiárias no Brasil. Foi o caso da *Brazil Railway Company*. Essa companhia fora encarregada de implantar a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande.

Vale lembrar que o Estado do Paraná continuou adotando esse sistema por algum tempo. Por exemplo: em 1948, o governo Moysés Lupion efetuou o pagamento das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná com terras da região de Umuarama, onde foi desenvolvida a colonização dos municípios de Pérola, Xambê, Altônia e outros.

Como vimos, em 1920, a Braviaco obteve as terras por meio da Railway.

No dia 22 de novembro de 1920, na Procuradoria da Fazenda do Estado do Paraná, perante o Exmo. Sr. Dr. Marins Alves de Camargo, Secretário Geral do Estado, compareceram os procuradores das duas companhias e assinaram o termo de transferência da concessão da construção do ramal de Guarapuava com seus prolongamentos e em virtude do qual ficam transferidos à Companhia Brasileira de Viação e Comércio todos os direitos e obrigações decorrentes do contrato em 23 de agosto de 1920 entre o Governo do Estado do Paraná e a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

Com base no contrato de 8 de setembro de 1917, na Lei 1909 de 18 de fevereiro de 1920, e no contrato de 23 de agosto de 1920, por sucessão, coube à BRAVIACO demarcar as terras a que tinha direito.

Segundo o Prof. Alcântara “na demarcação de suas terras no Noroeste do Paraná, a BRAVIACO defronta-se com os interesses de outra companhia, a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. E o entendimento entre estas duas companhias nos fornecem mais informações sobre a região.”

Em 1925, a Braviaco e a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio lavram Escritura Pública, fazendo acordo para a posse das Glebas Pirapó e Cantu.

Mais adiante, o Prof. José Carlos Alcântara transcreve na íntegra o único título de terras que, segundo ele, “pertence à BRAVIACO no Noroeste do Estado do Paraná,

área denominada de gleba “Pirapó”.

Verifica, ainda, que “a área de terras situada a Oeste da gleba Pirapó, confrontando com os rios Paraná, Ivaí e Paranapanema, embora reservada à BRAVIACO, não foi titulada à mesma, embora existissem 'autos' em andamento na ocasião, na Secretaria Geral do Estado.”

Em 1926, dá-se a instalação da Fazenda Ivaí.

4. Dr. Joaquim da Rocha Medeiros

Sobre essa fase da história de Paranavaí, temos o depoimento de uma das primeiras pessoas a penetrar na região, que foi o Dr. Joaquim da Rocha Medeiros, Engenheiro Agrônomo, que à época em que forneceu tal documento (05.07.1975), residia no Município de São Carlos, no Estado de São Paulo.

Em 1924, Joaquim da Rocha Medeiros, que trabalhava na empresa Alves de Almeida & Companhia, passa a trabalhar na BRAVIACO.

5. Abertura do picadão

Diz Medeiros:

“Em 1923, há mais de meio século, portanto, iniciei a abertura de um picadão, com dez metros de largura por sessenta quilômetros de extensão, a partir da divisa da Fazenda Laranjeira, em rumo 10º S.O. até o rio Paranapanema. O referido picadão passava distante da sede das terras que eram do chamado Adão Medeiros, cerca de duzentos metros à esquerda, dado que de onde eu estava ouvia o barulho da lida do terreiro. Chegado ao rio Paranapanema, fez-se uma canoa para sua travessia para o Estado do Paraná, onde, em derrubada de um alqueire, construiu-se uma morada rancho, dando-se ao local o nome de Porto Itaparica, em terras devolutas do Estado do Paraná. Naquele tempo, era governador o eminente Dr. Afonso Camargo, de tradicional família paranaense.

O Porto Itaparica se situava em uma gleba de terras de 20.000 alqueires dada em concessão à firma Alves de Almeida & Companhia, para colonização.”

6. Trabalhando na Braviaco

Prossegue o pioneiro:

“Em junho de 1924, deixei os serviços dessa Companhia, passando a trabalhar para a Companhia Brasileira de Viação e Comércio, empresa pertencente à Brasil

Railway, que possuía na região uma área de terras de 100.000 alqueires denominada Gleba Pirapó, área essa que ia do rio Paranapanema rumo Sul até a margem direita do rio Ivaí, numa extensão, se não me engano, de 108 quilômetros, dividindo a Leste com terras dos ingleses (Lord Lovat & Company), e a Oeste com terras devolutas reservadas à *Brasil Railway*, com área superior a 100.000 alqueires.

Superintendia os negócios da *Brazil Railway* naquele tempo o eminente Dr. Geraldo Rocha, que era diretor de “A Noite”, no Rio de Janeiro e, também, o seu redator chefe. Tendo ele resolvido estabelecer na área de Pirapó uma propriedade cafeeira, entregou ao ilustre Engenheiro Agrônomo Landulpho Alves a direção geral dos trabalhos, a mim cabendo, por este convidado, a supervisão dos serviços de campo: Derrubada, plantio, formação do cafezal e demais serviços afetos à organização de uma propriedade rural. A esse serviços, o diretor geral prestava assistência, em trabalho de revezamento que comigo fazia, nas idas e vindas a São Paulo a que éramos forçados.”

7. Luta com grileiros

Continua Joaquim da Rocha Medeiros;

“Inicialmente, houve séria luta com os grileiros, que tentavam, em grupo armado, tomar posse de diversos pontos da margem do rio Paranapanema. A mim coube, por mais de uma vez, ir até Curitiba e, como subdelegado que era do recém criado distrito de Montoya, requisitar força para desalojar os grileiros invasores.

8. A Fazenda Ivaí - 1926

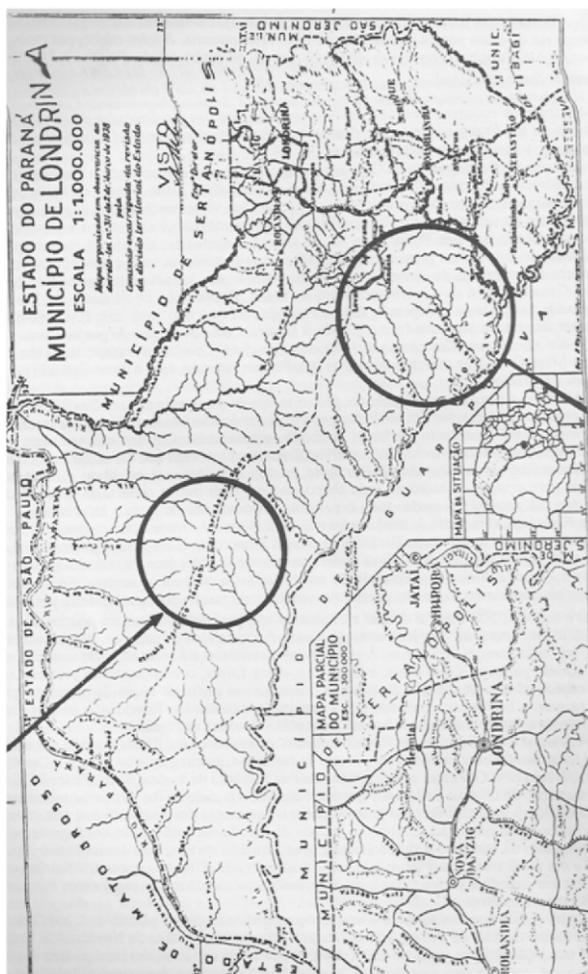
Segundo Medeiros, em 1926 foi iniciada a construção de uma estrada de rodagem com 110 quilômetros, partindo das proximidades do Rio Pirapó, à margem do rio Paranapanema, com destino à região determinada para a fundação da fazenda que hoje se tornou a cidade de Paranaíba.

9. A Fazenda Ivaí

Diz Joaquim da Rocha Medeiros em seu depoimento:

“Vencida a etapa da invasão, deu-se o início à construção de 110 quilômetros de estrada de rodagem, todos eles em plena mata, a partir da barra do rio Pirapó, até o ponto que seria a sede da Fazenda Ivaí, nas vertentes desse rio. Seguiu-se então o transporte de uma serraria com todos os seus implementos, inclusive motor a vapor

de 50 HP e respectiva caldeira. Uma frota de 20 siforos e ajudantes alimentava os serviços da derrubada da área para o plantio de 1.200.000 cafeeiros, colônias, sede e ainda cerca de cem alqueires de pastagens de colônião para a manutenção das boiadas que seriam trazidas de Mato Grosso para o devido fornecimento de carne à população da fazenda. Foi também construída a estrada de rodagem ligando a fazenda ao Porto São José, com 100 quilômetros de extensão, dando por essa forma, acesso a Guaira, Porto Mendes e Argentina, para onde pretendia a Braviaco (Companhia Brasileira de Viação e Comércio) transportar o seu café, com o Mato Grosso na margem direita do rio Paranapanema e com o Porto Epitácio no Estado de São Paulo.”



10. A Presença dos Nordestinos

Continua o pioneiro Joaquim da Rocha Medeiros:

“Alinhado e plantado o café, era chegada o tempo do transporte das famílias dos Nordestinos para a sua formação. Fui até Pirapora, à margem do rio São Francisco, para trazer, em trem especial até Presidente Prudente as famílias selecionadas. Ocorreu que, ao chegarem a Presidente Prudente, estava chovendo torrencialmente, chuva essa que durou quarenta dias e quarenta noites, verdadeiro dilúvio. Por sorte havia a 9 quilômetros da cidade dois grandes galpões para criação de bicho da seda abandonados e mais outras coberturas desocupadas, onde nos foi possível acomodar todo o pessoal. A estrada era de terra e atravessava o rio Santo Anastácio, cuja ponte de madeira foi por água abaixo. As terras à sua esquerda era um massapé preto, em densa mata. Cessadas as chuvas, tivemos de reconstruir a ponte e fazer cerca de 9 quilômetros de estiva para podermos transpô-la até a área do cerrado. Para se alcançar a fazenda, atolando e desatolando carro, levou-se quase uma semana. Só mesmo o Nordeste poderia suportar tão grande desconforto. Acresce notar que, embora já funcionando a serraria, 300 casas e demais benfeitorias não podiam ser feitas em poucos meses e sim em um ou dois anos. Por isso, ao chegar, cada família tratou de fazer seu próprio rancho, onde, por muito tempo, habitaram. À medida que se terminava a construção de uma casa era feito sorteio para ver a quem cabia, evitando-se desta forma o sentimento de preferências. Essa espécie rústica de diplomacia rural se constituía em pedra de toque da administração, para manter o bem estar geral dos seis a sete mil administrados. Providência salutar foi a proibição da entrada de álcool ou de qualquer bebida alcoólica na região.”

O DISTRITO DE MONTOYA - 1929 a 1932

1. Montoya

O Distrito de Montoya nasceu em 13 de abril de 1929, pela Lei 2.665, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 25 de abril do mesmo ano. O projeto foi de autoria do deputado Edmundo Alberto Mercer.

Sobre Montoya, Joaquim da Rocha Medeiros fala da seguinte forma:

“Tudo corria a mil maravilhas, cada família com seu contrato público de formação, graças à existência de um Cartório de Paz, criado pelo governo, com Escrivão de Paz, também de nomeação do Poder Público. Com a criação do Distrito de Montoya, acima referido, o juizado de Paz procurou organizar a vida social da população, fazendo gratuitamente o casamento dos amancebados, que constituía a maioria dos contratados. Além do juizado de Paz, havia também um contingente policial, constante de um cabo e dois soldados. Uma farmácia sortida, com farmacêutico diplomado e um médico atendia o serviço de saúde dos residentes. Uma vez por outra obtinha-se a vinda de um sacerdote para a assistência espiritual da comunidade e os casamentos religiosos completava a união civil.

Observa-se pelas palavras do entrevistado que, para o plantio de 1.200.000 cafeeiros foram trazidas de Pirapó, Minas Gerais, cerca de 300 famílias de Nordestinos. O início da plantação foi por volta de 1927. Na fazenda havia um contingente de mais ou menos seis a sete mil pessoas. Na fazenda havia um armazém bem sortido e, para o transporte, constava uma frota de 20 caminhões Ford, que alimentavam todas as necessidades da fazenda.

Toda a organização de Montoya e da Fazenda Ivaí durou mais ou menos até o final de 1930, 1931, quando sobreveio a Revolução, movimento que chega ao poder encabeçado pelo político gaúcho Getúlio Vargas.

Sobre o período de 1926 a 1931, no estudo feito por José Carlos Alcântara (A Gleba Pirapó), consta que em 8 de junho de 1928, “o Governo do Estado do Paraná firma um contrato com a Companhia Brasileira de Viação e Comércio, em aditamento ao contrato de 23 de agosto de 1920, lavrado de acordo com o Decreto 737, de 1º de junho de 1928, que determinou o financiamento pelo Estado, da parte que, para construção da linha férrea entre Riosinho e Guarapuava, exceder aos dez mil contos de réis (10.000.000\$000) a que estava a mesma companhia obrigada a despender e ficava obrigada a dar início aos serviços de construção da estrada de ferro para Guarapuava, no dia 1º de julho de 1928.”

Em 1930, foi lavrado o Termo de Abertura dos Livros de Registro e de Óbitos do Cartório Distrital de Montoya. A Revolução irrompe. O General Mário Tourinho assume o Governo Provisório do Paraná. Ocorre a posse do primeiro Escrivão do Distrito de

Montoya, Alpiniano Nascimento Ramos. Foi feito o primeiro Registro de Nascimento do Distrito de Montoya, o de Nelsina Maria de Jesus, filha de Júlia Maria de Jesus e pai incógnito. Também houve o primeiro Registro de Casamento entre Maria Lúcia de Jesus e Cipriano Alves da Silva. Foi registrado o primeiro óbito do distrito, de Joaquim Severiano Granja.

2. O Fim de Montoya

Em 1930, o governo do Estado do Paraná rescinde os contratos com a BRAVIACO e anula todos os títulos expedidos. Sobre esse período diz Alcântara:

“Devido, então, ao não cumprimento das cláusulas contratuais por parte das companhias envolvidas, o Governo do Estado do Paraná baixa o Decreto nº 300 de 3 de novembro de 1930, assinado pelo General Mário Tourinho, Chefe do Governo Provisório, rescindindo o contrato firmado com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, lavrado em 23 de agosto de 1920 e por esta cedido à Companhia Brasileira de Viação e Comércio e o aditamento de 8 de junho de 1928 e bem assim todos os atos consequentes dos mesmos e dos contratos anteriores por ele alterados, sendo, isso fato, declarados em caducidade o privilégio, a concessão e mais os favores concedidos a mesma companhia e à Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, revertendo nos termos do artigo 9º de 8 de junho de 1928, para o Estado, todas as obras executadas na Estrada de Ferro Guarapuava, sem que à concessionária caiba direito a qualquer indenização. São declarados nulos e de nenhum efeito todos os títulos de domínio expedidos, em razão dos contratos rescindidos e dos anteriores por ele alterados em favor da Companhia Brasileira de Viação e Comércio e da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, devendo ser responsabilizadas as mesmas companhias pelas áreas de terras, porventura alienadas ou que por sua autorização, constarem de títulos diretamente expedidos pelo Governo em nome de terceiros. Prevê também o Decreto nº 300, o cancelamento das transcrições realizadas, dos títulos expedidos referentes às terras, ainda não alienadas pelas referidas companhias concessionárias.”

3. Estado e a venda das terras devolutas

José Carlos Alcântara ainda informa que:

“Pelo Decreto nº 800 de 8 de abril de 1931, o General Interventor Federal do Paraná Mário Tourinho, regulamenta a venda de terras devolutas do Estado, objetivando solucionar o problema da colonização das terras paranaenses por famílias

nacionais como por estrangeiros que espontaneamente queiram concorrer para o progresso do Paraná. Evitando a concessão de grandes áreas e limitando ao de 200 hectares a área que a cada pessoa ou família poderá ser pelo Estado concedida a título de venda e fixou em 18\$000 por hectare o preço mínimo para vendas das terras devolutas.”

Prossegue o professor em outro ponto de seu trabalho:

“Em 24 de abril de 1931, pelo Decreto nº 19.918, o chefe do Governo Provisório da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, Dr. Getúlio Dornelles Vargas, resolve declarar a caducidade das concessões à Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, para a construção da linha férrea de Porto União a Foz do Iguaçu, do ramal das Sete Quedas, e do ramal de Guarapuava e sua ligação com a Estrada de Ferro do Paraná, pelo inadimplemento das obrigações estipuladas em contratos anteriores.

Em 30 de agosto de 1932, é prolatada sentença determinando o cancelamento de contratos entre o Estado e a BRAVIACO.

4. Governo Federal incorpora bens das sociedades “A Noite, Rio Editora e Rádio Nacional”

Pelo Decreto-Lei nº 2.073 de 8 de março de 1940, o Governo Federal incorpora ao patrimônio da União a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e as empresas filiadas, ou seja, todo acervo da Sociedades “A Noite”, “Rio Editora” e “Rádio Nacional” e as terras situadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina pertencentes à referida Estrada de Ferro, alegando que a empresa Ferroviária só poderia ter adquirido ações de outras empresas com receitas e lucros sonogados, de vez que as linhas férreas sempre foram deficitárias, tanto que o Governo teve que arcar com contribuições para “garantia de juros” do capital nelas investido.

E Através do Decreto-Lei nº 2.436 de 22 de julho de 1940, incorpora ao patrimônio da União todo o ativo existente em território nacional da *Brazil Railway Company* e empresas a ela filiadas e dispõe à apuração e liquidação do seu passivo. Entre outras empresas estava incluída a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, alegando inidoneidade desta firma Norte Americana.”

5. O fim de Montoya segundo Joaquim da Rocha Medeiros

Sob a visão de Joaquim da Rocha Medeiros, que diretamente viveu aqueles momentos cruciantes, Geraldo Rocha, através de seu jornal “A Noite”, havia

combatido a Revolução e defendido com toda força do seu talento, a candidatura de Júlio Prestes. Ao vencer a revolução, um dos primeiros atos do Governo Revolucionário do Paraná foi cassar o título de propriedade da Gleba Pirapó, quiçá de todos os bens da *Brasil Railway*, disso resultando a suspensão do financiamento aos serviços da Fazenda Ivaí. O cafezal, já com 3 anos, dando portanto a primeira floração, teve que ser abandonado, a falta de gasolina para movimentar os carros não permitia mais transporte e a tragédia se verificou: Colonos e funcionários da empresa tiveram que se retirar a pé, andando 220 quilômetros, perdendo todos os seus haveres.”

Informa Medeiros que a organização da Fazenda Ivaí e do Distrito de Montoya durou até 1930.

6. Uma tragédia

Desabafa o pioneiro de Paranavaí, Dr. Joaquim da Rocha Medeiros:

“Esta tragédia foi por mim vivida ao lado de minha família. Comigo também estava, com sua família, o meu saudoso colega que era diretor geral do empreendimento.”

E conclui:

“Em toda a minha vida nunca vi tão clamorosa injustiça, porque o confisco dos bens da Braviaco foi feito pelo governo revolucionário sem o devido respeito aos interesses de terceiros, neste caso pessoas humildes que a custo de suarento trabalho tudo perderam por um ato de absolutismo que deixou na miséria uma multidão de humildes brasileiros, eis que, na oportunidade, as portas da justiça foram trancadas e a ela não se podia recorrer.”

7. As concessões de terras

O periódico NOROESTE EM REVISTA, publicado em dezembro de 1981, fala a respeito desse período da história de Paranavaí da seguinte forma:

“Por motivos políticos ou em virtude dos processos de concessão de terras daquele tempo não serem muito legais, o governo estadual fez cessar as concessões, quando Montoya encontrava-se em pleno desenvolvimento.”

8. Onda de terror

NOROESTE EM REVISTA ainda diz o seguinte:

“Em decorrência do ato ou talvez por motivo dele, registrou-se uma onda de terror: ninguém podia deixar o povoado. Se algum aventureiro deliberava deixar o trabalho não era impedido, pelo contrário, recebia seus haveres com justiça e era permitida sua retirada, que era feita pelo único caminho possível: A estrada para Presidente Prudente. Todavia, o trabalhador não passava o rio Paranapanema. Na travessia era abatido a tiros, despojado de tudo e jogado para repasto das piranhas.

A notícia do terrorismo espalhou-se até surgir o Decreto nº 800, de 08.04.1931, assinado pelo general Tourinho, Interventor Federal do Paraná, pelo qual as terras de Paranavaí voltavam ao domínio do Estado e autorizado o loteamento.

Houve rápida decadência da povoação. O Decreto nº 800, colocou cobro ao terrorismo, criou enorme burocracia aos habitantes, verificando-se o êxodo da população, que arrostava sacrifícios para abandonar a Fazenda Brasileira (Ivaí).”

9. Interventor Manoel Ribas

E prossegue a revista:

A interventoria passou para Manoel Ribas. A Fazenda Brasileira (Ivaí) foi sendo abandonada pela Companhia proprietária até ficar nas mãos do Estado. O último arrendatário, Mário Alves Pereira, que tinha uma casa luxuosíssima, viu tudo destruído, queimado, quando do regresso de uma viagem. Tudo ficou abandonado com poucos habitantes.

10. A Pequena História de Paranavaí

Sobre essa primeira fase da história da cidade, o saudoso Dr. Sinval Reis, primeiro Juiz de Direito de Paranavaí, na sua Pequena História de Paranavaí, diz o

seguinte:

“A Fazenda Brasileira, como sede geral dos imóveis da Companhia Brasileira de Viação e Comércio, foi instalada no local onde hoje se encontra a sede da denominada Fazenda do Estado. Ali se transformou em breve tempo, no distrito de Montoya, assim registrado e pertencente à comarca de Tibagi. Realizaram-se, no Cartório, alguns casamentos e registros de nascimento; o distrito chegou a ter quinhentas casas que, com o tempo, foram destruídas. Quando exerci a função de Juiz de Direito da Comarca, obtive a remessa daquele livro para esta então sede, onde se encontra no registro civil, isto em 1929. Trabalhava ali, desde os primeiros dias e vindo de Pernambuco, o atual morador desta cidade – Frutuoso Joaquim de Sales, este cidadão é o mais antigo pioneiro vivo desta cidade.”

Continua Sinval Reis:

“A Fazenda Brasileira pertencia ao Dr. Geraldo Rocha, jornalista e diretor de ‘A Noite’ e do ‘O Mundo’, antigos jornais do Rio de Janeiro; Dr. Landolfo Alves de Almeida, que dirigia os trabalhos pessoalmente e posteriormente foi interventor do Estado da Bahia, e senador reeleito pelo mesmo Estado; seu irmão Dr. Humberto Alves de Almeida, chefiava os serviços de transportes da fazenda.

Inexistia qualquer ligação por estrada com o resto do Paraná. Esta era feita através de uma estrada que passando pela estrada que vai ao Porto São José, ia a Piracema, daí cortava a Gleba 1 – Ivaí, seguia até as proximidades do Cristo Rei, atingia o Porto Ceará e seguia até Presidente Prudente; quando o destino era o Paraná dirigia-se pela Sorocabana até Ourinhos e daí para as cidades do Paraná.

O transporte feito em cargueiros era chefiado por Frutuoso. A companhia plantou mais de um milhão de cafeeiros e somente na Fazenda Brasileira, no terreno onde se localizava o velho aeroporto, Vila Paraíso, Cemitério e até a sede hoje denominada Fazenda do Estado, era ocupada por 60.000 cafeeiros. A Companhia Brasileira possuía máquinas de beneficiar arroz, serraria, uma frota de 25 caminhões, 60 mulas-cargueiras, armazém, farmácia e mais de mil casas, cobertas de zinco e situadas no atual Jardim Ouro Branco e outras colônias, inclusive na Fazenda Carneiro Ribas. A sede era fixada na atual sede da Fazenda do Estado, núcleo do distrito de Montoya, onde se encontrava o Cartório do Registro Civil e se tornara o núcleo base da futura Paranavaí. A Companhia não construiu igrejas, capelas ou cadeias; o policiamento era chefiado pelo cabo Simão e dois soldados da Polícia do Paraná. A ordem era completa e não se registraram crimes. Proibido o uso de bebidas alcoólicas, não se registravam desordens. O distrito de Montoya pertencia à Comarca de Tibagi; os nascimentos, casamentos e óbitos eram registrados, e o livro, com esses registros, encontra-se hoje na sede do Cartório Civil da sede da Comarca de Paranavaí.

Para atingir Tibagi, depois de Ourinhos, seguia-se a cavalo. Os livros de registro civil foram encaminhados na ocasião pelo Cap. Telmo Ribeiro à Rolândia e posteriormente encaminhados a esta Comarca, onde se encontram.”

11. Debandada geral

Segundo Sinval Reis:

“Na Fazenda, entre empregados da Companhia e peões mantidos pelos empreiteiros Tomaz Gonzaga, Coronel João Antônio e João Gomes, havia uma população aproximada de 6 mil habitantes, que ocupavam mil casas. A fazenda por razões desconhecidas foi desocupada e abandonada após 1932, quando aqui esteve o Tem. Cel. da polícia Palmiro e com ele se retirou Landulfo Alves, seu proprietário. Houve, em consequência, uma debandada geral. Poucos aqui permaneceram e entre eles muitos já falecidos, José Firmino da Silva, João Clareano, Olinto Bahiano, Velho Caboclo, Marins, o velho Roque e muitos outros, Aqueles que permaneceram continuaram explorando o café deixado pela Fazenda Brasileira, plantando roças e vendendo o produto em Presidente Prudente.”

12. Fazenda Ivaí e Fazenda Brasileira

Aqui vale esclarecer que a “Pequena História de Paranavaí” de autoria do Dr. Sinval Reis foi escrita antes de se ter conhecimento de que o primeiro nome da fazenda foi Fazenda Ivaí e não Brasileira. A confirmação desse nome somente ocorreu em 1975, por meio do depoimento do Dr. Joaquim da Rocha Medeiros, Engenheiro Agrônomo, que foi o responsável pela abertura da estrada ligando a Fazenda Ivaí a Presidente Prudente, isto em 1926.

Também foi encontrado um mapa do Município de Londrina, elaborado pela Comissão encarregada da revisão da divisão territorial do Estado do Paraná, datado de 02 de março de 1938, conforme já foi visto, onde está registrado, no local onde se situa hoje a cidade de Paranavaí, o nome da Fazenda Ivaí, o que comprova a veracidade das informações de Joaquim da Rocha Medeiros.

Desse modo, a partir de agora, toda vez que se falar em Fazenda Brasileira, no período compreendido entre 1920 e 1931, deve se entender como Fazenda Ivaí. Após a Fazenda Ivaí é que, aos poucos, veio a denominação de Fazenda Brasileira e depois a Colônia Paranavaí e, por fim, o Município de Paranavaí. Faz-se este alerta porque em diversos depoimentos registrados e em publicações efetuadas é visível esse equívoco.

Portanto, cronologicamente temos:

1. Fazenda Ivaí
2. Montoya
3. Fazenda Brasileira
4. Colônia Paranavaí
5. Município de Paranavaí

A FAZENDA BRASILEIRA – 1933 a 1947

1. Colonização da Fazenda Brasileira

Em 1933, o governo paranaense, com o interventor Manoel Ribas, planejou a recolonização da Fazenda Ivaí, agora já com a denominação de Fazenda Brasileira.

Widson Schwartz, em uma bem fundamentada reportagem publicada na Folha de Londrina, em outubro de 1982, diz o seguinte sobre essa fase da história de Paranavaí:

“Da Fazenda Brasileira a Paranavaí, uma história de suor e sangue, envolvendo posseiros, grileiros e jagunços; a “Lei” ficava por conta de um tenente “promovido a capitão” pelo próprio povo e do célebre Pimpão, designado pelo interventor Manoel Ribas para “domar” Londrina.

À época, o Brasil tinha 41.236.313 habitantes, um terço da população atual, e o Paraná 1.236.276, um sétimo do que hoje; a grande devastação florestal imposta pela colonização dos ingleses, a partir de Londrina, mal havia começado, o Estado ainda estava próximo de sua cobertura vegetal primitiva, correspondente a 87 por cento do território. Então, o Noroeste de Paranavaí era sertão isolado das frentes pioneiras do Norte do Estado, a Fazenda Brasileira somente podia ser alcançada por uma estrada desviando diretamente para Presidente Prudente.”

Segue informando Schwartz:

“Com o interventor Manoel Ribas, em 1933, o governo paranaense planejou a colonização da Fazenda Brasileira, que começou efetivamente em 1944 sob a denominação Colônia Paranavaí. A decisão de Ribas contrariava os interesses da Companhia de Terras Norte do Paraná, na medida em que a colonização dos ingleses se estendia a Maringá e prometia alcançar as áreas de Cianorte e Umuarama, a preços superiores aos da Colônia Paranavaí que relativamente eram simbólicos, por tratar-se de empreendimento oficial em terras devolutas.”

Diz ainda o repórter da Folha de Londrina:

“A lei chegaria à Brasileira em 1936, com o tenente Telmo Ribeiro, homem do Governo.”

Portanto, em 1933, a extinta Fazenda Ivaí foi entregue ao interventor Manoel Ribas e da Companhia colonizadora restavam apenas os colonos Frutuoso Joaquim Sales, João Clareano, José Firmino da Silva, família de Antônia Fabrícia Vieira Palmiano, Manoel Paulino da Silva, Pedro Neves Barbudo e Olímpio José dos Santos.

2. Picadão ligando a Fazenda com o resto do Estado

Considerando que o local estava ligado somente ao Estado de São Paulo pela estrada que conduzia ao rio Paranapanema e deste a Presidente Prudente, o interventor Manoel Ribas determinou a abertura de um picadão que, partindo de Arapongas, ligasse a localidade com o resto do Estado.

O rústico picadão foi aberto por Natel Camargo e, em 1939, o Capitão Telmo Ribeiro abriu definitivamente a estrada que, desde essa época, foi denominada Estrada Boiadeira e ligava Paranaíba a Rolândia.

3. Telmo Ribeiro

Adiante, Widson Schwartzr diz:

“A reconstrução da antiga estrada partindo de Maringá em direção ao porto São José pelo tenente Telmo Ribeiro “foi a primeira e real providência que permitiu já em 1942, a demarcação de uma gleba para a localização de famílias de nacionais na colônia batizada com o nome de Paranaíba, marco inicial do povoamento de vasta região que ia desde a divisa com as terras da Companhia Norte do Paraná até o Rio Paraná, entre os rios Paranapanema e Ivaí.”

Este depoimento registrado por Schwartz é de Ulisses Faria Bandeira.

Falando a respeito do Capitão Telmo Ribeiro, o prof. Saul Bogoni diz:

“Em 1977, quando entrevistei um dos principais companheiros de Telmo Ribeiro, no período mais difícil da colonização, Frutuoso Joaquim de Salles, já falecido, ele disse que era só lenda e deu um perfil bem diferente de Telmo.

Frutuoso me recebeu junto com Alcides Loureiro em sua residência no Jardim São Jorge, em meio a selas e artigos de tropeiro, que ele ainda fabricava, apesar da idade. E disse que Telmo Ribeiro pegou fama por causa do homicídio contra Alcides de Sordi. O jovem líder político, então com 21 anos, foi derrotado pelas lideranças locais governistas em 1947, quando a Fazenda Brasileira tornou-se Distrito de Mandaguari, sendo eleito primeiro vereador, Otacílio Egger. As divergências políticas se acirraram. Telmo mandou chamar De Sordi à delegacia (que funcionava anexa à Prefeitura, localizada no mesmo ponto onde é atualmente) para uma conversa e, depois de grande discussão, ele recebeu um tiro nas costas ao deixar o local. Havia outros pioneiros na sala, e Frutuoso disse que não teria sido Telmo quem atirou. Mas ele assumiu a autoria do disparo, foi julgado e condenado a 12 anos de prisão num primeiro julgamento e absolvido num segundo.

Apesar da repercussão do assassinato, Telmo ainda continuou como "capitão" na Colônia, influenciando decisões políticas e administrativas, já que era o "homem forte" designado por Moisés Lupion para abrir o trecho. Ele participou ativamente ainda de campanhas para transformar Paranavaí em município e nas eleições do primeiro e do segundo prefeitos, o médico José Vaz de Carvalho e o agrimensor Ulisses Faria Bandeira. No início dos anos 60, desgostoso com muitos acontecimentos e com a perda de poder, em função até mesmo da situação estadual, Telmo Ribeiro transferiu residência para Maringá. Morreu em 1966 assassinado em Cornélio Procópio. A fama de rápido no gatilho provocou a antecipação do disparo por parte de um desafeto. Ele estava dentro do carro Ford 1929, quando recebeu o tiro no peito, que antes varou a lataria da porta do veículo, e ele caiu morto no banco, relatou, em 1977, em entrevista ao Diário do Noroeste o seu amigo Ulisses Faria Bandeira.

4. Incorporação de empresas

Em 1940, o Governo Federal incorpora a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e empresas filiaidas, como o Jornal A Noite, a Rio Editora e a Rádio Nacional, todos do Rio de Janeiro e as terras dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Incorpora também a Brazil Railway Company.

5. Inaugurada a estrada entre Porto São José e Maringá

Em 1941, é inaugurada oficialmente a estrada entre Porto São José, no Rio Paraná, e Maringá, aberta pelo Capitão Telmo Ribeiro, com a presença do interventor Manoel Ribas. Pelo Ofício 105, é autorizado o início dos trabalhos de demarcação da 1ª Gleba Ivaí. Pelo Ofício 292 é autorizado o projeto de loteamento da Gleba para fins de colonização. Tem início os trabalhos de demarcação, tendo como ponto de partida a esquina da Avenida Paraná com a Rua Getúlio Vargas e Marechal Cândido Rondon. Inaugurada a balsa no Porto São José.

Em 1942, é averbado o cancelamento do registro da Gleba Pirapó em favor da Braviaco, com 250 mil He. Ocorre a demarcação da primeira via pública de Paranavaí, a Avenida Paraná.

Em 1943, chega a Paranavaí o pioneiro Artur Pereira de Melo, abrindo um pequeno hotel. Hugo Doubeck é nomeado pelo Governo do Estado para administrar a Colônia e chega ao lugarejo nesse mesmo ano.

Em 1944, tem início a demarcação da 2ª Gleba Ivaí. Começam os requerimentos dos lotes da 1ª Gleba Ivaí e começam a chegar os primeiros colonos desse novo povoamento. É celebrada a missa pelo Padre João Guerra, na casa de Valdomiro Carvalho. O padre veio de Mandaguari, mas antes dele, um vigário daquela localidade já celebrava missas na localidade a cada três ou quatro meses.

6. Ulisses Faria Bandeira

Ulisses Faria Bandeira, parente de Francisco de Almeida Faria, conheceu a Fazenda Brasileira em 16 de dezembro de 1939, quando participou da viagem inaugural da linha Londrina-Paranavaí através da Empresa Rodoviária Garcia, Garcia & Garcia Ltda. Ulisses, porém, só transferiu residência efetiva para Paranavaí em 1944.

Escreveu o Dr. Sinval Reis sobre essa época:

“Em 1944 a formação da Colônia Paranavaí com umas 80 casas e 500 habitantes, já no local onde hoje se situa a cidade. Primeiras casas: Hotel de Imigração, ex-Prefeitura Municipal, ao lado do Fórum, Inspetoria de Terras, de madeira; Hospital Professor João Cândido Ferreira; primeiro grupo escolar, ainda hoje funcionando no prédio construído em 1944.”

Portanto, a partir de 1944, o loteamento foi reiniciado sob a orientação do Dr. Francisco de Almeida Faria.

Informa a NOROESTE EM REVISTA:

“... Paranavaí renasceu sob o governo Manoel Ribas e orientação de Francisco de Almeida Faria, que muitas vezes, quando deixava Londrina para vir a Paranavaí, trazia o sobrinho Ulysses Faria Bandeira, que mais tarde viria a ser prefeito da cidade.

Dr. Faria conseguiu aliciar homens para povoar Paranavaí. Oferecia terras e outras mais diversas vantagens. Assim, no início de 1944, encontravam-se em Paranavaí um grupo de homens destemidos e valorosos, dispostos a vencer a floresta.”

As primeiras casas foram construídas com madeiras de casas velhas desmanteladas nas colônias da antiga Fazenda Ivaí, com autorização de Ulisses Faria Bandeira, que assim conseguiu a ajuda do povo para abertura das ruas e demarcações dos primeiros locais para construções.

“Arthur Pereira de Mello, que chegou a Paranavaí em 02 de novembro de 1943, construiu uma casinha de duas portas para bar e hotel. Em frente a essa casa foi rezada a primeira missa pelo padre João Guerra.”

Portanto, somente em 1944, o loteamento foi reiniciado agora sob a orientação do Dr. Francisco de Almeida Faria.

7. Surto de Leishmaniose

Widson Schwartz, na sua reportagem, comenta:

“Uma situação cruciante começou em 1945 na Colônia: um surto de Leishmaniose, a Úlcera de Bauru, vitimou dezenas de pessoas, marcando até crianças, que ficaram com os narizes e orelhas deformados. Uma fase traumática da colonização é o que se infere do depoimento do administrador Hugo Doubek, um marceneiro repentinamente desdobrado em enfermeiro, conselheiro e juiz.”

8. A Inspeção de Terras

Em 1945, dá-se a construção da sede da Inspeção de terras.

Em 1946, um avião conduzindo chineses desvia-se da rota e aterrissa na Fazenda Brasileira. Era um quatro motores da “Taloa Cham Transocian Air Lines”. O aeroporto localizava-se entre o atual Colégio Estadual e o Jardim Ipê. É fundado o Atlético Clube Paranaíba no dia 14 de março de 1946.

A COLÔNIA PARANAÍ - 1947 A 1951

1. Como e quando nasceu o nome Colônia Paranaíba

Há muitas divergências com referência ao ano no qual o lugar recebeu a denominação de Colônia Paranaíba. Alguns afirmam que foi em 1944, outros, em 1947. Segundo Widson Schwartz, em seu artigo UM POVOADO ESCONDIDO ORIGINOU PARANAÍ, com o Interventor Manoel Ribas, o governo paranaense planejou a colonização da Fazenda Brasileira o que somente ocorreu em 1944 já tendo o lugarejo a denominação de Colônia Paranaíba.

Widson Schwartz chega a afirmar que o nome de Colônia Paranaíba já existia desde 1933.

Entretanto, preferimos adotar o ano de 1947 como aquele em que o lugarejo recebeu a denominação de Colônia Paranaíba, isto em respeito a afirmação de Saul Bogoni na publicação DATAS HISTÓRICAS RELACIONADAS COM O MUNICÍPIO DE PARANAÍ, de 14 de dezembro de 2002, Edição Especial do Cinquentenário de Paranaíba, e na afirmação do pioneiro José Ferreira de Araujo que, sobre o tema, disse o seguinte:

“Paranaíba levou esse nome no dia 16 de junho de 1947, me parece. Nessa época o compadre Otacílio Egger era nosso vereador. Ele estava em Mandaguari. Mas ele defendia nossos direitos e nós fomos fazer uma serenata pra ele. Então fui eu que não tocava nada e o Ulisses que tocava violão muito mal e cantava muito bem, o seu Hugo Doubeck tocava violino, o compadre Valdomiro Carvalho, o pandeiro. Fomos fazer uma serenata, quando lá pelas onze horas, nós fomos na casa dele e chegamos lá tocando umas valsas das boas. Abriu a janela e saiu o rosto daqueles dois tão simpáticos do Otacílio Egger e Palmira Egger. Aí nós entramos e conversa vai, conversa vem, saiu no meio dos componentes da sala o nome de Paranaíba, que já tinha sido comentado antes. Vamos ver se arrumamos um nome para a Brasileira. Então surgiram vários nomes: Lupion, Cidade dos Três Estados, Fim do Paraná e diversos nomes foram dados e nomes de santos como Santa Cecília. E nada deu certo, ninguém aceitava. Então um dos componentes da sala quis fazer uma fusão entre o Rio Paraná e o Rio Ivaí e falou vamos por Paranaíba. Aí todo mundo viu que soava mal aquele nome, parecia que não entrava bem no ouvido. Mas ficou Paranaíba. Na nossa ideia ninguém lembrou de retocar aquele nome. Fizemos um abaixo assinado e o compadre Otacílio Egger levou a Mandaguari para o Fulin, o prefeito nosso. Ele encaminhou ao Moisés Lupion. Lá o Moisés Lupion cortou o “l” de Ivaí. Um dia depois já veio o nome de Paranaíba. Aí soltamos fogos logo: “E morreu a Brasileira, vamos acabar de matar a Brasileira e acabou”.

José Ferreira de Araújo viveu esse período e com certeza o que disse tem fundamento e merece crédito.

Dessa forma, no ano de 1947, o lugarejo passa a denominar-se Colônia Paranavaí – topônimo formado pela junção de Paraná, Paranapanema e Ivaí, denominação dos principais rios da região.

Ainda nesse ano, a Colônia Paranavaí passa a ser Distrito de Mandaguari, pela Lei 02 de 11/10/1947.

2. Otacílio Egger – Primeiro Vereador

Em 16 de novembro de 1947, o pioneiro Otacílio Egger elege-se vereador do distrito ligado a Mandaguari pelo PSD. Como suplente fica Alcides De Sordi, da UDN.

Em 1951, são eleitos outros vereadores pelo distrito de Paranavaí, ainda ligado a Mandaguari, sendo eles os Srs. José Furtado Figueiredo, Alcides Antônio De Sordi e Aloísio João Selhorst, como suplente.

3. História de heróis, de luta e de dor

Em 1948, Alcides De Sordi é morto dentro da Delegacia de Polícia do lugarejo, após discussão política. Em 1949, é criada a Paróquia de São Sebastião que ia de Capelinha (atual Nova Esperança) até as barrancas dos Rios Paraná, Paranapanema e Ivaí. Telmo Ribeiro é condenado a 12 anos de reclusão no processo de homicídio de Alcides De Sordi. Em 1950, Telmo Ribeiro é submetido a novo julgamento e sai absolvido por 6 a 1.

4. A situação da colônia em 1950

No final da década de 1949 e na década de 1950, o que predominava na região era a cultura cafeeira. Muita gente veio para a região atraída pela riqueza do café. O Diário do Noroeste em sua edição de 14 de dezembro de 2002, às folhas 30. Na reportagem “Café foi a Bússola da Colonização”, comenta:

“A formação geológica do Caiuá, constituída pelo solo denominado Arenito Caiuá, favorece a exploração cafeeira. Foi a descoberta de que a região de Paranavaí é dotada desse tipo de solo que provocou a confluência, para cá, de grande contingente populacional, voltado à exploração da cultura, o que levou à rápida colonização da região nas décadas de 40 e 50. Por longos anos o cafezal enfeitou a paisagem do Noroeste do Paraná, destacando-se como sua mais importante atividade agrícola.”

5. A chegada de Frei Ulrico Goevert

Em agosto de 1951, chega a Paranavaí o Frei Ulrico Goevert que, em setembro do mesmo ano, toma posse como vigário da Paróquia de São Sebastião.

Eis como Frei Ulrico fala sobre sua chegada a Paranavaí:

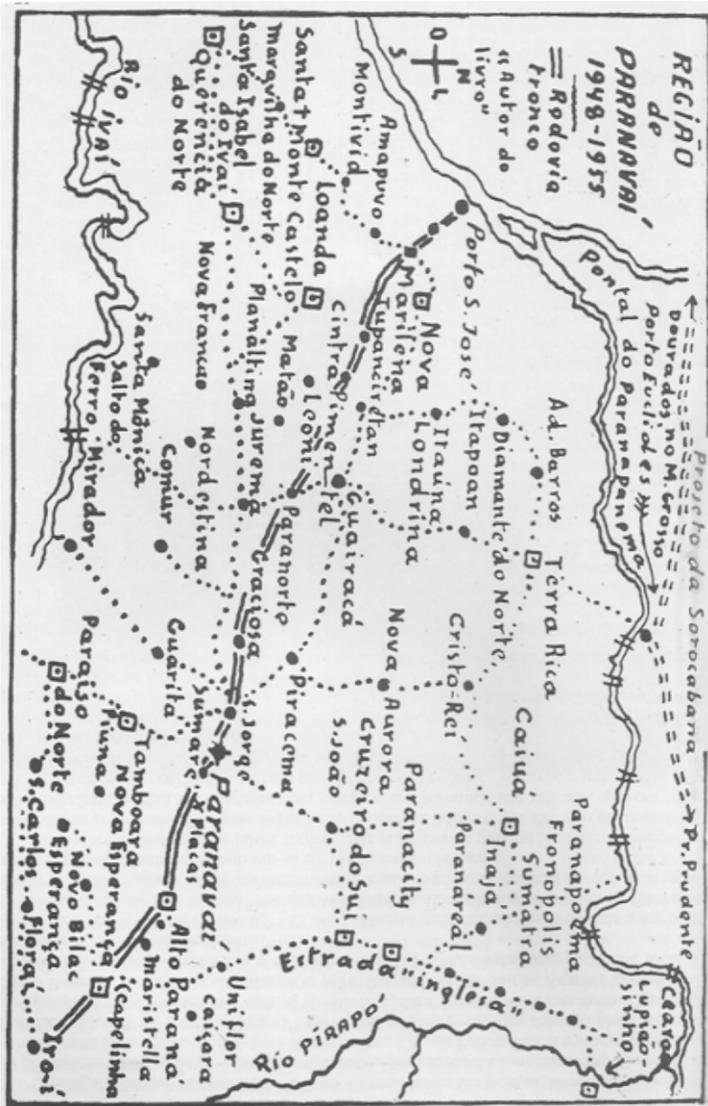
“Pouco depois de termos saído de Maringá, o quadro mudou completamente. Pela primeira vez a mata virgem do sul brasileiro. Enormes superfícies foram desmatadas nas semanas anteriores, pois o final de agosto e começo de setembro é o chamado ‘tempo das queimadas’. Em monstruosas colunas, subia a fumaça céu acima e cobria o sol. Como um prato muito avermelhado estava o sol no horizonte. Uma cinza branca caía suavemente no solo. A cinza parecia como neve suja. As superfícies queimadas causavam uma desoladora impressão! Enormes árvores deitadas como corpos mortos no solo e, ao lado, arbustos meio queimados, estendiam seus poucos galhos nus, como que suplicando aos céus ajuda.

O provincial leu aparentemente meus pensamentos e polidamente disse: ‘O senhor deverá se acostumar com este triste aspecto.’

...

CHEGANDO

Pedi ao provincial para primeiramente me levar à igreja. Sem me dar resposta, parou diante de uma casa de madeira, sem telhado e com pequena torre: ‘Esta é a igreja. Ela deve ser novamente coberta e aumentada. Este deverá ser o seu primeiro trabalho. Há ainda um pouco de dinheiro de uma festa que o povo fez.’ (...) (HISTÓRIA E MEMÓRIAS DE PARANAVAÍ – Frei Ulrico Gouvert, p. 13/14 – Livraria Nossa senhora do Carmo. Tradução e Notas de Frei Wilmar Santin, O. Carm.)



Mapa de autoria do Prof. Vicente Barroso (cópia retirada do livro O Famoso Norte do Paraná - A Terra Onde se Anda Sobre o Dinheiro - Editora São Miguel - Caxias do Sul - RS - 1956)

6. A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAÍ

Em 1951, finalmente, é criado o Município de Paranaíba pela Lei nº 790, de 14 de novembro, desmembrado do Município de Mandaguari.

IV
HISTÓRIA A PARTIR DE 1952

**(O Poder Executivo, o Poder Legislativo
e os fatos que marcaram o município nesse período).**

1. A criação do Município de Paranavaí

Pela Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951, foi criado o Município de Paranavaí, desmembrado do Município de Mandaguari (antigo Lovat), sendo que a sua instalação deu-se em 14 de dezembro de 1952, tendo como primeiro prefeito o médico José Vaz de Carvalho, mineiro de Divisa Nova, casado com dona Maria José, que veio para a cidade em 1951.

Em dezembro de 1951, foi instalada a agência dos Correios de Paranavaí.

2. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO JOSÉ VAZ DE CARVALHO - de 1952 a 1956

Em 1952, foi realizada a primeira eleição de prefeito e vereadores do município. Em dezembro do mesmo ano, tomam posse o primeiro prefeito, o médico José Vaz de Carvalho, e os primeiros vereadores em número de nove. Não havia o cargo de vice-prefeito.

Após a posse, pela Portaria nº 01, de 15 de dezembro de 1952, foram admitidos em caráter provisório, na Prefeitura Municipal, os Srs. José Alencar Furtado, como Advogado; Antônio Barbosa do Valle, como Secretário; Alcides Maia Sobral, como Fiscal Geral; José Furtado de Figueiredo, como Tesoureiro e José Cândido da Silva, como Fiel de Tesoureiro.

Pelo Decreto nº 01, de 01 de janeiro de 1953, foi nomeado para exercer o cargo de Fiscal, respondendo pela Secretaria da Prefeitura, o Sr. Antônio Barbosa do Valle.

Em maio de 1953, foi instalada a Loja Maçônica Acácia do Norte II.

3. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Os vereadores eleitos para o período de 1952 a 1956 foram:

Aldo Silva – Presidente da Câmara em 1953

Alcides Franco de Godoy

Alfredo Loureiro Júnior

Armando Castro Araujo – Presidente da Câmara em 1955

Bernardo Brunstein

Domiciliano Martins Correa

Durval Durães

Ivo Carvalho Duarte – Presidente da Câmara em 1954

Otacílio Brandão

Vivaldo de Oliveira – Presidente da Câmara em 1956

Suplentes que exerceram a vereança

Antônio Pilar Cardoso

Armando de Castro Araújo

Dario de Assis Machado

José Gomes de Lima

José de Souza Leite

Gustavo Marques de Oliveira

Neil Jorge

Joaquim Cjcarowski

Joaquim da Silva Pinto

4. Dr. Sinval Reis - Primeiro Juiz

Pela Lei nº. 1542, de 12 de dezembro de 1953, que dispôs sobre a divisão judiciária do Estado do Paraná, Paranavaí foi elevada a sede de comarca de segunda entrância, instalada no ano seguinte (1954), tendo como Juiz de Direito Sinval Reis e Promotor de Justiça Carlos Alberto Manita.

5. A criação dos Distritos Administrativos de Paranavaí

Pela Lei Municipal nº 13, de 05 de agosto de 1953, foram criados os seguintes distritos administrativos: Graciosa, Guairaçá (ou Surucuá), Loanda, Marilena, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Porto São José, Paranavaí, Querência do Norte, São Carlos do Ivaí, Santa Isabel do Ivaí, Tamboara, Terra Rica e Porto Rico.

6. Destaques

Em outubro de 1953, houve a inauguração da segunda igreja de madeira, que foi construída ao lado da atual Igreja de São Sebastião.

Em fevereiro de 1954, foi fundado o Rotary Club Paranavaí. Ainda em 1954, chega a Paranavaí o Frei Alberto Foerst. No mês de julho, pela Lei nº 80/54, é criado o

Colégio Estadual de Paranavaí. Nesse mesmo mês, é autorizada a funcionar a Rádio Paranavaí.

Em 1955, é fundada a Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, sendo seu primeiro presidente o Sr. João Nascimento Tulha. Em outubro de 1955, começa a circular o jornal O Noroeste, hoje Diário do Noroeste.

7. Paranavaí - Um dos cinco Municípios de Maior Progresso no Brasil

Em 10 de outubro de 1956, Paranavaí foi considerado um dos cinco Municípios de maior progresso do Brasil, diploma concedido à cidade por meio da Revista O Cruzeiro, do Rio de Janeiro. O prefeito José Vaz de Carvalho recebeu a homenagem das mãos do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, na então Capital da República.

8. Palavras de Frei Ulrico sobre a cidade e a região

Sobre Paranavaí e região, Frei Ulrico Goevert, que chegou à cidade em 1951, no livro HISTÓRIA E MEMÓRIAS DE PARANAÍ, Tradução e Notas de Frei Wilmar Santin, O. Carm., assim se refere:

“Agora quero contar algo sobre as pessoas que chegaram aqui, nestes lugares novos, para colonizar a terra. Muitas vezes são refugiados de outros estado ou países, que querem construir uma nova vida. Por isso temos também uma mistura internacional aqui reunida. Graças a Deus não vêm só os aventureiros, mas também pessoas e famílias íntegras, que dão gosto ao missionário. Outros, pelo contrário, têm passado duvidoso atrás de si e querem continuar sua velha safadeza neste novo local. Quantas vezes nestes primeiros anos de meu trabalho aqui me aconteceu de algum colono chegar até mim e confidencialmente me contar que havia cometido um erro. Outro que praticou um crime hediondo e tem até mesmo uma morte na consciência. Para limpar o passado todos dão um sumiço nos documentos e providenciam novo registro de nascimento, com um novo nome querem agora começar uma nova vida. O que mais posso fazer com estas pessoas senão ajudá-las o máximo para que possam se tornar membros úteis de uma comunidade? Entretanto é bem desagradável quando volta e meia aparece por aqui uma mulher com filhos, mostrando fotografias e afirmando ser mulher legítima deste ou daquele homem, que agora utiliza outro nome. Geralmente o “marido” em questão desaparece durante a noite, atravessa o grande rio e no outro lado, na imensa região florestal do Mato Grosso, recomeça tudo de novo. Pode ser que

lá ele tenha mais sorte, talvez, porém, seja surpreendido alguns anos depois pelo mesmo destino e deva outra vez sumir diante da própria família.

Pior, no entanto, acontece com aqueles que já de antemão vem para cá com o propósito de continuar a sua vida imoral. Eles chamam um trabalho bem lucrativo, por exemplo: derrubam 10 alqueires de mato e recebem pelo serviço um bom dinheiro. Então põe-se a gastar seus ganhos com bebidas e comidas ou desperdiçam tudo em orgias dos mais levianos modos. A sequência é então frequente: roubo, morte e homicídio. Aqui foram poucos meses em que não tivemos um morto por assassinato para enterrar. Mas nem sempre a vítima fazia parte dessa leviana corja. Muitos casos de assassinatos aconteceram por motivo de terra e direito de posse.”

9. Pe. Jacobus Beck - Viagem à Região Missionária de Paranavaí

A seguir temos as palavras de Pe. Jacobus Beck, O. Carm., em texto publicado numa revista da Alemanha, sob o título Minha Viagem à Região Missionária de Paranavaí – Fevereiro de 1952. A tradução e as Notas de Frei Wilmar Santin (hoje Bispo da Prelazia de Itaituba, no Pará).

“Nos últimos anos, a cidade de Paranavaí cresceu literalmente do chão: quando Frei Ulrico, em setembro de 1951, aceitou o posto de missionário, a cidade tinha 3.000 habitantes – hoje já são mais de 5.000. Não se deve imaginar, contudo, uma “cidade” de acordo com o modelo europeu com casas de pedras e ruas asfaltadas. Não se pode compará-la na aparência também com uma de nossas aldeias. As casas simples de madeira são parecidas com nossas barracas de feira, e as chamadas “ruas” igualam-se antes aos caminhos, como nos encontramos na Alemanha, muitas vezes como acessos para áreas. A cidade, porém, faz boa figura em ordem e limpeza. Ali pode-se comprar de tudo o que se refere à subsistência. Também não faltam locais de lazer, e os carros e caminhões fazem barulho indo e vindo nas esburacadas ruas, como na Alemanha. A afluência de colonos continua ininterruptamente, de modo que mais ou menos três novas casas de madeira são construídas por semana. O principal magnetismo de Paranavaí é exercido pelo solo sumamente fértil, o qual serve principalmente para a cultura do café, algodão, arroz e milho. O colono recém-chegado da Europa, que tem a batatinha como principal alimento, vai procurá-la inutilmente. Não se encontra batatinha no Brasil. Em seu lugar cresce em abundante proporção, em pouco tempo, uma hortaliça com uma grossa raiz, bastante semelhante à nossa escorcioneira, todavia muito mais grossa, e nos gosto e uso comparável à nossa batatinha de melhor qualidade. Para os numerosos e grandes rebanhos de gado o

Brasil é realmente um paraíso.”

10. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO ULISSES FARIA BANDEIRA - de 1956 a 1960

Em 1956, foi eleito prefeito do Município de Paranavaí o Sr. Ulisses Faria Bandeira, que era agrimensor e demarcara as primeiras ruas da cidade já na década de 1940. Não havia o cargo de vice-prefeito.

Além de destacado pioneiro, Ulisses também ocupou a Chefia do Poder Executivo da cidade e, em seguida, foi eleito vereador.

11. Destaques

Chicão Soares, em trabalho publicado no Diário do Noroeste em 14 de dezembro de 2002, sob o título de Administrando com Previsões, Ulisses Faria Bandeira deve “ser lembrado pelo seu trabalho como Chefe do Executivo.”

Diz o repórter sobre o trabalho de Ulisses Faria Bandeira:

“Além do pioneirismo, como a primeira etapa na distribuição de água potável, sentiu ele que a planta original da cidade em bem pouco tempo deixaria a desejar, pois o movimento da sua época já se mostrava grande e com tendência a aumentar cada vez mais. Precavendo-se contra maior intensidade do tráfego, ele promoveu o alargamento de ruas para que mais tarde elas servissem como vias rápidas ligando os extremos Leste e Oeste e comportando grande quantidade de veículos. Colocou sua ideia em prática e é muito interessante citar que o alargamento das Ruas Pernambuco e Rio Grande do Norte em cinco metros nada custou ao município a título de desapropriações.”

Em outro trecho da reportagem, Chicão Soares diz:

“As medidas de reestruturação urbana de Ulisses Faria Bandeira não ficaram, no entanto, restritas às Ruas Pernambuco e Rio Grande do Norte. A cidade já se estendia rumo ao Norte e ele sentiu que mais tarde haveria a necessidade de se contar com uma via das que hoje se chamam expressas. E dessa certeza nasceu a Avenida Perimetral, agora denominada Avenida Tancredo Neves.”

Em 1958, é instalada a Rádio Cultura de Paranavaí. Ainda em 1959, é criada a Biblioteca Pública Municipal Julia Wanderley e é lançada a pedra fundamental da Santa Casa de Paranavaí.

12. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Para o período de 1957 a 1960, foram eleitos os seguintes vereadores:

Aldo Silva

Francisco Rodrigues Ruiz – Presidente da Câmara em 1959

Gustavo Marques de Oliveira – Presidente da Câmara em 1957

José Vaz de Carvalho – Presidente da Câmara em 1958

José de Souza Leite – Presidente da Câmara em 1960

José Vendolino Schueroff

Minoru Imoto

Nelson Busato dos Santos

Oswaldo Madalozzo

Vivaldo de Oliveira

Suplentes que exerceram a vereança:

Genésio de Siqueira

José Fernandes Pedrosa

Ivo Paul Muller

Aloísio João Selhorst

Ephrain Marques Machado

Lourival Rauen

13. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO ANTÔNIO JOSÉ MESSIAS - de 1960 a 1964

Em 1960, é eleito prefeito de Paranavaí o médico Antônio José Messias. Vice-prefeito foi Antônio Silva Sobrinho.

14. Destaques

Nesse mesmo ano chegavam à cidade as Irmãs Vicentinas, foi inaugurado o Asilo de Velhos Lins de Vasconcelos e foi criado o novo Cemitério Municipal.

O Dr. Messias cria a Banda de Música de Paranavaí em 1961. Em 1963, foi criado o Lions Club e em 17 de setembro de 1963, falece o Dr. Sinval Reis, primeiro Juiz de Direito da Comarca.

Em 1964, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora das Dores e foi inaugurada a

Igreja Matriz de São Sebastião.

15. A decadência da cafeicultura

Já nos primeiros anos da década de 1960, começa a se verificar a decadência da cafeicultura na região.

16. A Vila Operária

Durante o seu mandato o Dr. Antônio José Messias fez um trabalho social dos mais relevantes para os moradores de Paranavaí, criando e instalando a Vila Operária, beneficiando assim as classes menos favorecidas da cidade e do município.

Ainda em 1964, o prefeito Antônio José Messias foi preso e acusado de liderar agitação subversiva e comunizante; porém, nada foi provado e ele logo em seguida reassumiu o cargo de Prefeito Municipal.

17. A Praça da Xícara

Em 1964, Dr. Messias inaugurou a Praça da Xícara, que recebeu a denominação de Praça Sinval Reis, em homenagem ao primeiro Juiz de Direito da cidade.

18. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Para o período de 1960 a 1964, foram eleitos os vereadores:

- **Aldo Silva** – Presidente da Câmara em 1963
- Alírio Hulmman
- **Benedito Pinto Dias** – Presidente da Câmara em 1961
- **Benedito Cláudio de Passos Paula** – Presidente da Câmara em 1962
- Geraldo Longo
- Ismael Gripp
- José Vendolino Schueroff
- Olavo Melo Franco
- Ulisses Faria Bandeira
- Vivaldo de Oliveira
- **Waldenício Barbalho** – Presidente da Câmara em 1964

Suplentes que exerceram a vereança

Silvino Meira e Sá Bezerra
Antônio Silva Sobrinho
Francisco Felício
Dr. Roberto Ferreira
Sebastião Bem-Bem de Oliveira
Leopoldo Peres de Oliveira
Lourival Rauem
Francisco Cesar Soares de Monte Negro
Waldemiro Wagner
Walter De Sordi

19. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO JOSÉ VAZ DE CARVALHO - de 1964 a 1968

No final de 1964 é eleito pela segunda vez o Dr. José Vaz de Carvalho como prefeito do município. Vice-prefeito foi Dr. Joaquim Castela.

20. Destaques

Em 1965, foi inaugurada a sede do Harmonia Country Club e, pela Lei Municipal 389, foi criada a Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba.

21. Diocese de Paranaíba - D. Benjamin de Sousa Gomes o primeiro Bispo

Em 1968, o Papa Paulo VI cria a Diocese de Paranaíba, desmembrada de Maringá, sendo sagrado Bispo Diocesano Dom Benjamin de Sousa Gomes, até então vigário de Sorocaba, SP. No mesmo ano D. Benjamin tomou posse no cargo.

Ainda em 1968, foi inaugurado o atual prédio da Prefeitura Municipal.

22. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Foram eleitos os seguintes vereadores:

- Aldo Silva

- **Aníbal Ajita** – Presidente da Câmara em 1965

- Antônio Barão
- Cesar Francisco Soares de Montenegro
- Danilo Bernedt
- **Luiz Francisco de Assis** – Presidente da Câmara em 1968
- Fuad Esper Cheida
- Fued Tapxure
- **Flavio Ettore Giovine** – Presidente da Câmara em 1967
- Hercílio Sandri
- **Hercílio Costa** – Presidente da Câmara em 1966
- José Vendolino Shueroff
- Nelson Leal
- Sebastião Bem Bem de Oliveira
- Waldenício Barbalho

Suplentes que exerceram a vereança

Douglas H. Bicudo
 Dr. Roberto ferreira
 Vivaldo de Oliveira
 Kimio Nakamura
 Rosalino Ernesto Nogara
 Adolfo Ferrari

23. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIONÍSIO ASSIS DAL PRÁ - de 1969 a 1972

No final do ano de 1968, Dionísio Assis Dal Prá assume o cargo de Prefeito Municipal e Geraldo Longo o de Vice-Prefeito.

24. Desenvolvimento da Pecuária Bovina

Nesse período houve grande crescimento da pecuária bovina na região, sendo inclusive construído e inaugurado o Parque de Exposições Presidente Arthur da Costa e Silva .

25. Destaques

Assim, a partir daí ganha espaço a pecuária bovina, deixando o café, definitivamente, de preponderar na economia regional.

Em 1969, foi instalada a Loja Maçônica Vale do Ivaí.

Durante o mandato de Dionísio Assis Dal Prá foi instalado o 8º Batalhão da Polícia Militar, cujo comandante era o Tem. Cel. Wilson Mendes, foi inaugurado o Parque de Exposições Presidente Arthur da Costa e Silva, criado o Símbolo de Paranavaí e inaugurado o Ginásio de Esportes Emílio Garrastazu Médici.

Em 1972, foi instalado o Capítulo Rosa Cruz Entre-Rios da Maçonaria.

26. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Foram vereadores nesse período:

- Antônio Cunha Vasconcellos
- Antônio Kulevicz
- Aurélio Costa Filho
- **Danilo Bernedt** – Presidente da Câmara em 1970
- **Delcídes Pomin** – Presidente da Câmara de 1971 a 1972
- Edmar Lima Cordeiro
- Francisco Luiz de Assis
- Hercílio Sandri
- Moacir Veras
- **Mário Afonso Costa** – Presidente da Câmara em 1969
- Nelson Leal
- Sebastião Bem Bem de Oliveira
- Teodoro da Silva Oliveira
- Nelson Seigi Akiyoshi
- Waldenício Barbalho

Suplentes que exerceram a vereança:

Fuad Esper Cheida

Clayton Reis

Kiyti Hatori

Otávio Zocante

Claudiomiro Silvestre

27. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO BENEDITO PINTO DIAS - de 1973 a 1976

Em 1973, Benedito Pinto Dias assume o cargo de Prefeito do Município de Paranavaí e Mário Hélio Lourenço de Almeida assume como Vice-Prefeito.

28. Destaques

Principais fatos que marcaram esse período da História de Paranavaí:

Foi aprovada a letra e a música do Hino de Paranavaí (1973); foi inaugurada a pista de atletismo ao lado do Colégio Estadual (1975); foi inaugurado o Ginásio de Esportes Antônio Lacerda Braga (Lacerdinha) (1975); foi realizado o Concurso Miss Paraná e foram realizados os XXIV Jogos Abertos do Paraná.

Nesse período, Benedito Pinto Dias ocupou a Presidência da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná (AMUNPAR) e ocupou a Presidência da Associação dos Municípios do Paraná – AMP.

29. Obras de Infraestrutura

Nesse período, houve a implantação do serviço de esgoto sanitário, a instalação de inúmeras galerias de águas pluviais com o combate à erosão urbana e o melhoramento no abastecimento de água.

Em 1976, foi inaugurado o Aeroporto Edu Chaves no Jardim São Jorge.

30. Cassação do mandato do Deputado José Alencar Furtado

Em 1976, o deputado federal José Alencar Furtado teve o seu mandato cassado pelo presidente Gen. Ernesto Geisel.

31. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Foram eleitos vereadores:

- Altino Alonso Quinhoneiro
- Antônio Cunha Vasconcellos
- Cesar Francisco Bassan
- Delcídes Pomin
- Fernandes Kayamori

- Francisco Luiz de Assis
- Geraldo Longo
- Jacó Schulz
- José Dantas de Lima
- **Lauro Machado** – Presidente da Câmara de 1973 a 1974
- Mário Afonso Costa
- Pedro Spigolon
- Raimundo Arruda de Souza
- **Sebastião Bem Bem de Oliveira** – Presidente da Câmara de 1975 a 1976
- Willy Geraldo Brandalise

Suplentes que exerceram a vereança:

Abel de Souza Morangueira
 Arlindo Batista da Silva
 Renato Ribeiro Porto
 Vivaldo de Oliveira
 Professora Edna de Almeida Andriolli
 Odair Alves Pereira
 Eurico Baptista de Carvalho

32. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO JOSÉ VAZ DE CARVALHO - de 1977 a 1982

Em janeiro de 1977, assume novamente o cargo de prefeito de Paranavaí, o médico José Vaz de Carvalho e o Vice-prefeito foi Lauro Machado.

33. Destaques

No período compreendido entre 1977 e 1983, ocorreram os seguintes fatos de destaque no município de Paranavaí: Em 1978, foi criado o Rotary Clube Paranavaí – Fazenda Brasileira; em 1979, foi inaugurada a Praça dos Pioneiros; em 1979, inaugurada a Escola Carmen Lúcia Rauen (APAE); em 1979, o deputado José Alencar Furtado é anistiado; em 1980, foi inaugurado o Fórum Sinval Reis na Av. Paraná; em 1981, morre o ex-prefeito Antônio José Messias; em 1982 o jovem deputado estadual Heitor Cavalcanti de Alencar Furtado (filho de José Alencar Furtado), foi

assassinado em um posto de combustível próximo a Jandaia do Sul.

34. Câmara Municipal de Vereadores

Vereadores:

Abel de Souza Morangueira – Presidente da Câmara de 1979 a 1980

Celso Francisco Dziedzic

Cesar Francisco Bassan – Presidente da Câmara de 1981 a 1982

Dionísio Ferraz Júnior

Eurico Baptista de Carvalho

Hercílio Sandri

Issao Omoto

Itacir Biazus

José Paranhos de Mesquita

Mário Afonso Costa – Presidente da Câmara de 1977 a 1978

Odair Alves Pereira

Sebastião Bem Bem de Oliveira

Valentin Cescon de Mello

Vivaldo de Oliveira

Willy Geraldo Brandalise

Suplentes que exerceram a vereança:

Pedro Eredia

Abílio Nagib Neme

35. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO BENEDITO PINTO DIAS - de 1983 a 1988

Em janeiro de 1983, novamente Benedito Pinto Dias assume o cargo de prefeito municipal. Vice-prefeito foi Luizinho Gonzaga Donida.

36. Destaques

Destacam-se os seguintes fatos no período dessa administração municipal: Inaugurado o novo prédio da Fundação Faculdade Municipal, de Educação, Ciências e

Letras de Paranavaí, no Jardim Morumbi (1984); inaugurada a Rádio Caiuá FM (1984); inaugurada a nova sede da Aciap (1986); criada e instalada a Justiça do Trabalho (1986); posse de D. Rubens Augusto de Souza Espínola como segundo Bispo da diocese (1986); foi criada a Fundação Cultural de Paranavaí, tendo como seu primeiro presidente José Carlos Beckhauser (1986); inaugurada a Casa da Cultura na sede do antigo Diretório Acadêmico Tristão de Athayde – DATA (1986); instalada a Escola do Senac no antigo prédio da Fafipa (1986); instalada em Paranavaí uma Escola da Fundação Bradesco (1987). Houve também um grande combate à erosão urbana.

37. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Vereadores:

Abel de Souza Morangueira

Basílio Schulz

Danilo Feuser

Delcídes Pomin

Dionísio Ferraz Júnior

Genécio Feuser – Presidente da Câmara de 1985 a 1986

Irineu Betti

Itacir Biazus

José Paranhos de Mesquita – Presidente da Câmara de 1983 a 1984

Manoel de Lima

Nelson Pinto Dias

Pedro Eredia

Rosalvo Pereira Leal

Sebastião Bem Bem de Oliveira

Willy Geraldo Brandalise – Presidente da Câmara de 1987 a 1988

Suplentes que exerceram a vereança:

Mário Afonso Costa

38. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO RUBENS FELIPPE - de 1989 a 1992

Em janeiro de 1989, assume o cargo de prefeito municipal o Sr. Rubens Felipe. Vice-prefeito foi César Francisco Borin.

39. Destaque

No período administrado por Rubens Felipe, ocorreram os seguintes fatos: Criado o Rotary Paranavaí – Moema (1991); inaugurado o Estádio Municipal Waldomiro Wagner com o jogo do Brasil contra Costa Rica (1992); inaugurada a TV Imagem do Noroeste (1992).

40. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Vereadores:

Abel de Souza Morangueira

Delcídes Pomin – Presidente da Câmara de 1989 a 1990

Elpídio José Silvestre

Gabriel Back

João Álvaro Esquivel da Silveira

José Otacilio Araújo Moraes

Mauro Bertola Mazzo

Mauro Del Fiol

Nelson Pinto Dias

Paulo Cesar de Oliveira

Tetsuo Yamakawa

Waldemar Navarro

Walmor Trentini – Presidente da Câmara de 1991 a 1992

Suplentes que exerceram a vereança:

Laércio Pedro de Oliveira

Agamenon Arruda de Souza

Demerval Silvestre

Odair Alves Pereira

41. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO JOSÉ AUGUSTO FELIPPE - de 1993 a 1996

Em 1993, José Augusto Felipe assume o cargo de prefeito municipal de Paranavaí e Delcídes Pomin assume o de Vice-prefeito.

42. Destaques

Durante a administração do prefeito José Augusto Felipe tivemos os seguintes fatos de destaque no município: foi criado o Campus da Unipar (1993); inaugurada a Rádio Globo FM (1994); inaugurado o CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança (1994); inaugurada a nova Estação Rodoviária (1996); inaugurada a Casa do Aguardo (1996); inaugurada a Estação do Ofício (1996).

43. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Vereadores:

Agamenon Arruda de Souza

Elpídio José Silvestre

Everaldo Tatinha Avelar da Silva

Fábio Ferreira de Souza

Felisberto Schueroff

Helena Ribeiro Porto Machado

José Roberto Pacífico

José Dolvino Garcia

José Otacílio Araujo de Moraes

Marcílio Rodrigues da Silva

Mauro Bertola Mazzo

Milton Hipólito dos Santos Filho

Nivaldo Aparecido Mazzin – Presidente da Câmara de 1995 a 1996

Paulo Cesar de Oliveira

Rafael Barbosa Evangelista

Tetsuo Yamakawa

Valter Ismael Volpato – Presidente da Câmara de 1993 a 1994

Suplentes que exerceram a vereança:

Romeu Luiz Bogoni

44. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO ANTÔNIO TERUO KATO - de 1997 - 2000

Em 1º de janeiro de 1997, assume o cargo de Prefeito Municipal o Sr. Antonio Teruo Kato e Rogério José Lorenzetti assume como Vice-prefeito.

45. Destaques

Os fatos que marcaram esse período foram: a criação do Rotary Paranaíba – Arenito. Morre Ulisses Faria Bandeira, segundo prefeito de Paranaíba. Paranaíba recebe o prêmio nacional "Prefeito Criança" da Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) por ações em prol da criança e do adolescente. Morre aos 92 anos, Antonio Benassi, primeiro farmacêutico formado em Curso Superior de Paranaíba. Morre o médico Octávio Marques de Siqueira.

46. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Vereadores:

Ady Zacarkin

Aparecido Vieira

Agamenon Arruda de Souza

Carlos Sergio Garcia

Daniel Moreira da Silva

Edmilson Donizete Botêquio

Everaldo Tatinha Avelar da Silva – Presidente da Câmara de 1997 a 1998

Fábio Ferreira de Souza

Jonas Terto Rodrigues

José Galvão

José Otacílio Araújo de Moraes

Lauro Machado – Presidente da Câmara de 1999 a 2000

Manoel sebastião Jardim

Marcílio Rodrigues da Silva

Milton Hipólito dos Santos Filho

Nivaldo Dolvino Garcia

Pedro Odair Marucci

Romeu Luis Bogoni

Suplentes que exerceram a vereança:

Agamenon Arruda de Souza

Miriam Takamori

Tatsuo Yamakawa

47. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DEUSDETE FERREIRA DE CERQUEIRA - de 2001-2004

Deusdete Ferreira de Cerqueira assume o cargo de Prefeito de Paranavaí em 2001, o Vice-prefeito foi Roberto Ferreira Filho, que renunciou por transferência de domicílio. O cargo passou para o Presidente da Câmara.

48. Destaques

Fatos de destaque nesse período: Publicada Resolução do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (com sede em Porto Alegre-RS) criando a Vara Federal da Circunscrição Judiciária de Paranavaí, instalada em 21 de fevereiro de 2001, com a posse do primeiro juiz federal, Adriano José Pinheiro, e do juiz substituto Emanuel Alberto Sperandio Garcia Gimenez, depois substituído por Matheus Gaspar. Inaugurado o Terminal Rodoviário Ângelo Bogoni (antiga Estação Rodoviária) com a criação do Passe Integrado. Empossado o bispo-coadjutor, dom Eliseu Moraes Pimentel, que veio de Jacarezinho, onde era diretor do Seminário Diocesano. Faleceu menos de três meses depois, em 27 de fevereiro de 2003. Instalado o Juizado Especial

Federal Adjunto. Inaugurado o prédio do Teatro Municipal, nominado Dr. Altino Afonso Costa, que abriga também a Biblioteca Municipal Júlia Wanderley. Assume o terceiro bispo de Paranavaí, Dom Sérgio Aparecido Colombo, até 2009. Em 6 de dezembro de 2009 deixou Paranavaí para assumir como bispo de Bragança Paulista-SP. Inaugurado o prédio próprio do Fórum Eleitoral, na Av. Heitor Furtado.

49. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Vereadores:

Ady Zacarkin

Agamenon Arruda de Souza

Daniel Moreira da Silva

Edmilson Donizeti Botéquio

Eralda Daminelli Garcia – Vice Presidente

Eduardo Domingos Dal Prá

Everaldo Tatinha Avelar da Silva

Helena Ribeiro Porto Machado

Joaquim Aurélio da Conceição

José Galvão – 2º Secretário

Josias Zarelli – 1º Secretário

Milton Hipólito dos Santos Filho

Nivaldo Aparecido Mazzin – Presidente da Câmara de 2001 a 2004

Pedro Baraldi

Romeu Luiz Bogoni

Sanatiel Hipólito dos Santos

Tarcísio Barbosa de Souza

Suplentes que exerceram a vereança:

Cláudio Porfírio de Deus

Jonas Terto Rodrigues

Márcio Euripedes Gonçalves

Helinton Machado Spigolon

50. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO MAURÍCIO YAMAKAWA - de 2005 - 2008

Em 1º de janeiro de 2005, foi empossado no cargo de Prefeito Municipal o Sr. Maurício Yamakawa e Rubens Felipe como Vice-prefeito.

51. Destaques

Foram fatos importantes desse período: Fundada a Academia de Letras e Artes de Paranavaí, instalada em 28/08/2008, com a posse da primeira Diretoria, presidida pelo advogado e contabilista Renato Benvindo Frata. Atlético de Paranavaí sagra-se campeão estadual contra o Paraná Clube, com empate de 0x0 em Curitiba. No primeiro jogo da decisão o ACP venceu ao Paraná por 1x0 em Paranavaí.

52. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Vereadores:

Nivaldo Aparecido Mazzin – Presidente da Câmara de 2005 a 2006

Joaquim Aurélio da Conceição – Presidente da Câmara de 2007 a 2008

Ady Zacarkin – 2º Secretário 2005-2006

Alziro Melli Lopes

Cláudio Porfírio de Deus – 2º Secretário – 2007-2008

Clovis Campos – 1º Secretário – 2005-2006

Elpídio José Silvestre – Vice Presidente – 2005-2006

Josias Zarelli

Osmar Wessler – 1º Secretário – 2007-2008

Cesar Alexandre dos Santos – Vice Presidente – 2007-2008

Suplentes que exerceram a vereança:

Celso Avelar

Mohamad Hassan Smaili

53. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO ROGÉRIO JOSÉ LORENZETTI - de 2009 a 2012 e 2013 a 2016

Em 2009 é empossado no cargo de Prefeito Municipal de Paranavaí o Sr. Rogério José Lorenzetti e Alziro Melli Lopes como Vice-prefeito. No mandato atual o Vice-prefeito é Rubens Felipe.

54. Destaques

São fatos de destaque nesse período: Com o cargo de bispo vago, o padre Luiz da Graça, pároco de São José do Ivaí e Santa Mônica, assume como administrador diocesano. Inaugurado prédio do Instituto Médico Legal de Paranavaí na Rua Albino Silva. O Tribunal de Justiça do Paraná dá ganho de causa ao Estado em mais uma ação do caso conhecido como “Gleba dos Apertados”, em que cessionários de supostos direitos de propriedade sobre uma área rural cobram do Estado indenizações de R\$ 150 bilhões. A área, de aproximadamente 500 km², abrange todo o município de Paranavaí. A questão teve início numa demanda de 1896, quando os títulos de propriedade foram invalidados. Restam ainda duas demandas. Toma posse na Catedral Maria Mãe da Igreja dom Geremias Steinmetz, como 4º bispo da Diocese de Paranavaí, sob o lema em Latim: “Cognoverunt eum in fractione panis”

(Reconheceram-no ao partir o pão) (Lc 24,35). Sua ordenação episcopal ocorreu dia 25 de março de 2011 em sua comunidade de origem, Francisco Beltrão, da Diocese de Palmas. Dom frei Wilmar Santin, que foi pároco em Paranavaí, é empossado bispo da Prelazia de Itaituba-PA. Ele foi ordenado perante a comunidade de Paranavaí, em cerimônia realizada no Ginásio de Esportes Noroestão, dia 19 de março de 2011. Inaugurado o Supermercado Mufatto à Av. Distrito Federal. Inaugurado o Shopping Cidade, à Av. Getúlio Vargas, esquina com Rua Paraíba. Inaugurado pelo prefeito Rogério Lorenzetti o sistema de videomonitoramento da cidade, com implantação de 23 câmeras e duas centrais remotas de controle.

55. PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL

Vereadores no período de 2009 a 2012:

Nivaldo Mazzin – Presidente da Câmara de 2011 a 2012

José Galvão

Gildário Júlio Santos – Presidente da Câmara de 2009 a 2010

Celso Avelar

Antônio Carlos Utrila Garcia

Odair Xavier Amâncio

Roberto Cauneto Picoreli

Joaquim Aurélio da Conceição

Josias Zareli

Osmar Wessler

Suplentes que exerceram a vereança:

Mohamed Hassan Smaili

Milton Hipólito dos Santos Filho

Eralda Damineli Garcia

Walter dos Reis

Wilson da Silva Faria

Vereadores do período de 2013 a 2016:

Mohamad Hassan Smaili – Presidente da Câmara de 2013 a 2014 e 2015 a 2016

Claudemir Barini – Vice Presidente - 2013-2014

Zenaide Rosa Borges - 2ª Secretária - 2015-2016

Aldrey Fabiano Azevedo

Walter dos Reis – 2º Secretário – 2013-2014 e Vice Presidente de 2015-2016

Josival Moreira da Silva

Antônio Alves da Silveira

José Galvão

Leonildo Giabardo Martins – 1º Secretário – 2013-2014 e 2015-2016

Roberto Cauneto Picoreli

V
O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO

Antes mesmo da criação do Município de Paranavaí algumas pessoas já se destacavam no cenário político da pequena comunidade.

Em 16 de novembro de 1947, o pioneiro Otacílio Egger elegeu-se vereador do distrito ligado a Mandaguari pelo PSD. Como suplente fica Alcides De Sordi, da UDN.

Em 1951, são eleitos outros vereadores pelo distrito de Paranavaí, ainda ligado a Mandaguari, sendo eles os Srs. José Furtado Figueiredo, Alcides Antônio De Sordi e Aloísio João Selhorst, como suplente.

O Município de Paranavaí, finalmente, foi criado com o desmembramento do Município de Mandaguari, por meio da Lei Estadual nº 790, de 14.12.51, e solenemente instalado em 14 de dezembro de 1953, com posse do seu primeiro prefeito, o médico Dr. José Vaz de Carvalho.

Daí para frente uma das mais interessantes histórias políticas se sucedeu. Sobre o assunto, trata o professor José Carlos Alcântara em seu livro Política Local – Um Estudo de Caso: Paranavaí 1952-1982. Trabalho de grande importância para quem quer se aprofundar sobre a história política deste Município e da região.

Com a instalação do Município, veio a criação e instalação da Comarca de Paranavaí. Na época, foi designado como Juiz de Direito da Comarca o Dr. Sinval Reis, o primeiro Juiz de Paranavaí, tendo ao seu lado o primeiro promotor, Dr. Carlos Alberto Manita.

A comarca de Paranavaí foi criada pela Lei Estadual nº 1.542. O Dr. Sinval Reis tomou posse em 1º de março de 1954.

Desta forma, verifica-se que a eleição de 1952 foi ainda presidida pelo Juiz Eleitoral da Comarca de Mandaguari.

A seguir, uma síntese dos resultados das eleições ocorridas no Município desde 1952.

1952

Para Prefeito:

José Vaz de Carvalho (eleito)

Herculano Rubim Toledo

votos:

2.702

1.607

Vereadores:

Aldo Silva, Armando de Castro Araújo, Domiciano Martins, Gustavo Marques de Oliveira, José Gomes de Lima, Antonio Pilar Cardoso, Dário de Assis Machado, Aldo

Silva, José de Souza Leite, Vivaldo de Oliveira, Ivo Carvalho Duarte.

1956

Em 18 de novembro de 1956 foi realizada a segunda eleição municipal, tendo o seguinte resultado:

Para Prefeito:	votos
Ulisses Faria Bandeira (eleito)	4.071
Herculano Rubim Toledo	4.029

Vereadores:

Aldo Silva, Francisco Rodrigues Ruiz, Gustavo Marques de Oliveira, Dr. José Vaz de Carvalho, José de Souza Leite, José Vendolino Schuroff, Minoru Imoto, Nelson Busato dos Santos, Osvaldo Madalozzo, Vivaldo de Oliveira.

1960

Em 03 de outubro de 1960 foi realizada a terceira eleição municipal, tendo o seguinte resultado:

Para Prefeito:	votos:
Antonio José Messias (eleito)	3.618
Flávio Ettore Giovine	3.535
Otávio Marques Siqueira	1.633

Vereadores:

Aldo Silva, Alírio Hullmann, Benedito Pinto Dias, Benedito Cláudio Passos Paula, Geraldo Longo, Ismael Gripp, José Vendolino Schuroff, Osvaldo Franco Mello, Vivaldo de Oliveira, Waldenício Barbalho.

1964

A eleição de 1964 teve o seguinte resultado:

Para Prefeito:	votos:
José Vaz de Carvalho (eleito)	3.977
Geraldo Longo	2.771
Neil Jorge	2.143

Vereadores:

Aldo Silva, Anibal Ajita, Antonio Barão, Cezar Francisco Soares Montenegro, Danilo Berndt, Francisco Luiz de Assis, Fuad Esper Cheida, Fued Tapxure, Flávio Giovini, Hercílio Sandri, Hercílio Costa, José Vendolino Schueroff, Nelson Leal, Sebastião Bem-Bem de Oliveira, Waldenício Barbalho.

1968

Em 1968, a eleição teve o seguinte resultado:

Para Prefeito:	votos:
Dionísio Assis Dal Prá (Arena 1)	5.293
Flávio Ettore Giovini (Arena 2)	4.861
Antonio José Messias (MDB 1)	8.094
Joaquim Castella (MDB 2)	384
Eleito: Dionísio Assis Dal Prá	
Vice-Prefeito: Geraldo Longo	

Vereadores:

Antonio Cunha Vasconcelos, Antonio Kulevicz, Aurélio Costa Filho, Danilo Berndt, Delcídes Pomin, Edmar Lima Cordeiro, Francisco Luiz de Assis, Hercílio Sandri, Moacir Veras, Mário Afonso Costa, Nelson Leal, Sebastião Bem-Bem de Oliveira, Teodoro da Silva Oliveira, Waldenício Barbalho, Nelson Seigi Akiyoshi.

1972

O resultado da eleição de 1972 foi o seguinte:

Para Prefeito:	votos:
José Vaz de Carvalho (Arena 1)	5.539

Benedito Pinto Dias (Arena 2)	5.989
Antonio José Messias (MDB 1)	5.602
Waldenício Barbalho (MDB 2)	586
Otávio Marques Siqueira	427
Eleito: Benedito Pinto Dias	
Vice-Prefeito: Mário Hélio Lourenço de Almeida	

Vereadores:

Altino Alonso Quinhoneiro, Antonio Cunha Vasconcelos, Cezar Francisco Bassan, Delcídes Pomin, Fernandes Kayamori, Francisco Luiz de Assis, Geraldo Longo, Jacó Schulz, José Dantas de Lima, Lauro Machado, Mário Afonso Costa, Pedro Spigolon, Raimundo Arruda de Souza, Sebastião Bem-Bem de Oliveira, Willy Geraldo Brandalise.

1976

Em 1976, a eleição teve o seguinte resultado:

Para Prefeito:	votos:
José Vaz de Carvalho (Arena 1)	9.513
Dionísio Assis Dal Prá (Arena 2)	8.938
Adelmo Pignataro Delgado (MDB 1)	4.190
Altino Alonso Quinhoneiros (MDB 2)	745
Pedro Spigolon (MDB 3)	494
Eleito: José Vaz de Carvalho	
Vice-prefeito: Lauro Machado	

Vereadores:

Abel de Souza Morangueira, Cezar Francisco Bassan, Dionísio Ferraz Júnior, Eurico Baptista de Carvalho, Hercílio Sandri, Issao Omoto, Itacir Biazus, José Paranhos de Mesquita, Mário Afonso Costa, Odair Alves Pereira, Pedro Eredia, Sebastião Bem-Bem de Oliveira, Valentim Cescon de Mello, Vivaldo de Oliveira, Willy Geraldo Brandalise.

1982

Teve o seguinte resultado a eleição de 1982:

Para prefeito:	votos:
Moacir Veras (PMDB 1)	5.321
Benedito Pinto Dias (PMDB 2)	11.745
Lauro Machado (PDS)	7.446
Vicente Messias dos Santos (PTB)	158
Milton Cruz (PT)	148
Eleito: Benedito Pinto Dias	
Vice-prefeito: Luizinho Gonzaga Donida	

Vereadores:

Abel de Souza Morangueira, Basílio Schulz, Danilo Feuser, Delcides Pomin, Dionísio Ferraz Júnior, Genésio Feuser, Irineu Betti, Itacir Biazus, José Paranhos de Mesquita, Manoel de Lima, Nelson Pinto Dias, Pedro Eredia, Rosalvo Pereira Leal, Sebastião Bem-Bem de Oliveira, Willy Geraldo Brandalise.

1988

Para prefeito	Votos
Rubens Felipe	14.389
Dionísio Ferraz Júnior	10.028
Carlos Fernando Bergamini	6.023
Paulo Suguimoto	339
David Lupion Fernandes	248
Eleito: Rubens Felipe	
Vice-Prefeito: Cesar Borin	

Vereadores:

José Otacílio A. de Moraes, Tetsuo Yamakawa, Walmor Trentini, Delcides Pomin, Nelson Pinto Dias, João Álvaro E. Silveira, Elpídio J. Silvestre, Mauro Bertola Mazzo, Gabriel Back, Waldemar Navarro, Paulo Cesar de Oliveira, Abel de Souza Morangueira, Mauro Del Fiol.

1992

Para prefeito:	Votos
José Augusto Felipe	14.624

Antônio Teruo Kato	13.944
Walmor Trentini	7.639
Eleito: José Augusto Felipe	
Vice prefeito: Delcídes Pomin	

Vereadores:

Nivaldo Aparecido Mazzin, Helena Ribeiro Porto Machado, José Otacílio de A. Morais, Marcílio Rodrigues da Silva, Mauro Bertola Mazzo, Jorge Roberto Pacífico, Nilton Hipólito dos Santos Filho, Rafael Barbosa Evangelista, Valter Ismael Volpato, José Dolvino Garcia, Tetsuo Yamakawa, Elpídio José Silvestre, Felisberto Schuroff, Agamenon Arruda de Souza, Everaldo Avila da Silva, Fábio Ferreira de Souza, Paulo Cesar de Oliveira.

1996

Para prefeito	Votos
Antônio Teruo Kato	20.388
Deusdete Ferreira de Cerqueira	17.997
Eleito: Antônio Teruo Kato	
Vice-prefeito: Rogério Lorenzetti	

Vereadores: Ady Zacardin, Agamenon Arruda de Souza, Carlos Sérgio Garcia, Daniel M. da Silva, Ednilson Donizete Botêquiu, Everaldo Tatinha Avelar, Fábio Ferreira de Souza, Jonas T. Rodrigues, José Galvão, José Otacílio Araujo, Lauro Machado, Manoel Sebastião Jardim, Marcílio Rodrigues da Silva, Milton Hipólito dos Santos, Nivaldo Dalvino Garcia, Pedro Odair Marucci, Romeu Luiz Bogoni.

2000

Para Prefeito	Votos
Deusdete Ferreira de Cerqueira	12.267
Antônio Teruo Kato	12.119
Maurício Yamakawa	7.301
Rubens Felipe	5.153

Rogério Lorenzetti	4.635
Joacyr Requena	134
Eduardo Costa Rauen	129

Eleito: Deusdete Ferreira de Cerqueira

Vice Prefeito: Roberto Ferreira Filho (renunciou por motivo de transferência de domicílio)

Vereadores: Ady Zacarkin, Agamenon Arruda de Souza, Daniel Moreira da Silva, Edmilson Donizeti Botêquio, Eralda Daminelli Garcia, Eduardo Domingos Dal Prá, Everaldo Tatinha Avelar, Helena Ribeiro Porto, Joaquim Aurélio da Conceição, José Galvão, Josias Zarelli, Milton Hipólito dos Santos, Nivaldo Aparecido Mazzin – Presidente da Câmara de 2001 a 2004, Pedro Beraldi, Romeu Luiz Bogoni, Sanatiel Hipólito, Tarcísio Barbosa, Cláudio Porfírio de Deus.

2004

Prefeito	Votos
Maurício Yamakawa	23.382
Rogério Lorenzetti	21.374
Ivan R. Bernardo	266
Abel de Souza Morangueira	228

Eleito: Maurício Yamakawa

Vice Prefeito: Rubens Felipe

Vereadores: Nivaldo Aparecido Mazzin – Presidente da Câmara de 2005 a 2006, Joaquim Aurélio da Conceição – Presidente da Câmara de 2007 a 2008, Ady Zacarkin, Alziro Melli Lopes, Cláudio Porfírio de Deus, Clovis Campos, Elpídio José Silvestre, Josias Zarelli, Osmar Wessler, Cesar Alexandre dos Santos.

2008

Prefeito	Votos
Rogério José Lorenzetti	25.023
Maurício Yamakawa	12.772
Cesar Alexandre dos Santos	5.471
Ailson do Carmo de Souza	1.995

Eleito: Rogério José Lorenzetti

Vice Prefeito: Alziro Melli Lopes

Vereadores no período de 2009 a 2012: Nivaldo Mazzin – Presidente da Câmara de 2011 a 2012, José Galvão, Gil Júlio – Presidente da Câmara de 2009 a 2010, Celso Avelar, Antônio Carlos Utrila Garcia, Odair Xavier Amâncio, Roberto Cauneto Picoreli, Mohamed Soumaili, José Zarelli, Miltão.

2012

Prefeito	Votos
Rogério José Lorenzetti	24.418
Cesar Alexandre dos Santos	19.606
Ivan Ramos Bernardo	1.519
Eleito: Rogério José Lorenzetti	
Vive Prefeito: Rubens Felipe	

Vereadores do período de 2013 a 2016: Mohamad Hassan Smaili – Presidente da Câmara de 2013 a 2014, Irmão Barini, Zenaide Borges, Alves, Aldrey Azevedo, Walter dos Reis, Josival Moreira, Pó Royal, Galvão, Leonildo do Campestre.

DEPUTADOS ESTADUAIS

Nome:	Ano:
José Vaz de Carvalho	1958
José Vaz de Carvalho	1962
Benedito Pinto Dias	1962
Benedito Pinto Dias	1966
José Alencar Furtado	1966
Wilson Figueiredo Fortes	1966
Benedito Pinto Dias	1970
Wilson Figueiredo Fortes	1970
Waldenício Barbalho	1970
Wilson Figueiredo Fortes	1974

Waldenício Barbalho	1974
Benedito Pinto Dias	1978
Wilson Figueiredo Fortes	1978
Wilson Figueiredo Fortes	1982
Eduardo Ferreira Baggio	1982
Walmor Trentini	1995
Antônio Teruo Kato	2007
Antônio Teruo Kato	2011

José Vaz de Carvalho ocupou em 1970 o cargo de Secretário do Trabalho e Assistência Social do Paraná.

Benedito Pinto Dias foi presidente da Associação dos Municípios do Paraná de 1973 a 1977.

Wilson Figueiredo Fortes foi Secretário do Trabalho e Assistência Social do Paraná em 1969, em 1970 foi o candidato mais votado do Paraná e de 1971 a 1972, foi Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná.

DEPUTADOS FEDERAIS

Nome	Ano:
Hamilton Vilela Magalhães	1966
Flávio Ettore Giovini	1970
José Alencar Furtado	1970
Flávio Ettore Giovini	1974
José Alencar Furtado	1974
Hamilton Vilela Magalhães	1978
Heitor Alencar Furtado	1978
José Alencar Furtado	1982
Dionísio Assis Dal Prá	

José Alencar Furtado, líder do MDB na Câmara Federal, em 1977, teve seu mandato cassado.

Heitor Alencar Furtado foi vítima de homicídio em 1982, em plena campanha eleitoral.

SENADO

Nome:	Ano:
Hamilton Vilela Magalhães	1970

PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍ

Nome:	Ano:
Dr. Aldo Silva	1953
Ivo Carvalho Duarte	1954
Armando Castro Araújo	1955
Vivaldo de Oliveira	1956
Gustavo Marques de Oliveira	1957
Dr. José Vaz de Carvalho	1958
Francisco Rodrigues Ruiz	1959
José de Souza Leite	1960
Benedito Pinto Dias	1961
Benedito Cláudio Passos Paula	1962
Dr. Aldo Silva	1963
Waldenício Barbalho	1964
Anibal Ajita	1965
Hercílio Costa	1966
Flávio E. Giovini	1967
Francisco Luiz de Assis	1968
Mário Afonso Costa	1969
Danilo Berndt	1970
Delcides Pomin	1971
Delcides Pomin	1972
Lauro Machado	1973
Lauro Machado	1974
Sebastião Bem-Bem de Oliveira	1975
Sebastião Bem-Bem de Oliveira	1976
Mário Afonso Costa	1977
Mário Afonso Costa	1978
Abel de Souza Morangueira	1979

Abel de Souza Morangueira	1980
Cezar Francisco Bassan	1981
Cezar Francisco Bassan	1982
José Paranhos de Mesquita	1983
José Paranhos de Mesquita	1984
Genésio Feuser	1985
Genésio Feuser	1986
Willy Geraldo Brandalise	1987
Willy Geraldo Brandalise	1988
Delcides Ponin	1989
Delcides Pomin	1990
Walmor Trentini	1991
Walmor Trentino	1992
Valter Ismael Volpato	1993
Valter Ismael Volpato	1994
Nivaldo Aparecido Mazzin	1995
Nivaldo Aparecido Mazzin	1996
Everaldo Tatinha Avelar	1997
Everaldo Tatinha Avelar	1998
Lauro Machado	1999
Lauro Machado	2000
Nivaldo Aparecido Mazzin	2001
Nivaldo Aparecido Mazzin	2002
Nivaldo Aparecido Mazzin	2003
Nivaldo Aparecido Mazzin	2004
Nivaldo Aparecido Mazzin	2005
Nivaldo Aparecido Mazzin	2006
Joaquim Aurélio da Conceição	2007
Joaquim Aurélio da Conceição	2008
Gildario Julio Santos	2009
Gildário Júlio Santos	2010
Nivaldo Aparecido Mazzin	2011
Nivaldo Aparecido Mazzin	2012
Mohamad Hassan Smaili	2013
Mohamad Hassan Smaili	2014
Mohamad Hassan Smaili	2015

A SEGUIR FOTOS DE ALGUNS DESTACADOS POLÍTICOS DA CIDADE



José Vaz de Carvalho



Benedito Pinto Dias



Wilson Figueiredo Fortes



Ulisses Faria Bandeira



Dr. Antônio José Messias



Heitor de Alencar Furtado



José de Alencar Furtado



Flávio Giovine



Dionísio Assis Dal-Prá



Eduardo Ferreira Baggio



Waldenício Barbalho



Hamilton Vilella de Magalhães



José Augusto Felipe



Rubens Felipe



Antônio Teruo Kato



**Deusdete Ferreira
de Cerqueira**



Maurício Yamakawa



Rogério José Lorenzetti

VI

**PARANAÍ
NO MUNDO, NO BRASIL E NO PARANÁ
(DE 1920 A 2013)**

1. Década de 1920

No mundo:

Apesar de muitos tropeços, parecia que a partir de 1920 a economia mundial entraria num período de franca expansão. Contudo, em outubro de 1929, surgiram grandes transtornos econômicos, verificando-se um verdadeiro pânico na Bolsa de Nova Iorque. A crise se espalhou por toda parte.

No Brasil:

O problema da Bolsa repercutiu no Brasil, onde o governo foi obrigado a destruir o excesso de café, queimando-o ou jogando-o ao mar.

Governaram o país nessa década:

Epitácio Pessoa – de 1919 a 1922. Nesse período ocorreu a Semana da Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista e o surgimento do Tenentismo, que foi um movimento revolucionário dos tenentes, propondo reformas políticas e sociais.

Artur Bernardes governou o país de 1922 a 1926. Teve como fato principal em seu governo o surgimento da Coluna Prestes, que foi uma guerrilha liderada por Luis Carlos Prestes, lutando contra o governo das oligarquias.

Washington Luis veio em seguida, governando de 1926 a 1930. Nesse período ocorreu a grande crise mundial gerada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929

No Paraná:

O professor Ruy Christovan Wachowicz, em sua História do Paraná, diz que “na década de 1920 o progresso do Paraná era notável, sobretudo na agricultura”. Nesse período houve uma arrancada no que tange à consolidação do povoamento e à ocupação do território paranaense com a concessão de terras no Norte do Estado.

Governaram o Estado do Paraná nessa década:

Caetano Munhoz da Rocha – de 25/02/1920 a 25/02/1928 – presidente eleito e reeleito em comícios populares;

Afonso Camargo – de 25/02/1928 a 05/10/1930 – presidente reeleito em comícios populares.

Na Fazenda Ivai

Foi no início da década de 1920 que os primeiros desbravadores começaram a penetrar no sertão do Noroeste paranaense, principalmente e sobretudo na região onde hoje se localiza a cidade de Paranaíba.

ABRAVIACO – Companhia Brasileira de Aviação e Comércio assumiu

perante o Governo do Paraná a obrigação de demarcar as áreas devolutas concedidas e a promover a povoação e colonização dessas áreas (Gleba Pirapó).

Sobre essa atividade fala Joaquim da Rocha Medeiros, engenheiro agrônomo que já em 1923 esteve trabalhando na região: “Em 1923, há mais de meio século, portanto, iniciei a abertura de um picadão, com dez metros de largura por sessenta quilômetros de extensão, a partir da divisa da Fazenda Laranjeira, em rumo 10° S.O. até o Paranapanema. (...). Vencida a etapa da invasão, deu-se o início da construção de 110 quilômetros de estrada de rodagem, todos eles em plena mata, a partir da barra do Rio Pirapó até o ponto que seria a sede da Fazenda Ivaí...”

Depois desse trabalho de penetração e de instalação da Fazenda Ivaí, foi criado o Distrito de Montoya, lugarejo que veio a acolher os trabalhadores da fazenda recém-criada.

2. Década de 1930

No mundo

Começam a eclodir no mundo os movimentos totalitários, com Mussolini na Itália, Salazar em Portugal, Franco na Espanha, Stalin na União Soviética e Hitler na Alemanha.

Hitler se tornou o ditador da Alemanha com o pomposo título de *Fuhrer un Reichskanzler* (Chefe e Chanceler da Nação). Converteu o país em um Estado centralizado e estabeleceu um controle total sobre a imprensa, a educação, o teatro, o cinema, o comércio e a indústria.

No Brasil

A crise econômica (queda da Bolsa) que se estendeu pelo mundo provocou no Brasil a Revolução de 1930. No dia 24 de outubro de 1930, o então presidente Washington Luís foi obrigado a deixar o poder por um movimento revolucionário.

Em novembro de 1930, assumiu o governo do Brasil, Getúlio Vargas, o chefe do citado movimento revolucionário, que governou o país de 1930 a 1945. Chega ao fim a política do café-com-leite e tem início o Estado Novo.

No Paraná

Em outubro foi deflagrada a revolução de 1930. Quase que imediatamente os partidários da revolução, apoiados pelas forças militares, tomaram posse do governo do Estado. Foi instalado um governo provisório e as autoridades da capital e do interior foram substituídas. As finanças públicas do Estado estavam em total desequilíbrio e a economia em grande crise. A par disso, somava-se a difícil questão das terras devolutas do estado. O general Mário Tourinho, primeiro interventor, foi substituído no governo por Manoel Ribas. Este permaneceu no cargo até 1945 .

Importante nesse período o trabalho realizado pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, de capital inglês, sucessora da Paraná Plantations Limited, com sede em Londres. Em consequência disso, foram atraídos para a região Norte paranaense trabalhadores paulistas, nordestinos e mesmo estrangeiros que se dedicaram principalmente à cafeicultura.

Nessa década, a estrada de ferro penetrava o interior do Estado, atingindo Jataizinho em 1931, Londrina em 1935, Apucarana em 1937 e, finalmente, Maringá.

Durante a Segunda Guerra Mundial, foi a estrada de ferro incorporada à Rede Viação Paraná Santa Catarina.

Os núcleos urbanos de Apucarana e Rolândia nasceram em 1934.

Governaram o Paraná nesse período:

- Mário Alves Monteiro Tourinho – de 05/10/1930 a 29/12/1931 – como Interventor;

- João Perneta – de 29/12/1931 a 30/01/1932 – como Interventor Interino;

- Manoel Ribas – de 30/01/1932 a 03/11/1945 – como Interventor.

No Distrito de Montoya

Em 1930, pelo Decreto nº 300, de 03/11/30, o Gen. Mário Tourinho, Chefe do Governo Provisório do Paraná, decreta a rescisão do contrato com a BRAVIACO, sendo anulados todos os títulos de terras expedidos em favor da citada Companhia, inclusive o da Gleba Pirapó.

Em 1931, o mesmo interventor, procurando solucionar o problema criado, fixa em 18\$000 o valor mínimo por hectare para a venda das terras devolutas. Houve uma decadência total na região. O Distrito de Montoya e a Fazenda Ivaí foram abandonados. As casas de moradia foram tomadas pelo mato. Só ficaram no local as famílias de José Firmino da Silva, Manoel Paulino de Souza, João Clareano da Silva e Olinto Bahiano. Ficaram ainda Frutuoso Joaquim de Salles, Velho Caboclo e Marins. Um pouco mais

tarde, chegou a família de Antônia Fabrícia Vieira.

Em 1936, chega à colônia o Ten. Telmo Ribeiro, que era o homem de confiança do interventor Manoel Ribas.

3. Década de 1940

No mundo

Na década de 1940, houve muitas transformações na História. A Segunda Guerra Mundial marcou aquela geração. Nessa década, ocorreu a derrota do nazifacismo, a criação da ONU, as explosões das bombas atômicas no Japão. Tem início a guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, a Índia conquista a sua independência, é criado o Estado de Israel e dá-se a Revolução Comunista da China.

No Brasil

No Brasil tivemos a estreia da primeira novela de rádio, o surgimento do Repórter Esso, as chanchadas da Atlântida, a chegada da Coca-Cola, a instituição do salário mínimo.

Getúlio Vargas governou o país até 1945. De 1946 a 1951, governou o país Gaspar Dutra, tendo o Brasil se alinhado com os Estados Unidos na Guerra Fria.

No Paraná

A empresa Companhia de Terras Norte do Paraná passa a ser chamada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, de capital brasileiro. Nessa época foram fundadas as cidades de Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Apucarana, Jandaia do Sul, Maringá, Cianorte e Umuarama.

Por meio de decreto estadual de 30 dezembro de 1943, foram criados os municípios de Rolândia e Apucarana, desmembrados do município de Londrina.

O município de Londrina, adquiriu os contornos atuais, acrescido dos territórios de Cambé, que foi emancipada em 1947, e de Tamarana, que foi emancipado em 1996. Rolândia acabou herdando o distrito de Arapongas, que foi emancipada em 1947.

Governaram o Paraná nesse período:

- Manoel, Ribas – de 30/01/1932 a 03/11/1945 – como interventor;

- Clotário de Macedo Portugal – de 03/11/1945 a 25/02/1946 – como interventor;
- Brasil Pinheiro Machado – de 25/02/1946 a 06/10/1946 – como interventor;
- Mário Gomes da Silva – de 07/10/1946 a 06/02/1947 – como interventor;
- Antônio Augusto de Carvalho Chaves – de 06/02/1947 a 12/03/1947 – como interventor;
- Moisés Lupion – de 12/03/1947 a 31/01/1951 – governador eleito por sufrágio universal.

Na Colônia Paranavaí (Fazenda Brasileira)

Ulisses Faria Bandeira, em 1942, demarcou a primeira via pública da Colônia Paranavaí. Ulisses fixou residência na colônia em 1944. Em 1943, chegou ao lugarejo, para administrá-lo, Hugo Doubek.

A Colônia Paranavaí foi dividida em 30 glebas de aproximadamente 15.000 alqueires cada uma. Houve a tentativa de grilagem das referidas áreas. A população, nessa época, aumentou rapidamente. Em 1947, a colônia tornava-se distrito do Município de Mandaguari.

4. Década de 1950

No mundo

Os acontecimentos que marcaram a década de 1950 no mundo foram o início da Guerra da Coreia, a Guerra Fria entre os EUA e a URSS, a Revolução de Cuba, o Pacto de Varsóvia, a Guerra do Suez, o lançamento do satélite Sputnik pela URSS. A cadela Laika vai ao espaço no Sputnik II. Década foi marcada por grandes avanços científicos, tecnológicos e culturais. O Uruguai sagra-se Campeão Mundial de Futebol em 1950, no Brasil. Ocorre o primeiro Campeonato Mundial de Fórmula 1, em 1950. Começam os primeiros jogos Pan-Americanos. Elvis Presley faz sucesso. Surgem os Beatles.

No Brasil

No Brasil o início das transmissões por TV, a primeira telenovela, retorno de Getúlio Vargas ao poder, criação da Petrobras, os primeiros supermercados, a indústria automobilística, João Gilberto gravando e o disco Chega de Saudade dando início à Bossa Nova. Em 1954, Getúlio Vargas se suicida, Juscelino Kubitschek é eleito Presidente da república. Expansão industrial, aumento da produção e da dependência externa. Construção de Brasília. O Brasil Campeão Mundial de Futebol em 1958.

Governaram o país nesse período:

- Gaspar Dutra - de 1946 a 1951;
- Getúlio Vargas - de 1951 a 1954;
- Café Filho – de 1954 a 1956;
- Juscelino Kubitschek – de 1956 a 1961;

No Paraná

Na década de 1950 foram loteadas as terras do Oeste paranaense. Várias colônias já haviam sido organizadas na década de 1940 pelo governo Estadual e por colonizadoras particulares na região, destacando-se a companhia Maripá, com sede em Toledo. Até a década de 1950, os índios Xetás viviam na região da Serra de Dourados (hoje município de Cruzeiro do Oeste). Entretanto, devido às doenças adquiridas dos conquistadores, além dos conflitos pela posse da região, tais indígenas foram praticamente extintos do território paranaense.

O Município de Mandaguari foi emancipado de Apucarana em 1947 e herdou um território de 14.000 km². Mandaguari contava com 3 distritos: Marialva, Maringá e Paranavaí.

Em 1951, houve a emancipação dos três distritos, e de outros núcleos populacionais que haviam sido criados nesse intervalo (Mandaguaçu e Nova Esperança). Por essa época, Mandaguari contava com 16.153 habitantes, Marialva 21.396, Maringá, 38.588 e Paranavaí 25.520.

Governaram o Estado do Paraná nesse período:

- Moisés Lupion – de 12/03/1947 a 31/01/1951 – Governador eleito por sufrágio universal;
- Bento Munhoz da Rocha Neto – de 31/01/1951 a 03/04/1955 - Governador eleito por sufrágio universal;
- Antônio Anibelli – de 03/04/1955 a 01/05/1955 – Presidente da Assembleia

Legislativa, governador substituto;

- Adolfo de Oliveira Franco – de 01/05/1955 a 31/01/1956 – Governador eleito pela Assembleia Legislativa;

- Moisés Lupion – de 31/01/1956 a 31/01/1961 – Governador eleito por sufrágio universal.

Em Paranavaí

Paranavaí, que tinha pertencido aos Municípios de Tibagi, Londrina, Rolândia, Apucarana e Mandaguari, passa a ser sede de município. A sua criação foi em 14/12/51, pela Lei nº 790, ocorrendo a instalação em 14/12/52. Pela Lei nº 1.542, de 14/12/53, o município foi elevado à categoria de Comarca, que foi instalada em 01/03/54.

Em 1950, a população de Paranavaí era de 25.520 habitantes, sendo 92,7% pertencente à zona rural e 7,3% à zona urbana.

Governaram Paranavaí nesse período:

- José Vaz de Carvalho – de 1952 a 1956;

- Ulisses Faria Bandeira – de 1956 a 1960.

5. Década de 1960

No mundo

A Primavera de Praga. Lançada a pílula anticoncepcional. URSS lançou o primeiro homem ao espaço (Yuri Gagarin). Construído o muro de Berlim. Beatles influenciam o comportamento juvenil. John Kennedy inicia a intervenção norte-americana no Vietnã. Assassinato de Kennedy. Revolução Cultural na China. Morte de Che Guevara. Guerra dos Seis Dias. Israel anexa a Cisjordânia, o Sinai, a Faixa de Gaza e as Colinas de Golan. Copa do Mundo de Futebol no Chile. O Brasil torna-se bicampeão mundial. Olimpíadas do México. Estados Unidos lançam o primeiro satélite meteorológico. Ocorre o lançamento do primeiro computador eletrônico pela empresa IBM. Na África do Sul, o primeiro transplante de coração. O homem chega à Lua, através da missão Apollo 11. Criação da ArpaNet, o início da Internet. É assassinado Martin Luther King.

No Brasil

No Brasil a inauguração de Brasília, a eleição de Jânio Quadros à Presidência da República, a renúncia de Jânio. Ascendência de João Goulart à presidência, os militares derrubam João Goulart e iniciam um regime de força. Destacam-se na música popular brasileira os programas Jovem Guarda, Fino da Bossa e surge o Tropicalismo com Caetano Veloso e Gilberto Gil. O governo militar suspende as garantias constitucionais, cassa mandato de parlamentares, interdita sindicatos, persegue operários, camponeses e estudantes. TV Tupi faz a primeira transmissão em cores da televisão brasileira. Transmitido pela televisão o I Festival de MPB. É criada a FUNAI. Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Governo Militar fecha o Congresso. O filme O Pagador de Promessas ganha a Palma de Ouro em Cannes.

Governaram o país nessa década:

- Juscelino Kubitschek – de 1956 a 1961;
- Jânio Quadros – 1961;
- João Goulart – de 1961 a 1964;
- Marechal castelo Branco – de 1964 a 1967;
- Costa e Silva - de 1967 a 1969;
- Médici – de 1969 a 1974.

No Paraná

As terras do Paraná na década de 1960, todas, praticamente, já estavam ocupadas. Mas na ocupação das terras, surgiu a figura do posseiro, que se instalava em terrenos que julgava pertencer ao Estado ou que aparentavam não ter donos. Muita grilagem. Período de grandes conflitos. Lutas agrárias. Essa situação durou muito tempo sem nenhuma solução.

Cumprir observar que nessa década, a economia do Estado era quase toda vinculada à transformação dos produtos agrícolas, onde se destacava o café, com quase 60% da produção agrícola, além de outros cereais. A cafeicultura começou a decair em todo o Estado.

Na década de 1960, o Paraná teve os seguintes governantes:

- Moisés Lupion – de 31/01/1956 a 31/01/1961 – Governador eleito por sufrágio universal;
- Nei Braga – 31/01/1961 a 17/11/1965 – Governador eleito por sufrágio universal;

- Antônio Ferreira Ruppel – de 17/11/1965 a 20/11/1965 – Presidente da Assembleia Legislativa, governador substituto;

- Algacir Guimarães – de 20/11/1965 a 31/01/1966 – Governador eleito pela Assembleia Legislativa;

- Paulo Cruz Pimentel – de 31/01/1966 a 15/03/1971 – Governador eleito por sufrágio universal.

Em Paranavaí

Em 1960, a população de Paranavaí aumenta 147,6%, alcançando o número de 63.189 habitantes, sendo que 39,6% pertencia à zona urbana e 60,4% à zona rural. No final da década de 60 ocorreu a decadência da cafeicultura, dando lugar à pecuária.

Governaram Paranavaí nessa década:

- Antônio José Messias – de 1960 a 1964;

- José Vaz de Carvalho – de 1964 a 1968;

- Dionísio Assis Dal Prá – de 1968 a 1972.

6. Década de 1970

No mundo

Continuava a intervenção dos norte-americanos no Vietnã. Aumento dos ataques terroristas em todo o mundo. O primeiro videogame do mundo. Crise mundial do petróleo. Missão espacial Viking I explora o planeta Marte. Golpe militar no Chile derruba o governo de Salvador Allende. Termina a Guerra do Vietnã. Israel devolve o Sinai aos Egípcios. A revolução dos Cravos acaba com o regime militar em Portugal. Guerra Civil Libanesa. Revolução iraniana. Nixon renuncia à presidência dos EUA. Acaba a banda dos Beatles. Morre Elvis Presley. Nasce o primeiro bebê de proveta. Jogos Olímpicos de Munique. Jogos Olímpicos de Montreal. Lançado o primeiro microprocessador do mundo, o Intel 4004. Crise mundial do petróleo.

No Brasil

O Brasil tricampeão mundial de futebol. Televisão em cores começa a se tornar popular. O país vive o Milagre Econômico. Surge a Loteria Esportiva. Chegada das grandes empresas multinacionais no país. Início da crise econômica. O MDB partido político que fazia oposição ao regime militar obtém expressiva vitória em 16 Estados da Federação. Greves no ABC paulista, tendo como principal líder Luis Inácio Lula da Silva. Brasil aprova a Lei do Divórcio. Fizeram sucesso no Brasil os músicos: Gilberto Gil, Roberto Carlos, Caetano Veloso, Elis Regina, João Gilberto, Gal Costa, Tom Jobim, Erasmo Carlos, Rita Lee, Clara Nunes, Jair Rodrigues, Jorge Ben Jor, Raul Seixas, Tim Maia, Vinicius de Moraes, Chico Buarque. Censura de 500 filmes, 200 livros, 500 músicas, 100 revistas, 450 peças. Geisel inicia a abertura política.

Governaram o país nessa década os seguintes militares:

- Médici – de 1969 até 1974;
- Ernesto Geisel – de 1974 até 1979;
- João Batista de Oliveira Figueiredo – de 1979 até 1985.

No Paraná

Na década de 1970 houve um maior desenvolvimento da indústria paranaense. Em 1973 foi instalada a Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Com o crescimento da indústria no Estado ocorreu uma grande mecanização da agricultura e em consequência verificou-se o êxodo rural. As cidades crescem em população.

O soja aumenta em trinta por cento o espaço que ocupava. Indústria dava saltos expressivos. Instalação de fábrica de ônibus e caminhões em Curitiba. Início da refinaria Presidente Getúlio Vargas. Curitiba com novas soluções urbanísticas. Primeiras ciclovias pela cidade. Ônibus expresso.

Governaram o Paraná na década de 1970:

- Paulo da Cruz Pimentel – de 31/01/66 a 15/03/71 – governador eleito por sufrágio universal;
- Haroldo Leon Peres – de 15/03/71 a 23/11/71 – governador eleito indiretamente;
- Pedro Viriato Parigot de Souza – de 23/11/71 a 11/07/73 – governador eleito indiretamente – faleceu no exercício do cargo;
- João Mansur – 11/07/73 a 11/08/73 – governador substituto por morte do titular;
- Emílio Hoffmann Gomes – 15/08/73 a 15/03/75 – governador eleito

indiretamente;

- Jaime Canet Junior – 15/03/75 a 15/03/79 – governador eleito indiretamente;
- Nei Braga – 15/03/79 a 14/05/82 – governador eleito indiretamente;

Em Paranavaí

Na cidade de Paranavaí e na região a cultura do café predominou até o início da década de 70. Em seguida ocupou espaço a pecuária e a mandioca. Aos poucos foi surgindo a laranja. Não se pode esquecer que nesse período destacavam-se também as culturas de algodão, milho e feijão, que, em épocas anteriores, já tinham atraído para a região indústrias de grande porte, como Matarazzo, Esteves e McFaden.

Foi instalado o 8º Batalhão da Polícia Militar (1970), inaugurado o Parque de Exposições Presidente Arthur da Costa e Silva (1971), criado o Símbolo de Paranavaí (1972), inaugurado do Ginásio de Esportes Emilio Garrastazu Médici (1972), aprovado o Hino de Paranavaí (1973), inaugurada a Pista de Atletismo e o Ginásio de Esporte Antônio Lacerda Braga (1975), realizado os XXIV Jogos Abertos do Paraná (1975), cassado o Deputado Federal José Alencar Furtado (1976), inaugurado o Aeroporto Edu Chaves (1976), inaugurada a Praça dos Pioneiros (1979). Realizado o Concurso Miss Paraná no Noroestão.

Foram prefeitos de Paranavaí nessa década:

- Dionísio Assis Dal Prá – de 1968 a 1972;
- Benedito Pinto Dias – de 1973 a 1976;
- José Vaz de Carvalho – de 1977 a 1983.

7. Década de 1980

No mundo

AIDS. Mikhail Gorbatchev assume o poder na Rússia. Aumenta o consumo da cocaína. Lennon é assassinado. Zimbábue torna-se independente. Presidente egípcio Anwar Sadat é assassinado. Michael Jackson lança o disco Thriller. Mitterrand torna-se presidente da França. Invasão de Granada pelos EUA. Guerra Irã – Iraque. Argentina invade as Ilhas Malvinas. Guerras das Malvinas. Presidente Reagan (EUA) estaciona misseis nucleares de médio alcance na Europa Ocidental. Desenvolvimento do CD. Queda do Muro de Berlim. Começa a fabricação dos computadores individuais. Olimpíadas de Moscou. Estados Unidos boicotam os Jogos Olímpicos por motivos

políticos. Jogos Olímpicos de Los Angeles nos Estados Unidos. Primeiro voo da nave Colúmbia. Descoberto o buraco na camada de ozônio. Cometa Halley. Atentado contra o Para João Paulo II. Margaret Thatcher primeira-ministra do Reino Unido. Casamento do Príncipe de Gales com Lady Diana.

No Brasil

Movimento Diretas Já. Recessão no país. Nelson Piquet bicampeão mundial de Formula 1. O primeiro bebê de proveta no Brasil. Fundação do PT em São Paulo. Rondônia passa ser um estado da federação. Tancredo Neves é eleito, de forma indireta, presidente do Brasil. Morre antes de assumir o cargo. Assume José Sarney. Fim da Ditadura. Sai do ar a Rede Tupi de Televisão. Entra no ar o SBT. Amapá e Roraima passam a ser Estados. Promulgada a Constituição Brasileira. Criado o estado de Tocantins. Glauber Rocha lança o filme Idade da Terra. Arquiteto Oscar Niemeyer cria o Memorial JK. Usina hidrelétrica de Itaipu. Plano Cruzado.

Governaram o Brasil nesse período:

1979 - 1985 - General João Baptista de Oliveira Figueiredo (General Figueiredo 1985);- 1990 - José Sarney (Sarney);

1990 - 1992 - Fernando Afonso Collor de Melo (Fernando Collor).

No Paraná

Na área agrícola o Estado se destacava. A colheita do soja atingiu 2.079 kg por hectare, maior do que a marca norte-americana até então alcançada. A colheita do trigo coloca o Paraná no primeiro lugar nacional, com 57% da produção de todo o país. Desaparecimento do salto de Sete Quedas. Esse fato provocou protesto. Agrava a questão da terra, com atentados e manifestações de trabalhadores sem terra.

Governaram o Estado:

- José Hosken de Novais – de 14/05/82 a 15/03/83 – vice governador eleito indiretamente, assumiu o cargo de governador;

- José Richa – de 15/03/82 a 09/05/86 – governador eleito por sufrágio universal;

- João Elísio Ferraz de Campos – 09/05/86 a 15/03/87 – vice-governador eleito por sufrágio universal, assumiu o cargo de governador;

- Álvaro Dias – 15/03/87 a 15/03/91 – governador eleito por sufrágio universal;

Em Paranavaí

Em Paranavaí é inaugurado o Fórum Sinval Reis na Avenida Paraná. Morre o ex-prefeito Antônio José Messias. Morre o deputado federal Heitor Cavalcanti de Alencar Furtado quando descansava em viagem no Posto de Combustível Panorama, próximo a Jandaia do Sul. Inaugurado o prédio da Fafipa no Jardim Morumbi. Foi inaugurada a Rádio Caiuá FM. Foi inaugurada a sede da Associação Comercial Industrial e Profissionais de Paranavaí. É criada a Justiça do Trabalho. Toma posse como segundo Bispo de Paranavaí, D. Rubens Augusto de Souza Espínola. É criada a Fundação Cultural de Paranavaí e inaugurada a Casa da Cultura. Instalado o SENAC no antigo prédio da Fafipa. Instalada a Fundação Bradesco em Paranavaí. Criado o Rotary Club Paranavaí – Montoya.

Foram prefeitos de Paranavaí nessa década:

- José Vaz Carvalho – de 1977 a 1983;
- Benedito Pinto Dias – de 1983 a 1988;
- Rubens Felipe – de 1989 a 1992.

8. Década de 1990

No mundo

Grande difusão do CD. Ayrton Senna conquista o tricampeonato mundial de Fórmula 1. Jogos Pan-americanos na cidade de Havana. Difusão do telefone celular. Olimpíadas de Barcelona. Falece Ayrton Senna. Clonagem da ovelha Dolly. Copa do Mundo de Futebol nos Estados Unidos e o Brasil torna-se tetracampeão. Copa do Mundo de Futebol na França. A França sagra-se campeã. Comercialização da soja transgênica. Windows 95. A França faz testes nucleares no atol de Mururoa. Fundada a empresa Google. As forças armadas dos Estados Unidos invadem o Iraque. A URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas deixa de existir. Toma posse Bill Clinton como presidente dos Estados Unidos. Frederik de Klerk e Nelson Mandela ganham o prêmio Nobel da Paz. Nelson Mandela torna-se o primeiro presidente negro da África do Sul. Iraque invade Kuwait. Guerra do Golfo. O euro passa a circular em 11 países da

Europa. Steven Spielberg ganha sete Oscar com o filme "A lista de Schindler" e três com "Parque dos Dinossauros". Comemorações aos 500 anos do descobrimento da América. É lançado o primeiro livro Harry Potter. Aumento do desemprego mundial.

No Brasil

Collor confisca a poupança dos brasileiros. Aprovado o impeachment do presidente Collor. Assume Itamar Franco. Ocorre no Rio de Janeiro o encontro mundial para o meio ambiente. ECO 92. Plebiscito sobre sistema de governo. Ganha a República Presidencialista. No governo Itamar Franco, tem início o Plano Real. Toma posse como presidente Fernando Henrique Cardoso. Época das privatizações. É leiloadada a maior empresa de minério do Brasil, a Vale do Rio Doce. Fernando Henrique Cardoso reeleito presidente. Começa a segunda edição do festival musical Rock in Rio. Morrem, num acidente aéreo, os integrantes do grupo Mamonas Assassinas.

Governaram o país nessa década:

- José Sarney – de 15/03/1985 a 15/03/1990;
- Fernando Collor – de 15/03/1990 a 29/12/1992;
- Itamar Franco – de 29/12/1992 a 01/01/1995;
- Fernando Cardoso – de 01/01/1995 a 01/01/2003.

No Paraná

Duplicação da BR 376 entre Curitiba e Garuva. Construção da ponte sobre o Rio Paraná em Guaira. Início das obras da usina hidroelétrica de Salto Caxias, concluída em 1998. Em 1995 retração da economia pelos efeitos da seca. Segunda onda de unidades da indústria automobilística. Paraná fecha o ano de 1997 com déficit. A Renault, a Audi e a Chrysler, montadoras de automóveis, firmaram um acordo para instalar fábricas no Estado. Adequação do Paraná às correntes de comércio com o Mercosul.

Governaram o Paraná:

- Álvaro Dias – de 15/03/1987 a 15/03/1991;
- Roberto Requião – de 15/03/1991 a 02/04/1994;
- Mário Pereira – de 02/04/1994 a 01/01/1995;
- Jaime Lerner – de 01/01/1995 a 01/01/2003.

Em Paranavaí

É inaugurada a Catedral Mãe da Igreja, no Jardim Iguazu. É criado o Rotary Paranavaí – Moema. É inaugurado o Estádio de Futebol Waldemiro Wagner, com jogo da Seleção Brasileira contra a Costa Rica. É inaugurada a TV Imagem do Noroeste. Criado o Campus da Unipar (Universidade Paranaense). Inaugurada a Rádio Globo FM. Inaugurado o Caic. Inaugurada a nova Estação Rodoviária na Av. Dep. Heitor Alencar Furtado. Inaugurada a Casa do Aguardo. Inaugurada a Estação do Ofício. Criado o Rotary Club Paranavaí – Arenito. Morre Ulisses Faria Bandeira, segundo prefeito da cidade. Paranavaí recebe o Prêmio Nacional Prefeito Criança, da Abrinq. Morre Antônio Benati, primeiro Farmacêutico da cidade. Morre o médico Octávio Marques de Siqueira, pioneiro da cidade.

Foram prefeitos da cidade;

- José Augusto Felipe – de 1993 a 1996;
- Antônio Teruo Kato – de 1997 a 2000.

9. Década de 2000

No Mundo

Terroristas lançam aviões contra as torres do World Trade Center, e outro contra o Pentágono, em Washington. Um quarto aparelho cai na Pensilvânia. George W. Bush lança sua “guerra contra o terror”. O regime talibã é derrubado pelos Estados

Unidos. Bush invade o Iraque de Saddam Hussein. Terremoto provoca um tsunami gigante no Oceano Índico. Bancarrota do banco americano Lehman Brothers. Crise financeira e econômica, a mais grave desde a de 1929. Forte recessão mundial. Surgem os emergentes como o Brasil e China. Primeiro presidente negro dos Estados Unidos, Barack Obama assume o poder. O mundo na era da cibernética. O bug do milênio não causa danos significativos. Mark Shuttleworth torna-se o primeiro turista espacial sul-africano e o segundo civil a bordo da Estação Espacial Internacional.

No Brasil

Lula eleito presidente do Brasil. Eleição do Cristo Redentor como uma das Sete Maravilhas do Mundo. Lula reeleito. Renda dos brasileiros mais pobres cresce. Visita do Papa Bento XVI ao país. Descoberta da camada pré-sal, da produção de biocombustíveis e da autossuficiência em petróleo. Recepção de Mahmoud Ahmadinejad, presidente do Irã. Morrem 199 pessoas em acidente de avião no Aeroporto de Congonhas. Choque de aviões no Mato Grosso mata 154 pessoas. Sancionada a Lei Maria da Penha. Papa Bento 16 consagra Frei Galvão como Santo. Brasil ganha o direito de sediar a Copa do Mundo de 2014. Brasil ganha o direito de sediar as Olimpíadas de 2016. Cresce a banda larga no país. Brasil consegue acumular mais reservas do que a dívida externa. Seleção brasileira sagra-se tricampeã da Copa das Confederações. Jogos Pan-Americanos são realizados no Rio de Janeiro. TV digital é implantada no Brasil. Eleita a primeira mulher como presidente do Brasil – Dilma Rousseff.

Governaram o país nesse período:

- Fernando Henrique Cardoso – de 01/01/1995 a 01/01/2003;
- Luis Inácio Lula da Silva – 01/01/2003 a 01/01/2011;
- Dilma Rousseff – de 01/01/2011 em diante...

No Paraná

Privatização do Banestado. Grupo Dominó assume o controle da Sanepar. Pedágios nas principais rodovias. Apresentado o projeto de privatização da Copel, que foi rejeitado na Assembléia Legislativa. Tentativa de reversão do processo de privatização da infraestrutura do Estado. Isenção do ICMS para microempresas em vários itens de consumo básico. Implementação de programas sociais. Taxa média de crescimento do Paraná na década foi de 3,3%. Criada a Lei proibindo as sementes geneticamente modificadas. Logo em seguida, STF libera o plantio dos transgênicos. Sancionada a Lei da Biossegurança. Implantado o Projeto Digital pelo Estado. Software livre de gestão. Proibição de embarque de transgênicos no Porto de Paranaguá. Paraná atinge a população de 10.444.526 habitantes. Multinacional suíça Syngenta Seeds doa ao governo do estado uma fazenda, no oeste do Paraná. Ministério Público denuncia esquema de desvio de cerca 100 milhões de reais da Assembléia Legislativa do Paraná, com a nomeação de funcionários fantasmas.

Governaram o Paraná nesse período:

- Jaime Lerner – de 01/01/1999 a 01/01/2003;
- Roberto Requião – de 01/01/2003 a 04/09/2006;
- Hermas Brandão – de 04/09/2006 a 01/01/2007;
- Roberto Requião – de 01/01/2007 a 01/01/2010;
- Orlando Pessuti – de 01/04/2010 a 01/01/2011;
- Carlos Alberto Richa – de 01/01/2011 em diante.

Em Paranaíba

A citricultura assume grande importância para o desenvolvimento regional. O cultivo da laranja tornou-se uma das mais importantes alternativas agrícola e econômica do Noroeste paranaense. Iniciada em meados da década de 1980. A citricultura transformou Paranaíba no maior produtor de laranjas do Paraná. Louis Dreyfus Commodities e a Citri - Indústria, Comércio e Exportação LTDA - são as responsáveis pela transformação da laranja. Quase todo o suco produzido nas indústrias é exportado. Além disso, outros subprodutos da laranja, que são o óleo essencial e o D'limoneno, também são exportados. O suco abastece as indústrias de refrigerantes do mercado interno. A laranja in natura é comercializada nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Foram Prefeitos da cidade na década de 2000:

- Deusdete Ferreira Cerqueira – de 2001 a 2004;
- Maurício Yamakawa – de 2005 a 2008;
- Rogério José Lorenzetti – de 2009 em diante.

VII
A HISTÓRIA PELOS DOCUMENTOS

Os documentos sobre Paranavaí são inúmeros. Seria necessário um trabalho dos mais intensos para juntá-los. São muitas Leis Federais, Estaduais e até mesmo Municipais que tratam sobre a criação do Município e dos seus inúmeros órgãos. Infelizmente, não conseguimos fazer um completo levantamento a esse respeito. E, mesmo que conseguíssemos, seria difícil publicar tudo isso em apenas um livro.

As primeiras Leis, os primeiros Decretos do Município, os primeiros funcionários públicos, o Símbolo, o Hino e outros importantes documentos sobre a cidade, seguem nesta parte da obra. É o que conseguimos.

Queremos crer que o que apresentamos a seguir também é de considerável importância para o interessado na história deste Município.

O Município de Paranavaí foi criado com o desmembramento do Município de Mandaguari, através da Lei Estadual nº 790, de 14 de dezembro de 1951, e solenemente instalado em 14 de dezembro de 1953, com posse do seu primeiro prefeito, o médico Dr. José Vaz de Carvalho.

Daí para frente uma das mais interessantes histórias políticas se sucedeu. Sobre o assunto trata ao professor José Carlos Alcântara em seu livro Política Local – Um Estudo de Caso: Paranavaí 1952-1982.

Naquela época era Juiz de Direito da Comarca o Dr. Sinval Reis, o primeiro Juiz de Paranavaí, tendo ao seu lado o primeiro Promotor o Dr. Carlos Alberto Manita. A comarca de Paranavaí foi criada pela Lei Estadual nº 1.542.

A eleição de 1952 foi presidida pelo Juiz Eleitoral da Comarca de Mandaguari. Teve o seguinte resultado:

1952

Para Prefeito:	votos:
José Vaz de Carvalho (eleito)	2.702
Herculano Rubim Toledo	1.607

ATA DE APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES DOS VEREADORES EM 1952

Aos doze dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, na sala de audiência do edifício do Fórum da Comarca de Mandaguari, às catorze horas, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Doutor Zeferino Mozzato Krukoski, Juiz Eleitora da 60ª Zona, e presentes os Senhores doutores José Cunha e Elisio Elorza, membros da Junta Eleitoral da mesma Zona, o Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente, depois de declarar aberta a sessão e na conformidade dos resultados constantes da ata final da apuração das eleições realizadas em 9 de novembro do ano em curso, proclamou eleitos VEREADORES e respectivos SUPLENTEs à Câmara Municipal de PARANAÍ, os seguintes cidadãos:

VEREADORES

PELO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Vivaldo de Oliveira.....	com 250 votos
Otacílio Brandão.....	com 243 votos
Alcides Franco de Godoy.....	com 220 votos
Durval Durães.....	com 143 votos

PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Aldo Silva	com 248 votos
Domiciano Martins Correia	com 241 votos
Bernardo Brunstei.....	com 223 votos
Alfredo Loureiro Junior	com 201 votos

PELO PARTIDO REPUBLICANO

Ivo Carvalho Duarte.....	com 191 votos
--------------------------	---------------

SUPLENTE

PELO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

José de Souza Leite, com 139 votos. Sebastião de Oliveira, com 137 votos. Dario de Machado, com 105 votos. Antonio Pilar Cardoso, com 92 votos. Neil Jorge, com 88 votos. Izaltino de Oliveira Grachet, com 81 votos. Salvador Pereira Guerra, com 30 votos. João Arazão, com 27 votos.

PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Gustavo Marques de Oliveira, com 155 votos. Armando de Castro Araújo, com 134 votos. Ernesto Botelho, com 75 votos. José Gomes de Lima, com 47 votos. Joaquim da Silva Pinto, com 27 votos. Guilherme Garcia Gomes Marques, com 25 votos. Oswaldo de Moraes Barros, com 17 votos. Joaquim Cjazarowski, com 10 votos.

PELO PARTIDO REPUBLICANO

José Furtado de Figueiredo, com 78 votos. Irineu Araújo, com 67 votos. Henrique Faber, com 65 votos. Cincinato Cassiano Silva, com 51 votos. Walter de Macedo Ferreira, com 45 votos. Silvio Modesto, com 38 votos. Joaquim Lins Machado, com 28 votos. Batista Machado, com 23 votos. Francisco Vieira Borges, com 14 votos. Emílio Machado Dias, com 7 votos. Severino Inácio Francisco, com 5 votos.

Quociente eleitoral - 489 votos
MANDAGUARI, 12 de Dezembro de 1952
ZEFERINO MOZZATO KRUKOWSKI
Juiz Eleitoral da 60ª Zona

AS PRIMEIRAS LEIS MUNICIPAIS

As primeiras leis municipais foram:

Nº 001/53 – Código Tributário Municipal - Sanc. 19.01.53

Nº 002/53 – Fixa subsídio dos vereadores - Sanc. 11.07.53

Nº 003/53 – Ajuda Rep. Pres. Câmara - Sanc. 11.07.53

Nº 004/53 – Fixa Venc. De vereadores - Sanc. 11.11.53

Nº 005/53 – Empréstimo em Banco do Estado - Sanc. 11.07.53

PORTARIA Nº 1

O Prefeito Municipal de Paranavaí, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE

Admitir em caráter provisório os snrs. Dr. José Alencar Furtado, Antonio Barbosa do Valle, Alcides Mais Sobral, José Furtado de Figueiredo e José Cândido da Silva, para exercerem os cargos respectivamente de Advogado, Secretário, Fiscal Geral, Tesoureiro e Fiel de Tesoureiro.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 15 de dezembro de 1952.

Dr. JOSÉ VAZ DE CARVALHO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1

O Prefeito Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

– NOMEIA –

O senhor ANTONIO BARBOSA DO VALLE, para exercer o cargo de Fiscal, respondendo pela Secretaria desta Prefeitura, a partir de 15 de dezembro de 1952, de acordo com a portaria nº 1 daquela data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 1 de janeiro de 1953.

Dr. JOSÉ VAZ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Os Primeiros Funcionários do Município

Nome	Data de admissão
João Rodrigues dos Santos	02.02.53
Morumgaba Empeke	15.02.53
Aloísio João Selhorst	08.04.53
AntonioManoel da Silva	01.02.53
Ingo Kramberck	07.01.53

LEI Nº 13

Assunto: Criação dos Distritos Administrativos de Paranavaí

A Câmara Municipal de Paranavaí, decretou e eu Presidente em exercício, promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º) - O Município de Paranavaí, fica dividido nos seguintes Distritos Administrativos: - GRACIOSA, GUAIRAÇÁ, GUARITÃ (OU SURUQUA), LOANDA, MARILENA, NOVA LONDRINA, PARAIZO DO NORTE, PORTO SÃO JOSÉ, PARANAÍ, QUERÊNCIA DO NORTE, SÃO CARLOS DO IVAÍ, SANTA ISABEL DO IVAÍ, TAMBOARA, TERRARICA E PORTO RICO, com suas respectivas sedes situadas nas cidades dos mesmos nomes.

Artigo 2º) - As divisas e confrontações dos Distritos ora criados, serão as seguintes:

GRACIOSA: - Partindo de um afluente a margem direita do Rio Paranavaí, no lote 51 da Gleba 2; sobem por este afluente até a sua cabeceira no mesmo lote 51 da Gleba 2; daí seguem em reta e em seco pelas divisas dos lotes 50, 51 e 52 da mesma Gleba até o marco de divisa dos lotes 41 e 84 da Gleba 3-A; seguem em reta e em seco por esta divisa até a cabeceira de um afluente a margem esquerda do Ribeirão "22";

descem por este até a sua foz; daí descem pelo Ribeirão “22” até seu afluente a margem direita, que serve de divisa dos lotes 332 e um lote sem número da Gleba 2; sobem por este afluente até a sua cabeceira; daí seguem em reta e em seco até a margem do Ribeirão do Paixão, no ponto de encontro das divisas dos lotes 31 e 32 da Gleba 4; descem por este Ribeirão até um seu afluente a margem direita, nas divisas dos lotes 33 e 42 da mesma Gleba; sobem por este afluente até a sua cabeceira, de onde, em reta e em seco continuam até encontrar a estrada Guairaçá-Jurema, em frente ao lote 37; prosseguem por esta estrada até o marco de divisa dos lotes 34, 36 e 37; prosseguem pelas divisas destes últimos até a cabeceira de um afluente a margem esquerda do Ribeirão do Lica; descem por este até a sua foz; daí prosseguem descendo pelo Ribeirão do Lica, até a divisa dos lotes 1 da Gleba 9 e 12 da Gleba 8; Seguem em reta e em seco pelas divisas destes lotes até o marco de divisa dos lotes 12 e 13 da Gleba 9 e 17 e 23 da Gleba 8; seguem em linha reta e em seco até o marco de divisa dos lotes 1 e 8 da Gleba 7 e 19 da Gleba 9 e 2 e 2-A da Gleba 10; prosseguem em reta e em seco até a cabeceira do Rio Cresciúma; daí descem por este até a divisa dos lotes 38 e 42 da Gleba 10 e 29 e 31 da Gleba 7; seguem em reta e em seco pelas divisas desses lotes até a margem do Ribeirão do Lica; sobem por este Ribeirão até a divisa dos lotes 168 e 170 da Gleba 6; daí seguem em reta e em seco pelas divisas desses lotes até a margem do Ribeirão do Paixão; sobem por este até o marco de divisa a margem esquerda dos lotes 142 e 143 da Gleba 5; daí seguem em reta e em seco até o marco de divisa dos lotes 141, 143 e 140 da Gleba 5; prosseguem em reta e em seco até a margem do Rio Paranavaí; sobem por este até um seu afluente a margem direita no lote 51 da Gleba 2, ponto de partida desta descrição.

GUAIRAÇÁ: - Partindo de um marco a margem do Ribeirão “64” na estrada Paranavaí-Porto São José, sobem por este até o lote 58 da Gleba 8; daí seguem por água e em seco até o lote 24 da Gleba 9; seguem em reta e em seco até o lote 23 da Gleba 8; daí seguem em reta e em seco até o lote 25 da Gleba 9; seguem em reta e em seco até a cabeceira do Ribeirão do Sélma; descem por este até a divisa dos lotes 25, 26 e 52 da Gleba 9; seguem em reta e em seco, até o Ribeirão do Lica; sobem por este até seu afluente e a margem esquerda, na altura dos lotes 36 e 37 da Gleba 4; sobem por este, até a sua cabeceira daí seguem em reta e em seco, até a estrada Jurema-Guairaçá; seguem por esta estrada até o marco de divisa dos lotes 34, 37 e 38 da Gleba 4; seguem em reta e em seco pelas divisas dos lotes 34 e 38 da mesma Gleba, até a cabeceira de um afluente a margem direita do Ribeirão do Paixão; descem por este até a sua foz; sobem pelo Ribeirão do Paixão até o marco que divide os lotes 32 da Gleba 4 e 11 da Gleba 3-a; prosseguem, em reta e em seco, até a divisa dos lotes 11 e 356 da

Gleba 2 e 9 e 14 da Gleba 3-A, de onde continuam, ainda em reta e em seco, pela divisa dos lotes 9 da Gleba 3-A e 11 da Gleba 2, até o lote 8 da Gleba 3-A; deste ponto seguem em reta e em seco, até a estrada Paranaíba-Porto São José, a margem esquerda, onde se encontra o marco de divisa dos lotes 1 e 2 da Gleba 3-A; por esta estrada seguem até encontrar o marco de divisa do lote 6 da Gleba 1-A, em frente ao lote 4 da Gleba 2; daí seguem em reta e em seco pela divisa do referido lote 6; seguem até encontrar a cabeceira do Ribeirão Corôa do Frade; descem por este até um seu afluente a margem esquerda, na altura do lote colonial 38; sobem por este afluente, até a sua cabeceira, prosseguindo em reta e em seco até o marco de divisa dos lotes XV e XXI da Gleba I-B; seguem em reta e em seco pela divisa dos lotes XXI, XVI, XXVIII, e XXI, até o marco de divisa do lote XXVII, todos da Gleba I-B; seguem em reta e em seco: pela divisa dos lotes XXVII, XXVIII e XXIX, até o marco de divisa dos lotes 35 com o lote 29; daí seguem em reta e em seco até a cabeceira de um afluente a margem direita do Ribeirão do Corvo; descem por este até a sua foz; daí descem pelo Ribeirão do Corvo até um seu afluente a margem esquerda, na altura dos lotes V e XL da Gleba I-B; sobem por este até a sua cabeceira, e em seco até a estrada Paranaíba-Porto São José, em frente ao lote 23 da Gleba 8; seguem por esta estrada até o Ribeirão "64", ponto de partida desta descrição.

GUARITÁ OU (SURUQUÁ): - Partindo de um marco de divisa do lote 295 da Gleba 2, daí prosseguem em linha reta direção S.N., até o marco de divisa dos lotes 133 da Gleba 1 e 117 da Gleba 2; daí seguem em reta e em seco até encontrar com o Rio Paranaíba; descem por este até encontrar um seu afluente a margem esquerda na altura do lote 11 da Gleba 2; sobem por este afluente até a sua foz na divisa dos lotes 210 e 16 da Gleba 2; seguem em reta e em seco em direção N. S., até o marco de divisa do lote 253 da Gleba 2; daí seguem em reta e em seco em direção a linha W.E., até o marco de divisa do lote 295 da mesma Gleba, ponto de partida desta descrição.

LOANDA: - Partindo de um marco a margem do Rio Patrão, entre os lotes 26 da Gleba 20, 45 da Gleba 27 e 27 da Gleba 16; sobem pelo Rio Patrão até a sua cabeceira; daí seguem em seco e por água até o Ribeirão São Pedro, na altura do lote 47 da Gleba 20; descem pelo Ribeirão São Pedro até um seu afluente, Atibaia, a margem direita na altura dos lotes 463, 223 e 414 do loteamento da Gleba Parapanema Ltda; sobem pelo afluente Atibaia, até a divisa dos lotes 401, 245 e 253 do mesmo loteamento; seguem em reta e em seco até a divisa dos lotes 245, 246 e 253; daí seguem em reta e em seco até a foz de um afluente a margem direita do Rio Areia Branca (Ribeirão Km 10) entre os lotes 304, 305, 43 e 101 do mesmo loteamento;

sobem por este afluente, até a divisa dos lotes 57 da Gleba 13 e 40 da Gleba 14, do loteamento do Estado; daí seguem em reta e em seco - pela divisa das Glebas 14 e 13 até um afluente a margem esquerda do Ribeirão do Tigre; descem por este até a sua foz; daí sobem pelo Ribeirão do Tigre, até a altura do marco de divisa dos lotes 18 e 19 da Gleba 12 e 44 e 45 da Gleba 9 e 6 da Gleba 13; seguem em reta e em seco pelas divisas dos lotes 44, 45, 46, 26, 25, 23, 52 e 13 da Gleba 9, até o marco de divisa dos lotes 12, 13 e 23 da Gleba 9 e 17 da Gleba 8; seguem em reta até o lote 1 da Gleba 7 e os lotes 18 e 19 da Gleba 9; daí seguem em reta e em seco até o marco que serve de divisa dos lotes 19 da Gleba 9, 2 e 2-A da Gleba 10: seguem em reta e em seco até a cabeceira do Ribeirão Cresciúma; descem por este até a sua foz no Rio Ivaí; daí descem por este até a foz do Rio Bonito a margem direita; sobem por este até um seu afluente a margem direita, que divide o lote 2-A da Gleba 18; seguem por este até o marco de divisa do lote I da Gleba 18; daí seguem em reta e em seco pelas divisas das Glebas 11, 15, 16, 18, 19 e 23, até o marco do lote da Gleba 20, ponto de partida desta descrição.

MARILENA: - Partindo da foz do Ribeirão do Tigre a margem esquerda do Rio Paranapanema, descem por este Rio até a foz do Ribeirão Areia Branca (Ribeirão Km 10); sobem por este até um seu afluente a margem direita na altura do lote 38 da Gleba 14; sobem por este afluente até a divisa do lote 57 da Gleba 13; daí seguem em reta e em seco até o marco de divisa dos lotes 37 e 36 da Gleba 14 e 55 da Gleba 13; seguem em reta e em seco até o marco de divisa dos lotes 25, 26 e 27 da Gleba 14; daí seguem em reta e em seco, até o lote 10 da mesma Gleba, na estrada Paranaíba-Porto São José; prosseguem pela estrada que divide o loteamento de Marilena e Nova Londrina, até o marco do lote 247 da Gleba Paranapanema Ltda.; seguem por esta mesma estrada até o lote 1; prosseguindo pela divisa deste lote, até o marco de divisa dos lotes 1,43,6 e 69 do mesmo loteamento; daí continuam pela mesma estrada, até a foz do Ribeirão do Tigre, ponto de partida desta descrição.

NOVA LONDRINA: - Partindo da foz do Ribeirão do Tigre, sobem pelo Rio Paranapanema, até a foz do Ribeirão do Corvo; sobem por este até um seu afluente a margem esquerda, na altura do lote XIX da Gleba 1-8; sobem por este afluente até a divisa do lote 58 da Gleba 8; sobem por água e em seco até o lote 24 da Gleba Nove; Daí seguem em reta até a divisa do lote 23 da mesma Gleba; seguem em reta e em seco até o lote 25 da Gleba 9; daí seguem em reta e em seco e por água até a cabeceira do Ribeirão do Sélma; descem por este até a divisa dos lotes 26 e 52 da Gleba 9; seguem em reta e em seco até o Ribeirão do Tigre; descem por este até a foz do seu afluente a margem esquerda: sobem por este afluente até o marco de divisa dos lotes 1,8 e 55 da

Gleba 13 e 36 da Gleba 14; seguem em reta e em seco até o marco/de divisa dos lotes 54 e 55 da Gleba 13 e 36 e 37 da Gleba 14; daí seguem em reta e em seco até o marco de divisa dos lotes 25,26 e 27 da Gleba 14; seguem em reta e em seco até o lote 10 da mesma Gleba, na estrada Paranavaí-Porto São José; daí seguem por uma estrada que divide o loteamento de Marilena e Nova Londrina até o marco do lote 247 da Gleba Paranapanema Ltda.; deste marco seguem pela mesma estrada até o lote 1; seguem pela divisa deste lote até o marco de divisas dos lotes 1, 43, 68 e 69 do mesmo loteamento; daí seguem por esta mesma estrada até a foz do Ribeirão do Tigre, ponto de partida desta descrição.

PARAIZO DO NORTE: - Partindo da foz do rio Anhúmas, na margem direita do Rio Ivaí, sobem por aquele até encontrar a linha S.N; subindo por esta até o marco que divide o lote 295 da Gleba 2; daí seguem em linha reta e em seco em direção E.W., até o marco de divisa do lote 253 da mesma Gleba; sobem em reta e em seco pela linha em direção S.N. até a cabeceira de um afluente do Rio Paranavaí no lote 210; seguem por este até a sua foz no Rio Ivaí; sobem por este até a divisa dos lotes 135 e 134 da Gleba 5; por esta divisa seguem em reta e em seco até o marco de divisa dos lotes 126, 141, 143 e 140, todos da Gleba 5; seguem em reta e em seco pelas divisas destes lotes até o Ribeirão do Paixão; descendo por este até o marco de divisa a margem direita dos lotes 169 e 167; daí seguem em reta e em seco pelas divisas destes lotes até o Ribeirão do Lica; descem por este Ribeirão até o marco de divisa a margem direita, dos lotes 26 e 28 da Gleba 7; daí seguem em reta e em seco pelas divisas destes lotes até o Ribeirão Cresciúma no marco a margem esquerda que divide os lotes 31 e 29 da Gleba 7; descem por este até a sua foz no Rio Ivaí; sobem pelo Rio Ivaí, até a foz do Rio Anhúmas; ponto de partida desta descrição.

PORTO SÃO JOSÉ: - Partindo da foz do Ribeirão Areia Branca (Ribeirão Km 10), a margem esquerda do Rio Paraná descem por este, até a foz do Ribeirão São Pedro a margem direita; sobem por este até um seu afluente a margem direita, na altura do lote 47 da Gleba 20; sobem por este afluente até a altura dos lotes 401,245 e 253 do loteamento da Gleba Paranapanema Ltda.; daí seguem em reta e em seco até a divisa do lotes 245, 246 e 253; seguem em reta e em seco até a foz de um afluente a margem direita do Rio Areia Branca (Ribeirão Km 10), entre os lotes 304, 305, 43 e 101 do mesmo loteamento; daí descem por este até a sua foz no Rio Paraná; ponto de partida desta descrição.

PARANAVAÍ: - Partindo de um marco existente entre os lotes 1 e 3 da Gleba 1

e 117 da Gleba 2, de onde seguem por uma linha reta W.E. até encontrar a linha divisória da C.T.N.P.; daí prosseguem em sentido S.N. até o Rio Paranapanema; descem por este até a foz do Ribeirão Corôa do Frade; daí sobem por este até a sua cabeceira, de onde prosseguem por linha seca, em reta até encontrar um marco de divisa do lote 6 da Gleba I-A, e 1 frente ao lote 4 da Gleba 2, a margem da estrada Paranavaí-Porto São José; daí seguem por esta até encontrar a sua margem esquerda, o marco da linha divisória entre os lotes 1 e 2 da Gleba 3-A; prosseguem em reta e em seco, até encontrar o marco de divisa entre os lotes 8 e 9 da Gleba 3-A e 11 da Gleba 2; prosseguem por outra reta e em seco, entre os lotes mencionados até os lotes 9 e 11; prosseguem até encontrar o marco de divisa dos lotes 14 da Gleba 3-A e 356 da Gleba 2; daí seguem até encontrar a cabeceira de um afluente do Ribeirão "22", pelo qual descem até a sua foz na divisa dos lotes 332 e 81 da Gleba 2; sobem pelo Ribeirão "22" até encontrar a foz de um seu afluente a margem esquerda; prosseguem por este e pelas divisas dos lotes 37 e 81 da Gleba 2, até a sua cabeceira; prosseguem em linha reta e em seco, até encontrar um pequeno afluente do Ribeirão Paranavaí, entre os lotes 50 e 51 da mesma Gleba; descendo por esta água até a sua foz; sobem pelo Ribeirão Paranavaí, até o marco de divisa entre os lotes 129 e 130, ainda da Gleba 2; seguem em linha reta e em seco N.S.; prosseguem até o ponto de partida no marco de divisa entre os lotes 133 da Gleba 1 e 117 da Gleba 2, ponto inicial desta descrição.

QUERÊNCIA DO NORTE: - Partindo da foz de um afluente do Rio Ivaí, que serve de divisa das Glebas 25 e 29; sobem por este até a sua cabeceira; daí seguem em reta e em seco até um outro afluente do mesmo rio, pela divisa do lote 18 da Gleba 28; sobem por este até o marco de divisa dos lotes, 16 e 18 da Gleba 28, e 17 da Gleba 25; deste marco sobem pelas divisas das Glebas 25, 28, 23 e 27 até o lote 27 da Gleba 20; daí seguem em reta até o Ribeirão do Patrão em frente ao lote 26 da Gleba 20; descem por este até a sua foz no Rio Paraná; descem por este até a foz do Rio Ivaí; sobem por este até o afluente que serve de divisa das Glebas 25 e 29; ponto de partida desta descrição.

SÃO CARLOS DO IVAÍ: - Partindo da foz do Rio Anhúmas, no Rio Ivaí, margem direita, subindo por aquele até encontrar uma linha reta e seca S.N. .. prosseguem por esta até a divisa do lote 295 da Gleba 2; daí continuam em reta e em seco, direção W.E., até encontrar a linha de divisa da C.T.N.P.; por esta linha prosseguem em direção N.S., até a margem do Rio Ivaí; e finalmente descem por este Rio, até a foz do Rio Anhúmas; ponto de partida desta descrição.

SANTA ISABEL DO IVAÍ: - Partindo da foz de um afluente do Rio Ivaí que serve de divisa das Glebas 25 e 29, sobem por este até a sua cabeceira prosseguem em seco até outro afluente do Rio Ivaí que serve de divisa do lote 18, da Gleba 28; sobem por este afluente até o marco de divisa dos lotes 16 e 18 da Gleba 28 e 17 da Gleba 25; deste marco sobem pelas divisas da Gleba 25, 28, 23 e 27 até o lote 27 da Gleba 20; daí seguem pelas divisas das Glebas 16 23, 15, 19, 11 e 18 até um afluente a margem direita do Rio Bonito em frente ao lote 2-A da Gleba 18; descem por este até a sua foz no Rio Ivaí; descem este até a foz de um seu afluente, que serve de divisas das Glebas 25 e 2 ponto de partida desta descrição.

TAMBOARA: - Partindo de um marco de divisa do lote 295 da Gleba 2, seguem em reta e em seco pela linha W.E. até a divisa da C.T.N.P.; daí segue em reta e em seco em direção S.N. até o marco de divisa do lote 13 da Gleba: seguem em reta e em seco em direção E.W. até a divisa dos lotes 133 da Gleba 1 e 117 da Gleba 2; Seguem em reta e em seco linha N .S., até o marco de divisa do lote 295, ponto de partida desta descrição.

TERRA RICA: - Partindo de um marco de divisa dos lotes 46 da Gleba 8 e 6 da Gleba 1-B, a margem direita do Ribeirão "64", na estrada que vai de Paranavaí ao Porto São José; seguem por esta até o lote 23 da Gleba 8; daí segue em reta e em seco até a cabeceira de um afluente a margem esquerda do Ribeirão do Corvo; descem por este até a sua foz; sobem pelo Ribeirão do Corvo até um seu afluente a margem direita na divisa dos lotes XXXIX e XXIV da Gleba I-B; sobem por este até a sua cabeceira e daí em reta e em seco pela divisa dos lotes XXXV e XXVII da Gleba 1-B, até o marco de divisa do lote XXII da mesma Gleba; seguem em reta e em seco até o marco de divisa dos lotes XXVII, XXVIII e XXI todos da Gleba 1-B; daí seguem em reta e em seco até a cabeceira de um afluente a margem direita do Ribeirão Corôa do Frade; descem por este até a sua foz no Rio Paranapanema; descem por este até a foz do Ribeirão do Corvo; daí sobem pelo mesmo Ribeirão até um afluente a margem esquerda, do Ribeirão "64"; sobem por este até o marco d.: divisa dos lotes 46 da Gleba 8 e IV da Gleba 1-B, na estrada que vem do Porto São José a Paranavaí; ponto de partida desta descrição.

PORTO RICO: - Partindo da foz do Ribeirão Patrão, no Rio Paraná, sobem por este até a sua cabeceira; daí seguem em seco e por água até o Ribeirão São Pedro na altura do lote 47, da Gleba 20; descem pelo Ribeirão São Pedro, até , sua foz no Rio Paraná; descem por este até a foz do Ribeirão Patrão; ponto partida desta descrição.

Artigo 3º) - As instalações dos Distritos dar-se-ão dentro de 90 dias contados da data publicação desta lei, devendo o Poder Executivo Municipal tomar as providências que se fizerem necessárias.

Artigo 4º) - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições, em contrário.

Sala das sessões em 5 de Agosto de 1953.

LOUREIRO JÚNIOR
Vice-Presidente

LEI Nº 15

ASSUNTO: - Instalação de água na cidade de Paranavaí

A Câmara Municipal de Paranavaí decretou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a iniciar os trabalhos de instalação de água na cidade.

§ Único – Os trabalhos deverão ser de perfuração de poços artesianos.

ART. 2º - O Poder Executivo para o desempenho da presente Lei, lançará mão da “Dotação nº 13”, da Lei Orçamentária.

ART. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 11 de agosto de 1953.

JOSÉ VAZ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

LEI Nº 16

ASSUNTO: - Instalação de Luz na cidade de Paranavaí

A Câmara Municipal de Paranavaí decretou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a iniciar imediatamente os estudos

sobre a iluminação da cidade.

ART. 2º - A Prefeitura Municipal entrará em entendimentos com os proprietários das instalações já existentes, podendo adquirir o que já existe, caso tenha utilidade pública.

ART. 3º - Para execução desta Lei deverá o Poder Executivo lançar mão da verba pré-estabelecida na "Dotação nº 19" da Lei Orçamentária.

ART. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 11 de agosto de 1953.

JOSÉ VAZ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

LEI Nº 53

ASSUNTO: - Criação de um necrotério público, nesta cidade.

A Câmara Municipal de Paranavaí decretou, e eu, Presidente em exercício, promulgo a seguinte lei, de conformidade com os artigos 34 e 37 da Lei Orgânica do Município.

ART. 1º - Fica criado, no cemitério municipal da sede, um necrotério público.

§ Único – O chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a tomar as medidas necessárias à execução desta lei.

ART. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 16 de novembro de 1953.

ALDO SILVA
Presidente

VIVALDO DE OLIVEIRA
Secretário

LEI Nº 69

ASSUNTO: Autorização de uma verba de CR\$ 5.000,00 a título de contribuição, ao Atlético Club Paranaíba.

A Câmara Municipal de Paranaíba decretou e eu, Presidente em exercício, promulgo, a seguinte lei, de conformidade com a Lei Orgânica.

ART. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, a título de contribuição as comemorações da Semana do 1º aniversário do Município, uma verba de CR\$ 5.000.00 (cinco mil cruzeiros) ao Atlético Club Paranaíba.

ART. 2º - Esta verba deverá ser empregada para promover uma competição esportiva com associação congênere de fora do Estado.

§ Único – Os recursos necessários ao atendimento da presente lei, serão atendidos pela verba da Dotação nº 16.

ART. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 15 de dezembro de 1953.

LOUREIRO JÚNIOR
Vice-Presidente

DECRETO LEI Nº 80

ASSUNTO: - Criação de Um Ginásio Municipal.

A Câmara Municipal de Paranaíba, Estado do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

ART. 1º - Fica criado, na sede do Município de Paranaíba, um Ginásio Municipal.

§ Único – O Ginásio a que se refere esta Lei, deverá funcionar ainda no corrente ano.

ART. 2º - Para a construção do prédio onde deverá funcionar o Ginásio Municipal, lei especial será criada, com a devida verba.

ART. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 3 de julho de 1954.

DR. JOSÉ VAZ DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LEI Nº 102

ASSUNTO: - Considerando de utilidade pública o serviço de Alto-Falante “Rede de Projetores Voz Democrática”

A Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica considerado de utilidade pública, o serviço de Alto-Falantes “Rede de Projetores Voz Democrática”.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 17 de agosto de 1954.

DR. JOSÉ VAZ DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 8

ASSUNTO: - Autoriza o Poder Executivo a construir a Estação Rodoviária Municipal e dá outras providências.

ART. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a construir no centro da Praça Brasil, desta cidade, a Estação Rodoviária Municipal.

ART. 2º - As despesas decorrentes dessa construção serão cobertas pela renda oriunda da concessão dos departamentos da mesma.

ART. 3º - A concessão de que fala o artigo anterior terá o prazo de 10 (dez) anos, findo o qual poderá ser prorrogado se convier aos interesses da Prefeitura.

ART. 4º - Os interessados deverão requerer, por concessão, e ou os departamentos que pretenderem, dirigindo ao Prefeito Municipal a sua proposta, na qual deverá constar:

- a) – O Preço
- b) – Modalidade de pagamento
- c) – Atividade Comercial.

§ Único – O contrato de concessão que será firmado entre o proponente e a Prefeitura obedecerá a legislação que rege a matéria.

ART. 5º - A Estação Rodoviária será administrada pela Prefeitura no que concerne a limpeza nas servidões públicas, serviço de alto-falantes, horário dos transportes coletivos, controle de entrada e saída de veículos.

ART. 6º - As despesas a que se refere o artigo anterior serão regulamentadas por lei subsequente.

ART. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 22 de agosto de 1955.

JOSÉ VAZ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

LEI Nº 136

SÚMULA: - Fica criada uma feira livre para funcionar três vezes por semana.

A Câmara Municipal de Paranavaí decretou, e eu, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte lei:

ART. 1º - Fica criada uma feira livre nesta cidade de Paranavaí.

ART. 2º - A referida feira livre deverá funcionar aos domingos, quartas e sextas-feiras.

ART. 3º - A feira livre funcionará nos dias acima referidos e em locais pelo Senhor Prefeito designados.

ART. 4º - O senhor Chefe do Executivo baixará o competente regulamento para funcionamento da feira livre.

ART. 5º - Sessenta dias após a publicação desta lei, deverá estar em funcionamento a feira livre.

ART. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Paranaíba, em 14 de julho de 1956.

DR. JOSÉ VAZ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

ATA DE APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA VEREADORES NO ANO DE 1956

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, na Sala de Audiências do Edifício do Fórum da Comarca de Paranaíba, às dezesesseis horas, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Doutor Sinval Reis, Juiz Eleitoral da 72ª Zona, e presentes os Senhores Irineu Araújo e Gonçalo Rodrigues Ornellas, membros da Junta Eleitoral da mesma Zona, o Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente, depois de declara aberta a sessão e na conformidade dos resultados constantes da ata final da apuração das eleições realizadas em 18 de Novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, proclamou eleitos VEREADORES e respectivos SUPLENTEs à Câmara Municipal de PARANAÍBÁ, os seguintes cidadãos:

PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

VEREADORES

Dr. José Vaz de Carvalho, com 939 votos; José Vendolino Schiieroff, com 347 votos; Oswaldo Madalozzo, com 332 votos; Gustavo Marques de Oliveira, com 308 votos; Vivaldo de Oliveira, com 255 votos

SUPLENTEs

Dr. Lourival Rauen, com 247 votos; Cândido Berthier Fortes, com 245 votos; Leopoldo Peres de Oliveira, com 183 votos.

PELO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

VEREADORES

Dr. Aldo Silva, com 727 votos; José de Souza Leite, com 473 votos; Nelson Busato dos Santos, com 368 votos.

SUPLENTE

Genésio de Siqueira, com 209 votos; Efraim Marques Machado, com 143 votos; Salvador Gonçalves Padilha, com 141 votos.

PELA COLIGAÇÃO, UDN e PSP

VEREADOR

Francisco R. Ruiz, com 326 votos

SUPLENTE

Ivo Paul Müller Sobrinho, com 250 votos; Walter Antonio De Sordi, com 86 votos; Antonio Silva Sobrinho, com 78 votos.

PELO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

VEREADOR

Minoru Imoto, com 325 votos

SUPLENTE

Aloísio João Selhorst, com 236 votos; José Fernandes Pedrosa, com 117 votos; Messias Alves Pedroso, com 80 votos.

Votos válidos = 8.297; Lugares a preencher = 10; Quociente eleitoral = 830.

Paranavaí, 2 de dezembro de 1956

SINVAL REIS

Luiz Eleitoral da 72ª Zona

LEI Nº 200

SÚMULA: Serviços de Auto-Falantes da Estação |Rodoviária

A Câmara Municipal de Paranavaí DECRETOU, e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte lei:

ART. 1º - Fica o Sr. Prefeito Municipal de Paranavaí, autorizado a concessionar o Serviço de Auto-Falantes instalados na Estação Rodoviária local, ao Sr. Raimundo Maniva.

§ Único – Esta concessão deverá ser pelo prazo de dois anos, revogável em qualquer momento, por decisão da maioria da Câmara Municipal, sem que o concessionário tenha direito a indenização.

ART. 2º - Todas as despesas de instalação e manutenção ou outra despesas que se originarem pelo Serviço de Auto-Falantes, serão por conta exclusiva do concessionário, sem ônus para os cofres municipais.

ART. 3º - O Prefeito Municipal fica autorizado a elaborar o contrato de concessão, podendo nele autorizar a propaganda falada, como recompensa das despesas feitas, devendo, igualmente figurar no contrato as tabelas de preços para anúncios e bem como o horário de funcionamento, sendo também o mencionado Serviço de Auto-Falantes, obrigado a divulgar os atos oficiais do município, sem acarretar ônus para o Poder Público.

§ Único – Os serviços de Auto-Falantes não poderão ser utilizados para propaganda político-partidária.

ART. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 1 de dezembro de 1957.

ULISSES FARIA BANDEIRA
Prefeito Municipal

LEI Nº 205

Rf.: Cria o “BRASÃO DE PARANAÍ”

A Câmara Municipal de Paranaíba, DECRETOU, e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte lei:

ART. 1º - Fica criado o “BRASÃO DE PARANAÍ” para identificar os papéis oficiais da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal.

§ Único – Os próprios municipais e igualmente as repartições subordinadas à Prefeitura Municipal deverão exibir em suas dependências o “BRASÃO DE PARANAÍ”.

ART. 2º - Fica adotado como brasão o modelo idealizado pelo cidadão Genésio Baptiston, constante do “croquis” anexo a esta lei.

ART. 3º - O Senhor Prefeito Municipal, mediante prévia autorização do Poder Legislativo, poderá permitir a exploração comercial do “Brasão de Paranaíba”, em folhinhas, estampas, gravuras, etc.

ART. 4º - Esta lei entrará em vigor no data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranaíba, 14 de agosto de 1958.

ULISSES FARIA BANDEIRA

Prefeito Municipal

BRASÃO DE ARMAS DE PARANAVAÍ

DESCRIÇÃO HERÁLDICA - Escudo Redondo Português

ESQUARTELADO - Separando os quartéis, uma cruz retilínea romana, azul celeste.

1º - De branco, com mãos entrelaçadas.

2º - De prata, com um archote de ouro, sobreposto um livro.

3º - De prata, com um pé de café frutificado de vermelho, ladeado por uma roda de engrenagem.

4º - De verde, cortado por um rio ladeado de cinco estrelas de prata.

COROA MURAL - Lavrada de ouro, privativa das municipalidades de quatro torres e portas, ao seu centro sobreposto um escudo de prata.

DIVISA - In Fide Unitatis, Laboris et Scientia e Civitas Inter Primarias Brasílias, de prata num listel vermelho, datas na extremidade.

MEMENTO JUSTIFICATIVO

- O Escudo redondo, também conhecido como português ou hispânico, foi o escolhido para acompanhar o tipo tradicional para quase todas as cidades do Brasil, filiando-se assim, as origens de nossa formação ibérica colonial.

- A cruz romana retilínea, azul celeste, que divide os quatro quartéis simboliza em primeiro plano a fé cristã dos paranavaenses, inabaláveis em sua crença religiosa. O azul celeste, evoca o céu (querido) de nosso Brasil, também fixado na Bandeira Nacional.

- As Mãos entrelaçadas sobre o imaculado branco, do primeiro quartel, simboliza a pureza de sentimentos e altos ideais dos paranavaenses irmanados na luta pelo engrandecimento de nossa terra.

- O archote de ouro, sobreposto um livro aberto, no segundo quartel, simboliza o heráldico do saber, das luzes e do progresso, evoca nossas escolas, nossas atividades espirituais e nobres ideais dos paranavaenses no amor a sua terra, a diafaneidade de seus sentimentos no branco de prata deste quartel.

- Um pé de café, no campo de prata, do 3º quartel, caracteriza o elemento básico da agricultura e povoamento de Paranavaí. O café ocupa no Município posição de destaque no conjunto dos grandes centros agrícolas do Brasil, a este produto se deve o desbravamento de nossos sertões e implantação da civilização onde antes

imperava as feras, os selvagens e a mata bravia. A roda de engrenagem significa trabalho em todos os setores, o surgimento da indústria paranavaense; campo de prata atesta abundância de água cristalina nas terras do Município.

- No 4º quartel, o verde evoca os extensos cafezais e luxuriante vegetação que cobre as terras de Paranavaí; o Rio ladeado de cinco estrelas de prata, recorda a origem do nome da cidade, as estrelas as cinco cidades de maior índice progressista do Brasil, dentre elas “Paranavaí”, cujo diploma de Honra foi conferido pelo “Instituto Brasileiro de Administração Municipal”, entregue ao Sr. Prefeito da cidade, Dr. José Vaz de Carvalho, pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Juscelino Kubistchek de Oliveira, em 19 de outubro de 1956, no Rio de Janeiro.

- A Coroa Mural, é a mesma da simbologia heráldica luso-brasileira, lembrando com seu escudete.

- Nos suportes, os ramos de café e algodão assinalam os produtos agrícolas que mais tem cooperado para a riqueza do Município.

- A Divisa: In Fide Unitatis, Laboris et Scientiae Civitas Inter Primarias Quinque Brasílias “Na Fé, na União, no Trabalho e na Ciência entre as Cinco Primeiras Cidades do Brasil”, de prata num listel vermelho traduz a causa da evolução e desenvolvimento vertiginoso alcançado em pouco tempo pelo Município; nas extremidades, esquerda data da fundação da Cidade, direita da diplomação como um dos mais progressistas municípios do Brasil.



LEI Nº 229

Ref./ Cria a “Taxa de Iluminação Pública”

A Câmara Municipal de Paranavaí, Est. Do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica criada a “Taxa de Iluminação Pública”, para ser cobrada dos contribuintes dos impostos Territorial Urbano e Predial Urbano.

ART. 2º - A taxa deverá ser cobrada na base de dez por cento do respectivo lançamento.

ART. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 7 de dezembro de 1959.

ULISSES FARIA BANDEIRA

Prefeito Municipal

LEI Nº 230

Ref./ Cria uma Biblioteca Pública Municipal, com a denominação de “JÚLIA WANDERLEY”.

A Câmara Municipal de Paranavaí, Est. Do Paraná, Decretou e eu Prefeito Municipal Sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica criada uma “BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL”, com a denominação de “JÚLIA WANDERLEY”, como homenagem a grande educadora paranaense.

ART. 2º - Para ocorrer as despesas decorrentes desta lei, fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a incluir no orçamento do próximo ano, a verba de CR\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), destinada a instalação da Biblioteca.

ART. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 7 de dezembro de 1959.

ULISSES FARIA BANDEIRA

Prefeito Municipal

LEI Nº 244

Súmula: Cria novo Cemitério Municipal

A Câmara Municipal de Paranavaí decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica criado novo "Cemitério Municipal" nesta cidade, com área de 4 (quatro) alqueires, destacada do lote nº 19 (dezenove) da Gleba 1-Ivaí, com as seguintes confrontações: Ao Norte, a partir do prolongamento da rua Rio Branco pela antiga estrada do Porto São José, numa extensão de 172 (cento e setenta e dois) metros; ao Sul com o mesmo lote 19 (dezenove); a leste, com o lote nº 3 (três); e ao Oeste, com o citado lote 19 (dezenove), pela rua Rio Branco (prolongamento).

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 28 de outubro de 1960.

ULISSES FARIA BANDEIRA
Prefeito Municipal

LEI Nº 281

Ref./ CRIA A BANDA DE MÚSICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica o Prefeito Municipal de Paranavaí, autorizado a criar a Banda de Musica Municipal.

ART. 2º - Para fazer face às despesas do artigo anterior, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir o crédito de R\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

ART. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 19 de maio de 1961.

DR. ANTONIO JOSÉ MESSIAS
Prefeito Municipal

LEI Nº 589

Súmula: Cria o Símbolo do Município de Paranaíba.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍBÁ, ESTADO DO PARANÁ,
DECRETOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - Fica criado o Símbolo do Município de Paranaíba, de conformidade com o “Croquis” que acompanha a presente Lei.

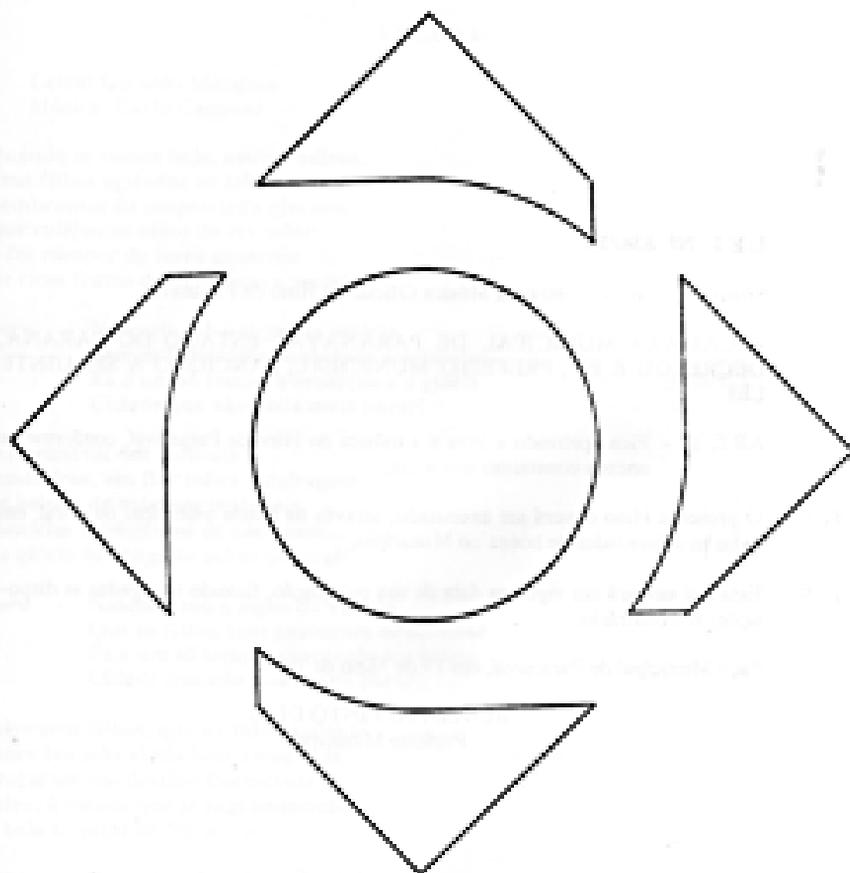
§ Prim. – O Símbolo do Município de Paranaíba é constituído de um quadrado, tendo ao centro um círculo; deste círculo em sua periferia partem faixas em quatro direções; estas faixas separam e ao mesmo tempo integram ao círculo os quatro cantos do quadrado, formando quatro triângulos mistilíneos com um dos seus vértices aparados; supondo-se esse conjunto em um movimento giratório em torno de seu eixo, toda vez que um dos vértices do quadrado estiver apontando para o alto teremos uma letra “P” em sua posição normal, simbolizando o “P” inicial de Paranaíba.

§ Seg. - O Símbolo em apreço passará a constar dos papéis oficiais do Município, servindo para identificar o Município de Paranaíba.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranaíba, em 13 de junho de 1972.

DIONÍSIO ASSIS DAL-PRÁ
Prefeito Municipal



paranavai
PARANÁ

LEI Nº 636/73

Súmula: Aprova a Letra e a Música Oficial do Hino de Paranaíba.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍBÁ, ESTADO DO PARANÁ,
DECRETOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - Fica aprovado a letra e a música do Hino de Paranaíba, conforme os anexos constantes nesta Lei.

ART. 2º - O presente Hino deverá ser executado, através da banda municipal ou coral, em toda as solenidades de honra ao Município.

ART. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranaíba, em 17 de maio de 1973.

BENEDITO PINTO DIAS
Prefeito Municipal

LETRA DO HINO DE PARANAÍBÁ

Letra: Geraldo Marques

Música: Carlo Cagnani

Quando te vemos hoje, assim radiosa,
Teus filhos agitados no labor,
Lembramos da empreitada gloriosa
Que calejou as mãos do lavrador
E fez romper da terra generosa
Os ricos frutos do progresso e amor!

Coro - Nasceste sob o signo da vitória
Que os filhos teus souberam conquistar
És a um só tempo a evolução e a glória
Cidade que não pode mais parar!

Ó Paranavaí dos cafezais
Simétricos, em flor sobre a paisagem,
De belos e de extensos matagais,
Planícies verdejantes de pastagem...
Da glória tu chegaste até os umbrais

Coro - Nasceste sob o signo da vitória
Que os filhos teus souberam conquistar
És a um só tempo a evolução e a glória
Cidade que não pode mais parar!

Salve teus filhos, que na faina ardente
Sobre teu solo ainda hostil e agreste
Traçaram teu destino florescente!
Salve, ó cidade que te engrandeceste
Ó bela Capital do Noroeste!

Coro - Nasceste sob o signo da vitória
Que os filhos teus souberam conquistar
És a um só tempo a evolução e a glória
Cidade que não pode mais parar!

RELAÇÃO DOS PROFESSORES QUE PERTENCIAM AO MUNICÍPIO EM 1957

Olga Kotianski Delowski

Laura Baches

Nair Escame

Marli Souza Ramos

José Zancanaro

Izabel Pereira Leal

Maria Leniowski

Placidina Nogueira Navarro

Salvio Jonck

Joana Teixeira de Moraes

Escola Paroquial

Escola João Comochini

Jardim São Jorge

Escola Fazenda Figueira (km. 53)

Água do Lica (Jurema)

Água Nova

Nova Aurora

Bairro do Quintino

Monte Carmelo

Fazenda Diamante

Leopoldo Moenster
 Sebastião Dinis
 Ilidia Mioto
 Olavo Lopes de Castro
 Dalva José Bruno
 Olga Lima dos Santos
 Rosa de Oliveira
 Irene Pinto de Moraes
 Maria Delfino de Souza
 Isabel Batista Sanches
 Alcides Garcia Rodrigues
 Hercílio Antunes Ayres Mello
 Alice Nunes de Castro
 Diomar Roda dos Santos
 Maria Rosa da Silva
 Acyr Gonçalves Abril
 Benedita Castilho
 Erondina Alves
 Maria das Dores Silva
 Paulo Nascimento
 Elza Catarina Bonadio
 Adélia Uliano
 João Ferreira Leão
 Manoel José Carvalho
 Guairaçá
 Maria Catarina Peraci
 Dolores Rodrigues Negro
 Maria Kawai
 Ruth Pinheiro Aires
 Eva Bispo Santos
 Maria Alves de Lima
 Agenor Bueno Gonçalves
 Noturno)
 Alice Limeira de Souza
 Amélia Negrão de Mello
 Shirley Garcia
 Darci Joana Borges

Escola Boa Vistas (Graciosa)
 Santos e Carvalho – C. Noturno
 Escola Paroquial
 Água da Paixão
 Fazenda Coqueiral
 Escola Paroquial
 Casa da Criança
 Escola das Araras
 Casa da Criança
 Casa da Criança
 Água do Lica
 Fazenda Santa Izabel (km. 14)
 Escola Alto do Café
 Casa da Criança
 Escola Paroquial
 Escola Fazenda Santa Amélia
 Escola Paroquial
 Escola Nova Maragogipe
 Quatro Marcos
 Água do 28
 Fazenda Santa Mônica
 Graciosa
 Santa Tereza - Guairaçá
 São Francisco da Figueira -
 Água dos Bicudos
 Guairaçá
 Guairaçá
 Piracema
 Quilômetro 53 (Sítio Santa Luzia)
 Planaltina
 Grupo Escolar Paranavaí (C.
 Fazenda São João (Jurema)
 Casa da Criança
 Santos Dumont
 G. Escolar de Paranavaí

Adail Cunha	G. Escolar de Paranavaí
Geny Alves Amorin	Escola Paroquial
Maria Hilda Boing	G. E. Jurema
Hilda Eugênia Soares	G. E. Jurema
Augusta Badziack	G. E. Jurema
Haidee Gibin Oliveira	G. E. Jurema
Evilázia Badziack	G. E. Jurema
Waldemar Canegundes Souza	Fazenda Palmital
Marina Vieira	Fazenda Bella Manhã
Maria das Dores Cardoso	São Pedro
Olavo Proença	São Pedro (C. Noturno)

RELAÇÃO NOMINAL DAS PROFESSORAS NORMALISTAS QUE JÁ PERTENCIAM AO ESTADO EM 1957

Olinda P. Oliveira
 Lígia Duarte Aguiar
 Doralice F. Martins Leal
 Luiza Joaquim Radsiminski
 Nadir Hein Lacerda

PROFESSORAS EXTRAS NUMERÁRIAS

Maria Basílio de Oliveira
 Herminda Duarte
 Nair Nunes da Costa
 Florispes de Oliveira Chaves
 Dolores Arantes
 Raymundo Leda D. Lima
 Aparecida Francisco
 Durvalina O. Mello
 Maria de Lourdes Patriota dos Santos
 Irene Gomes Patriota
 Eunice Esperidião
 Rosa A. Ceci

Benedita Ferreira
Anésia M. Braga
Esmeralda C. e Silva

RELAÇÃO NOMINAL DAS PROFESSORAS QUE PASSARAM A FIGURAR NO QUADRO DO MAGISTÉRIO ESTADUAL EM 1957

Maria Tereza Manoel
Nanami Takamutu
Leonor Gomes Dantas
Akie Noguti
Wilma Minati
Maria Ilza Quaglioti
Maria Ignes Quaglioti
Lourdes Costa França
Neidja Lopes Porangaba
Maira Lopes Porangaba
Aladir Miranda
Maria Augusta Moreno
Aleonora França
Josefa Marques dos Santos
Margarete M. dos Santos
Maria Luiza M. Cléve
Stela Ferreira de Figueiredo
Laércio Bastos Xavier
Jamilé Jarrus
Maria Ermelinda dos Santos Vaz
Pedro Real
Bertino Feuser
Maria Hilda Bueno
Yolanda Lembi
Evilária Babriack
Waldice Maria Lourenço
Walmira Boing (Servente em Jurema)
Dolores Marques Machado

Ana Francisca de Andrade
Ana Ignácio de Carvalho
Cledyr Emerick
Dalva Creibler de Oliveira
Edwirge Fachin
Maria Lesniowski
Zelinda Bonácio Ramos de Oliveira
Maria Moraes Cardoso
Antonio Carvalho
Mamed Stellato
Eneida Pelufo Loureiro
Zenaide Guerreiro
Maria K. Bruning
Francisca Bruning
Rosa Maria Wendressan
Liborio Kuhnen
Célia C. Costa
Maria José Porto
Anynacea Santos Carvalaho
José Antonio Castilho
Aracy Prastes
Lourdes Guilherme Lourenço
Cleide Palo Janeiro
Adalgisa Dantas Lima
Maria Aparecida Nucci da Silva
Ilda Sabóia
Aparecida Nogueira Oliveira
Irene Batista Lopes
Eunice Ferreira Araujo
Lucia Ribeiro Castilho
Natalina Ybe Merega
Nair Carvalho Santos

RELAÇÃO DAS PROFESSORAS TRANSFERIDAS PARA PARANAÍ EM 1957

Nome	Localidade	Portaria	Data	Local Transf.
Leorita Cordeiro	Loanda	1.786	09/05/57	Grupo Escolar
Nefege Uili Coelho	Ibiporã	1.784	09/05/57	Grupo Escolar
Maria A. Figueiredo	Jacarezinho	2.086	16/05/57	Grupo Escolar

NOMEAÇÕES

Nome	Portaria	Ofício	Data	Padrão
Irene Batista	1.962	1.561/57	13/05/57	Padrão V
Lúcia Ribeiro Castilho	2.135	1.648/57	21/05/57	Padrão V
Nair Carvalho Santos	2.136	1.648	21/05/57	Padrão V
Crea Vicentin	2.134	1.648/57	21/05/57	Padrão V
Natalina Ybe Merega	(Normal.)	10.012	21/05/57	Padrão I

PRIMEIROS CASAMENTOS

1º - Ulisses Faria Bandeira e Balbina Guilherme de Aguiar

Casados em 11 de maio de 1949

2º - Domingos Araújo dos Santos e Terezinha Prudente

Casados em 12 de maio de 1949

3º - Vicente Alves de Barros e Maria Aparecida Galindo

Casados em 25 de maio de 1949

PRIMEIROS ÓBITOS

1º - Uruversolino Alves

Falecido em 26 de abril de 1949

Obs.: Embora tendo falecido após aos que se seguem, seu óbito foi registrado primeiro.

2º - Neusa Aires de Oliveira

Falecida em 05 de abril de 1949

3º - Neide Pereira Rangel

Falecida em 07 de abril de 1949

PRIMEIROS NASCIMENTOS

1º - Irene Rodrigues

Nascida em 10 de dezembro de 1946 – Registrada em 20 de abril de 1949

2º - Florival Rodrigues

Nascido em 31 de outubro de 1941 – Registrado em 20 de abril de 1949

3º - Noemia Aureliano

Nascida em 21 de abril de 1949- Registrada em 26 de abril de 1949

(Informações obtidas no Fórum de Paranavaí, em 18 de julho de 1984).

TÍTULOS DE CIDADÃO HONORÁRIO DE PARANAÍ

Comendador Remo Massi	Res. 03/68	
Waldemiro Wagner	Res. 03/68	
Ney Aminthas de Barros Braga	Res. 03/68	
Paulo Cruz Pimentel	Res. 03/68	
Silvio Coelho Vidal Ribeiro	Res. 03/68	
Frei Boaventura Eimberger	Res. 03/68	
Adhemar de Barros	Res. 03/68	
Juscelino Kubitschek de Oliveira	Res. 03/68	
Haroldo Leon Peres	Res. 05/70	
Mario David Andreatza	Res. 04/71	
Napoléão Naval Alves de Oliveira	Lei nº 0694/74	07/10/74
Hermes Macedo	Lei nº 0752/75	23/12/75
Dr.Cesar Montenegro	Lei nº 0765/76	18/06/76
Dr. Neil Jorge	Lei nº 0766/76	18/06/76
Dr. Nelson Leal	Lei nº 0767/76	18/06/76
Irmã Diva Freire	Lei nº 0773/76	06/09/76
Gov. Est. Jayme Canet Junior	Lei nº 0803/77	07/07/77
Dr. Rolf Lunkmon de Christo	Lei nº 0834/78	18/04/78
Dom Benjamin de Souza Gomes	Lei nº 0836/78	17/05/78
Osiris Steghel Guimarães	Lei nº 0842/78	18/05/78
Assahias Felipe Assuane	Lei nº 0844/78	18/05/78
Paulo Carneiro Ribeiro	Lei nº 0853/78	29/06/78
Antonio José da Silva	Lei nº 0854/78	16/08/78
Dr. Munir Saab	Lei nº 0863/78	07/11/78
Aparecido Marques da Silva	Lei nº 0877/79	02/05/79
Euclides Bogoni	Lei nº 0880/79	22/05/79
João Milanez	Lei nº 0885/79	18/06/79
Ulysses Faria Bandeira	Lei nº 0886/79	18/06/79
Octávio Cesário Pereira Júnior	Lei nº 0895/79	10/08/79
Alfredo Leff Bordin	Lei nº 0926/80	30/06/80
Carlo Cagnani	Lei nº 0939/80	06/11/80
Sarg. Raul de Oliveira Rodrigues	Lei nº 0947/81	13/05/81
Dr. Lourival Rauen	Lei nº 0957/81	25/09/81
Mário Fernandes	Lei nº 0961/81	25/10/81
Ivo Ferreira Cardoso	Lei nº 0971/81	09/12/81

Dr. Nézio Noronha Dias	Lei nº 1002/82	27/08/62
Dep. José Alencar Furtado	Lei nº 1065/84	03/09/84
Dr. Negi Calixto	Lei nº 1079/84	29/10/84
Frei Alberto Foerst	Lei nº 1099/85	
Deni Lineu Schwartz	Lei nº 1120/85	
Armando Trindade Fonseca	Lei nº 1150/86	
Aurora Lilia Comel Busato	DL 01/87	
Silvio Romero Stadler Souza	Lei nº 1198/87	
Álvaro Fernandes Dias	Lei nº 1210/87	
George Christofis	Lei nº 1230/88	
Luiz Carlos Borges da Silveira	Lei nº 1232/88	
Delcino Tavares	Lei nº 1282/89	
Ephraim Marques Machado	Lei nº 1321/89	
Terezinha Ribeiro Ruzzon	Lei nº 1342/90	
Carlos Faber	Lei nº 1361/90	
Carlos Roberto Aued	Lei nº 1441/91	
Antônio Carlos de Aguiar	Lei nº 1474/91	
Jaffer Felício Jorge	Lei nº 1480/91	
Otávio Marques de Siqueira	Lei nº 1499/91	
José Vaz de Carvalho	Lei nº 1500/91	
João Aloisio Selhorts	Lei nº 1508/91	
Osmar Fernandes Dias	Lei nº 1587/92	
Homero Morinobu Oguido	Lei nº 1593/92	
Sinval Reis	DL 009/93	
Egidio Daneluti	DL 010/93	
Jurandy Seyr	DL 011/93	
Abilio Nagib Neme	DL 012/93	
Waldenício Barbalho	DL 013/93	
Alcides Campano	Lei nº 1610/93	
Wiegando Reinke	Lei nº 1646/93	
Miguel Haddad	Lei nº 1661/93	
Kinji Massuda	DL 001/94	
Bela Thuronyi	DL 002/94	
Luiz Fernandes	DL 003/94	
Luis Lourenço	DL 004/94	
José Vendolino Shueroff	DL 004/94	
Mario Pereira	DL 005/94	

Heraldo Palo	DL 001/95
Roberto Ortega Moura	DL 002/95
Francisco Luiz de Assis	DL 003/95
Gilberto Kummer	DL 004/95
Ginez Romera	DL 006/95
Paulo Schalkoski	DL 007/95
José Rohling	DL 008/95
Leo Geraldo Motta	DL 009/95
Massahiro Ishigaki	DL 001/96
Geraldo Longo	DL 002/96
Willy Geraldo Brandalise	DL 003/96
Paulo Marcelo Soares da Silva	DL 005/96
Sony Zerbato Felipe	DL 006/96
Jorge Esperidião	Lei nº 01843/96
Nabor Lobo Sottomaior	DL 002/97
Arildo Fugêncio de Almeida	DL 001/97
Benedito Pinto Dias	DL 004/98
Deusdete Ferreira de Cerqueira	DL 005/98
D. Rubens Augusto de Souza Spindola	DL 006/98
Carlos Fernandes Bergamini	DL 001/99
Boulivar Penha	DL 002/99
Cleiton Kielse B. Crisóstomo da Silva	DL 003/99
Irmã Nita Giacobo	DL 005/99
Neiva Pavan Garcia	Lei nº 02127/99
João Elias de Oliveira	Lei nº 02143/99
Daisaku Ikeda	Lei nº 02151/99
Liria Ines Balistieri	DL 001/00
Ricardo Chab	DL 002/00
Marta Jasper Boing	DL 003/00
Edwirge Vieira Franco	DL 004/00
Altino Afonso Costa	DL 001/02
Ivan Teotônio Botelho	DL 002/02
Pedro Eredia	DL 003/02
Ermindo Trentini	Lei nº 2322/02
Jurema Bet de Souza	Lei nº 2323/02
Emílio Bariani	Decreto Legislativo nº 004/02
Ricardo Alves da Conceição	Lei nº 2412/03

Jefferson Nogaroli	Decreto Legislativo nº 001/03
Helio Nakatani	Decreto Legislativo nº 002/03
Ludovico Axel Surjus	Lei nº 2462/03
Sebastião Domingos Medeiros	Lei nº 2463/03
Adalberto Ferracini	Lei nº 2468/03
Marival Novaes Mendes	Lei nº 2469/03
Dr, Jorge Luiz Pellisson	Decreto Legislativo nº 003/03
Dr. Valdir Tetilla	Decreto Legislativo nº 004/03
Terezinha Pasinato Dal-Prá	Decreto Legislativo nº 005/03
Antônio Rodrigues de Souza	Lei nº 2510/04
Antônio Manoel Silvano	Lei nº 2511/04
Francisca Brüning Schiroff	Lei nº 2514/04
Paulo Cesar de Oliveira	Decreto Legislativo nº 001/04
José Mendes Arcoverde	Lei nº 1522/04
Odílio Balbinotti	Lei nº 2527/04
José Guillen Piccinin	Decreto Legislativo nº 002/04
Roberto Nunes de Lima	Lei nº 2529/04
Ivo Pierin	Decreto Legislativo nº 003/04
José Antônio Pratinha	Decreto Legislativo nº 004/04
Eduardo Ferreira Baggio	Decreto Legislativo nº 005/04
Alcindo de Souza Franco	Decreto Legislativo nº 007/04
Oscar Bertelli	Lei nº 2552/04
Pedro Ivo Andrade	Lei nº 2553/04
Hiroshi Kochi	Lei nº 2554/04
Cláudio Murilo Xavier	Lei nº 2602/05
Roberto Antônio Busato	Lei nº 2641/05
Kaneko Ikeda	Lei nº 2645/05
Roberto Ferreira	Lei nº 2694/06
Nemésio Xavier de França Filho	Lei nº 2695/06
Sebastião Andrade	Decreto Legislativo nº 001/06
Cândido Garcia	Lei nº 2708/06
Roberto Requião	Lei nº 2711/06
Paulo Bernardo da Silva	Lei nº 2921/06
André Luiz Vargas Ilário	Lei nº 2931/07
Gilberto Alfredo Pucca Júnior	Lei nº 2947/07
José Magalhães Barros	Lei nº 2954/07
Massami Uyeda	Lei nº 2984/07

Ricardo Gomyde	Lei nº 2986/07
Alcindo Carranza Ilécias	Decreto Legislativo nº 005/07
Dr. Marcos José Vieira	Lei nº 3018/07
Dr. Sidnei Lopes	Lei nº 3039/07
Walmor Trentini	Decreto Legislativo nº 006/07
Antônio Olímpio Ramires Lima	Decreto Legislativo nº 002/08
Frei Gentil Lima	Decreto Legislativo nº 003/08
Rubens Costa Monteiro	Lei nº 3205/08
Lauro Augusto Grava	Decreto Legislativo nº 006/08
Padre Reginaldo Manzotti	Decreto Legislativo nº 008/08
Lineu José Gonçalves	Lei nº 3148/08
Valderci José da Silva	Decreto Legislativo nº 012/08
Bernardo Campos Polido	Decreto Legislativo nº 009/08
Gilberto Rodrigues Maestre	Decreto Legislativo nº 010/08
Nailton Ferrari Júnior	Decreto Legislativo nº 011/08
Doutor Itacir Biazus	Decreto Legislativo nº 017/08
João Roberto Viotto	Decreto Legislativo nº 001/09
Dr. Edilson Avelar Silva	Lei nº 3623/10
Waldemar Navarro	Decreto Legislativo nº 001/11
Rodrigo Costa da Rocha Loures	Lei nº 3794/11
Mouhammed Soumaille	Lei nº 3875/11
Francisco Pinto Rabello Filho	Lei nº 3906/12
Dr. Heracles Alencar Arrais	Decreto Legislativo nº 002/12
Padre Adão Dias Martins	Decreto Legislativo nº 003/12
Omar Dalbello	Decreto Legislativo nº 004/12
Jayme José de Souza	Decreto legislativo nº 005/12
Renato Augusto Platz Guimarães	Decreto Legislativo nº 006/12
Francisco Leite da Silva	Lei nº 4075/12
Miguel Kfourri Neto	Lei nº4076/12
Renato Bartolomei Neto	Lei nº 4083/12
George Karl Brodka – Frei Jerônimo	Lei nº 4096/13
Valdir Luiz Rossoni	Lei nº 4085/13
Dr. Francisco Gregory Júnior	Decreto Legislativo nº 007/12
Manoel Francisco da Silva Braga	Decreto Legislativo nº 008/12
Gleisi Helena Hoffmann	Decreto Legislativo nº 009/12
Carlos Alberto Richa	Decreto Legislativo nº 010/12
José Gomes da Cruz	Decreto Legislativo nº 001/13

TÍTULOS DE CIDADÃO BENEMÉRITO DE PARANAVAI

Fidelix Augusto de Andrade Guimarães	Res. 03/68
Walter Lazarini	Res. 03/68
Frei Ulrico Goevert	Res. 03/68
Benjamin A. Johann	Lei nº 0693/74
Sebastião de Oliveira	Lei nº 0898/74
Dr. Nestor Simões Pires	Lei nº 0960/81
José Sarney	Lei nº 1144/86
Amador Aguiar	Lei nº 1152/86
Dr. Sinval Reis (In Memoriam)	Decreto nº 009/93
Wiegando Reinke	Lei nº 1646/93
Roberto Ortega Moura	Decreto nº 002/95
Sony Zerbato Felipe	Decreto nº 006/96
Delcides Pomin (In Memoriam)	Lei nº 2112/99
Líria Inez Balestieri	Decreto nº 001/00
Gabriel Augusto	Lei nº 2324/02
Wellington Ferreira	Lei nº 2490/04
Luiz Dernizo Caron	Decreto nº 006/04
Tsugiyoshi Yamanaka	Decreto nº 005/08
Paulo Cezar Felipe	Decreto nº 013/08

TÍTULOS DE CIDADÃO PARANAVAIENSE

Wilson Figueiredo Fortes	Res. 03/71
Danilo Berndt	Res. 04/72
Flávio Ettore Giovini	Lei nº 0697/74

VIII

O PODER JUDICIÁRIO

Segundo A Pequena História de Paranavaí, de autoria de Sinval Reis, primeiro Juiz da Comarca de Paranavaí, no que se refere ao Poder Judiciário “o desenvolvimento e crescimento da população foi tão rápido que, pela Lei nº 1.542 de 14 de dezembro de 1953, a cidade foi elevada à comarca de 2ª entrância e já em 10 de março de 1954 era instalado solenemente seu primeiro juiz – Dr. Sinval Reis e o primeiro Promotor Dr. Carlos Alberto Manita.

Na instalação estiveram presentes os Exmos. Srs. Secretário do Interior e Justiça Dr. José Munhoz de Melo e Antônio Franco Ferreira da Costa, Corregedor Geral da Justiça e altas autoridades estaduais.

Entretanto, com o desenvolvimento sem parar da comarca, um Juiz somente não poderia arcar com todo movimento forense. Pela Lei ° 253 de 25 de novembro de 1954 foram desmembrados e criados os municípios de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Loanda, Nova Londrina, Terra Rica, Paraíso do Norte, Tamboara, São Carlos do Ivaí.”

Continua Sinval Reis: “Já em de 1956, foi criada a comarca de Loanda, sendo-lhe incorporados os cinco primeiro municípios e ficando os restantes pertencentes à comarca de Paranavaí.

A 5 de maio de 1956, instalou-se a comarca de Loanda. Posteriormente, foram criados novos municípios, alguns desmembrados de Paranavaí e outros, de outros municípios, como sejam: Planaltina do Paraná, Amaporã (Jurema), Nova Aliança do Ivaí e Guairaçá.

Conforme ainda informa o primeiro Juiz de Paranavaí, em dezembro de 1962 a comarca encontrava-se integrada pelos seguintes municípios: Terra Rica, Paraíso do Norte, Tamboara, Guairaçá, Planaltina do Paraná, Amaporã (Jurema), Nova Aliança do Ivaí e Mirador.

RELAÇÃO DOS JUÍZES

SINVAL REIS

10/03/54 - posse – 1ª Vara Cível

SILVIO ROMERO STADLER DE SOUZA

22/07/61 – posse – 1ª Vara Cível

WILSON BLASTER

20/06/62 – posse – 1ª Vara Cível

NAPOLEÃO NAVALALVES DE OLIVEIRA

24/06/64 – posse – 1ª Vara Cível

CAMILO DE ANDRADE NEPOMUCENO

15/02/61 – posse – 1ª Vara Cível

18/03/69 – posse – 1ª Vara Crime

CLODOALDO MOREIRADIAS

29/03/71 – posse – 1ª Vara Crime

ERACLÉS MESSIA

20/03/74 – posse – 1ª Vara Crime

01/04/77 – posse – 1ª Vara Cível

IDEVAN BATISTALOPES

02/05/77 – posse – 1ª Vara Crime

JOÃO BOSCO MONTEIRO DANÓBREGA

30/05/77 – posse – V. Inf. Juventude e Família

IDEVAN BATISTALOPES

14/09/79 – posse – 1ª Vara Cível

ARY FRANCALACCI ESPINOLA

07/11/80 – posse – 1ª Vara Crime

CLAYTON REIS

10/11/82 – posse – 1ª Vara Cível

RICARDO LOPES SAMPAIO

16/12/83 – posse – 1ª Vara Crime

TEREZINHA RIBEIRO RUZZON

16/03/84 – posse – V. Inf. Juventude e Família

NILSON MIZUTA

02/04/86 – posse – 1ª Vara Cível

NILSON DE OLIVEIRA TOLEDO

21/05/86 – posse – 2ª Vara Cível

JOSÉ MARCOS DE MOURA

03/06/86 – posse – 1ª Vara Crime

SONIA TEREZINHA PINHEIRO LIMAMACEDO

27/12/89 – posse – 1ª Vara Crime

MIGUEL KFOURI NETO

21/05/90 – posse – 1ª Vara Cível

SONIA TEREZINHA PINHEIRO LIMAMACEDO

20/09/90 – posse – 2ª Vara Crime

FRANCISCO PINTO RABELLO FILHO

30/11/90 – posse – 1ª Vara Crime

MIGUEL KFOURI NETO

24/03/91 – posse – 2ª Vara Cível

FRANCISCO PINTO RABELLO FILHO

27/03/91 – posse – 1ª Vara Cível

CARLOS EDUARDO ANDERSEN ESPÍNOLA

23/04/91 – posse – 1ª Vara Crime

FRANCISCO PINTO RABELLO FILHO

27/03/92 – posse – 2ª Vara Cível

CARLOS EDUARDO ANDERSEN ESPINOLA

10/04/92 – posse – 1ª Vara Cível

RUI PORTUGAL BACELLAR FILHO

27/05/92 - posse – 1ª Vara Crime

RUI PORTUGAL BACELLAR FILHO

19/08/93 – posse – 2ª Vara Cível

ORESTES DILAY

30/08/93 – posse – 1ª Vara Crime

ORESTES DILAY

25/03/94 - posse – 2ª Vara Crime

OSVALDO NALLIM DUARTE

15/04/94 – posse – 1ª Vara Crime

OSVALDO NALIN DUARTE

16/06/95 – posse – 1ª Vara Cível

MARCO ANTONIO MASSANEIRO

16/08/95 – posse – 1ª Vara Crime

MARCO ANTÔNIO MASSANEIRO

06/11/95 – posse – 2ª Vara Crime

BELCHIOR SOARES DA SILVA

04/12/95 - posse – 2ª Vara Cível

FABIO HAICK DALLA VECCHIA

28/12/95 – posse - 1ª Vara Crime

LOURIVAL PEDRO CHEMIN

15/03/96 – posse – 1ª Vara Cível

FABIO HAICK DALLA VECCHIA

29/02/96 - posse – 2ª Vara Cível

RAUL VAZ DA SILVA PORTUGAL

29/03/96 – posse – 1ª Vara Crime

JOSÉ MAURO FLORES
02/12/96 – posse – 1ª Vara Cível

LUCIANE DO ROCIO CUSTODIO LUDOVICO
20/03/97 – posse – 2ª Vara Crime

JOSE MAURO FLORES
07/03/97 – posse – 2ª Vara Cível

AMARILDO CLEMENTINO SOARES
18/04/97 – posse – 1ª Vara Cível

RICARDO AUGUSTO REIS DE MACEDO
18/04/97 – posse – 1ª Vara Crime

FABIANA SILVEIRA KARAM
17/09/97 - posse – 1ª Vara Cível

FABIANA SILVEIRA KARAM
14/11/97 – posse - 2ª Vara Cível

LUIZ GONZAGATUCUNDUVADE MOURA
30/12/97 – posse – 1ª Vara Cível

ÁLVARO RODRIGUES JUNIOR
30/12/97 – posse – 1ª Vara Crime

DECIO LUIZ MONTEIRO DO ROSÁRIO
19/10/98 – posse – V.Inf. Juventude e Família

DECIO LUIZ MONTEIRO DO ROSARIO
26/02/99 – posse – 2ª Vara Crime

OSVALDO CANELA JUNIOR
31/03/99 – posse – V. Inf. Juventude e Família

FABRICIO PRIOTTO MUSSI
13/04/99 – posse – 1ª Vara Cível

OSVALDO CANELA JUNIOR
26/05/00 – posse – 1ª Vara Crime

FABRICIO PRIOTTO MUSSI
26/05/00 – posse – V. Inf. Juventude e Família

CRISTIANE SANTOS LEITE
29/06/00 – posse - 1ª Vara Cível

MARCELO TEIXEIRAAUGUSTO
29/03/01 – posse – 2ª Vara Cível

EMIL TOMAS GONÇALVES
14/09/01 – posse – V. Inf. Juventude e Família

EMIL TOMAS GONÇALVES
18/09/03 – posse – 1ª Vara Cível

ROSANGELA FAORO
10/11/03 – posse – V. Inf. Juventude e Família

MARCELO TEIXEIRAAUGUSTO
01/07/04 – posse – Juizados Especiais

EMIL TOMAS GONÇALVES
01/10/04 – posse – Juizados Especiais

ANDRE LUIZ SCHAFRANSKI
01/10/04 – posse – 2ª Vara Cível

MARCOS JOSÉ VIEIRA
01/10/04 – posse – 2ª Vara Cível

MARCOS JOSÉ VIEIRA
28/10/04 – posse – 1ª Vara Cível

BRUNO REGIO PEGORARO
18/05/05 – posse – 2ª Vara Cível

CAMILA HENNING SALMORIA
06/03/06 – posse – 2ª Vara Cível

CAMILA HENNING SALMORIA
Data do ato 25/09/06 – 1ª Vara Crime

LUIZ EDUARDO ASPERTI NARDI
Data do ato 24/11/06 – 2ª Vara Cível

EMIL TOMAS GONÇALVES
Data do ato 14/09/07 – 2ª Vara Cível

LUIZ EDUARDO ASPERTI NARDI
Data do ato 14/09/07 – 1ª Vara Crime

LETICIA GUIMARÃES
Data do ato 26/10/07 – Juizados Especiais

ROSANGELA FAORO
Data do ato 25/01/08 – 1ª Vara Cível

DANIELA FLAVIA MIRANDA
Data do ato 14/03/08 – V. Inf. Juventude e Família

DANIELA FLAVIA MIRANDA
Data do ato 27/04/09 – 2ª Vara Cível

JOSE FOGLIA JUNIOR
Data do ato 22/05/09 – V. Inf. Juventude e Família

JOSE FOGLIA JUNIOR

Data do ato 28/01/11 – Juizados Especiais

JANES DE FATIMA PALAZZO

Data do ato 28/03/11 – V. Inf. Juventude e Família

VALMIR GRACIANO

Data do ato 23/09/11 – V. Inf. Juventude e Família

VANYELZA MESQUITA BUENO

Data do ato 23/09/11 – 1ª Vara Cível

VANYELZA MESQUITA BUENO

Data do ato 13/04/12 – 1ª Vara Crime

RODRIGO DOMINGOS DE MASI

Data do ato 28/05/12 – 1ª Vara Cível

RODRIGO DOMINGOS DE MASI

Data do ato 10/07/12 – 1ª Vara Crime

CAMILA MARIANA DALUZ KAESTNER

Data do ato 23/07/12 – 2ª Vara Cível

MAX PASKIN NETO

Data do ato 13/08/12 – 1ª Vara Cível

VIVIAN CRISTIANE EISENBERG DE ALMEIDA

Data do ato 27/11/12 – V. Inf. Juventude e Família

ANACLEA VALERIA DE OLIVEIRA SCHWANK

Data do ato 09/12/13 – V. Inf. Juventude e Família

TOTAL DE JUÍZES - 88

JUSTIÇA DO TRABALHO EM PARANAVAÍ

A Junta de Conciliação e Julgamento de Paranavaí foi instalada em Paranavaí em 19 de agosto de 1986, no prédio localizado na Rua Pernambuco, 858.

A Ata de Instalação da Junta de Conciliação e Julgamento foi a seguinte:

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e seis, às dezesseis horas, na sede da Junta, à Rua Pernambuco, nº 858, em Paranavaí, Paraná, deu-se início à cerimônia de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento, com a presença das seguintes autoridades: Dr. Tobias de Macedo Filho, Juiz Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Dra. Rosemarie Diedrichs Pimpão, Juíza do Trabalho no exercício da Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Paranavaí, Benedito Pinto Dias, Prefeito Municipal de Paranavaí, Dr. Simão Pedro Tavares, Diretor Geral da Secretaria do E. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Dr. Jorge de Lima Filho, Diretor da Secretaria Administrativa do Egrégio Tribunal, Dr. Alcides Guimarães Filho, Chefe de Gabinete da Presidência do E. Tribunal, Dr. Terezinha Ribeiro Ruzzon, DD. Diretora do Fórum de Paranavaí, Sr. Anísio Tormena, Prefeito Municipal de Paraíso do Norte, Sr. José Buss, Prefeito Municipal de Alto Paraná, Sr. Alvino Pinheiro, Prefeito Municipal de Amaporã, Sr. Genésio Feuser, DD. Presidente da Câmara de Vereadores de Paranavaí, Juiz George Christoffis, DD. Juiz Classista Representante dos Empregadores do TRT 9ª Região, Sr. Eduardo Baggio, Deputado Estadual, Dom Rubens Espínola, Reverendíssimo Bispo Diocesano de Paranavaí, Frei Vilmar Santin, Vigário Geral de Paranavaí, Dr. Aparecido F Domingos Erreris Lopes, Juiz do Trabalho Substituto no Exercício da Presidência da J.C.J. de Maringá, Sr. Olavo de Melo Franco, Prefeito Municipal de Guairaçá. Sr. Claudino Pauka, Prefeito Municipal de São João do Caiuá, Dr. Pedro Castilho, Juiz de Direito da Comarca de Terra Rica, Dr. Waldemiro Wagner, Presidente da Sub-Seção da Ordem dos Advogados de Paranavaí, Sr. Tenente Gilberto Kummer, representando o Sr. Comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar, Sr. José Bonifácio Moron, Prefeito Municipal de Paracity, Sr. Ademir Mulon, Prefeito de Cruzeiro do Sul, Dr. Nilson Mizuta, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Dr. Nilson de O. Toledo, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Dr. Wolny Furtado de Andrade, Juiz de Direito Substituto da Comarca de Paranavaí, Dr. José Marcos de Moura, Juiz de Direito da Vara Criminal de Paranavaí, Dr. Valdecir G. de Moraes, Promotor de Justiça da Comarca de Paranavaí, Dr. Clayton reis, Juiz de Direito de Maringá, Sr. Alcídio Carranza Ilécias, Presidente do Sindicato dos Bancários de Paranavaí, designado para exercer a função de Vogal Representante dos Empregados

na Junta que ora se instala, Sr. Walmor Trentini, sindicalista designado para a função de Vogal Suplente, Representante dos Empregados, Sr. Nelson Renato Bühler, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Paranavaí, e designado para exercer a função de Vogal Representante dos Empregadores na Junta de Conciliação e Julgamento que ora se instala, Dr. Edvino Jascowiak, advogado e membro da Diretoria do Sindicato dos Bancários de Paranavaí, Dr. Aurélio Costa Filho, Presidente da Associação dos Advogados de Paranavaí, Dr. Paulo Marcelo Soares da Silva, Advogado e Chefe de Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, Professora Kiyome Hirose, secretária de Educação do Município de Paranavaí, Dr. José Antônio Volpi, Advogado e militante na área trabalhista, como procurador do Sindicato dos Bancários de Paranavaí, Sr. Flavio Cerezuela, Presidente do Sindicato dos Comerciantes de Paranavaí e Sr. Nelson Travain, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranavaí. Além da presença das autoridades supra mencionada, constatou-se também a presença de diversos membros da comunidade local, trabalhadores e empresários das diversas áreas de trabalho do Município de Paranavaí e da região a ser jurisdicionada pela Junta de Conciliação e Julgamento de Paranavaí, que compreende os seguintes municípios: Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Guairaçá, Inajá, Jardim Olinda, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Esperança, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, Terra Rica e Uniflor. Os Sr. Itacir Luchntemberg, Assessor de Relações Públicas da Presidência do Egrégio Tribunal, procedeu a abertura à solenidade de instalação da Junta, convidando para fazer uso da palavra o Exmo. Sr. Dr. Waldemiro Wagner, que se pronunciou em nome dos advogados da região. Em seu discurso, o Dr. Wagner aludiu à importância da Junta de Conciliação e Julgamento, relembrando as lutas empreendidas para a conquista da instalação que recebeu o esforço de inúmeras pessoas. Abordou sobre a importância dessa conquista, não só para o povo de Paranavaí, como também o de todos os municípios jurisdicionados. Logo após, fez uso da palavra a Exma. Juíza Dra. Rosemarie Diedrichs Pimpão, destacou também a importância da instalação da J.C.J., que consagra o esforço e a dedicação de todos que colaboraram para a criação e instalação deste órgão. Agradeceu o apoio dos familiares e também das pessoas que a receberam em Paranavaí. Posteriormente, pronunciou-se o Sr. Prefeito Municipal, Benedito Pinto Dias, ressaltando também a importância desta instalação, agradecendo a diversas pessoas que colaboraram para a instalação da Junta, citando os prefeitos e os sindicatos que colaboraram para a compra do prédio da Junta, digo, colaboração financeira. Por último, Sua Excelência o Juiz Tobias de Macedo Filho, Digníssimo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, fez o seu pronunciamento,

afirmando que a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Paranavaí, visa atender aos justos reclamos de empregados e empregadores que reivindicam uma justiça especializada para dirimir seus conflitos. Ressaltou que a Justiça do Trabalho reveste-se de característica especial, que é precisamente a de buscar o equilíbrio nas relações de produção, para que se resolva a economia nacional, equilíbrio este indispensável para que se efetive a liberdade de iniciativa com a garantia de igualdade de oportunidades. Agradeceu a todos os que colaboraram para a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento e também aos presentes na solenidade de inauguração. Neste momento, a Juíza Dra. Terezinha Ruzzon fez a entrega de uma placa ao Juiz Tobias de Macedo Filho, Presidente do tribunal regional do Trabalho, numa homenagem do Município de Paranavaí. Em seguida, foram convidados o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Benedito Pinto Dias e o Exmo. Sr. Juiz Presidente do E. Tribunal, Dr. Tobias de Macedo Filho, para fazerem o descerramento da placa alusiva ao evento, dando, assim, por instalada a Junta de Conciliação e Julgamento de Paranavaí, criada pela Lei Federal nº 7.471, de 30 de abril de 1986, publicada no Diário Oficial da União de 05 de maio de 1986. Após o descerramento da placa, foi procedida a bênção do local por Sua Exa. Revma. Dom Rubens Espínola, DD. Bispo Diocesano de Paranavaí. O Sr. Itacir Luchntemberg proferiu os agradecimentos às autoridades que honraram o evento com sua presença e convidou a todos para o jantar oferecido pela Prefeitura Municipal, na Chácara Felipe, às vinte e uma horas. Deu por encerrada a solenidade de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Paranavaí. E, para constar, eu, Maria Auxiliadora Costa Fernandes da Veiga e Souza, Diretora de Secretaria, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada pelo Exmo. Senhor Juiz Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, Dr. Tobias de Macedo Filho, pelo Ilmo. Senhor Diretor Geral da secretaria do Egrégio Tribunal regional do Trabalho da 9ª Região, pelas demais autoridades presentes e por mim, Diretora de secretaria, subscrito.

RELAÇÃO DOS JUÍZES DO TRABALHO PRESIDENTES E TITULARES

Ocuparam o cargo de Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Paranavaí desde a sua fundação os seguintes juízes:



Rosemarie Diedrichs Pimpão

Natural de Imbituva-PR, onde nasceu a 09 de fevereiro de 1954, Rosemarie Diedrichs Pimpão bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná na turma de 1976. Ainda enquanto acadêmica, estagiou na OAB, Secretaria da Justiça, Receita Federal, Procuradoria do INSS e Ministério Público Estadual junto ao Tribunal de Justiça. Como advogada, atuou no departamento jurídico do Conglomerado Bamerindus, a partir de 1977, tendo interrompido a atividade para ingressar, por concurso público, na magistratura trabalhista paranaense, tomando posse no cargo de Juíza do Trabalho Substituta em 11 de janeiro de 1984.

Com participação em mais de duas dezenas de congressos, seminários, encontros e simpósios de Direito do Trabalho Material e Processual, foi em 1986 promovida pelo critério de merecimento à presidência de JCJ de Paranavaí, tendo sido empossada em 15 de setembro de 1986.

Permaneceu na presidência da JCJ de Paranavaí até 05 de outubro de 1986, quando, a pedido, foi removida para a JCJ de Foz do Iguaçu, onde exerceu a titularidade até ser novamente removida, a partir de 31 de julho de 1989, para a JCJ de Paranaguá. A partir de 28 de novembro de 1989, assumiu a presidência da 8ª JCJ de Curitiba, onde permaneceu até tomar posse como juíza do TRT da 9ª Região, em 11 de novembro de 1996.

Foi Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região no biênio 2012/2013.

Atualmente, integra o Órgão Especial, a Seção Especializada e preside a 3ª Turma do TRT da 9ª Região.



Ascendino Geraldo de Carvalho

Nascido em 27 de agosto de 1939 em Guaçuí, Estado do Espírito Santo, Ascendino Geraldo de Carvalho bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Varginha, em 15 de fevereiro de 1974.

Trabalhou no IBC – Instituto Brasileiro do Café até abril de 1976 quando, por concurso público, ingressou no Ministério do Trabalho, onde prestou serviços como Delegado na cidade de Governador Valadares-MG, cidade na qual permaneceu até final de 1985.

Aprovado em concurso público, ingressou na Magistratura do Trabalho em 1986, tendo tomado posse no cargo de Juiz do Trabalho Substituto em 24 de janeiro de 1986.

Mediante promoção pelo critério de merecimento e por ato do Presidente da República publicado no Diário Oficial da União de 03 de setembro de 1986, foi nomeado para exercer o cargo de Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Umuarama-PR, criado pela Lei 7.517/1986, tendo tomado posse na data de 15 de setembro de 1986.

Com a remoção da juíza Rosemarie para a JCJ de Foz do Iguaçu, pediu remoção e assumiu a Presidência da JCJ de Paranavaí, a partir de 10 de outubro de 1986, onde permaneceu até aposentar-se, em 1º de julho de 1991.



Iolanda Zago Maricato

Nascida no dia 8 de setembro de 1939, em Braúna, São Paulo, Iolanda Zago Maricato formou-se em Direito pela Faculdade Estadual de Direito de Maringá, em 30 de novembro de 1968.

Também formada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, exerceu a atividade de professora durante vinte e cinco anos até ingressar, por concurso público, na Magistratura do Trabalho. Tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta em 15 de julho de 1987.

Exerceu o cargo de Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Umuarama, para o qual foi nomeada pelo critério de antiguidade, sendo empossada em 1º de julho de 1988.

A partir de 9 de setembro de 1988, passou a exercer a presidência da 2ª JCJ de Londrina, criada pela Lei 7.471/1986, sendo removida a pedido. Também a pedido, foi removida para a JCJ de Apucarana, a partir de 19 de junho de 1989, aí permanecendo até 04 de outubro de 1990, quando se transferiu para a cidade de Maringá, para assumir a presidência da 1ª JCJ daquela cidade, a partir de 5 de outubro de 1990.

Com a aposentadoria do juiz Ascendino, então juiz presidente da JCJ de Paranavaí, a juíza Iolanda pediu remoção para esta cidade, assumindo a presidência a partir de 17 de julho de 1991, permanecendo no cargo até aposentar-se, em 31 de julho de 1992.



Márcio Dionísio Gapski

Natural de São Paulo-SP, onde nasceu a 19 de dezembro de 1955, Márcio Dionísio Gapski graduou-se em Letras (Português e Inglês), pela Universidade Federal do Paraná, em 1º de novembro de 1980, tendo exercido o magistério durante vários anos. Bacharelou-se em Direito, pela Universidade Católica do Paraná, em 14 de fevereiro de 1984.

Durante oito anos, foi servidor da Justiça do Trabalho da 9ª Região. Após aprovação em concurso público de provas e títulos, tomou posse em 11 de novembro de 1988 no cargo inicial da Magistratura Trabalhista no Paraná. Atuou como juiz substituto nas unidades de Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Cornélio Procópio, Maringá e Campo Mourão.

Em 7 de junho de 1991, mediante promoção pelo critério de merecimento, tomou posse no cargo de Juiz Presidente da JCJ de Campo Mourão, onde permaneceu até ser removido, a pedido, para JCJ de Paranavaí, tendo assumido a presidência a partir de 1º de setembro de 1992.

Na presidência da JCJ de Paranavaí, permaneceu até a data de 5 de maio de 1993, quando foi removido para assumir a presidência da JCJ da 1ª JCJ de Ponta Grossa. A partir de 7 de janeiro de 1994, assumiu a presidência da 11ª JCJ de Curitiba, e a partir de 13 de junho de 1994, assumiu a presidência da JCJ de Colombo.

Retornou a Curitiba em 1996, para assumir a presidência da 17ª JCJ, a partir de 14 de outubro, onde permaneceu até 13 de julho de 1998, quando novamente pediu remoção para a JCJ de Colombo, lá permanecendo até ser empossado como Juiz do TRT da 9ª Região, em 2 de outubro de 2002.



Adayde Santos Cecone

Nascida em Londrina-PR, em 14 de setembro de 1944, Adayde Santos Cecone formou-se em Direito pela Faculdade Estadual de Direito de Londrina, em 22 de dezembro de 1969.

Seu ingresso na Magistratura do Trabalho deu-se por concurso público de provas e títulos, tomando posse no cargo de Juíza do Trabalho Substituta em 31 de outubro de 1990.

Assumiu o cargo de Juíza Presidente da JCJ de Paranaíba no dia 28 de maio de 1993, sendo nomeada mediante promoção pelo critério de antiguidade, em cujo cargo permaneceu até ser removida, a pedido, para exercer a presidência da JCJ de União da Vitória, a partir de 20 de julho de 1994.

A partir de 15 de agosto de 1994 passou a exercer a presidência da JCJ de Jagariaíva, e a partir de 26 de setembro de 1994 assumiu a presidência da JCJ de Telêmaco Borba.

Em 27 de março de 1995 foi removida, a pedido, para assumir a presidência da JCJ de Irati, onde permaneceu até ser removida para a 10ª Vara do Trabalho de Curitiba, a partir de 16 de julho de 2001.



Rosiris Rodrigues de Almeida Amado Ribeiro

Rosiris Rodrigues de Almeida Amado Ribeiro nasceu no dia 19 de dezembro de 1965 em São Paulo-SP.

Graduou-se em Direito, pela Universidade Católica de Santos, em 14 de janeiro de 1988.

Ingressou na Magistratura do Trabalho em 1992, mediante concurso de provas e títulos, tendo tomado posse no cargo de Juíza do Trabalho Substituta em 18 de setembro de 1992.

Foi nomeada, mediante promoção pelo critério de antiguidade, para exercer o cargo de Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Paranavaí, tendo tomado posse em data de 6 de outubro de 1994, onde permaneceu até ser removida para assumir a presidência da JCJ de União da Vitória, a partir de 19 de agosto de 1996.

A pedido, foi removida para a 14ª Vara do Trabalho de Curitiba, a partir de 16 de julho de 2001.



Giana Malucelli Tozetto

Nascida em Ponta Grossa-PR, no dia 20 de outubro de 1968, Giana Malucelli Tozetto formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 23 de fevereiro de 1991.

Ingressou na Magistratura do Trabalho mediante aprovação no 11º concurso público de provas e títulos do TRT da 9ª Região, assumindo o cargo de Juíza do Trabalho Substituta em 8 de julho de 1994.

Para exercer o cargo de Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Paranavaí, foi nomeada mediante promoção pelo critério de merecimento, tendo sido empossada em 17 de outubro de 1996.

Permaneceu em Paranavaí até ser removida para exercer a presidência da 2ª JCJ de Foz do Iguaçu, a partir de 17 de fevereiro de 1997.

A partir de 31 de agosto de 1998, passou a exercer a presidência da JCJ de Rolândia, onde permaneceu até ser removida, a pedido, para assumir a titularidade da Vara do Trabalho de Laranjeiras do Sul, a partir de 1º de outubro de 2001.

A pedido, foi removida para a Vara do Trabalho de Telêmaco Borba, a partir de 15 de abril de 2002, onde permaneceu até ser novamente removida para a 1ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa, a partir de 3 de novembro de 2003.



Paulo da Cunha Boal

Nascido no dia 24 de janeiro de 1963 em São Paulo-SP, Paulo da Cunha Boal formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná, em 09 de março de 1987.

Aprovado no 11º concurso público de provas e títulos do TRT da 9ª Região, ingressou na Magistratura do Trabalho, sendo empossado no cargo de Juiz do Trabalho Substituto em 08 de julho de 1994.

Auxiliou em diversas unidades até ser promovido, pelo critério de merecimento, para exercer o cargo de Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Paranavaí, sendo empossado em 11 de abril de 1997.

Permaneceu na titularidade da JCJ de Paranavaí até ser removido, a pedido, para a 2ª JCJ de Foz do Iguaçu, a partir de 05 de outubro de 1998.

Após exercer a presidência da 2ª Vara do Trabalho de Maringá, foi removido, a pedido, para a Vara do Trabalho de Apucarana, a partir de 20 de agosto de 2001.



Valéria Rodrigues Franco da Rocha

Nascida em 15 de outubro de 1966, em Curitiba, Valéria Rodrigues Franco da Rocha formou-se na turma de 1988 em Direito, pela Faculdade de Direito de Curitiba.

Antes de seu ingresso na Magistratura do Trabalho, exerceu a advocacia em diversas áreas, mas especialmente na de Direito do Trabalho, até julho de 1994, período em que também ministrava aulas de Direito e Legislação, Direito do Trabalho, Direito Comercial e Economia para o curso de Técnico em Contabilidade.

Tendo sido aprovada no 11º concurso de provas e títulos do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, tomou posse em 8 de julho de 1994 no cargo de Juiz do Trabalho Substituto, tendo atuado em diversas Juntas de Conciliação e Julgamento, dentre elas, as 17ª e 18ª de Curitiba, 4ª de Maringá, Arapongas, Apucarana, 3ª de Londrina, 1ª e 2ª de Foz do Iguaçu, 1ª de Guarapuava, Ivaiporã e Jaguariaíva.

Promovida pelo critério de merecimento para o cargo de Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Paranavaí em data de 26 de outubro de 1998, tomou posse no cargo em data de 6 de novembro de 1998, tendo exercido a titularidade até 18 de outubro de 2001 quando, a pedido, foi removida para a 2ª Vara do Trabalho de Maringá, a partir de 19 de outubro de 2001.



Sidnei Lopes

Nascido no dia 7 de setembro de 1962, em Bela Vista do Paraíso-PR, Sidnei Lopes formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, em 20 de julho de 1988.

Mediante concurso público, ingressou no Banco do Brasil, onde prestou serviços no período de 24 de novembro de 1983 a 05 de julho de 1994.

Exerceu a advocacia do final de 1988 até o mês de julho de 1994, quando ingressou na Magistratura do Trabalho, mediante aprovação no 11º concurso público de provas e títulos do TRT da 9ª Região, sendo empossado em 8 de julho de 1994 no cargo de Juiz do Trabalho Substituto.

Como Juiz do Trabalho Substituto, atuou em nas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas de Londrina, na Vara de Cornélio Procópio, na Vara de Paranaíba, nas 1ª e 2ª Varas de Maringá, na Vara de Rolândia, e na Vara de Apucarana.

Foi nomeado para exercer o cargo de Juiz Titular da Vara do Trabalho de Paranaíba, mediante promoção pelo critério de merecimento, assumindo o cargo em data de 19 de outubro de 2001, permanecendo até 15/07/2009, quando foi removido para a 1ª Vara do Trabalho de Londrina.



Liane Maria David Mroczek

Liane Maria David Mroczek ingressou na Magistratura do Trabalho em novembro de 1997, atuando como Juíza do Trabalho Substituta até 06 de julho de 2006.

Foi nomeada para exercer o cargo de Juíza Titular da Vara do Trabalho de União da Vitória, assumindo o cargo em data de 07 de julho de 2006, permanecendo até 06 de agosto de 2006, quando foi removida para a Vara do Trabalho de Ivaiporã.

Em Ivaiporã permaneceu a magistrada até 6 de janeiro de 2008, quando foi removida para a Vara do Trabalho de Loanda, permanecendo até 30 de junho de 2009.

Com a alteração da jurisdição da Vara do Trabalho de Loanda, transferida para a cidade de Palmas através da Resolução Administrativa nº 58/2009, do Órgão Especial do TRT da 9ª Região, com base no artigo 28 da Lei nº 10.770/2003, a magistrada deixou a titularidade do referido órgão para assumir a titularidade da Vara do Trabalho de Paranavaí, a partir de 16 de julho de 2009, em razão da remoção do Dr. Sidnei Lopes, permanecendo até 17 de setembro de 2009, quando foi removida para a titularidade da Vara do Trabalho de Cianorte.



Carlos Augusto Penteado Conte

Carlos Augusto Penteado Conte formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, em 1989.

Ingressou na Magistratura do Trabalho em janeiro de 1995, atuando como Juiz do Trabalho Substituto até 24 de setembro de 2009.

Foi nomeado para exercer o cargo de Juiz Titular da Vara do Trabalho de Paranavaí, assumindo o cargo em data de 25 de setembro de 2009, permanecendo até 25/11/2012, quando foi removido para a Vara do Trabalho de Porecatu.

Especialista em Direito do Trabalho pela Unibrasil – Faculdades Integradas do Brasil.

Foi Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra IX) no biênio 2010/2011.

Atualmente é Titular da 1ª Vara do Trabalho de Apucarana.



José Márcio Mantovani

José Márcio Mantovani é natural de Rolândia, no Norte do Paraná. Em 1997, concluiu o curso de Direito da Universidade Estadual de Londrina.

Ingressou na Magistratura do Trabalho em 2002, atuando como Juiz do Trabalho Substituto. Foi empossado no cargo de Juiz Titular da Vara do Trabalho de Paranavaí em 22 de agosto de 2013, permanecendo até 04 de outubro de 2013, quando foi removido para a 1ª Vara do Trabalho de Cornélio Procopio.



Júlio Ricardo de Paula Amaral

Nascido em Santa Mariana (PR), em 28 de outubro de 1973, graduou-se em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (PR), em dezembro de 1996.

Realizou estágio e exerceu a advocacia em tradicional escritório trabalhista de Londrina (PR) e Rolândia (PR), de janeiro de 1995 até outubro de 2001.

Em 12 de novembro de 2001, mediante a aprovação na 1ª colocação no XVI Concurso Público de Provas e Títulos da 15ª Região (Campinas-SP), ingressou na Magistratura Trabalhista no cargo de Juiz do Trabalho Substituto. Mediante permuta, em 14 de outubro de 2002, passou a exercer as funções da Magistratura Trabalhista no Estado do Paraná – 9ª Região.

Concluiu o curso de Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (PR), em julho de 2000, e em julho de 2012 obteve o grau de Doutor no curso de Doutorado em Direito Social pela Universidad Castilla-La Mancha, Espanha, sendo aprovado com qualificação máxima na defesa da tese sob título “Discriminación Genética Laboral – un análisis sobre los derechos fundamentales en las relaciones laborales frente al avance de los conocimientos genéticos”.

Foi professor nos cursos de Direito da Sociedade de Ensino Toledo, em Araçatuba (SP), da Universidade Norte do Paraná – Unopar, em Arapongas (PR), e no curso de Direito da Faculdade do Norte Novo de Apucarana – Facnopar, em Apucarana (PR).

Publicou o livro Tutela Antecipatória – enfoque em ações declaratórias e constitutivas, pela Editora Saraiva, em setembro de 2001.

Em 12 de setembro de 2013 assumiu o cargo de Juiz Titular da Vara do Trabalho de Dois vizinhos/PR, sendo removido a partir de 7 de outubro de 2013 para a Vara do Trabalho de Paranavaí.

Juízes do Trabalho Substitutos que atuaram desde 1986 até abril/2014 (por ordem alfabética)

Adelaine Aparecida Pelegrinello Panage
Archimedes Castro Campos Junior
Arion Mazurkevic
Audrey Mauch
Carlos Augusto Penteado Conte
Cícero Ciro Simonini Junior
Edmilson Antonio de Lima
Elder de Souza Pedroza
Eliane de Sá Marsiglia
Fabrcio Nicolau dos Santos Nogueira
Irã Alves dos Santos
Jairo César Xavier
Jorge Luiz Soares de Paula
Júlio Ricardo de Paula Amaral
Lisiane Sanson Pasetti
Luiz Alves
Luiz Antonio Bernardo
Luiz Carlos Schroeder
Maria Walkiria Cavalcante Brizoto
Marieta Jesusa da Silva Arretche
Mauricio Madeu
Mauricio Mazur
Neide Alves dos Santos
Patrícia Benetti Cravo
Paulo Cordeiro Mendonça
Péricles Ferreira Côrtes
Reginaldo Melhado
Roberto Pereira
Rosiris Rodrigues de Almeida Amado Ribeiro
Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia
Sidnei Lopes
Simone Ruas de Pinho

Wilson Honda
Felipe Augusto de Magalhães Calvet
Emília Simeão Albino Sako
Ronaldo Piazzalunga
Angelica Candido Nogara Slomp
Jefferson Luiz Gaya de Goes
Ricardo José Fernandes de Campos
Kassius Stocco
Márcio Antonio de Paula
Giancarlo Ribeiro Mroczek
Marcello Dibi Ercolani
Yumi Saruwatari Yamaki
Ana Paula Keppeler Fraga
Viviany Aparecida Carreira Moreira
Milena Barreto Pontes Sodré
Ester Alves de Lima
Arlindo Cavalaro Neto
Fábio Adriano de Freitas
Moacir Antonio Olivo
Paulo José Oliveira de Nadai
Mariana Philippi de Negreiros
Thaís Meireles Pereira Villa Verde
Mayra Cristina Navarro Guelfi
Maria Luisa da Silva Canever
Lucas Furiati Camargo
Osmar Rodrigues Brandão

Juízes Classistas Temporários

Período: 01/09/1986 a 31/08/1989

Alcídio Carranza Ilécias	Repres. Empregados
Nelson Renato Buhler	Repres. Empregadores
Walmor Trentini	Suplente Empregados
Aníbal Ajita	Suplente Empregadores

Período: 01/09/1989 a 31/08/1992

Alcídio Carranza Ilécias	Repres. Empregados
Aníbal Ajita	Repres. Empregadores
Flávio Cerezuela	Suplente Empregados
Oscar Dirceu Bühler	Suplente Empregadores

Período: 01/09/1992 a 31/08/1995

Rita Neusa Possoli Ghedin	Repres. Empregados
Aníbal Ajita	Repres. Empregadores
Valmir Francisco da Silva	Suplente Empregados
Mário Hélio Lourenço de Almeida	Suplente Empregadores

Período: 01/09/1995 a 31/08/1998

Mauro Lúcio Rodrigues	Repres. Empregados
Mário Hélio Lourenço de Almeida	Repres. Empregadores
Flávio Cerezuela	Suplente Empregados
Nelson Renato Buhler	Suplente Empregadores

Período: 01/09/1998 a 31/08/2001

Elizabeth Madrona	Repres. Empregados
Mário Hélio Lourenço de Almeida	Repres. Empregadores
Armindo Bertolino da Silva	Suplente Empregados
Paulo Sérgio de Abreu Pierin	Suplente Empregadores

IX
A HISTÓRIA ATRAVÉS DOS DEPOIMENTOS

Nada como ouvir a história contada por aqueles que a viveram. Por esse motivo, durante alguns anos procuramos ouvir muitos pioneiros da cidade e da região. Cada um conta, de sua forma, um determinado fato. Conta como viu ou como participou dele. Um aumenta um pouquinho aqui, outro diminui ali. Entretanto, a posse desses dados é de grande importância para aqueles que vierem a se dedicar ao estudo da história de Paranavaí e região.

Paranavaí nasceu dos braços fortes de homens e mulheres que, com coragem e arrojo, souberam enfrentar e conquistar a terra inóspita.

Evidentemente, não conseguimos ouvir todos aqueles que ajudaram a conquistar o sertão, mas os poucos que ouvimos nos dão a ideia do início da povoação e do seu desenvolvimento. São depoimentos algumas vezes repetitivos ou curiosos em certas informações, mas sempre a trazer algo novo, fatos interessantes sobre a história da cidade.

A história não será completa se faltar a palavra daqueles que a viveram, por mais humildes que sejam. Por esse motivo, procuramos incluir neste trabalho o testemunho daqueles que vivenciaram os primeiros momentos da terra. Eles sabem do acontecido porque participaram da história.

Procuramos, além disso, nos depoimentos que se seguem, conservar as próprias palavras dos pioneiros, o que dá maior credibilidade e autenticidade ao trabalho e também serve para um conhecimento mais profundo do universo daqueles que viveram o início de Paranavaí.

**DEPOIMENTOS COLHIDOS PELO GABINETE DO PREFEITO ENTRE OS ANOS
DE 1973 A 1976 E DE 1984 A 1987 (ADMINISTRAÇÃO DO EX-PREFEITO
BENEDITO PINTO DIAS)**

1. Joaquim da Rocha Medeiros
2. Cincinato Cassiano Silva
3. Eneias Tirapelli
4. Izabel Andreo Machado
5. João da Silva
6. José Alves de Oliveira
7. José Antônio Gonçalves
8. José Ferreira de Araujo
9. José Francisco Siqueira
10. Natal Francisco
11. Otávio Marques de Siqueira
12. Palmira Gonçalves Egger
13. Paulo Tereziano de Barros
14. Raimundo Leite
15. Salatiel Loureiro
16. Severino Colombelli
17. Thomas Estrada
18. Valdomiro Carvalho

JOAQUIM DA ROCHA MEDEIROS

Um prezado e eminente colega, proprietário rural em São Carlos, no Estado de São Paulo e no Município de Paranavaí, no Estado do Paraná, sabedor ter sido eu pioneiro no estabelecimento rural das terras devolutas do Norte do Estado do Paraná, na extensão que vai da confluência do Rio Centenário à margem do Paranapanema, até a sua foz no Rio Paraná, pediu-me que fizesse um resumo dos acontecimentos que determinaram a formação da **Fazenda Ivaí**, onde foram plantados 1.200.000 cafeeiros, formados por, aproximadamente, trezentas famílias de Nordestinos, vindos do Estado do Piauí, Ceará, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

Em 1923, há mais de meio século, portanto, iniciei a abertura de um picadão, com dez metros de largura por sessenta quilômetros de extensão, a partir da divisa da

Fazenda Laranjeira, em rumo 10° S.O. até o Rio Paranapanema. Referido picadão passava distante da sede das terras que eram então do chamado Adão Medeiros, cerca de duzentos metros à esquerda, dado que de onde eu estava ouvia o barulho da lida do terreno. Chegando ao Rio Paranapanema, fez-se uma canoa para sua travessia para o Estado do Paraná, onde em derrubada de um alqueire, construiu-se uma morada-rancho, dando-se ao local o nome de Porto Itaparica, em terras devolutas do Estado do Paraná. Aquele tempo era Governador do estado o eminente Dr. Afonso Camargo, de tradicional família paranaense.

O porto Itaparica se situava em uma gleba de 20.000 alqueires dada em concessão à firma Alves de Almeida & Companhia, para colonização.

Em junho de 1924, deixei os serviços dessa Companhia, passando a trabalhar para a Companhia Brasileira de Viação e Comércio, empresa pertencente Brasil Railway, que possuía na região uma área de terras de 100.000 alqueires, denominada Gleba Pirapó, área essa que ia do Rio Paranapanema, rumo Sul, até a margem direita do Rio Ivaí, numa extensão, se não me engano, de 108 quilômetros, dividindo a Leste com terras dos ingleses (Lorde Lovat & Company) e a Oeste com terras devolutas reservadas à Brasil Railway, com área superior a 100.000 alqueires.

Superintendia os negócios da Brasil Railway, aquele tempo, o eminente Dr. Geraldo Rocha, que era diretor de A Noite no Rio de Janeiro e seu redator chefe. Tendo sido por ele resolvido estabelecer na área de Pirapó uma propriedade cafeeira, entregou ao ilustre Engenheiro Agrônomo Landulpho Alves a direção Geral dos trabalhos, a mim cabendo, por este convidado, a supervisão dos serviços de campo: derrubada, plantio, formação do cafezal e demais serviços afetos à organização de uma propriedade rural. A esses serviços o Diretor Geral prestava também assistência, em trabalho de revezamento que comigo fazia, nas idas e vindas a São Paulo a que éramos forçados.

Inicialmente, houve séria luta com os grileiros, que tentavam, em grupos armados, tomar posse em diversos pontos da margem do Rio Paranapanema. A mim coube, por mais de uma vez, ir até Curitiba e, como sub-delegado que era do recém criado Distrito de Montoya, requisitar força para desalojar os grileiros invasores.

Vencida a etapa da invasão, deu-se início à construção de 110 quilômetros de estrada de rodagem, todos eles em plena mata, a partir da barra do Rio Pirapó até o ponto que seria a sede da **Fazenda Ivaí**, nas vertentes desse Rio. Seguiu-se então o transporte de uma serraria com todos os seus implementos, inclusive motor a vapor de 50 HP e respectiva caldeira. Uma frota de 20 caminhões Ford, de uma tonelada cada um, com seus respectivos sinosiforos e ajudantes, alimentava os serviços da derrubada da área para o plantio de 1.220.000 cafeeiros, colônias, sede e ainda cerca de cem

alqueires de pastagens de colônia para manutenção das boiadas que seriam trazidas de Mato Grosso para o devido fornecimento de carne à população da fazenda. Foi também construída a estrada de rodagem ligando a fazenda ao porto São José, com 100 quilômetros de extensão, dando por essa forma acesso a Guaira, Porto Mendes e Argentina, para onde pretendia a Braviaco (Companhia Brasileira de Viação e Comércio) transportar o seu café, com o Mato Grosso na margem direita do Rio Paraná e com o Porto Epitácio, no Estado de São Paulo.

Alinhado e plantado o café, era chegado o tempo do transporte das famílias dos nordestinos para sua formação. Fui até Pirapora, às margens do Rio São Francisco, para trazer, em trem especial, até Presidente Prudente, as famílias selecionadas. Ocorreu que ao chegarem a Presidente Prudente estava chovendo torrencialmente, chuva essa que durou quarenta dias e quarenta noites, verdadeiro dilúvio. Por sorte, havia a 9 quilômetros da cidade, dois grandes galpões para a criação de bicho da seda abandonados e mais outras coberturas desocupadas, onde nos foi possível acomodar todo o pessoal. A estrada era de terra e atravessava o Rio Santo Anastácio, cuja ponte de madeira foi por água abaixo. As terras à sua margem esquerda era um massapé preto, em densa mata. Cessadas as chuvas, tivemos de reconstruir a ponte e de fazer cerca de 9 quilômetros de estiva para podermos transpô-la até a área de cerrado. Para se alcançar a fazenda, atolando e desatolando carro, levou-se quase uma semana. Só mesmo o nordestino poderia suportar tão grande desconforto. Acresce-se notar que, embora já funcionando a serraria, 300 casas e demais benfeitorias não podiam ser feitas em poucos meses e sim em um ou dois anos. Por isso, ao chegar, cada família tratou de fazer seu próprio rancho, onde por muito tempo habitaram. À medida que se terminava a construção de uma casa, era feito o sorteio para ver a quem cabia, evitando-se, dessa forma, o sentimento de preferências. Essa espécie rústica de diplomacia rural se constituía em pedra de toque da administração, para manter o bem estar geral dos seis a sete mil administrados. Providência salutar foi a proibição da entrada de álcool ou de qualquer bebida alcoólica na região.

Tudo corria a mil maravilhas, cada família com seu contrato público de formação, graças à existência de um Cartório de Paz, criado pelo Governado, com Escrivão de Paz e também de nomeação do Poder Público. Com a criação do Distrito de Montoya, acima referido, o Juizado de Paz procurou moralizar a vida social da população, fazendo gratuitamente o casamento dos amancebados, que constituía a maioria dos contratados. Além do juizado de paz, havia também um contingente policial, constante de um cabo e dois soldados. Uma farmácia sortida com Farmacêutico diplomado, e um médico, atendia o serviço de saúde dos residentes. Uma vez por outra, obtinha-se a vinda de um sacerdote para a assistência espiritual da

comunidade e os casamentos religiosos completavam a união civil.

Tudo corria a mil maravilhas e eis quando sobreveio a Revolução de 1930. Geraldo Rocha, através de seu jornal A Noite havia combatido a Revolução e defendido, com toda força do seu talento, a candidatura de Júlio Prestes. Ao vencer a revolução, um dos primeiros atos do Governo Revolucionário do Paraná foi cassar o título de propriedade da Gleba Pirapó, quiçá de todos os bens da Brasil Railway, disso resultando a suspensão do financiamento aos serviços da **Fazenda Ivaí**. O cafezal já com 3 anos, dando portanto a primeira catação teve que ser abandonado; a falta de gasolina para movimentar os carros não permitia mais transporte e a tragédia se verificou: colonos e funcionários da empresa tiveram que se retirar, andando 220 quilômetros, perdendo todos os seus haveres. Essa tragédia foi por mim vivida ao lado de minha família. Comigo também estava, com sua família, o meu saudoso colega que era Diretor Geral do empreendimento. Em toda minha vida nunca vi tão clamorosa injustiça, porque o confisco dos bens da Braviaco foi feito pelo governo revolucionário sem o devido respeito aos interesses de terceiros, neste caso, pessoa humildes que, a custo de suarento trabalho, tudo perderam por um ato de absolutismo que deixou na miséria uma multidão de humildes brasileiros, eis que, na oportunidade, as portas da justiça foram trancadas e a ela não se podia recorrer.

- 0 -

CINCINATO CASSIANO SILVA

Cincinato Cassiano Silva nasceu em 15 de março de 1899, na cidade de Conceição, na Paraíba. Chegou a Paranavaí em 1947. Morava antes em Lucélia, SP. Veio passear em Paranavaí e gostou. Voltou, vendeu o que tinha e transferiu residência para cá. Foi para o Hotel Doca com a família. Foi trabalhar com o João Winche.

Cincinato tinha um caminhão e ganhava cem mil réis por mês como motorista. Depois abriu uma loja de comércio, uma casa de móveis. Montou uma fábrica de colchões, isto por volta de 1952.

Depois acabou com tudo, ficou trabalhando com picaretagem.

Quando chegou a Paranavaí havia duas casas cobertas de telhas; o resto era coberto com tabuinhas. Os ranchos eram de pau e a água retirada de poço.

O Dr. José Vaz de Carvalho, diz ele, andava na minha caminhonete para fazer comércio. “Na eleição eu trabalhei muito para ele”.

Diz que sofreu aqui em Paranavaí, porque o serviço era muito difícil. Tinha uma

chácara, depois ganhou um lote do Governo do Estado. Mais tarde vendeu tudo e se mudou para Amaporã. Fez campanha para o Nelson Busato. A área do município de Amaporã era do Estado. Ele foi falar com o Governador e conseguiu ganhar área para o município. Foi eleito vereador em Amaporã.

Em 1947, quando Cincinato chegou a Paranavaí, a cidade estava parada. Essa situação durou uns dois anos. Depois é que começou a se desenvolver porque começaram a abrir as fazendas. Vieram muitos trabalhadores de fora plantar café. A alegria do Paraná, segundo Cincinato, foi Getúlio “porque o Getúlio fechou o plantio de café no Estado de São Paulo por dez anos. No Paraná podia.”.

Diz Cincinato: “O ônibus que tinha aqui era todo aberto e só com a bancadas pregadas e duro que nem pau. Para ir daqui a Londrina saía às 6 horas da manhã e chegava as sete, oito horas da noite. Aqui na cidade era um areão danado. Depois é que foi endireitando. E foram chegando as casas de telhas. Tinha a serraria do Zé Ebner. Depois chegou a do Otto.”.

Prossegue: “Aqui era uma região nova. Adquiri terras e fui trabalhar na lavoura. Plantei arroz, feijão, milho, soja. Sempre deu boa colheita. Mas os filhos não queriam saber de trabalhar na roça. Como aqui na cidade não tinha trabalho, ficavam em Marialva. Aqui era uma vida dura.”.

“De São Paulo eu vim pra Londrina. Ai me falaram do patrimônio que era a Brasileira; que aqui a terra era boa para a cultura do café. Então eu vim olhar. Gostei e fui buscar a família no Estado de São Paulo. Abri um sítio de 100 alqueires. O povo daqui não queria trabalhar, só queria moleza.”

“O centro da cidade era onde está a Morifarma. Mais para cá era o hotel do filho do Zé Francisco, onde hoje é o Banespa.”

“Em Paranavaí a parada era dura porque tinha o capitão Telmo Ribeiro, que era o mandão aqui. Quem expulsou os jagunços foi ele. O Frutuoso era empregado dele. Segundo eu sei matou muita gente. E dentro da Delegacia foi morto um rapaz, o Alcides De Sordi. Aqui tinha medo porque o povo andava de carabina de dia e de noite. Então eu fui levar comida para meu cunhado que estava trabalhando numa chácara. Ele voltou na minha frente. Quando eu cheguei à minha casa tinham matado ele.”

“O capitão Telmo tinha os seus jagunços. O Frutuoso disse para ele: Agora tem a campanha política e o Cincinato é uma parada dura no palanque. É bom a gente não encostar ele na parede. Ai o Telmo disse: Quem tocar no Cincinato eu mando passar fogo. Deixem ele, que não se mete na vida de ninguém. Ele não prejudica só dizendo que o candidato não presta.”

“Para alguns o Telmo era bom, para outros não.”

Acidade de Paranavaí, segundo Cincinato, começou a se desenvolver mais

para o lado do Colégio Estadual. O Inspetor de Terras era o Hugo Doubeck. Depois passou para o Ulisses Faria Bandeira.

No início havia muitos brejos, diz ele, mas depois a situação foi melhorando. “Daqui para diante só tinha um botecozinho lá na barranca do rio. Não tinham nenhum desses municípios que tem hoje. Nada disso existia. Depois o Getúlio deu ordem para plantar café. Quando veio esse plano começaram a abrir patrimônios e hoje esta cheio de Municípios. Foi chegando muita gente de fora. Então começaram a construir casas boas, farmácia, porque aqui não tinha farmácia a não ser a do João Machado. Médico não tinha. A farmácia do João Machado era mais ou menos onde era o Ponto Azul.”

Cincinato cita como um dos pioneiros de Paranavaí o Severino Colombelli.

Vinha gente de todo lugar, diz ele, de Pernambuco, Paraíba, de toda a parte do Brasil. “Isto aqui era manobrado por Mandaguari. Paranavaí passou a distrito, aí começou a desenvolver. Quando chegou a Município, estourou.”

- 0 -

ENEIAS TIRAPELI

Eneias Tirapeli nasceu em 1º de janeiro de 1916, na cidade de Ouro Fino, MG. Veio para Paranavaí em 1946, com a mulher e três filhos. Vieram de ônibus. Embarcaram em Londrina às 5 horas da madrugada e chegaram a Paranavaí às 5 horas da tarde.

“Aqui era tudo mato, não tinha quase nada. Pouquinhos vendas, pouquinhos lojas. Só 3 lojas de roupas. Tinha a do Severino Colombeli, do Carlos Faber e uma sapataria junto. Quando cheguei aqui tinha 30 anos de idade.

Sofri bastante aqui. Trabalhei demais. Mais ou menos três anos arrendando terras, depois 5 anos com garapeira. Depois coloquei um quiosque. Depois montei a venda de secos e molhados e aí, em prazo de um ano quebrei. Ai fui trabalhar no Colégio Estadual, depois no Colégio do Comércio. Trabalhei no Banco Brasileiro de Desconto também, 10 anos e 8 meses.

Paranavaí tinha umas 200 casas, mais ou menos. Era tudo de tabuinha. Depois o Carlos Fábio fez a loja dele de material. Na antiga Brasileira nos íamos fazer casamento, batizado, tudo em Mandaguari. O Dr. Nosso aqui era o João Machado, porque tinha uma farmácia só. O centro da cidade ficava do Ponto Azul até o Banco Bradesco. Daí subia outra rua de movimento até a igreja. O resto não tinha nada.

Dos que eram donos do comércio eu me lembro do finado José Francisco, Nicolino, Carlos Fáber, João Rocha, Severino Colombeli, Zé Delfuzi, João Carlos Ferreira, João Machado e o Thomaz Estrada.

Brigas tinha demais. De vez em quando ali na Praça da Xícara, onde tinha um hospital, ali tinha dias com 5 ou 6 mortes. Tinha também a turma dos Capas Pretas.

Eu nunca tive relação com o Capitão Telmo. O único defeito que achei nele foi ter matado aquele rapaz na cadeia. Coitado do rapaz, estava plantando feijão e mandaram chamar ele lá. E foi o maior tiroteio. Ele caiu morto perto da porta da cadeia. Foi por causa de política. Ele era um rapaz muito bom e era do PTB, por causa disso mataram ele.

Lá no Zé do Bar mataram dois de uma vez. Depois ali onde é o Wiegando, mataram mais dois.

A cidade se desenvolveu mais para o lado do Jardim São Jorge. As plantações que mais tinham por aqui era o café, o arroz e o feijão.

Daqui a Maringá tinha uma estradinha. Tinha outra estradinha – a boiadeira – que saía lá para o Estado de São Paulo. Quando dois carros se cruzavam, um tinha que entrar no mato.

Para conseguir terra era difícil. Você tinha que pedir na casa do Hugo e esperar um tempo para eles cortarem o terreno. Aí eles davam – levava um ou dois anos.

Naquele tempo, a data não custava nada. Era só fazer a casa e era dono da data. Eu mesmo, neste quarteirão que moro, plantei mandioca em oito datas e cerquei três. Pensei em ficar para mim. Então fui a São Paulo visitar minha sogra e quando voltei tinham grilado todas as minhas oito datas. Eu perdi até as mandiocas. O pessoal aqui grilava. Dizia é meu e era mesmo. Ninguém dizia nada. Já tinha polícia aqui, mas o sujeito fazia a casa em cima e já era dono. Quem começou o primeiro asfalto foi o Dr. Messias.

Uma vez eu vinha vindo com um companheiro. Tinha um polaco que era caçador de onça e veado. Lá embaixo, para o lado da mata do Diamante, ele matou uma onça. E lá vinha vindo ele com ela nas costas e os nossos animais se espantaram. A onça tinha doze palmos de comprimento.

Teve um rapaz que tinha uma namorada aqui na cidade. Pegou o avião pequeno e ficou voando por cima e foi fazer uma gracinha para a namorada e caiu. Depois desceu um avião grande que veio do estrangeiro com cento e vinte pessoas. Aquela gente chegou aqui e ninguém conseguia falar com eles. Aí chegou um outro que era estrangeiro e então foram compreendidos. Ficaram duas noites aqui. Foram mandados de ônibus para Maringá. O aeroporto era ali perto do Santos Dumont. Deu trabalho para o avião levantar porque enterrava no chão. Era muito pesado.

A maior autoridade aqui era o Hugo Doubeck. Tinha um delegado que era um pretão. Ele era aparelhado com o capitão Telmo.

Quando cheguei aqui tinha o campo de futebol. Nesse campo, eu vendi muita laranja. Eu levava 4 ou 5 caixas e vendia tudo.

Ali onde é a Casa Estrela era uma baixada que encalhava carro no meio da rua. Aqui tudo era areia. Maringá era menor que Sumaré.

- 0 -

IZABEL ANDREO MACHADO

Izabel Andreo Machado nasceu na cidade de Boriti, Estado de São Paulo e veio para Paranavaí com mais ou menos 26 anos de idade. Filha de Afonso Andreo Fernandes e Izabel Manzanares.

Quando chegaram a Paranavaí, conta ela, tinha poucas casas, era um patrimônio muito pequeno. Ranchinhos cobertos por tabuinhas. Casa só tinha umas três ou quatro. Tinha a casa do chefe da colônia, onde morava o Hugo Doubeck. Depois foi chegando outras pessoas e construindo novas casas.

As ruas eram cheias de tocos. Era só um areão. Só havia duas ruas. Aqui já morava o Paulo Tereziano, o Joaquim Machado. Diz ela que não chegou a ver animais selvagens.

“De Maringá para cá era uma estrada só de mata. Do Estado de São Paulo para cá levamos 3 dias de viagem. De Maringá para cá tinha um lugar chamado de Capelinha, não sei onde era. Alto Paraná só tinha uma casinha também.”

Naquele tempo não tinha cadeia aqui, diz ela. “Havia muitas brigas, tinham aquelas pessoas que chegavam e pegavam terras sem documentos e foram despejados. Aconteceu até morte por causa disso.

O capitão Telmo era para nós uma pessoa muito boa. Ele tinha uma fazenda ali no Jardim São Jorge. Morava lá.”

Todo mundo que chegava aqui, continua ela, já ia fazendo alguma coisa, porque não havia lojas grandes. Só havia uma farmácia e um médico, o Dr. Siqueira, que foi o primeiro médico de Paranavaí.

“Ali onde é hoje o Supermercado Mendes tinha um bar que era de propriedade de Luís Diogo Ferraz. O bar dele servia como correio. Os carros, os caminhões, os

ônibus, quando chegavam de viagem deixavam lá as cartas e as correspondências. Todo mundo corria lá quando eles chegavam. Era esse bar o correio.

As casas eram longe umas das outras. Tinham lugares onde só havia matas. Não tinham sido abertos. Parecia um sítio.

Aqui tinha o sargento Marcelino. O povo tinha muito medo dele, mas ele era muito bom.”

- 0 -

JOÃO DA SILVA

João da Silva nasceu em Lemes, Estado de São Paulo no dia 13 de maio de 1903. Veio para a Fazenda Brasileira em 43. Segundo ele, todas as escrituras aqui eram feitas na cidade de Guarapuava, depois é que passou a ser em Mandaguari. Diz que naquela época o prefeito de Mandaguari se chamava Prolin. Continua: A primeira vez que entramos em Paranaíba foi por água. Viemos até Paraguaçu Paulista e daí viemos para o Paraná pelo Porto Alvorada. Estivemos aqui e depois voltamos. Fizemos um ranchinho e queimamos lata. Voltamos para casa. Quando nós viemos de mudança viemos pela estrada de ferro até Apucarana, que era um pequeno patrimônio. De Apucarana para cá viemos de caminhão, que naquele tempo trabalhava a gasogênio e não gasolina. Viemos juntos, eu, o Vicente, o José e o meu compadre Salatiel Loureiro.

Aqui era um lugar parado porque tinha se acabado. Fizeram o povo sofrer, alguns foram embora, outros morreram. Foram eles que abriram isto aqui e depois de aberto começaram a massacrar o povo. Aí o Estado chamou a terra de novo, tomou deles e então o Estado dividia as terras aos pobres e um lote colonial de um pobre era de 42 alqueires e meio e gleba de fazenda era de 200 a 250 alqueires. Esteve administrando a nossa entrada o tio do Ulisses Faria Bandeira que era o Dr. Farias Bandeira. E aí, esse pouquinho de gente que tinha ele chamou lá na sala da Inspeção e fez uma declaração que essas terras não eram para estrangeiros, era só para brasileiro nato. Então Paranaíba foi crescendo e nós nos enfiamos no mato, eu e a minha mulher e uma menina que eu tinha. Nós ficamos lá no mato mais de uns vinte anos. E tudo o que aconteceu aqui nós vimos ao vivo. Foi um lugar muito difícil pela saúde que não se tinha, e aqui era só mato e não tinha nenhum médico e nem farmácia e não tinha tratamento de espécie alguma. No governo de Manoel Ribas ele esteve visitando o lugar

pessoalmente para ver como era aqui, para observar como era o povo. Tinha muita gente com feridas bravas, como eu mesmo fui uma delas. Mas eu não fui me tratar em Curitiba, tratei aqui mesmo. Foi o que o governador veio fazer aqui – levar o povo para se tratar em Curitiba. O primeiro caminhão de feridos que saiu daqui, saiu com noventa e tantos feridos entre adultos e crianças. Eu fiquei bem marcado. Tive 18 feridas bravas que só não saíram no rosto. Saiu na barriga, nas pernas, nas costas, nos braços. Mas eu sarei. Os outros foram para Curitiba – alguns voltaram, outros morreram por lá.

Antes de nós chegarmos aqui ele judiavam do povo. Queria que o povo trabalhasse sem direito a nada. Quando chegava o momento de receber eles não pagavam e batiam muito, e se teimassem eles matavam e jogavam no rio. Foi o que a gente pegou daqueles que a gente encontrou aqui. Eles eram os fundadores daqui e nós achamos casinhas feitas de tabuinhas queimadas e a injustiça aqui foi tão grande que eles queriam acabar com tudo. Eu e meu compadre descobrimos uma serraria muito grande nesse fundo de buracão e ali foi atirado muitos quilos de ferro. O Telmo é quem tomava conta.

O primeiro farmacêutico que tivemos foi um mineiro de Poços de Calda, que era o João Batista Machado. Era vizinho meu. Onde hoje está a clínica ele tinha uma farmácia. Depois que o Manoel Ribas esteve aqui veio o Frei Ulrico, abriu uma pequena salinha, tinha amostra grátis de remédios e então o pessoal que era ferido ia lá consultar e fazer curativos. As pessoas voltavam do mato com começo de feridas e iam tratar com ele. Depois deu uma doença que eles diziam que era sarampo preto, mas era tifo e pneumonia e doença de macaco, que aqui morreu muito macaco, então se alastrou no povo e aqui morreu muita criança. Às vezes morriam três ou quatro crianças por dia. As mães chorava e o Frei Ulrico consolava muitas mães. Depois veio o Dr. Ari para tratar do povo.

Só tinha essa estrada que vinha do Porto Rico e ia até Londrina. Aqui não tinha mais nada. Era ilha isolada. A primeira crisma que teve aqui foi D. Geraldo quem fez. D. Geraldo de Proença era de Jacarezinho. Houve um caso que abalou muito o povo. Foi o caso do João de Sordi que perdeu o filho Alcides De Sordi. Então no dia que estava se fazendo essa crisma. Aí se batizava, crismava e chorava a morte do rapaz que foi uma coisa triste. Foi no Governo de Moisés Lupion que aconteceu essa morte. Aqui existia os títulos de terra que eram de 80 mil réis o alqueire. Então eles quiseram levar essas terras para quinhentos mil réis o alqueire. Então ele foi conversas que era muito dinheiro para o pessoal daqui, pois o pessoal era muito pobrezinho e então o capitão Telmo soube disso e também que foram fazer queixa lá, e foram e perseguiram ele, mas não conseguiram pegá-lo em Curitiba. Então juraram que iriam matar ele, tanto que foi atirado na porta da cadeia. Tinha ali o capitão Telmo, Dr. Ginesti, um paraguaio, que era

um tal de Marciano, e todos tinham mais ou menos a mesma idade. Aí atiraram, pegou uma bala na banha e cortou o lado da barriga. A causa dessa morte foi por causa de ciúme, porque ele estava procurando o bem do povo e foi trabalhar para o bem do povo. E o povo foi de bom senso. Aí queriam pegar o Telmo Ribeiro. E o pai do moço, que era o João De Sordi disse que entregava a Deus e deixava que Ele fizesse justiça, pois o que ele fez com o filho há de encontrar também quem faça com ele. E foi dito e feito, lá em Cornélio Procópio pegaram ele.

O primeiro padre que rezou missa aqui foi João Guerra. Depois ele teve um atropalho com o povo. Esse padre era muito religioso e nos dias de semana ele ia trabalhar numa chácara que ele abriu, onde construiu uma represa e instalou um moinho de fubá para o povo. No dia de sábado ele vinha de lá para cá, trocava as roupas e nos domingos ele fazia missa. Só tinha uma capelinha que era bem pequena. Foi na campanha desse Alcides. Ele queria que fosse a favor dele e ele disse que não podia, pois era padre e não ia se meter em política. Então começaram a perseguir ele, que foi embora para não ser morto.

Quando eu vim para cá estava quase com quarenta anos. Vim casado e com uma filha. O nome de minha esposa é Rosa Rodrigues da Silva. O meu sofrimento aqui foi muito grande. A primeira vez que fomos fazer uma desmatação na estrada velho daqui, voltei com 18 feridas bravas. Depois eu peguei maleita. Eu tinha 75 quilos e passei a pesar 40 a 41 quilos. Quando eu juntava a minha pele era como se tivesse juntando a minha roupa. Eu tive mesmo para me apagar. Uma noite deu uma ventania muito forte e eu tinha chegado com o meu cavalo e o meu compadre Salatiel, que tinha apelido de Mário. Estávamos ele, a família e eu. Fui chegando ao meu rancho e ali fui deitando e não tive coragem de levantar. Então o farmacêutico, que era o João Machado, que morava a par veio me atender. A minha velha foi e falou com ele e ele teve junto da minha cama e eu tive muita resistência, porque para aguentar 43 graus de febre não é qualquer um e me tiraram de dentro de casa e eu não vi. No outro dia, amanheci mais ou menos umas onze horas e já tinha passado aquela febre e eu fui ver que estava na cama do João Machado.

Aqui nos fizemos ruas a braço, estrada a braço porque não havia máquinas. Abrimos daqui a Nova Aliança, que antes era Guaritá, do finado João Pires e Amaporã que naquele tempo era Jurema.

Quando cheguei aqui encontramos apenas umas trinta casinhas de pau a pique. Eram todas espalhadas por aí, mas não tinha ruas. Então fomos arrancar os tocos, ganhando uma mixaria por dia. Depois que passou para Paranavaí tinha o Thomas Estrada, o Severino Colombeli, Jaconias, Otacilio Egger, esses pegaram o centro da cidade. Eu medi muitas datas. Ninguém sabia onde seria o centro da cidade. Paranavaí

era para estar onde é hoje o Jardim São Jorge.

Quando vim aqui pela primeira vez, entramos e olhamos o lugar. Ficamos aqui queimando lata, ali no campo que foi do Atlético. Ficamos lá e fizemos um ranchinho de colônia e sapé. Nós queimamos lata. Eu falava para os meus companheiros e eles dava risadas quando eu dizia que se areia fosse açúcar todo mundo ia morrer doce aqui. Tina o Ponto Azul que era o ponto de pegar embarcação para Londrina, que era uma jardineira velha, não era estofada, que se entrava de um lado e saiu do outro. Eu sempre dizia para minha velha que isto aqui nunca ia chegar a ser como as cidades do Estado de São Paulo: Lemes, Pirassununga, Araras, Campinas, Ribeirão Preto. Eu dizia: quando é que isto aqui vai chegar a ser como Pirajuí. Pirajuí era uma cidade pequena, mas bem traçada. O único que acreditava era o Zé Vinche, que falou daqui eu não saio porque perdi o meu e aqui vou ver se cato de novo. Então eu bati nas costas dele e disse: Se você ficar eu fico, nem que for lá na barranca do rio.

Quando eu cheguei, isto dava uma impressão de pouco futuro. Eu nasci e me criei em terra roxa, é outra coisa e tem outro aspecto. Na minha terra você podia plantar o que quisesse. Então a gente achava isto aqui com figura de pouco futuro.

Eu não conhecia areia. Fui carroceiro e puxador de areia, fui machadeiro, enxadeiro e fiz de tudo na minha vida. Achava que isto aqui não ia dar certo. Mas em 1955 houve uma enchente de arroz aqui. Teve fazendeiro de colher 6 a 8 mil sacos de arroz, ali onde está Jurema. Teve um tal de Lázaro Vieira que colheu 8 mil sacos de arroz ali em Nova Aliança do Ivaí. Foi uma fartura imensa.

O povo dizia que o capitão Telmo era um homem ganancioso. Homem que matava, fazia isto e aquilo. Mas na verdade o capitão Telmo era ruim para as pessoas que achavam que ele era ruim. Eu nunca ouvi falar que o Telmo tivesse matado alguém, aqui ele nunca matou ninguém. Ele não era homem ruim. O ruim dele era a cabroeira dele e que viviam nas costas dele. Então aproveitavam o nome dele para tudo e qualquer coisa. Colocavam o nome dele. Até a morte do rapaz na delegacia disseram que foi o Telmo que matou, mas não ele não, porque quem deu o primeiro tiro foi o Ginesti que era um engenheiro que esteve aqui e que já morreu também, de desgosto, aqui mesmo. Parecia que não tinha mais satisfação, veio se acabando e faleceu.

Eu conheci o Telmo pessoalmente, mas se conversei com ele foram poucas palavras. Ele fazia muita caridade para o povo e caridade para os pobres. Tinham aqueles que fugiam dele mais pela fama. Eu fiquei conhecendo ele porque escapou o meu cavalo. E o Joaquim das Éguas vinha vindo de jeep e o meu cavalo era muito arisco, deu com o jeep e veio a saltar dentro da invernado dele, do Telmo. Então eu fui procurar o cavalo na invernada do Telmo. Me falaram para não entrar lá que o homem pegava e achava muito ruim e era capaz até de bater nas pessoas e eu não gostava de

entrar no que é dos outros. Então andei e não vi rastro nem nada, passei perto de uns animais. Não estava no meio do gado, que lá tinha muito gado e fui indo até a sede da fazenda. Então encontrei com o Frutuoso deitado numa rede. Ele era muito antigo aqui. Então eu passei por ele e disse boa tarde e mexi o chapéu. Ele respondeu boa tarde. Eu perguntei se ele não tinha visto o meu cavalo. Expliquei como era e ele disse que não viu. O Telmo estava um pouco na frente e falou o que era e eu cheguei para ele e disse sobre o cavalo, o que tinha acontecido comigo. Disse que era novato e não conhecia nada. Então ele perguntou meu nome e que se o meu cavalo aparecesse ele mandava levar lá no lugar que eu estava e pediu qual era o rumo que eu morava. Aí, conversando com ele eu vi um cavalo na beira da estrada lá em cima e já conheci de longe que era ele. O sogro do Frutuoso, que se chama João Clariano, estava com o cavalo lá dentro do seu pasto. Aí eu vim pela estrada e entrei na invernada do Clariano. Eu expliquei para ele o que tinha acontecido e eu estava a três dias procurando o cavalo. Então eu peguei o cavalo e voltei.

Depois chegou o tempo do Capa Preta, um sujeito que andava com uma carabina e bem armado, com as armas debaixo do braço e fazia a ronda com aquele sol quente, com a carabina debaixo do braço e com aquela capa debaixo do sol.

Aqui tinha um tal de Macaúba, que morreu em Gaúcha e acho que nem enterrado foi. Ficou que nem um bicho morto que você arrasta e joga no mato. Teve também um caso de um turco. Ele acabou sendo morto no centro de Paranaíba. Mas aqui não havia muitas brigas não.

O movimento que tinha era de carroça. Mais tarde veio a Sanbra, a Cleyton. Teve ocasião de se contar quatrocentos a quinhentos caminhões de algodão e aí teve um movimento estourado. Veio também a Mac Fad e a Matarazzo e todas trabalhavam com algodão. Depois experimentaram plantar soja, mas a terra não aguentou.

A única diversão daqui era o futebol. O campo de futebol foi feito pelo braço do povo.

JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA

No dia 07 de junho de 1984, estivemos com o Sr. José Alves de Oliveira, conhecido como Zé do Bar. Nascido em São José da Barra, MG, em 2 de fevereiro de 1923. São suas palavras:

De Minas Gerais eu vim para São Paulo. Moramos 6 anos em regente Feijó. De Regente viemos para Paranavaí em abril de 1945. Viemos olhar a cidade. No dia 18 de junho, viemos com a mudança porque meu pai achava que era uma cidade de futuro. Vim para cá solteiro, em companhia de meus pais. A nossa primeira residência foi onde hoje se acha o Hotel Excelsior. Depois comprei aquele terreno onde foi construído o Líder Bar, que foi eu mesmo quem construí. De 1945 a 1952 trabalhei com esse bar. Por isso sou conhecido por Zé do Bar.

Paranavaí era uma cidade de mais ou menos 40 casas. O Ulisses Faria Bandeira foi quem fez o traçado da cidade. Eu tinha, quando vim para cá, 20 anos de idade.

Nós sofremos muito na viagem que fizemos para cá. Era ruim a estrada e havia areão. O transporte da mudança foi feito de caminhão. Mas o caminhão quebrou ali onde é Nova Esperança. Tivemos de ficar lá, pousando. Depois aqui o recurso era pouco. Vinha um ônibus uma vez por semana de Londrina a Paranavaí. Tudo era difícil. A gente chegou assim em lugar estranho, com pessoas estranhas. Mas depois a gente foi se acostumando. Assim fizemos amizade. Em 1946 eu me casei. Mas o casamento foi feito em Mandaguari.

Meu pai se chamava Fortunato Alves de Oliveira e minha mãe Florentina Ana da Rocha. Nós éramos em oito, pai, mãe e seis irmãos.

Quando chegamos aqui as casas eram cobertas de tabuinhas. Só a Inspetoria de Terras que era coberta de telhas de barro. Quando eu cheguei aqui não existia o nome de Paranavaí. Era a antiga Brasileira. Depois pelo desenvolvimento da cidade e através da política é que puseram o nome de Paranavaí. Acho que foi o Ulisses Faria Bandeira e o Hugo Doubeck que colocaram o nome de Paranavaí.

Eu vim para cá aventurando. A terra era devoluta e pertencia ao Estado. A gente fazia o requerimento através do Hugo Doubeck e saiu mais ou menos 42 alqueires para cada família. Eu requeri na Água do Caiuá, que hoje leva o nome de prainha. Não tinha nem estrada para ir lá. A única estrada que tinha ia até a fazenda do Sr. Domingos de Almeida, que foi o primeiro cafeicultor daqui. É o pai do Dr. Mário Hélio.

No início a cidade puxou mais para o lado da Delegacia. Hoje é uma região esquecida. Depois com o tempo se desenvolveu mais aqui para o centro. Depois entrou o Sr. Otávio Borin e o Sr. Antônio Vendramin e compraram a chácara que hoje é o Jardim

Ouro Branco. A cidade foi se desenvolvendo para lá graças a esses homens.

Naquele tempo tinha o Sargento Marcelino, o cabo Salata e mais dois soldados que eram o Sebastião e o Luizinho. Depois veio o Sr. José Francisco que é o pai do Nicola Francisco, que foi o primeiro Delegado daqui. E tinha o capitão Telmo.

No comércio tinha o José Machado, de apelido Zeca Machado, que trabalhava para o Estado, fazendo picadas, estradas. Tinha o Thomaz Estrada que tinha secos e molhados. O Otacílio Egger que tinha uma loja de tecidos. O Carlos Fáber, outra loja de tecidos. O Severino Colombeli que tinha uma loja de secos e molhados. Tinha o Pedro Masson. O Romeu Tirapeli. O Luizinho que trouxe o correio para cá. Do lado do Hotel Elite tina a farmácia do João Machado. Tinha o Ditinho que era outro farmacêutico. A farmácia dele era mais ou menos ali onde é a Caixa Econômica.

O capitão Telmo foi um dos grandes fregueses do meu bar. Nunca me deu um único prejuízo. Ia lá comprava e pagava direitinho. O Sr. Frutuoso é que tinha má fama. Que era bravo e tal, mas não tinha nada disso.

Considero como pioneiros Thomaz Estrada, que teve o primeiro posto de gasolina. Carlos Fáber, Severino Colombeli e outros.

Tinha a pensão do Sr. Pianaro, que ficava ao lado do Líder Bar. Tinha uma pensão ao lado do prédio do Dr. Siqueira, que é a antiga Rádio Paranavaí. Tinha a pensão do João Pedro, que era pegada à antiga Casa Pernambucana. Tinha o Hotel que era do Artur Gonçalves de Melo. Tinha o Hotel do vereador Zé Leite. Tinha o Hotel do Estado, onde hoje é a Prefeitura.

Havia a Comípara. Ela tinha uns motores que forneciam eletricidade. Isso foi depois de 49. O Líder Bar tinha motor. O Thomaz Estrada também tinha motor. Nós tínhamos luzes ali da antiga Pernambucana até onde é o Banespa. A luz da cidade era através desses motores. Tinha mais de cinquenta postes na cidade.

Mais tarde vieram a Clayton, a Steves, a Sanbra, a Matarazzo. Acabou tudo. Parece que aqui passou só para pecuária. Mas Paranavaí pode crescer. Existe ainda muito terreno para crescer.

JOSÉ ANTONIO GONÇALVES

Nascido em 19 de maio de 1936, em Cordeiro, MG. Veio para Paranavaí em setembro de 1948. Veio com a família. Diz ele:

Meu pai veio para formar café tínhamos um sítio ali perto de Alto Paraná. A coisa no começo não foi mole. Aqui tudo era difícil. As casas de madeira eram cobertas por tabuinhas. Não havia segurança. Havia poucas casas. Muitos aventureiros passavam pela Brasileira. A maioria eram peões.

Naquele tempo não havia ruas traçadas. A cidade não tinha um esquema. O centro da cidade era onde é hoje a Avenida Paraná, próximo ao Banespa. Tinha um bar ali que era do Zé do Bar. Havia algumas touradas. Essa era a diversão da época.

No comércio tinha a Casa Colombeli, que era do Severino Colombeli. Tinha também a do Luis Ambrosio.

Grilo de terras foi o que mais existiu na época. Não havia necessidade disso porque as terras eram de graça. Tinha alguns aqui que queriam glebas do tamanho da região. Aqui não dava nem tempo de brigar. O que havia de morte era incrível, uma barbaridade. Eu me lembro que lá próximo do grupo escolar, que era perto do Hospital do Estado, tinha um necrotério. Quantas vezes nós vínhamos ver os caminhões trazendo mortos. Às vezes seis ou sete mortos nos caminhões que vinham da região de Nova Londrina e Areia Branca. Isso era comum.

Conheci demais o capitão Telmo. Ele usava um chapéu grande e um lenço no pescoço. Era educadíssimo, mas a coisa com ele era meio brava. Tinha amizade com todo mundo. Tinha também o sargento Marcelino que era um senhor forte de corpo. Ele quem mandava na cidade.

O Paulino construiu o primeiro cinema. O Thomaz Estrada, o Severino Colombeli, o Luiz Ambrosio eu considero pioneiros de Paranavaí.

Naquele tempo a cidade começou a crescer mais para a região do Colégio Estadual, Ibirapuera, Ouro Branco. Foi essa região que teve mais progresso.

Naquele tempo o café era o baluarte. Nem a geada daquela época desanimou o pessoal de plantar café. Para se conseguir terras aqui era a coisa mais fácil. Tinha só que chegar na Inspetoria de Terras e fazer o requerimento, pegar o selo e já podia abrir o seu terreno. Na época se falava com o Sr. Ulisses Faria Bandeira, que era a pessoa encarregada desse departamento.

Até Londrina nós viemos de trem. De Londrina para cá viemos de ônibus. Saímos de Londrina às seis da manhã e chegamos na Brasileira às oito da noite. Viajamos o dia inteiro.

Quando chegamos aqui tinha muitas antas e muitos pássaros. Para encontrar

onça tinha que se aprofundar na mata.

Achei importante quando veio um avião grande e fez pouso forçado aqui. Aí o comandante do avião distribuiu doces e refrigerantes para as crianças. Aquilo marcou Paranavaí.

Na minha época, em 48, tinha alguma condução por aqui. Meu irmão para ir em Mandaguari usava animais ou carroças. O impressionante é que vinha muita gente que parecia até corrida de ouro. Teve muita gente que batalhou por Paranavaí.

De 55 para cá, a cidade teve um movimento tremendo. Quando nos chegamos aqui já existia o Atlético, que hoje é a Praça dos Pioneiros. Antes ali era o campo de futebol. Era um time famoso. Tinha o seu Natal Francisco que foi um homem que deu tanto por Paranavaí. Hoje é praticamente esquecido. Foi uma pessoa que ajudou Paranavaí e o Atlético, porque era um time respeitado e quando jogava com as cidades maiores como Mandaguari, eles não saiam sem chumbo. Quando chegamos aqui o campo não era fechado.

Existia uma capela de madeira e que era o ponto onde se reuniam os paranavaenses nas festas de igreja. Ali o pessoal se esbaldava porque era a única diversão que existia na cidade.

Quando chegamos aqui já existia o colégio que era o grupo escolar hoje é o grupo Marins. Fica onde hoje é o Ginásio Lacerda Braga. Tinha um alto falante que era do Sr. Zequinha. As pessoas paravam nas esquinas para ouvir as músicas.

O Sr. Zequinha foi famoso porque tinha o serviço de alto falante. Ele era alfaiate. Os primeiros médicos foram o Dr. Siqueira, o Dr. Silva.

Ali na rodoviária, que hoje é bonita, naquele tempo eu brincava de esconder na erosão. Tinha um buraco de 25 metros de fundura. Escorria água dentro. Hoje a gente passa e tem asfalto, prédios lindos, bancos e praças floridas. A rodoviária, tudo naquele lugar era erosão. Então por isso que nos dizemos que Paranavaí está se desenvolvendo.

JOSÉ FERREIRA DE ARAÚJO (Palhacinho)

Achegada

“Nasci em 15 de fevereiro de 1910, em Santa Rosa, Estado de São Paulo. Me criei em Ribeirão Preto e me casei também com moça de Ribeirão Preto. Vim para essa Terra a 26 de outubro de 1944. Trouxe cinco filhos pequenos, o maior tinha 14 anos e ficou esperando para tirar o diploma para poder vir. Cheguei aqui muito bem graças a Deus. Tudo era deserto mais eu sabia que ia encontrar deserto, mato, mas era justamente o que eu queria, porque sempre fui fã de caçadas, e vim para cá por causa da caçada senão eu não saía da minha terra. Eu vim com intenção de caçar mesmo e de ganhar a vida com mais facilidade porque aqui era terra devoluta e o Estado estava dando de graça e eu, com aquela fé de melhores dias, enfrentei. Mas aqui o comércio não valia nada e eu não sabia o que fazer. Para eu abrir a minha alfaiataria que era o meu ramo eu achava que não dava. Aqui não tinha freguês. Então não tinha jeito de eu ajeitar e pensei bem. E o Estado me deu um lote de terras e eu fiquei muito contente com o lote de terra, mais como é que eu vou abrir esse lote, que jeito, com que esperança, se eu não ganho dinheiro para derrubar o mato e formar um sítio. Ia muito dinheiro e aquilo tudo me fez pensar, mas tinha uma pensão onde eu estava hospedando. Do Dorvalino Moreira e ele disse: José me compra a pensão e o senhor toca a pensão. E não tinha só aquela não, tinha outra e eu pensei e achei o meu dinheiro curto. Desanimado com os filhos porque tinha muito filho, mesmo assim entrei em negócio com o Dorvalino e comprei os móveis do Dorvalino Moreira. Alugando dois barracos e a própria casa. Falei agora eu toco a alfaiataria e a pensão e vamos ver se dá pra gente viver com um pouquinho de fotografia que eu também tirava. Assim fiz o negócio e fui de volta para o Estado de São Paulo. Ai fui em Paraguaçu e falei com o meu primo. Ali ele quis vir para cá e disse Zequinha eu já fui lá e achei bom o lugar. Você quer levar uns animais para lá? Então eu vim com os animais e uns cachorros de caça. Eu vim de cavalo passando por Santo Inácio e Guaraci, que naquele tempo chamava-se Km 24. Peguei a Boiadeira na estrada de Santa Fé com Arapongas e segui e vim sair aqui no Sumaré. Era muito suja a boiadeira, muito fechada. Precisava vir com panos enrolados na cabeça porque abelha era de mais e muita teia de aranha. Mas consegui e vim varando. Os cachorros atrelados para não entrarem no mato se enrolavam nos cipós. Foi uma viagem difícil demais. Pousando na estrada com muito medo de onça. O medo era tanto que eu coloquei os animais de um lado e coloquei o fogo no meio. Os cachorros do outro lado e eu dormia beirando o fogo. Do jeito que era a mata eu achava que tinha muita onça. Ai eu cheguei aqui e recebi a pensão do Dorvalino e continuei tocando a pensão e

a alfaiataria. Fui assim levando a minha vida até que melhorou e veio melhores dias e eu ia formar os meus filhos e mais tarde vendi o meu sítio e fui em Londrina e comprei um alto-falante e instalei aqui com oitenta discos. Comecei a minha vidinha. Trabalhava no alto-falante, fotografia e a pensão. Ai já foi chegando muita gente e em 1945 tivemos uma parada um pouquinho porque o Estado parou de dar terras. Mas, depois, tornou a animar e chegava gente e gente. Quando foi em 46 então era um barulhão de martelo dia e noite. Todo mundo trabalhava em construção de casas e era lampião, farolete, lua e assim todo mundo trabalhava e barulho de sarrilho abrindo poço e depois foi aquele movimento de gente medonho e já foi melhorando o movimento da cidade. E foi cada vez melhor. Foi entrando o povo e comércios novos e tendo comunidades novas de mais valor assim nós fomos tocando.

O Centro da Cidade

Na época que eu cheguei aqui tinha alguns ranchos esparramados que o Estado dava as datas mais longe e deixava o meio mais para o comércio. Ali ficavam os comerciantes e naquele quarteirão que está hoje a Morifarma, e na quadra que está o Banco do Brasil, e na quadra do Banco do Estado de São Paulo, na quadra do Laurindo, e na quadra do Banestado, que é uma quadra dividida no meio, a Avenida Paraná dividiu ela no meio, ali existiam dezoito casas. Eu tenho elas na ideia até hoje. Existia um grande albergue noturno na quadra de cá, que é a da pracinha. Ali na frente que o Estado deu e fez um barracão muito grande e lá deixavam famílias acomodadas e o povo foi chegando de mais. O pessoal morava nas casas e os outros chegavam e encostavam tábuas beirando essas paredes das casas e ali dormiam em baixo dessas tábuas por lado de fora da casa. Deu acomodação para todo mundo. Foi assim, naquele alvoroço, que o povo fazia casa para um lado e para o outro lado. Aqui tinha dois homens que cortavam madeira e faziam as tabuinhas e chamavam de tabuinha. É o apelido que pegou. Eles tiravam tabuinhas e um se chamava tabuinha alto e o tabuinha baixo porque tiravam tabuinha para o povo e o povo comprava tabuinhas e precisava carregar nas costas porque ninguém tinha uma carrocinha, não tinha nada e assim depois iam fazendo as casinhas, casebres e foi aumentando. Foi cortando as ruas, e era um poeirão na beira das ruas, porque eles queimavam cipós no meio das ruas, e aquelas raízes, e o povo trabalhando, e a rua onde começou a cortar foi bem ali no mio li mesmo, ali perto da inspetoria. E dali veio aqui perto do Campo do Atlético, que hoje é essa Praça dos Pioneiros. Aqui já era uma estradinha antiga que descia lá na fazenda Brasileira. De Londrina para cá era uma estradinha para o Porto São José. E uma estrada para o Guaritá.

A Estrada do Porto São José

Lá na areia Branca tinha outro homem que se chamava seu Henrique que também tomava conta das terras. No Porto São José tinha um homem: que tomava conta da balsa. Fomos levar mantimentos e levamos uns 13 a 14 dias para poder voltar incluindo uns dois que nós levamos para pescar lá no rio Paraná. Mas fomos e chegava em alguns lugares que tínhamos que passar com os animais na água e os animais não conseguiam passar porque tinha lugar que não tinha ponte e nós colocávamos os mantimentos nas costas e atravessamos até o outro lado e voltávamos fazendo outra viagem do outro lado do rio buscar mais até que passávamos os animais do outro lado e carregávamos a carroça de novo. Assim foi uma luta entre ir e voltar. A picada era nova. Era um túnel dentro da mata a picadinha. Era nova e de modo que a gente sofreu bastante. Mas eu fiquei conhecendo tudo. Eu vi tanto pé-de-bode encostado na estrada assim como o Dr. Ulisses Faria Bandeira também viu porque foi ele que reabriu as estradas. E tinha muitos pés-de-bode parados porque quando os Rocha abandonaram as fazendas aqui, os baianos eles largaram e fugiram espantados com a polícia e largaram esses pé-de-bode por todos os lugares aí. Mas fizemos a viagem e gostei. Conheci o Rio Paraná, o Rio Mato Grosso, do outro lado. Aquilo tudo me alegrava porque eu gostava de pescar e caçar. Toda a vida eu gostei. Mas era muito sacrifício naquela época.

O Serviço de Alto-falante

As casinhas que aqui tinham na época eram pouquinhas. Mas eu fui indo com o meu alto-falante, falando e trabalhando, e contando algumas piadas, e algumas anedotas, e inventando alguma coisa, e anunciando um cavalo perdido, e um cavalo achado. Fui com esses anunciozinhos porque não tinha comércio nenhum. O único comércio nosso era o Zé do Bar e então eu já fazia os meus anúncios: Quer trocar dinheiro, Zé do Bar, quer tomar uma geladinha dentro do poço, Zé do Bar e era o único comércio que eu fazia a propaganda a não ser algum anúncio da inspetoria de terra.

O Líder Bar

Esse bar ficava ali no centro. Ali foi feira e ali os catarinenses trouxeram as primeiras broas de fubá feitas em Graciosa, broas de fubá, todo mundo comprava. Eu comprava e dava a os meus pensionistas porque eu não tinha pão. Tinha que comer aquilo. Onde não tinha lobo, tinha que comer gambá, não é? Então ali era o ponto de

reunião. Quem primeiro fez aquela casa depois que eu toquei a pensão e depois que eu fui buscar a mudança, foi o Dorvalino Moreira e depois o bar do Abílio. Mas o Abílio só ficou cinco meses no bar. Ai apareceu o Zé do Bar aqui que se hospedou na minha pensão e comprou o Bar e ficou sendo o Zé do Bar. Depois, mais tarde, passou a ser o Bar Líder. Lá foi o centro da cidade que iam parando os ônibus e todas as conduções que chegavam. Ali foi onde nós fizemos os primeiros bailes em 1946. Foi o centro de Paranavaí, até que depois foram formando Clubes e foi aumentando o povo. Assim melhorou a cidade. A serraria não vencia fazer tábuas para novas casas. O pai do Sr. Deputado Wilson Fortes abriu uma fazenda em Guairaçá. Foi ele que abriu Guairaçá e trouxe madeira lá da terra dele, Jacarezinho. Trouxe todo palmito para fazer a casa dele em Guairaçá, Foi feita toda de palmito trazido de lá, porque a serraria era sozinha e não vencia. Só tinha uma carreta que puxava e depois ele comprou do Thomas Estrada e de um homem que chegou aqui que se chamava seu Marílio, um espanhol, um pé-de-bode V-8 Ford. Pôs-se também a puxar madeira. Mas a madeira era puxada com um carretão de boi. O tio do Ulisses continuava a cortar as ruas. Aquele poeirão e o povo fazendo casas e batendo dia e noite direto, martelo e sarrilho de poço. Era uma precipitação. Os ônibus vinham cheios e voltavam cheios e com isso sabe, eu sempre me defendia. A pensão melhorou a minha venda eu já me animei mais. Criei mais coragem e fui tocando a vida até a data de hoje conforme vou indo, não é?

Serraria do José Ebiner

A serraria chegou antes de mim porque quando eu cheguei já comprei madeira na serraria do Zé Ebiner. Naquela época existia um pedaço de areião ali na Avenida Paraná, na rua Getúlio Vargas. Esse trecho era todo de areião. Então o Zé Ebiner inventou o calçamento. O calçamento aqui não começou com os nossos prefeitos não. Foi com nós e cascas de madeira. Cascas de peroba nas carretas. Com um monte de cascas de peroba. Jogava nas ruas e já era um calçamento porque já se passava bem um pé-de-bode. Essa serraria ficou aqui muito tempo. Depois, logo em seguida, em 45 ou 46, apareceu o senhor Pombalino, que montou outra serraria lá naquela quadra, onde é o bar Ginásial. Também ajudou. Era pequena que nem a outra, mas já ajudou. Foi tendo mais movimento de madeira. Muitos traziam madeira de fora e os dois homens tirando tabuinhas. Não montou mais nenhuma serraria aqui. Só depois que não era mais a Brasileira, já era Paranavaí. Foram então, montadas outras serrarias. Isto aqui foi muito sacrifício. Nós vivíamos num completo abandono, porque aqui não aparecia autoridade estadual para dar conforto para o povo. Nós nos respeitávamos uns aos outros. Aqueles de mais valor eram as autoridades. Eles ajudavam com a sua

palavra.

O Sargento Marcelino

Aqui só tinha dois soldados. Não tinha nada que fazer, porque aqui não tinha crimes.

Então os soldados plantavam algodão, milho. Os soldados eram trabalhadores. O primeiro sargento que veio para cá foi o sargento Baia. Depois parece que acharam ele meio fraco. Então veio o sargento Marcelino, homem danado de bravo, valente, autoritário. Foi o primeiro delegado daqui. Veio para cá e foi bom porque assim endireitou um pouco a cidade. No albergue em frente a pracinha da Xícara ele fez uma cadeiazinha de caibros de peroba e prendia o bêbado que bebia um pouquinho demais. Tinha os coitados que trabalhavam no mato, no meio daquela mosquitada. No dia que vinham para a cidade traziam um dinheirinho e enchiam a cara. Então o sargento prendia eles lá para melhorar. Mas um certo dia um colocou fogo na cadeia. O sargento Marcelino, muito bravo e nervoso, foi na serraria e arrumou com o Zé Ebiner uma corrente muito grande e fez um argolão de ferro e disse: Agora tem uma cadeia. E falava: Eu quero tocar a corrente no pescoço de nego aí e quero ver. Logo um peão que se chamava Darci tava aqui na cidade e foi bater na casa de uma senhora, que o marido estava trabalhando nas estradinhas. Ele foi lá ver se ela queria lavar umas roupas. Ela deu parte para o sargento Marcelino e o sargento prendeu ele e passou o correntão nele. O correntão estava instalado em cima de uma prancha de peroba. A corrente não era muito pesada e ele segurava braço para não doer o pescoço. Lá ficou o homem. Eu e o Zé do Bar, curiosos, fomos lá ver o Darci. Chegamos lá perto e ficamos olhando com aquele olhão. O sargento Marcelino saiu na porta da cozinha com um prato enorme de comida e disse para o Darci: Daqui a pouco mulher faz o seu prato. Ai olhou e viu nós e disse: Ué, vocês também querem vir na corte? Eu e o Zé do Bar saímos correndo envergonhados com o Sargento Marcelino e falamos para ninguém ir lá que o Marcelino colocava a corrente no pescoço e de fato nós saímos correndo do sargento Marcelino porque o homem não respeitava qualidade de seu fulano, seu cicrano, era danado de bravo. Mas endireitou aqui. Mesmo no caso que teve dos “Capa Preta”.

A Olaria do Sr. Arlindo

Foi montada uma olaria aqui na areia Branca perto da Graciosa. Um tal de Sr. Arlindo, fazia uns tijolos e a gente tinha tijolo para fazer um fogãozinho e alguma coisa. Mas isso foi de 49, 50 para trás porque daí pra frente já teve fatura, já veio tijolo do Galo,

tijolo do Paraíso, e já foi aberta a estrada para Paraíso, que saía lá do DER. Foi o Dr. Beltrão e um japonês gordo que abriu Guaritá, que na época se chamava Derrubada Grande.

O nosso comércio naquele tempo era mandado por Apucarana. O Prefeito de Apucarana fez um Decreto que quem quisesse estabelecer comércio na Brasileira, podia, que ele não cobrava imposto por 10 anos. Eu mesmo nunca paguei imposto, só mesmo depois de 52 é que tivemos de cumprir. Só começamos a pagar imposto quando entrou o Dr. José Vaz. Aí sim o dinheiro do imposto era nosso, pertencia ao nosso município. Então todo mundo pagava os seus impostos.

O Desenvolvimento

Aqui começou a se desenvolver mesmo foi em 1945, 46 e 47. Depois só de 50 para frente, Veio mais gente e mais comércio. Já fizemos a capela. Aí já tinham as festinhas de Igreja. De 47 para 48 foi feito a primeira pavimentação dentro de Paranavaí. Começou ali na Praça dos Pioneiros. Foi o Ulisses quem fez. Ele me pôs no Porto Mirador tirando cascalho e areia para a Prefeitura.

As Ruas da Cidade

Quando eu cheguei aqui já tinham ruas e estradas mas o Ulisses Faria Bandeira já tinha feito o levantamento da cidade e estava cortando as ruas. Já tinha pedaços cortados dessa rua Getúlio Vargas e as travessas também. O mais era só estradinhas. Era um poeirão danado. Só tinha muito cipó e muita raiz de pau e foi arrancando e pondo fogo e aquele areião, para sair de noite tinha que levar um farolete, lampião porque tinha muito gado nas ruas deitado. Quando construiu o primeiro cinema eu me lembro que naquela rua era cheio de vacas deitadas, acostumadas ali e não tinha mangueira nada. O gado fazia as suas sujeiras ali e você estava sujeito a pisar numa. De manhã o gado descia e de noite vinha ali. Aí o povo já foi cercando suas datinhas.

O Primeiro Cemitério

O primeiro cemitério era lá onde é hoje a rua Rio Grande do Norte esquina com a Souza Naves, onde é hoje a Arenito. Ali era o cemitério e dali para frente era tudo mato, uma quiçaça só. Aqui para cima, onde é esse prédio perto do Laurinho, ali era o matadouro de gado. Ali os Palmianos matavam uma vaca por dia. De modo que o cemitério foi ali no Arenito, muito tempo. Ali foi enterrada muita gente importante que eu

me lembro. Muita gente de desastre de pau que caia no mato, porque desastre de carro não tinha aqui na época, porque não tinha carro. Só desastre nas matas que caia pau em cima das pessoas e outras por causa de doença, porque a nossa assistência médica aqui era pouca.

A Farmácia do João Machado

Logo chegou aqui o João Machado da farmácia. Foi o primeiro dos médicos aqui em Paranavaí. Ele era farmacêutico. Ele atendeu muitas vezes. Salvou muitas vidas aqui esse João Batista Machado. Entrou na roda da farmácia também o seu Hermeto que aguentou muito tempo aqui antes de ter os médicos. Eu tive uma maleita de rachar o cano e tinha um médico preto aqui. Eu peguei essa maleita do Rio Ivaí e cheguei aqui em casa, e ele mandou separar todas as tralhas de cozinha, que eu tinha febre Tifo Branca e a coitada da mulher, coitada, separou tudo. Eu fiquei enfezado e o João Machado ele mesmo me falou: tem tifo nada, isso é bexiga branca. E fez dois vidros de um remédio de quinino. Eu tomei sem colher mesmo uns goles e no outro dia já estava tomando cerveja lá no Zé do Bar. O médico dizendo que era tifo, que era isso, aquilo, uns incompetentes eles vinham para cá porque o Estado mandava. Eles queriam pegar uma beira lá e vinham, mas vinham sem competência, sem nada. Depois apareceu uns bons médicos e mais farmacêuticos. Aquele tempo aqui a nossa fé com doença era a Dona Rosa da Farmácia, depois o Sr. Francisco. Antes era o Machado. Era para tudo, doença de criança, dor de barriga e tudo corria ali e tudo se arrumava. Eu mesmo perdi uma criança aqui por falta de recurso. Aqui não tinha recurso e nem remédio naquela época. Precisava buscar nas outras cidades. Depois que vieram as outras farmácia foi melhorando.

Um Lugar Tranquilo

Aqui foi um lugar mandado por Deus, isso aqui foi o lugar mais santo do mundo. Paranavaí nunca teve brigas, aqui nunca teve nada. O povo vinha aqui e não vinha para brigar, vinham do Estado de São Paulo, Minas e de outros estados e vinham para lutar, cada um para sua vida e ninguém aqui andava armado. Se teve brigas aqui foi depois que começou os grilos de terras que foi depois de 52. Ai começou mortes daqui e dali, depois que veio a polícia. No começo não tinha brigas aqui. Não tinha nem cadeia aqui. Precisou arrumar uma corrente para amarrar no pescoço de nego. Mais amarrava aquilo porque fazia alguma besteira ou bebia. Desacatava alguma autoridade. Mais não tinha nada aqui. O Telmo aqui foi uma pessoa muito respeitada por nós fez muita festa na fazenda dele, do Estado, e dava para o povo em geral e todo mundo gostava do

Telmo. O Telmo ia lá e jogava snooker com nós e andava no nosso meio. O Telmo estava quase todo dia aqui. Ele e o João Clariano e outros que moravam na fazenda, porque justamente nesta época que eu vim para cá, lá na sede da Fazenda do Estado, lá já tinha bastante gente. O Sr. José Fermino, o Sr. João Clariano, seu Dada, Lourencinho Barbosa e o Capitão Telmo, que moravam lá. Era um tipo de colônia daquele povo. Os outros foram se esparramando por aqui nesses ranchinhos aqui e outro lá.

Muitas dificuldades

Quem mais abriu estradas aqui foi o Zeca Machado, que era o empreiteiro. Ele tinha o armazém e ele fornecia a cidade. Era só o armazenzinho dele. Tinha o caminhão que era do Estado e trazia as mercadorias de Curitiba. Numa noite que nós estávamos aqui na maior miséria, sem ter nada, 16 dias de chuva. Não chegava ninguém. Quando foi lá pra uma hora da madrugada ouvimos o ronco do caminhão. Todo mundo levantou e acendeu o seu lampião e saiu para a rua. Quando viu chegou o Zeca Machado com repolhos, caixas de tomate e mantimentos. Aí todo mundo comprou e foi pagar tudo aquilo que devia porque todos deviam uns para os outros, não tinha mercadoria e um emprestava açúcar para o outro e o outro café e assim foi. Todo mundo comprou, porque antes, até o Sr. Rodrigo Aires chegou a ir em Marialva buscar uma carroça de mantimentos para nós, porque nós não tínhamos. Ninguém trazia. Chovia demais. Ele foi e levou uns 14 ou 15 dias na viagem mas trouxe para mim e os outros. Nós demos o dinheiro para ele e ele fez as compras e trouxe. Depois o Patriota abriu também um armazenzinho e já foi tendo mais fatura. No tempo da pensão eu só dava carne de anta para o pessoal e era carne de anta que eu matava aqui na Água da Floresta e Tucano. Eu cozinhei muitas paneladas para dar para o pessoal e o mais era carne com jabá e batata e o mundo comia contente e ninguém saía daqui com fome.

Como surgiu o nome de Paranavaí

Paranavaí levou esse nome no dia 16 de junho de 1947, me parece. Nessa época o Comadre Otacílio Egger era o nosso vereador. Ele estava em Mandaguari. Mas ele defendia os nossos direitos e nós fomos fazer uma serenata pra ele. Então foi eu que não tocava nada e o

Ulisses que tocava violão muito mal e cantava muito bem, o seu Hugo Doubeck tocava violino, o Compadre Valdomiro Carvalho, o pandeiro. Fomos fazer uma serenata. Quando foi lá às onze horas nós fomos na casa dele e chegamos lá tocamos

umas valsas das boas. Abriu a janela e saiu o rosto daqueles dois tão simpáticos do Otacílio e Palmira Egger. Aí nós entramos e conversa vai, conversa vem, saiu no meio dos componentes da sala o nome de Paranavaí, que já tinha sido comentado antes. Vamos ver se nós arrumamos um nome para a Brasileira, Então surgiram vários nomes como: Lupion, Cidade dos Três Estados, Fim do Paraná e diversos nomes foram dados e nomes santos como Santa Cecília e nada deu certo, ninguém aceitava. Então um dos componentes da sala quis fazer uma fusão entre o Rio Paraná e o Rio Ivaí e falou vamos por Paranavaí. Ai todo mundo viu que soava muito mal aquele e, parecia que não entrava bem no ouvido. Mas ficou Paranavaí. Na nossa ideia ninguém lembrou de retocar aquele nome. Fizemos um assinado e o compadre Otacílio Egger levou a Mandaguari para o Fulin, o prefeito nosso. Ele encaminhou ao Moisés Lupion. Lá o Moisés Lupion cortou o “l” de Ivaí e Paranavaí, Um dia depois já veio o nome de “Paranavaí. Aí soltamos fogos logo: “E morreu a Brasileira, vamos acabar de matar a Brasileira e acabou”. Era um nome que deixava a gente muito confuso quando saía daqui para fora porque a gente sabia que isso aqui era um lugar pacato e só tinha gente boa e bom para se viver e ora tinham isso aqui como terra de bandido. Ficou Paranavaí e é Paranavaí até hoje.

O avião que desceu no Aeroporto

Aqui veio um avião dos Estados Unidos. Quando o piloto parou e saiu, lá no alto do avião, ele olhou aqui em baixo e perguntou com chamava o lugar aqui. Mas ninguém sabia nem o que é que ele estava falando porque ele era americano e ele resmungou lá qualquer coisa e o povo achou que ele estivesse perguntando o nome da cidade. Alguns gritavam Paranavaí, Os homens olhavam uns para os outros e falavam com aquele sotaque para os outros, Paranavaí. Olhavam no mapa deles e não viam esse nome até que o Dr. Siqueira foi lá e gritou Brasil. Aí eles entenderam. Esse avião vinha dos Estados Unidos e não pode descer em Assunção – Paraguai por causa do temporal. Vinha com 96 passageiros e ficou dando volta. Nosso campo estava pronto mas não estava socado e quando ele relou, tocou no campo, ele afundou as rodas que eram muito grandes e pesadas. Aí ficou preso pelo Estado. Os aviadores telegrafaram para os EUA e os passageiros desceram e foram acomodados. O Fulin mandou que eu hospedasse esse pessoal. Mas o dinheiro deles nada valia para nós aqui e todo mundo comprava para eles aqui um pão, um leite porque eles sentiam dificuldade de não ter dinheiro. O avião era tão grande que no vão de cada banco tinha um berço para as criancinhas dormirem. Foi a primeira vez na minha vida que eu vi um avião daquele tamanho. Eles contavam para a gente que abandonaram aquelas casas cheias de

criação e tudo para fugir para cá.

Isso foi mais ou menos em 1948 para 49. Ficou aqui muitos dias. O Fulim mandou trazer aquele rolete da prefeitura para socar tudo. O povo também todo com soquete. Os empregados do Estado triando para lá e para cá e depois o caminhão do José Francisco levou a bagagem deles no caminhão e os dois ônibus da Garcia levaram os passageiros e o avião decolou com algum pessoal daqui da nossa cidade. O Dr. Siqueira, Ulisses Faria e outros da nossa comunidade naquela época foram com o avião até Mandaguari aonde de lá eles seguiram para Curitiba e seguiram para os Estados Unidos.

As primeiras conduções

A primeira condução já tinha aqui quando eu cheguei que era um fordingo cabeça de cavalo do primeiro mecânico porque aqui não tinha carro, mas tinha mecânico. Ele se chamava Lindolfo Alves e montou uma officininha e um aparelho de solda e montava alguma coisa e soldava algum facão de cortar tabuinhas. Tinha um pé-de-bode. A primeira carroça que tinha aqui que era de quatro burros foi de um homem que o Estado colocou para tomar conta das terras do Estado lá em Guaritá e dar as datas para o povo. Depois veio o Coló. Eram dois irmãos. Dois pretos com uma carroça. O Zé Winche veio também talvez até antes deles com uma carroça. E ficou essas carroças ai e depois o meu primo comprou um pé-de-bode. O Dr. Álvaro Silva que foi o primeiro que visitou Paranavaí com um pé-de-bode que até eu e ele fizemos uma excursão. E na volta eu comprei o pé-de-bode dele. Ele foi embora de ônibus. Ai foi aparecendo carros. Para o Sr. Ulisses Faria Bandeira veio do Estado um jeep inglês para ele. Depois já foi chegando outros e em 47 e 48 já apareceram outros como o Oscarino Carvalho também com um baita pé-de-bode. Todo mundo andava nele porque ele era muito bom. Foram aparecendo conduções. Pode olhar em todas as fotografias que eu tenho que não tem carros. Os carros que aparecem são um ônibus e um caminhão do Paquito que ele trabalhava.

Os primeiros moradores

Os primeiros que chegaram aqui foram o Sr. Sebastião Cândido de Freitas, Valdomiro Carvalho e famílias do tempo da Brasileira, que eram do tempo do Telmo, que moravam lá na Fazenda Brasileira. Era o José Firmino, João Clariano, o “J”, o velho Dadá com a família toda e o Lourencinho Barbosa. Esses moravam lá. Depois tinha mais gente ainda aqui. A família do Zeca Machado, Firmino Machado o compadre

Paraíba Machado, o velho Mugin, João Vieira. Depois foi vindo mais. Eu, o José Francisco, o Moraes morávamos aqui. Era hóspede da minha pensão, o Paulo Tereziano que mora aqui até hoje. O Batista Machado que chegou em 45 mais eu já estava aí com a pensão. A Dona Rosa da Farmácia o compadre Otacílio veio também em 45 que eu me lembro.

O primeiro pioneiro daqui mesmo é o Frutuoso que é do tempo da Brasileira, também os fazendeiros da família dos Rocha, lá da Bahia, desde 1929. Depois da colonização eu acho que os pioneiros são eu e a mãe do Davi da Eclética, a Dona Joana, que é muito antiga, quando eu comprei a pensão ela já estava dentro, e tem mais pioneiros é que a gente não se recorda.

Casos de Onças

Sobre onças e cachorros, eu trouxe muito para cá cachorros porque eu gostava muito de caça: e numa entrevista com um amigo meu que chegou aqui alguns dias depois de mim e disse que quando aqui chegou encontrou muitas onças que tinha lugar na viagem quando ele veio para cá que era preciso os passageiros tocarem as onças do meio da estrada para o ônibus poder passar. Mas eu não vi nenhuma, porque de Londrina para cá eu só vi muita gente trabalhadeira, muitas mulheres cheias de poeira vermelha de tanto abanar café, e vi só evolução e povo trabalhador pela vinda, mesmo no trecho que tinha mata, que era de Maringá até aqui. Tinha um túnel dentro da mata e não tinha uma estradinha nem para um lado e nem para o outro. Vimos na estrada uma anta, um porco e umas duas ou três cascavéis no meio da estrada, a onça não se deixa ver tão fácil assim não. Agora houve muitos casos de onça que foram acontecidos aqui que eu mesmo fui chamado para ir porque eu tinha cachorro que era matador de onças. Mas não matei nenhuma. Eu apenas tinha os cachorros para caçar que eu caçava veado. Aqui na rodoviária eu fui chamado para matar uma que estava lá. O Zé Viana chegou a atirar na frente e matou a onça que eu tenho essa fotografia. Depois eu e o Ulisses tivemos passagens boas nas matas por aí. O Ulisses foi engenheiro. Na época ele abriu a gleba 17 que hoje é a cidade de Erculândia. Lá eu e ele andando, levando os picadeiros de um lado para o outro, num barreiro assim, ele avistou uma onça nadando no rio Ivaí, justamente no final de uma corredeira. Uma água meio forte. Ele disse, Zeca vem correndo e eu pulei no bote e liguei o motor e fomos atrás e chegamos perto e vimos que era uma onça grande. Eu já tinha visto onça. Mas pegar eu nunca tinha visto, o Ulisses fez sinal com a mão para eu tocar para o lado da onça, que ele queria pegar. Eu disse pegar nada, você está louco? Você já viu homem pegar onça? Toca, mandava ele, que eu quero pegar essa onça viva. Não pegou mesmo. Não até que a onça saiu do

outro lado. O Ulisses passou a mão na espingarda e atirou na onça. Errou. A onça sumiu.

Onça aqui nunca pegou ninguém. Só lá em Guarita que aconteceu que a onça atacou um homem. E todo mundo aqui viu quando trouxeram ele. Os cachorros cercaram as onças. Eram três. E uma delas empoleirou na árvore. Ele viu e atirou. Ela caiu e os cachorros fecharam ela. Aí pulou as outras duas em cima dele. Tavam rasgando as costas dele, as nádegas. O cachorro vinha e elas mordiam. Ele jogou a espingarda e tudo. Até que ele acabou deitado e as onças entraram no mato. Depois o Lourencinho trouxe ele na carroça prá cá. Então foi tirado carne de alguns lugares e colocados noutros. Foi levado para Curitiba e depois de uns três meses, apareceu por aqui todo deformado.

Na estrada de Guairaçá um menino matou uma onça. O menino estava na estrada, vinha vindo com uma espingardinha de um cano e um litro de querosene. Viu a onça empoleirada e atirou. Foi um tiro certeiro. A onça caiu morta. Depois teve o Zé Beletam que foi o maior caçador de onça, quando abriram a estrada de Piracema.

A Vida no Início

Aqui na Brasileira nós vivíamos muito isolados. Aqui não tinha ônibus e não vinha ninguém. Era um ônibus por dia e quando chovia passava dez ou quinze dias sem ninguém sair. A gente ficava entre um e outro. Depois apareceu aqui o Senhor Ferreira, um senhor de idade e muito bom, que animou muito o lugar. Promoveu umas lutas livres, foi para Curitiba e trouxe de lá uns lutadores como o Cabeludo, Tarzan, Taturana e outros. Fazia as lutas ali onde hoje é o Gabriel Esperidião, ou seja a Tipografia Santa Helena. De noite todo mundo ia para lá e ficava assistindo as lutas. Depois também inventaram aqui as touradas, ali onde é a rodoviária. O compadre Valdomiro arranjava uns bois mansos. Amarravam eles na virilha e eles ficavam bravos. Pulavam e investiam no meio do povo. Também tinha o Zico Aires e Rossi Aires que eram os famosos em corridas de cavalo. As corridas eram lá onde funcionou a Matarazzo. Todo mundo ia prá lá, porque não tinha outra coisa para se ver. Íamos a pé porque não havia condução.

A gente também saía daqui a cavalo, com latas de querosene para buscar jabuticaba em Sumaré. Era o nosso passatempo. Piscina e clube aqui não tinha. A gente tinha também o rádio. Tinha um senhor que se chamava João Carrari que tinha um rádio. Todas as noites nós íamos na casa dele para ouvir a Rádio Nacional. Ali a gente passava a noite, conversava, ria.

A primeira Igreja

Estávamos completamente isolados. Resolvemos então fazer uma capelinha. Foi feito um leilão. Esse leilão foi o primeiro da igreja católica. Ganhamos a madeira do Zé Ebner. Quem fez a igreja foi o Paulo Tereziano de Barros com o companheiro Nenê. Fizeram aquela capelinha que mal cabia o padre e um ou dois santos. Não tinha nenhum padre aqui. Até que apareceu um. Depois veio o padre Joaquim, que ficou muitos anos e gostava de caçadas e piadas. Depois veio o Frei Ulrico. Fez a primeira crisma em 1951.

Conclusão

Ali na Praça da Xícara tinha uma mata muito grande no tempo da Brasileira. Ali foi construído o Hospital Estadual. Depois o Dr. Messias fez a Praça da Xícara.

Quando eu cheguei aqui montei uma alfaiataria. Em 1948 o João Machado estava fazendo o cinema e me convidou para tocar o cinema em sociedade. Eu fui até Maringá para aprender a passar filmes.

Foi desse jeito no começo.

- 0 -

JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA

José Francisco Siqueira era conhecido por Zé Peão, criador de gado e tocador de roça. Veio para esta região onde hoje se localiza a cidade de Paranavai em 1940, saindo de Bela Vista do Paraíso. Desta localidade foi até Londrina. De Londrina até aqui demorou oito dias. Chegou por volta das nove horas da noite “com os peitos doendo de ajudar a empurrar um carro velho do Garcia pelo picadão”.

Zé Peão disse que Maringá era apenas quatro casas velhas, quando passou por lá. De Maringá até aqui era céu e mato até ao clarão da mata, que era a Fazenda do Estado, a Brasileira. Veio em busca de fortuna. Aqui era tudo ruim e logo quis voltar para Bela Vista do Paraíso ou para Londrina, onde viu que o movimento era grande. Mas depois desistiu. Disse que se acostumou com a Fazenda Brasileira.

“Quando o Interventor Manoel Ribas morreu, então a coisa endireitou” – disse Zé Peão.

A lei aqui era o sargento Marcelino com três soldados. Depois vieram o Fabioca, o Vital. A esposa do Vital era a professora.

José Francisco Siqueira tem três filhos farmacêuticos, um dentista, um advogado e um médico. Mas naquele tempo vivia muito de comprar e vender gado. Disse que sempre se deu bem com o capitão Telmo Ribeiro. Seu primeiro negócio com ele foi a respeito de 30 sacas de arroz e 10 capados. Fiado.

Falaram-lhe que o capitão não pagava ninguém. Mas ele era um homem muito antigo aqui e Zé Peão confiou. Três dias depois o capitão lhe pagou.

Zé Peão informou que no primeiro ano colheu aqui 250 sacas de arroz e formou (em 1940) oito mil pés de café.

“Quando acabava o querosene e não tinha em Mandaguari, a gente ia buscar em Arapongas – conta Zé Peão. O ônibus saía daqui às seis horas da manhã e chegava em Londrina às sete horas da noite”.

Ele disse ainda que “por aqui havia algumas mortes, como aquelas dos dois japoneses e um mineiro. O peão veio lá da região onde hoje se localiza a cidade de Santa Cruz de Monte Castelo buscar o dinheiro que havia prometido àqueles que trabalhavam com ele por lá. Foram os japoneses que mandaram vir aqui buscar o dinheiro e depois disseram que não iam dar. O peão discutiu com eles, puxou a arma e atirou num japonês. O outro se levantou e também recebeu chumbo. O mineiro, que era o motorista deles, tentou acudir e também caiu morto. E houve também a morte de um tal Canário lá onde se localiza hoje a cidade de Amaporã (ex-Jurema). Diziam que foi um fazendeiro de Jacarezinho que mandou matar”.

Zé Peão conta que o “sargento Marcelino era brabo e colocou ordem neste lugar. A cadeia era um pé de palma. O caboclo fazia desordem, o Marcelino pegava cadeado e o prendia à árvore. Ele não dava comida, mas água era pecado não dar. O sujeito ficava ali ao pé do toco uma noite e um dia, às vezes mais. Na hora que soltava, mandava dar um purgantezinho (geralmente um pouco de sementes de mamona amassadas numa caneca d'água) e bater. O Marcelino foi um grande aqui. Deixou nome. Nunca fez burrada”.

NATAL FRANCISCO

Natal Francisco, é o patrono do estádio do Atlético Clube de Paranaíba.
Logo que chegou aqui, resolveu dar o futebol ao lugar. Ele conta

que procurou o Inspetor de Terras, então Hugo Doubeck, para que ele arranjasse um terreno onde pudesse ser feito um campo. O Hugo respondeu-lhe que abrisse uma picada até o lugar onde achasse melhor. Então o engenheiro iria demarcar e entregar-lhe o terreno. Havia uma picada meio abandonada onde hoje é a Avenida Getúlio Vargas, da rua Acre para baixo. Natal Francisco desceu por ali, até o fim da picada. Ali mediu a passos cerca de 200 metros por 280 e exclamou: “É aqui!”

Natal Francisco conta que pegou o rascunho do engenheiro e foi a Curitiba conversar com o governador Moisés Lupion. Chegando lá disse que queria o tal terreno. E mostrou a Lupion o rascunho do campo oficial para o jogo de futebol e de um campo pequeno para a rapaziada e o da piscina e da sede. Fez o requerimento em nome do “Atlético Clube de Paranavaí”. Ao voltar tratou de cercar o campo com balaustres e fazer a sede, que foi desmanchada em 1975. Natal Francisco só não fez o alambrado e as arquibancadas. Essas foram feitas em 1961 pelo então presidente Waldemiro Wagner.

O José Ebiner ajudou muito o Natal Francisco. Ele tinha uma serraria e só cobrou o custo da mão de obra e o preço do custo da madeira. Natal Francisco conta que haviam aqui alguns paraguaios que ajudaram na cata de madeiras que desse para fazer tábuas e balaustres. Quando aparecia por aqui algum caminhão – eram tocados a gasogênio – então eles transportavam as toras para a serraria.

Olha – dizia o Natal Francisco –, eu não posso pagar, mas lhe dou o necessário para o custeio do carro. E todos ajudavam.

Naquele tempo Natal Francisco era sapateiro. E ele conta que certo dia chegou um camarada na sua casa e propôs um negócio. A sapataria era onde hoje se localiza a Casa Buri, na esquina da Avenida Getúlio Vargas com a rua Minas Gerais.

O cara me ofereceu três mil réis em troca do terreno. Mas eu não aceitei – conta Natal Francisco – porque já tinha feito a doação ao povo. Aí ele me disse: “Nunca vi um sujeito bobo igual a você. Você precisa de dinheiro e não aceita uma proposta dessa!”

Natal Francisco respondeu que ganhava para o sustento e sabia que isso aqui ia progredir, ia ser uma grande cidade. O Estádio vai ser uma homenagem para o povo. O sujeito respondeu que iria a Curitiba onde acharia uma pessoa que gostasse de dinheiro e ia tirar metade do terreno.

“Eu tinha um Ford 29 – conta Natal Francisco – meti uma muda de roupa dentro do carrinho e disse pra minha mulher: vou pra Curitiba. Cheguei lá num dia de manhã. Fui ao Palácio do Governo e o guarda que ali estava não me deixou entrar. E eu disse: Está certo, mas diga à empregada do seu patrão que é o Natal Francisco, lá de Paranavaí, que interessa muito falar com ele, urgente”.

O governador Moisés Lupion estava dormindo e levantou-se, de pijama mesmo foi atender o Natal Francisco. “Entramos e tomamos café juntos. Ali mesmo pus as

cartas na mesa”.

No fim da conversa – salienta – o governador disse que eu poderia voltar para casa, e ainda afirmou:

- Você é um sujeito cem por cento. Se alguém tiver a capacidade de chegar aqui em Curitiba e pegar um palmo daquela terra, me traga o nome. Aquela terra é sua, você fez a doação. Pode ir embora sossegado. Depois de amanhã o título da terra vai lá.

- 0 -

OTÁVIO MARQUES DE SIQUEIRA

O Dr. Otávio Marques de Siqueira nasceu em 18 de julho de 1914, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. Passou a residir em Paranavaí a partir de 1949, apesar de que há muitos anos já vinha visitando esta região. Dr. Siqueira esteve em Paranavaí pela primeira vez em 1941, quando foi inaugurada a balsa do Porto São José. Ele veio a Paranavaí por ocasião da inauguração da estrada Paranavaí ao Porto São José. Segundo o Dr. Siqueira, a estrada havia sido feita pelo Cap. Telmo Ribeiro em 1939 e ficou dois anos abandonada. Disse ele: “Era uma estrada reta e muito boa, só que de Paranavaí ao Porto havia muito guaxuma e entupia o carburador do carro várias vezes. Nessa viagem, por exemplo, eles tiveram que colocar dois sacos amarrados na frente do carro para impedir que as sementes da guaxuma entrassem para entupir o radiador”.

Diz o Dr. Siqueira: “Em 41 não havia absolutamente nada por aqui. Onde hoje está a cidade era uma quiçaga e uma capoeira. Só havia uma plantação de café em completo abandono. Havia diversas, casas abandonadas. Umas trinta ou quarenta casas pequenas, casebres, e só dez ou doze casas boas. E, ali na sede da Fazenda do Estado tem ainda hoje aquelas mangas plantadas. Ao redor da praça tinha as casas que pertenciam à diretoria da Brasileira. Eram casas feitas de madeira de loro. Algumas tinham até piano de cauda. Havia a farmácia, casa do médico. Era tudo ali na portaria. Depois tinham as casas importantes que era do pessoal mais importante da fazenda, os da Companhia e que moravam todos ali. Havia uma serraria que ficava ali por perto do cemitério. Depois o pessoal se reuniu para fazer uma serraria sob a direção do Zé Ebiner. Em função disso o Zé Ebiner deu madeira para construir o Hospital, fazer o Grupo e, se não me engano, para construir o Hotel. Ele ganhou as madeiras das

serrarias que haviam antes, que eram duas”.

Continua o Dr. Siqueira: “Quando vim para cá pela primeira vez devia ter 27 ou 28 anos de idade. Quando vim definitivamente devia ter uns 35 anos. Quando vim para cá eu exercia o cargo de diretor da Santa Casa de Londrina, então, o major Fernando Flores me convidou para transferir residência para cá. Foi em 45 quando começaram a construir, fizeram a Inspetoria e o Hotel além de diversas outras casinhas pelo centro”.

“Em 49 foi o estouro do desenvolvimento porque todo mundo se entusiasmou com o lugar. Foi o preparo das terras que estavam sendo abertas. Lupion abriu e deixou uma pessoa vendendo terras, fazendo o que bem entendia para entrar gente com dinheiro aqui. Em 1950 começou uma abertura violenta, foram se construindo casas e abrindo fazendas. Foi um ano de muito desenvolvimento. Batia o martelo dia e noite sem parar”.

Continua o Dr. Siqueira: “Quando eu vim para Paranavaí eu era mais ou menos supervisor de um plano, só que não interferia em nada e sobre ninguém. Só discutia os pontos centrais. O meu objetivo era fazer com que as famílias se fixassem aqui ao invés de em Alto Paraná. Depois que mudei para cá não saí mais, a não ser por algum tempo, que passei em Curitiba, porque os meus filhos foram para a faculdade. Quando vim para cá, vim com carro próprio. Quando cheguei aqui já havia o patrimônio e se não me engano, quem abriu foi o tio do Ulisses. O Dr. Faria Bandeira era tio do Ulisses e morava em Londrina. Eu estava na Inspetoria em Londrina quando apresentaram para ele um mapa de Paranavaí. O mapa era retangular. Ele olhou assim com o jeitão dele e falou: “Isto está muito monótono. “Então ele traçou duas diagonais no mapa e saiu essas duas avenidas e aí ele acabou com o trânsito de Paranavaí”.

“O centro da cidade sempre foi no Bar Líder entre a esquina do Banespa até o Banco Bradesco. Ali era o centro de Paranavaí. Os principais comerciantes na época, que eu me lembro, eram o Severino Colombeli, o velho Fáber, o Luiz Ambrósio e tinha o Francisco, irmão do Natal Francisco. Esses quatro eram os principais”.

No início de Paranavaí não havia muita briga, disse o Dr. Siqueira, “mas depois, com as concessões de terras, houve muitas mortes. Havia uma quantidade enorme de terras e praticamente essas terras eram tomadas na marra. Eu não me preocupei e nunca me meti nisso”.

Com referência ao Capitão Telmo, assim se expressou o Dr. Siqueira: “O Telmo ajudou Paranavaí e também usufruiu dela. Ele não permitia que alguém na política se lançasse contra ele, mas, no fundo, era uma pessoa boa, embora fosse violento quando o tratavam com violência”.

Segundo o Dr. Siqueira, a época que a cidade mais desenvolveu-se foi entre 50 e 51, depois em 53 e daí em diante não parou mais. Quando eu cheguei aqui, continua,

disse que as terras iriam valer pelo menos 100 vezes mais do que valiam naquela época. Falaram que era utopia”.

Quando o Dr. Siqueira chegou aqui, segundo ele, era um tapete de mata. Uma vez pegaram uma jaguatirica nas proximidades do local onde hoje se encontra a Casa das Noivas.

- 0 -

PALMIRA GONÇALVES EGGER

No dia 10 de julho de 1984, entrevistamos a Sra. Palmira Gonçalves Egger. Nascida em 29 de abril de 1911, na Cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro, veio para Paranavaí em 10 de março de 1945. Veio de caminhão. Ela, seu marido, dois filhos e uma empregada. Segundo ela, o local era horrível. Só tinha gente atrasada e necessitada. Não existia carne, pão, leite. Palmira jamais esperava que Paranavaí chegasse a ser o que é hoje.

Quando aqui chegaram, abriram uma casa de comércio – secos e molhados. Além da casa que moravam havia a Casa do Faber, do Machado, do Patriota e mais algumas casinhas.

Delata ela sobre a sua vida nessa época: “No começo, os primeiros meses foram de alegria e eu achei que a gente ia vencer, mas logo depois começou a política e eu me desgostei muito. Tive muita tristeza e até medo”.

Continua: “Quando aqui chegamos só encontramos ranchos cobertos de tabuinhas. Devia ter umas vinte casas mais ou menos. Nós nos instalamos aqui com aproximadamente cem mil contos de réis em mercadoria. Adquirimos terra, compramos em Paraíso uma área de 96 alqueires e abrimos uma fazendinha”.

Conforme diz, a Fazenda Brasileira não tinha boa fama. “Os que estiveram aqui antes da gente fizeram muitos absurdos. Quando chegamos as ruas já eram todas traçadas. O centro da cidade era ali onde hoje está o Banespa e o Banestado”.

“O comércio mais importante na época era o nosso, o do Machado, o do Patriota e o do Faber”.

“Havia muita briga e morte. Havia também perseguição. Eu cheguei a ver em frente a minha casa a morte do sogro do Mauro Valério. Bem ali onde hoje é a Caixa Econômica”.

“O Capitão Telmo perseguiu muita gente e fez muitas coisas que não era pra fazer”. D. Palmira lembra então o caso do Alcides De Sordi, em que homens armados andavam na cidade durante uns vinte dias. Isto assombrou muito a cidade.

Segundo ela, houve época em que aqui chegou muita gente. Depois parou e

todos tinham vontade de ir embora, porque faltavam condições para viver no lugar. Foi apenas uma temporada.

As principais autoridades naquela época eram o Sargento Marcelino, Otacílio Egger, marido de Palmira (que era político e foi o primeiro vereador). Outra pessoa que se destacava bastante era o Hugo Doubeck, que tomava conta das terras e que era o administrador do Estado.

D. Palmira diz que ficaram sabendo da existência de Paranavaí através do Sr. Rodrigo Ayres.

A única diversão que havia era onde ficava a Rádio Cultura (Rua Getúlio Vargas, esq. com Minas Gerais), pois havia um Clube de Baile e lá se faziam as brincadeiras.

Segundo ela, todo mundo se dava bem no lugarejo. Havia algumas discussões, mas no fim tudo ficava bem.

“Quando alguém ficava doente era um horror. Não havia farmácia e os remédios a gente mesmo preparava”, diz ela. Tinha que correr para não morrer. Ônibus só duas vezes por semana. Tinha um padre que também socorria as pessoas com seu carro.

Sobre seu marido, Otacílio Egger, ela relata: “O meu marido fez muito para esta cidade. Quando aqui era nada ficava ele e o Paulo Tereziano até alta madrugada fazendo abaixo-assinados para mandar para Curitiba pedindo que viessem até Paranavaí para abrir estradas e fazer pontes. Lutou muito mas não foi reconhecido. Eu acho, diz ela, que nem o nome dele foi dado para uma rua daqui. Nunca ouvi falar. Ele foi vereador e a Câmara era em Mandaguari. Duas vezes por semana seguia para lá e eu ficava sozinha tomando conta de dois filhos. Não era fácil para mim enfrentar aquelas pessoas mal-encaradas, todo dia tinha gente procurando meu marido e pedindo alguma coisa: para legalizar terras, chácaras, estradas, lotes, pontes, etc.”

Continua D. Palmira: teve aqui os capas pretas e foram eles que quiseram tirar o Hugo Doubeck de administrador daqui. Eles queriam o Alcides De Sordi. Eles ficaram sondando as casas para ver quem era contra e quem era a favor. Ficavam sondando a casa da gente aí fora.

E a cidade não tinha luz. Era tudo escuro. Parecia um cemitério. A cidade só melhorou em 56, encerrou D. Palmira.

PAULO TEREZIANO DE BARROS

Nascido em Matinhos, Estado de São Paulo, em 20 de setembro de 1916, Paulo Tereziano de Barros veio para Londrina em 1942 e em 44 para Paranavaí. Paranavaí era então uma colônia. A única casa coberta de telhas era a da administração do Estado. Quando chegou, foi cuidar das terras que adquirira junto com seus irmãos.

A vida no começo foi dura. Trabalhava como carpinteiro. Consertava arma de fogo também. As ruas não tinham nome e só depois que Paranavaí passou a ser distrito é que começaram a se interessar pelos nomes das ruas.

Junto com Otacilio Egger, fez um trabalho para transformar Paranavaí em distrito. Paranavaí pertencia a Mandaguari nessa época. O Abílio tinha um bar e seu pai teve a primeira pensão aqui. Depois veio a do Zequinha. Na época aqui se plantava milho, engordava muito porco. Pioneiros daqui, diz o entrevistado, são o Tomaz Estrada, o Gabi e outros que agora eu não recordo.

Paulo Tereziano de Barros veio para Paranavaí de ônibus. “A gente saía de Londrina de manhã e chegava aqui às nove horas da noite. Tinha que atravessar um barro preto lá perto de Mandaguari e o areião de Maringá para cá”.

Para se casar, Paulo Tereziano foi até Mandaguari, porque em Paranavaí não havia cartório.

Diz ele: “Fiquei sabendo que tinha um cartório aqui no tempo da Brasileira, que foi transferido para Rolândia, onde estavam registrados todos os atos de casamento, morte e tudo sobre o lugar”.

Continua: “A única coisa diferente que aconteceu aqui foi um avião de quatro motores que trazia gente lá da Europa que pousou no aeroporto. Eles iam trabalhar no Paraguai e o mal tempo não deixou eles pousarem nos outros aeroportos. Desceram em Paranavaí. Foi bem difícil aterrissagem e o mais difícil foi levantar voo. Quem tomou conta da segurança do avião foi o Dr. Siqueira e o José Pedro Rodrigues, cartorário que tinha aqui. Foram e tomaram conta do assunto e o piloto americano ficou bravo, quis ficar valente. O avião era grande que eu andava embaixo da fuselagem, em pé, sem encostar nele. Era para oitenta pessoas, mas chegou aqui com cinquenta e seis pessoas”.

“Quem primeiro chegou aqui foi o Capitão Telmo, quando veio abrir a estrada de Rolândia até o Porto. O capitão trazia o pessoal que ele achava que podia trabalhar no mato”.

“Nós tivemos aqui um impedimento devido ter surgido aqui a marcha do café, para reivindicar melhores condições para a cafeicultura lá fora. Aí o Dr. Sinval Reis tomou uma posição importante de fazer valer o direito. Então a marcha do café pode

sair daqui sem o menor prejuízo”.

“Um dia eu estava viajando a noite e parei num rancho de um velho. Tinha lá um moço trabalhando e abrindo terras. Quando eu cheguei eles estavam com as portas fechadas por dentro. Perguntei do que é que eles estavam com medo, então eles abriram a porta e me mostraram uma enorme porca que a onça tinha dado uma bocada na nuca dela e arrancou um cinco quilos de carne só na bocada. Eu senti o cheiro da onça no caminho, mas não estava preocupado não”.

“O irmão do Pedro Palmiano foi ver uma porcada dele e a onça estava comendo um porco. Ele de tanta raiva acabou atravessando a onça de foice e facão e acabou matando a onça. Depois trouxe para a cidade em cima de um cavalo”.

“Teve um caso de que a onça atacou uma mulher na beira da água, mas não sei como terminou”,

“A Santa Casa daqui quem ajudou a construir foi o Dr. Sinval Reis. Paulo Pimentel foi que trouxe o asfalto até aqui”.

“Quando eu cheguei aqui já tinha os colonos catarinenses no distrito de Graciosa. Era um lugar pequeno”.

“Aqui tinha o Sargento Marcelino, uma figura importante, mas esquisita. O Dr. Sinval Reis foi a pessoa mais correta que eu encontrei. Podia chegar para ele e falar mal dele na frente dele que ele ouvia tudo com calma, paciência, observava tudo e procurava uma solução para as dificuldades”.

- 0 -

RAIMUNDO LEITE

Raimundo Leite (Doca), nasceu em 08 de agosto de 1913, na cidade de Jardim, Estado do Ceará. Veio para São Paulo em 1932 e para Paranavaí no dia 22 de outubro de 1945. Veio para cá de caminhão, com sua família. Tinha aproximadamente 32 anos de idade. Aqui montou uma pensão. No começo não tinha nenhum movimento. Depois de um mês, mais ou menos, é que o movimento começou.

Diz ele que aqui só teve alegrias. Nunca teve qualquer enguiço, nunca brigou com ninguém. Todos eram seus amigos. Rodrigo Ayres, José Aires, Zé Palhaço, os Felipe e todo o povo.

Quando aqui chegou, eram poucas casas. Umas trinta, mais ou menos. Essas casas eram feitas de tabuinhas. Casas comerciais só tinham duas, uma do Carlos Faber e outra do Thomas Estrada. Os outros só tinham um comecinho – o Pernambuco,

o Vicentinho.

Os mais antigos moradores daquela época eram o finado Pedro Careca, João Preto, João da Silva, Thomasinho, Thomas Estrada, Zé do Bar, depois veio o Severino Colombeli.

Raimundo Leite veio para cá para tocar uma pensão. Diz ele que teve bons hotéis aqui. Tomou conhecimento da existência de Paranaíba lá em Presidente Prudente, através de um baiano chamado Olímpio, que falou para que viesse para cá que era um lugar bom. Vieram por uma picada. Durou quatro dias para chegar aqui.

Vieram ele, sua esposa e o motorista Nelé Chinelo.

As ruas aqui eram todas traçadas. Só não era no Jardim São Jorge e da Praça dos Pioneiros para frente. Eram só chácaras. O Morumbi era só mato, tinha uma serraria ali onde é o Posto São José. Esta serraria era do Pombalino e do italiano Vitória,

O centro comercial ficava onde hoje é o Banco do Brasil. Era a casa do Carlos Faber. Ali perto do Cartório Tomazzoni era a casa do Thomas Estrada.

Brigas, tiroteios e até mortes sempre havia. Prisão veio depois de 1951. Em 49 brigavam por causa de terras.

O Capitão Telmo para mim não foi uma boa pessoa porque ele só andava com um revólver de um lado e outro do outro lado, com uns dez capangas e insultando todo mundo aqui na cidade. Ele tinha os amigos dele. Ele me desacatou dentro da minha casa. E eu não morri porque não corri. E ele tinha razão. O Raimundo Arruda e o Zé Andrade insultaram ele no Bar do Zé e foram para minha casa. Ele foi lá e o pau cedo quebrou. Teve gente que apanhou e correu. Eu não tinha nada com o peixe. E daí o Frutuoso me levou o revólver na casa por causa da minha amizade com o Sargento Bahia. Aí chegou um pessoal e pediu para ele não fazer nada e eles saram.

As autoridades aqui naquela época eram o Chico Gomes, o Mané Paulino, Natal Francisco, o Vuaba. Era tudo gente calma. Tinha também o Marcelino que ficou pouco tempo aqui.

O Gustavo Marques procurava fazer a abertura das matas. Lázaro Vieira, Antonio Foicim, Diamante, o Pedro Barizon também trabalharam muito.

Diversão aqui no começo não tinha. Depois veio um cinema onde hoje é o Wiegando. Eu que fundei esse cinema. Eu e o Zé Palhaço. O Palhacinho bebia muito e eu não sei como acabamos com o negócio. Depois o Mané Paulino fundou aquele cinema.

Aqui tinha muita gente boa. Eu era amigo dos próprios jagunços. A gente procurava sempre amizade. Íamos tocar sanfona por esses botecos, diz ele.

Chegou dia de vir ônibus vazio para cá. Em 1951 é que a coisa estourou. Os ônibus chegavam cheios.

Não se plantava muito aqui. A maioria eram porcos, jogaram muito feijão ali no buracão porque não tinha estrada.

Tinha uma estrada que vinha de Londrina e ia até o Porto São José. Não tinha estrada para São João do Caiuá, Cianorte, Jurema.

Saião, o turco, trouxe muito movimento para cá. Era amigo do Esperidião. Esse pessoal que chegou veio para fazer derrubadas. Foram plantando café.

Raimundo Leite desde que aqui chegou sempre trabalhou com o ramo de pensão. Quando aqui chegou o movimento era fraco.

Aqui tinha muita onça mas o finado Balantam andou acabando com elas, diz ele. Antes dele tinha um tal de Arlindo Baiano que também matava as onças. Toda semana ele matava uma ou duas. Teve dia dele chegar aqui com a onça debruçada no arreio do cavalo, com o focinho no chão e os quartos do outro lado também no chão, de tão grande que era a onça.

Continua: Ali onde é a praça da Xícara tinha um barracão onde colocavam o pessoal que vinha para cá e não tinha onde ficar. A família do Zeca Machado é que tomava conta.

As datas requeridas aqui naquele tempo custavam 100 mil réis. As casas construídas eram feitas de tabuinhas e depois foi progredindo.

- 0 -

SALATIEL LOUREIRO

Salatiel Loureiro nasceu em 09 de agosto de 1912, na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

Foi por acaso que ele ficou sabendo da existência de Paranavaí. Veio a Mandaguari e lá se encontrou com algumas pessoas que já tinham vindo a Paranavaí anteriormente, como Hugo Doubeck e mais alguns carpinteiros que vieram fazer a inspetoria de terras. Então ele aproveitou e veio com eles à localidade. Diz ele: “Então eu gostei do sertão e logo voltei e procurei vender as coisas que eu tinha e vim para cá. Em 15 de agosto de 1944 eu cheguei aqui. Naquele tempo não era Paranavaí, era Brasileira. Então eu construí o terceiro rancho, porque aqui só havia mais dois e passei então a morar aqui”. Requereu umas terras e passou a trabalhar. Negociei diversas, diz ele.

“Quando eu cheguei aqui a única casa que tinha era a do Arthur de Mello. Consegui algumas tábuas do tempo da Brasileira para construir meu rancho”. “Naquela época só tinha um picadão muito precário até Mandaguari. Até aqui se gastava um dia

inteiro. De forma que quando chegamos aqui só tinha mato e mais nada. A condução que me trouxe para cá foi um caminhão, junto veio o João da Silva. Aqui era um lugar lindo porque era tudo mata e não existia nada. Tinha muito mosquito. Mais tarde veio uma epidemia que afetou muita gente, que era de feridas e depois foi se acabando aos poucos, desapareceu e não ficou mais nada”.

“Logo que cheguei aqui fui abrir as minhas terras, requeridas do Estado. Formei tudo e fiz a minha casa. Veio a dificuldade de vender o milho, aqui não tinha para quem vender. Aí eu perdi muito milho. Fui em Campo Mourão e adquiri porcos e tive que vir tocando eles pela estrada porque não tinha condução. Aqui essa porcada aumentou bastante. Por volta de 47 ou 48 deu uma peste suína e acabou com a minha porcada e aí eu fiquei a zero. Só fiquei com os terrenos que requeri do Estado. Fui a São Paulo e trouxe vacas. Depois comprei uma propriedade e plantei café, 80.000 pés de café. Enfrentei três geadas duras, principalmente as de 53 e 55. Mais tarde eu montei uma serraria e assim fui tocando a vida”.

“A primeira serraria que eu montei ficava na água São Pedro. Depois assentei outra perto de Cascavel. Tive alguns prejuízos devido ao mal tempo, mas sempre tive muita amizade e sempre tive crédito. Não posso me queixar de nada daqui”.

“No começo só havia pessoas estranhas aqui. Mas todo mundo queria viver, queria lutar, progredir e não foi difícil”.

“As casas que tinham aqui eram de tábuas velhas, que eram da antiga Fazenda Brasileira. Eram cobertas de zinco e quando não davam cobriam de tabuinhas que tiravam no mato. Mesmo a minha casa foi coberta de tabuinhas que eram cedros, aqui da região”.

“Quando eu cheguei aqui não tinha nenhuma rua. Então foi feito um levantamento e para isso foi designado o Ulisses Faria Bandeira, que naquele tempo administrava muito bem. Quem cortou as datas aqui foi ele. O centro do lugar era onde é o Banespa e Banestado. Aqui não existia comércio e o primeiro que veio foi o Zeca Machado. Ele trouxe alguma mercadoria e serviu o povo. Em seguida veio o Patriota, Lindolfo e Carlos Faber. Esses foram os primeiros”.

Segundo Salatiel Loureiro no início não havia muitas brigas por aqui, só mais tarde é que aconteceram, por questão de terras. Conforme Salatiel Loureiro houve até a morte de um rapaz por causa de política.

Quanto ao Capitão Telmo, segundo ele, foi um homem que muito lutou. “Eu pedi para ele requerer o meu título de terras e ele não me cobrou nada. Ele foi até Curitiba e me fez esse favor. Ele vivia lá na Fazenda. Aqui todo mundo respeitava ele”.

“Outra autoridade que tinha aqui era o delegado José Francisco. Tinha também o sargento Marcelino. A cidade não tinha má fama. O povo falava que tinha muita morte

mas era conversa fiada. Todos os dias chegava muita gente. Foi quase uma corrida de ouro. Até hoje não tenho nada para queixar”.

“Aqui houve algumas coisinhas, mas que a gente não leva em consideração. Coisas que passam e a gente não grava. Foi como o caso do começo da igreja aqui. Foi uma história que aconteceu. Foi quando apareceu aqui esse padre João Guerra e chegou aqui interessado em abrir uma chácara e ele disse que tinha que montar uma igreja e aí já estava começando a vir gente para cá. Vamos e aí limpamos o lugar para darmos início e rezar uma missa. Eu o João da Silva, o José Vicente da Costa e o Joaquim Machado e mais aqueles dois que eu falei que vieram comigo que eram o Zé Bicudo e o outro. Aí fomos lá então roçamos e fizemos ali onde está hoje o Salão e lavramos um pau. Isso era num sábado e quando foi no domingo já rezou a missa e tinha lá umas sete ou oito pessoas e então esse foi o começo da igreja de Paranaíba. Mais tarde esse padre começou a querer a fazer uma igreja. E ele fez uma igrejazinha. Então ele pediu para o Hugo Doubeck, que era inspetor de terra da colônia, que cobrasse uma rendazinha dos negócios de terras aqui realizados e que daria para fazer a igreja. Aí então começou a cobrar. Mas o Hugo Doubeck era de outra religião, parece que era crente e em seguida ele descombinou e achou que não devia cobrar do povo isso aí e houve até desentendimento com o padre e o Hugo. Foi a causa deles quererem tirar o padre daqui. Então o Capitão Telmo entrou no meio e apaziguou aquilo e ficou tudo muito bem. Depois tiraram o padre daqui e o Hugo também foi substituído pelo João Carrari e foi onde veio surgir essas outras encrências mais tarde. Depois o Hugo voltou e mais tarde vieram aquelas perseguições ao Telmo. Andavam fazendo tocaia para ver se matavam ele. Então alguém teve bom senso e avisou ele para não vir à cidade. Depois que passou essa febre toda, depois que tudo estava calmo ele foi chamar esse rapaz e que depois acabou sendo assassinado lá dentro da Delegacia, que ninguém sabe como é que foi. Quando foi em 1950 começou aqui o plantio de café. Veio gente de todo os lados. E foi de 50 para cá que desenvolveu aqui”.

“Naquele tempo ali no Porto São José não existia nada, só o nome. Ali era unicamente lugar de travessia de gado e esse picadão foi feito para o trânsito de gado que vinha de Mato Grosso para ir para Apucarana, Londrina, Ponta Grossa. Passavam por aqui por baixo na Boiadeira e saiam em Jaguapitã e Sertanópolis e depois Londrina”.

“Um dos primeiros fundadores de ônibus aqui dentro de Paranaíba foi um tal de Manezinho, e esse coitado acabou em nada e os ônibus dele não aguentavam fazer daqui até o Porto São José. Hoje parece que ele está em Cruzeiro do Oeste e me parece que melhorou de situação”.

SEVERINO COLOMBELLI

No dia 24 de agosto de 1984 entrevistamos o Sr. Severino Colombelli, nascido em 4 de setembro de 1915, em São Sebastião do Caí, Alto Feliz, no Estado do Rio Grande do Sul. Veio para Paranavaí em 11 de junho de 1946, sozinho.

Quando chegou aqui, havia pouca gente e tudo era desanimado. Veio para comerciar.

Quando chegou, conheceu o Thomaz Estrada, o Tereziano, o Dr. José Francisco, o Doca, o Renã, o Celeste. Casas cobertas de telha eram sete. Tinha uns 500 ranchos.

Quando estava no Rio Grande do Sul, ficou sabendo que as terras de São Paulo eram boas para criar gado. Veio pela estrada de ferro. Então apareceu uma pessoa e disse que Paranavaí era muito bom para isso. Então eu vim para cá, diz ele. “Todos que vão para o sertão tem vontade de vencer na vida. No fim eu estava com vontade de voltar, mas ninguém queria comprar o que eu tinha”.

“Foi proseando no trem que fiquei sabendo de Paranavaí”, repete ele.

Veio para Paranavaí com a mulher e o filho, três ao todo. Na cidade estava tudo traçado.

Casa de comércio tinha a do Otacílio Egger, do Pupulin, do Faber, do Marsal, do Tirapeli, Thomaz Estrada e do Vicente Pernambuco. Na Rua Getúlio Vargas, defronte o Hotel Elite ficavam as principais casas de comércio.

“Até 1950 tudo era pacato. De 50 a 53 foram anos de muitas brigas na cidade. Uma vez no Hotel Real mataram três de uma vez só. O capitão Telmo Ribeiro era uma pessoa muito boa e tinha o coração mole. Autoridade aqui tinha o Sgto. Marcelino, o Inspetor de terras Hugo Doubeck”.

“Era um pessoal bom aqui. O que mais vinha para cá era trabalhador braçal nordestino.

Os que mais se desenvolveram foram os paulistas. Já se plantava algodão, arroz, feijão, criavam porcos. O café mais velho era o do Pomin. Tivemos um padre muito bom. O Ulisses Faria Bandeira também um homem quieto, mas muito servidor”.

“Quando cheguei aqui tive uma impressão feia. Olhava e só via mata. Mas uma terra boa tinha que ser um dia um lugar bom”.

“Aqui no quatorze tinha um tal de Montóia. No vinte e dois tinha um tal de Jota. Tinha o João de Moraes prá cá de Guairaçá. O Biomiro, o Palmiano, a família Pereira Diniz, o Zé Pretinho, Emílio Dias no 64, Henrique Palma na areia Branca, e dos lados não tinha morador nenhum, só sertão”.

Fala D. Inês, esposa do entrevistado: “Quando nós começamos, ele fazia muitas viagens para São Paulo para fazer compras. Eu ficava lá com um funcionário. Depois foi

umentando e chegou a onze. A gente vendia muito. Eu tinha muitos fregueses que derrubavam mata. E tinha freguês como esse que morreu que era o Baiano. Era ali da rodoviária. Este era um homem bom e fazia uma lista de pedido, pagava e não pechinchava. Era uma beleza. E nós trabalhamos. E não tinha hora de fechar a loja. Às vezes o cliente vinha da procissão que passava lá pelas oito horas e até mais tarde. Era o tempo do Frei Ulrico, que veio em 51. Ai os fregueses me procuravam porque precisavam de coisas como cobertores, pregos e outras coisas para ir para o mato. E o Garbin Neves, também pioneiro, que veio de Mandaguari, e chegavam de madrugada pedindo cobertores para irem para o mato. Nós ajudamos abrir todas essas fazendas. Tinha gente que vinha fazer compras aqui e andava quase a noite inteira. Depois levavam as coisas nas costas. Tinha uma jardineira que era do Manoelzinho. Chegava às 1 horas e ia embora às 2 horas. Quando chegava a jardineira as mulheres e crianças corri para ver se chegavam notícias. O correio era lá na Avenida Paraná. Tinha alguns que voltavam chorando dizendo que os parentes tinham se esquecido deles”.

Seu Severino: “O pessoal sempre meteu o pau no Remo Massi. Mas não é o que o pessoal fala. Ele não era mal. Fez muito por Paranavaí. Ele foi um dos pioneiros daqui”.

D. Inês: “Deixa eu te dizer de um freguês que eu tinha aqui. Era o Candinho Fortes, que é pai do Wilson Fortes. Esse eu digo que era um homem bom, que sofreu com aquele caminhão de gasogênio para abrir a fazenda de Guairaçá. O Dr. Délio Timuna da Fazenda Araruba e a esposa dele que hoje está no Rio de Janeiro. Eles vieram abrir a Fazenda Araruba. O Gabriel Esperidião que também é falecido e o Bergamini. Eu tenho que agradecer a Deus porque Paranavaí foi muito bom”.

Continua D. Inês: “O campo de aviação era ali em cima. Eu ficava sozinha com o filho e ele viajava para São Paulo. Aconteceu que uma vez ele foi para São Paulo, mas não embarcou no avião. O avião caiu e morreram todos. Só salvou uma criança. Uma vez um avião que veio de Cafelândia, Estado de São Paulo, caiu aqui perto do Rio Ivaí e os dois filhos do fazendeiro ficaram perdidos no mato uns 17 dias. Eu mesma pedi e rezei para eles. Mas conseguiram salvar os dois”.

Receita o Sr. Severino: “Se a pessoa quer ser bem um dia nunca seja contra as autoridades, não fala da vida de ninguém, coopere com o povo, não fique contra a igreja, não fale nunca contra a religião. Assim não prejudica a si e sempre ajuda o povo”.

D. Inês: “Tinha o Gentini alfaiate. O irmão dele tinha um táxi. Eles eram em três irmãos alfaiates. Eles iam tomar refeição na casa do Herculano e deixavam tudo aberto e ninguém mexia na alfaiataria. As pessoas deixavam as casas abertas e eram de confiança”.

S. Severino: “Mas sabe porque não faltava uma agulha? Porque o Sargento

Marcelino só faltava matar. Fazia de tudo contra os malfeitores. Então aqui não tinha ladrão. Se Paranavaí ainda tivesse um Sargento Marcelino seria a melhor cidade do Brasil. Era enérgico”.

D. Inês: “O primeiro cinema era do Manoel Paulino e do falecido Lorenzetti, pai do Rogério. Eles puseram o cinema ali onde é o Wiegando. Na noite que iam inaugurar, não sei porque não inauguraram. Até pousava um mendigo lá dentro. Uma noite de repente caiu tudo e não aproveitaram nem uma telha. Foi um milagre porque o mendigo tinha saído. Para ele levantar esse cinema nós tivemos que vender até prego fiado para ele”.

“Tinha a D. Dica que hospedava todos aqueles que chegavam do mato”.

S. Severino: “O pessoal fala muito da D. Dica. Ela foi uma mulher que cooperou muito aqui. Era agiota. Se precisasse de dinheiro ela tinha e Banco não tinha nada. Eu acho que ela fez muito por Paranavaí. Era uma mulher muito simples e segura”. “Todos os médicos eram bons. O primeiro foi o Dr. Siqueira, depois o Dr. Alcione. O Dr. José veio depois. O primeiro Subprefeito era o Patriota”.

“Aqui tinha muito mosquito e aí dava doença nos animais. Tinha muita onça por aí”.

- 0 -

THOMAZ ESTRADA

No dia 27 de junho de 1984, estivemos com o Sr. Thomaz Estrada. Nascido em 02 de julho de 1901, na Espanha. Veio para Paranavaí em 1942. Veio para conhecer. Em 1943 mudou-se definitivamente.

Segundo ele, naquela época tudo era sertão. Veados andavam pelas ruas. Tinha ele um armazém de secos e molhados. Tinha uma fazenda, que depois vendeu.

Segundo ele, Paranavaí só se desenvolveu a partir de 1950. Foi o tio do Ulisses quem falou de Paranavaí para ele. Diz o entrevistado: “Foi o tio do Ulisses porque ele tomava conta daqui”.

A principal rua era a Avenida Paraná. Havia o comércio do João Machado, do Carlos Faber, que vendia roupas. Chegou a Casa Estrela, depois de 1950.

Houve muitas brigas e muitas mortes em Paranavaí, diz Thomaz Estrada. Para ele, Telmo Ribeiro foi uma pessoa muito importante. O Capitão Telmo tinha uma invernada no Jardim São Jorge. Tinha uns peões que ele trazia do Mato Grosso.

“A fama da Brasileira não era boa. O povo aqui no começo não prestava. Tinha muitos enguiços. Eu vim para cá para abrir terras. Mas acabei colocando um armazém,

para sustentar a família. O capital que eu tinha não dava. Uma data custava 100 mil réis. O alqueire também era 100 mil réis”.

“Até Paranavaí vinha uma jardineira por semana. Depois passou a vir de três em três dias. Quando aparecia a jardineira o povo se juntava na Avenida para ver se tinha alguma notícia de parente”.

“Os motores que produziam eletricidade aqui eram meus. Eu que dava luz para médico e dentistas. Eu iluminei o Banco Noroeste. O meu posto ficava ali onde é a HM. Até ali eu iluminei a Avenida. Esse motor ficava no posto”.

“Não tinha nenhuma estrada. Só a do Posto São José, mas era ruim. A estrada até Maringá foi aberta pelo Capitão Telmo”.

“Quem parou mais aqui foi o Sgto. Marcelino. Fui eu quem foi buscar a mudança dele em Araçongas. Ele me comprava fumo para bater em gente. Tinha um preto aí que era metido a macumbeiro. Ele botou as unhas no negro e veio aqui em casa e comprou um metro de fumo. Eu perguntei prá ele para que aquilo e ele disse: É para bater num nego sem vergonha e macumbeiro. E bateu mesmo. Autoridade aqui era só o Marcelino”.

“Ali onde eu morava, no quarteirão da Transparaná, na rua de cima, foi o primeiro cinema de Paranavaí. Ali num só dia mataram dois”.

“Tinha muitos bailes aqui naquela época. Tinha também os Capa-Preta que queriam matar o Telmo Ribeiro. Mas não fizeram nada”.

D. Ana Maria Estrada: “Um dia na nossa loja um tal de Zé Capataz e um tal de Zé Tabuinha começaram a beber. Eles puseram a faca e o revólver em cima da balança. Eu pedi pelo amor de Deus para que não brigassem. Daí pegaram o Tabuinha e o Capataz e levaram para fora. Outra vez foi o Joaquim das Éguas que tirou os briguentos para fora”.

Continua ela: “Eu passei muito medo aqui. Meu filho e eu tomávamos conta da freguesia. A casa era rodeada de mato e as vacas dormiam na porta do armazém”.

Thomaz Estrada: “O documento aqui naquela época era a foice e o machado. O Pinto Dias eu conheci vendendo passagem de avião. Foi mais ou menos em 1950. O primeiro pedreiro daqui foi um tal de Manoelzinho, ele que fez o meu posto”.

VALDOMIRO CARVALHO

Nascido em Santa Cruz do Rio Pardo, SP, em 1902, soube da existência de Paranavaí em Arapongas. Veio até aqui num ônibus velho da Garcia. Veio, como praticamente todos os outros, com interesse de abrir terras. Comprou uma carrocinha com dois cavalos, um encerado e veio sozinho. À noite, quando pousava, ouvia o barulho das onças e, durante o dia, encontrou muitos bichos pela estrada.

Diz ele: “Eu tinha uma espingarda bem armada e então fazia fogo para elas não chegarem onde eu estava. Fiz um ranchinho aqui e fui buscar a família em Arapongas. Era só eu e a rainha velha. Os filhos eram todos pequeninos. De Maringá para cá era tudo mata. Mata virgem mesmo. Tinha uma casa entre Maringá e Paranavaí que se chamava Capelinha. Hoje é Nova Esperança.

Cheguei aqui em 1944. As pessoas mais importantes eram o Hugo Doubeck, Zeca Machado, Rodrigues Aires, Artur de Melo, Ulisses Faria Bandeira. O Hugo Doubeck era chefe do Departamento de Terras, o Zeca Machado também trabalhava para o Estado, ele puxava mercadorias para o pessoal.

Com carretão de bois eu puxava tora do mato para a serraria do Zé Ebner. Tinha uma mata bruta, com muitas figueiras, paus d'alho, palmitos, quase todos os tipos de madeira. Tinha muita anta, veado, onça, cateto, queixada, porco-do-mato. Plantavam aqui o arroz, mio, feijão.

O estabelecimento comercial mais importante era o do Carlos Faber, perto da praça da Xícara. O cinema ficava perto do Banco do Brasil. O Ponto Azul foi construído em 1948. O centro da cidade é onde hoje é o Banco do Estado. O primeiro bar era do Zeca Machado, ficava onde hoje é o Banco do Brasil. A primeira farmácia surgiu lá no jardim São Jorge, do Benedito, o Ditinho. A primeira loja de secos e molhados foi do Carlos Faber e depois a do Colombeli.

Com o capitão Telmo eu ia buscar boi no Mato Grosso. Eu ia com ele prá ganhar um dinheirozinho, Trabalhava também para o Zé Ebner puxando tora do mato com um carretão de boi.

Para ir buscar boiada no Mato Grosso demorava às vezes um mês. A gente atravessava no Porto São José. Tinha um vaporzinho, atravessava de pouco em pouco o boi.

2

OS DEPOIMENTOS CONSEGUIDOS ATRAVÉS DE PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO DO NOROESTE SÃO:

1. Alcides Loureiro de Almeida (texto de Saul Bogoni e Neusa L. Schlela)
2. Aldo Silva (texto de Saul Bogoni)
3. Arlindo Francisco Borges (texto de Saul Bogoni)
4. Carlos Faber (texto de Saul Bogoni)
5. Frutuoso Joaquim de Salles (texto de Saul Bogoni e Neusa Loureiro Schlela)
6. João da Silva Franco (texto de Saul Bogoni)
7. Oscar Gerônimo Leite
8. Ulisses Faria Bandeira (texto de Saul Bogoni)

ALCIDES LOUREIRO DE ALMEIDA

Alcides Loureiro de Almeida, nascido em Bela Vista, no Estado de Mato Grosso, em 21 de dezembro de 1987, foi um grande amigo de Telmo Ribeiro. Devido a essa amizade, veio para Paranavaí em 1956, com a família. Conheceu esta região quando denominava-se de “a Brasileira” nos idos de 1938, pois trabalhava no comércio de bovinos e explorava as regiões adjacentes ao Rio Paraná, pelo lado de Mato Grosso, percorrendo fazendas que beiravam o rio e cavalgando nessas proximidades. Quando já existia a Brasileira veio a conhecê-la através do capitão Telmo Ribeiro, que era seu grande amigo e companheiro de lutas.

Conta Alcides Loureiro de Almeida: “Conheci Telmo Ribeiro na cidade de Porto Murtinho, em Mato Grosso, em 1923, durante a Revolução Constitucionalista, na qual ele chegou com um contingente do Rio Grande do Sul a fim de incorporar em nossas forças nessa cidade. Terminada a Revolução foi criada a Brigada Militar com sede em Ponta Porã, para defender nossas fronteiras. Essa Brigada constituía-se de um Regimento de Cavalaria, sendo Telmo Ribeiro comandante de Esquadrão e eu seu tenente no mesmo Esquadrão, e o comandante da Brigada o coronel Mário Garcia.”.

“Durante a organização dessa Brigada – prossegue – Telmo ficou residindo na sede da fazenda do meu pai, João Loureiro de Almeida, denominada “Casualidade”, situada em Bela Vista, próxima a Ponta Porã. Extinta a Brigada, Telmo e eu fomos

convidados a trabalhar numa fazenda denominada Caaporã. Conosco vieram homens por nós contratados a fim de abrimos a fazenda, com o objetivo principal de plantação de erva-mate e conseqüente transporte para exportação. Terminado o contrato, voltamos a Ponta Porã, onde eu permaneci, e ele veio contratado pela Companhia Mate Laranjeira, onde trabalhou por certo tempo transportando erva-mate através do rio (?) por vapor. Numa dessas viagens veio a conhecer o engenheiro Natel Camargo, que era boiadeiro e transportava gado vacum de Mato Grosso para surtir os homens que já habitavam a Brasileira. Nessa conversa houve interesse por parte do Telmo, que providenciou sua vinda para cá e, posteriormente, juntamente com Natel Camargo, foram até Londrina conversar com o representante do governo, Aquiles Pimpão, que era intermediário do interventor Manoel Ribas. Depois da entrevista, ganhou a simpatia de Manoel Ribas que o comissionou a abrir estradas ligando esta região a outras cidades.”.

“Estes dados todos eu soube através do meu velho e inesquecível amigo, que nunca deixou de manter contato comigo, ora indo até Ponta Porã, ora eu vindo até aqui passar com ele várias semanas. Através desses contatos é que sempre estive a par do desenvolvimento desta região. Através deles é que senti que o meu amigo foi sempre um líder e o homem com fibra de pioneiro que conheci e com o qual partilhei, lado a lado, bons e maus momentos.”

Nessa época conheci Frutuoso Joaquim de Salles, grande homem e verdadeiro pioneiro desta região, pois desde 1929, quando chegou aqui por empreita da Companhia Brasileira de Viação e Comércio, com fibra de verdadeiro bandeirante, venceu todas as intempéries e sobreviveu inclusive às doenças e pestes que tomavam conta da região, quando perdeu vários companheiros que, ou iam embora, ou morriam devido à falta de recursos. Diversas vezes em que aqui estive fui seu hóspede. Possuía ele uma chácara e uma tropa de burros com que mantinha sua família, vindo a perder quase tudo mais tarde por não conseguir legalizar as suas terras por falta de dinheiro.”

Depois de criadas as estradas e da determinação do interventor Manoel Ribas de lotear a Brasileira, encontramos-nos numa ocasião, onde ele propôs mais uma das inúmeras vezes, o convite para que eu viesse. Anos depois pedi demissão do meu cargo de delegado em Ponta Porã e vim com ele, com planos de abrir um cartório onde hoje é São Carlos do Ivaí e um frigorífico aqui. Porém, devido a circunstâncias alheias a nossa vontade, não deu certo nenhum dos negócios planejados. Mesmo assim resolvi ficar.”

Em conversas esporádicas, soubemos ainda que o capitão Telmo Ribeiro tinha fama de “rápido no gatilho”, conversava macio e era envolvente, daí contarem muitas lendas sobre suas conquistas femininas na juventude. Usava um cinturão, cuja fivela

era a letra “T”. Fumava charutos importados da Holanda e usava perfume francês. Tinha um anel de madrepérola mandou confeccionar especialmente em um famoso joalheiro do Rio. Suas botas eram feitas sob medida e sempre usava um paletó que combinasse com elas. No pescoço trazia um lenço de cetim, preso por um broche de ouro. Tal extravagância, levou-o a uma decadência, quando começou a vender suas terras. Em 1964, mudou sua residência de Paranavaí para Maringá. Em 1967, quando cobrava uma conta de um devedor em Cornélio Procópio, levou dele uma bala no coração, morrendo no mesmo local. O fato se deu numa rua e consta que Telmo, famoso pela rapidez no gatilho – e andava sempre armado, hábito que adquiriu no tempo da desbravagem – fez um gesto e... inesperadamente, talvez temendo alguma coisa, o outro sacou primeiro.

- 0 -

ALDO SILVA

O advogado Aldo Silva, fez um rápido relato sobre como encontrou Paranavaí quando chegou aqui no dia 20 de maio de 1948. A gravação foi feita por estudantes.

Aldo Silva veio de Curitiba para cá com 34 anos (nasceu em 1914), quando estava terminando o seu mandato de deputado estadual. Como promotor público que foi, teve muito contato com políticos e com a vida comunitária da época.

“Não sou um dos desbravadores – disse na gravação – mas sim um dos primeiros que vieram para cá na época em que aqui passou realmente a existir como Paranavaí. Houve um afluxo muito grande de gente”.

Em seu rápido relato disse que “da cidade de Alto – Paraná atual até às margens do rio Ivaí, do Paranapanema e do Paraná, constituía uma concessão feita a uma companhia chamada Braviaco, do qual era presidente Landulpho Alves, que foi interventor da Bahia, e vice presidente um baiano também chamado Geraldo Rocha, que eram “testas de ferro” de uma companhia francesa que foi proprietária da Companhia Estrada de Ferro Paraná e Santa Catarina. Em 1930 essa concessão foi cassada”.

Ele prosseguiu: “O segundo interventor do Paraná, Manoel Ribas, que foi governador depois, dedicou no período Constitucional um pouco de atenção à região, mas apenas come ponto de passagem para a grande boiada que vinha de Mato Grosso. Manoel Ribas mandou buscar do Rio Grande do Sul um ex-tenente de Brigada para reabrir e reativar a Estrada Boiadeira, que era um picadão desde a fronteira do Paraná

com o Mato Grosso, até onde hoje se situa a cidade de Maringá. Brigada – esclareceu – era um corpo provisório de oficiais sem cursos e soldados arrebanhados na fronteira, que serviam mais para lutar nas revoluções que ocorreram, principalmente em 1930. O tenente chamava-se Telmo Ribeiro, que depois foi “promovido” pelo próprio povo da região, que passou a chamá-lo de capitão, e assim ficou conhecido, Capitão Telmo Ribeiro. A sede da Braviaco não era aqui no centro da hoje cidade. Havia alguns vestígios de instalações onde hoje é a Vila Operária. No atual Jardim Ibirapuera havia alguns pés de café, que eu vi”.

Mais adiante, na gravação, Aldo Silva informou que “lá perto do rio Paranapanema havia um ranchão de zinco, conhecido por esse nome, onde encontrei caminhões e automóveis já deteriorados, abandonados. Os que vinha para cá, no início, passavam pelo Paranapanema”.

“O advogado da Companhia Braviaco era o ex-deputado e ex-desembargador João Alves da Rocha Loures. Quando cheguei em 48 já estavam aqui, entre outros, embora não fossem os primeiros, Rodrigo Ayres de Oliveira, a família Palmiano, Zé Peão, José Cândido de Freitas, Manoel Paulino, Ulisses Faria Bandeira (que veio para cá menino, em companhia de tio, Faria Bandeira). Faria Bandeira foi o primeiro inspetor de terras da região e foi quem traçou o mapa da cidade”.

Segundo Aldo Silva, quando chegou só havia na atual cidade de Paranavaí umas 300 pessoas. A colonização prosperou mesmo depois de 48. Quando chegou hospedou-se na pensão do Artur de Melo. Havia também a pensão do “seo” Rodrigo. Disse que passou uma noite horrrosa porque estava muito frio, e o vento entrava pelas frestas na parede de pau-a-pique. Disse ele que a “intenção do governador Moisés Lupion era dividir as terras em pequenos lotes para todos, até um limite de 200 alqueires, por preço muito baixo. Mas houve quem burlasse a intenção do então governador, fazendo muitos requerimentos, quer em nome próprio, como de terceiros, conseguindo grandes áreas”.

“Para cá veio gente de todos os Estados do Brasil, principalmente Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará. Este foi o que mandou mais gente para cá, chegando a uns 80%” – disse Aldo Silva. E mais adiante, a título de curiosidade, disse que:

– O primeiro escrivão do crime foi José Furtado Figueiredo.

– A primeira prefeitura foi instalada numa antiga hospedaria situada no mesmo local onde se situa o atual prédio. Era enorme. Tanto que ali foram instalados todos os serviços públicos da época, municipais e estaduais.

– O primeiro advogado de Paranavaí foi Dário Zipin Grispan, de origem polonesa, que depois foi embora para Curitiba. Era um sujeito que dormia de dia e de

noite, em pé, sentado, até conversando com a gente.

– O primeiro cinema foi o de Manoel Paulino e situava-se à rua Acre, em frente ao Edifício Barão do Rio Branco atual, onde agora é a Banca do Wiegando.

– O Banestado foi o primeiro banco a instalar-se aqui, ao lado do Cartório do Lauro Machado, onde agora existe um bar de snooker, em segundo foi o Bradesco, ao lado do prédio atual, onde é a Farmácia Santo Antonio, o terceiro foi o Banco Noroeste e se localiza à rua Bahia, esquina com a Souza Naves (onde também funcionou até há poucos tempo o Banco do Brasil).

– Oscarlino Carvalho Duarte possuiu em Paranavaí a primeira geladeira a querosene, o primeiro sobrado, o primeiro fogão a gás e o primeiro automóvel de luxo e abriu, principalmente, a região onde se situa hoje a cidade de Santa Isabel do Ivaí.

– No final da gravação ouvi-se esta mensagem do falecido Aldo Silva: “Aos jovens eu desejo que eles acreditem sinceramente no futuro, conhecendo e sabendo do sacrifício do passado. Eles que nos compensem a nós, o que fizemos por isso aqui, realizando o que nós não pudemos realizar, mas cujos alicerces nós plantamos”.

- 0 -

ARLINDO FRANCISCO BORGES

Mineiro de Alfenas, chegou por estas bandas em 1946, na Fazenda Brasileira. Saiu de sua terra natal de trem, chegando a São Paulo. Dali viajou para Londrina. De Londrina para cá, veio de jardineira, atraído pela possibilidade de conseguir um sítio. Quem lhe informou da região foi o Laurindo. A jardineira veio lotada naquele dia. No bolso tinha 2.500 réis. O Estado vendia terrenos a 3.200 réis. Aqui era só mato e no meio alguns ranchinhos. As casinhas melhores eram as da Inspeção de Terras, que já funcionava na Avenida Paraná (fundos do atual prédio do Banespa onde funcionou até alguns anos o Bar Líder), a casinha do José Machado, a do Dorvalino a do Carlos Faber. Havia ainda a serraria do José Ebner. A pensão do Dorvalino era ao lado da Inspeção de Terras e ali parava a jardineira. Na frente havia o bar do Artur Pereira de Melo. Quando chegou, Arlindo Francisco Borges começou a trabalhar na derrubada de mato para o Estado a 500 réis o alqueire. Ajudou a abrir a rua Paraíba, do lugar onde se localiza a Estação Rodoviária até o Cemitério, e a rua Acre, entre a atual rua Bahia até perto da Santa Casa e ainda a rua Mato Grosso. Com ele estavam seu irmão, um sobrinho e outro companheiro que depois foi embora.

Arlindo diz que era tudo matagal mal fechado. Quem tomava conta das terras era o Telmo Ribeiro, desde o córrego (o rio Surucuá atual) até onde hoje se localiza o Jardim São Jorge. Mais tarde ele requereu e recebeu do governo as terras onde hoje se localiza o Jardim São Jorge, que ele começou a colonizar. Além das terras, recebeu um pagamento e o título de “capitão” pelos serviços prestados. O empreiteiro do Estado era o Zeca (José) Machado.

Arlindo diz que trabalhou na abertura da estrada entre a Fazenda Brasileira (Paranavai) até a Capelinha (hoje Nova Esperança) e daqui até ao Porto São José. Depois ajudou a abrir a estrada entre Maringá e Campo Mourão, onde passou um mau pedaço com seus companheiros, enfrentando falta de alimentação. O empreiteiro desta estrada não lhes dava assistência nenhuma. Um dia resolveram, ele e mais cinco, voltar para a Fazenda à procura do empreiteiro e de alimentação. Os demais já não tinham mais forças para voltar, pois estavam passando fome há cinco dias. Posaram no mato duas noites durante a volta, até chegar à sede da Fazenda. Pela estrada, vinham comendo banana.

Era um caminho cheio de gente trabalhando e aconteceu de muitos ficarem doentes e morrerem. Foram enterrados lá no mato mesmo. O empreiteiro oprimia muito a gente e depois que ele faleceu acabou com essa opressão.

Nessa época Arlindo Francisco Borges já havia requerido um sítio do Estado. Eram 32 alqueires na 2ª Gleba, perto da Água da Cobra, onde o João Camochina possuía 59 alqueires, que comprou por “nove contos de réis”.

“Minha terra – conta Arlindo – ficava num canto da dele. Fui então oprimido a me retirar de lá. Os outros, cujas terras ficavam na cabeceira das terras do Camochina, o levaram à Delegacia. Entre eles, o Guerino e o Justiniano, que depois sumiu para eu nunca mais ver. Então o Sargento Marcelino prendeu o Camochina. Alguém me aconselhou a esperá-lo atrás de um toco mas graças a Deus, não tinha essa natureza. Um dia Hugo Doubeck, que era da Inspetoria de Terras, me chamou e falou que eu desse a terra a qualquer jeito e saísse de lá prá fora, pois o Camochina era ruim e podia me causar alguma mal. Como de fato, ele acabou tomando posse daquele sítio e eu sai para evitar o mal. O Doubeck estava a favor dele e eu tive que sair mesmo. O Camochina me prometeu dar uma novilha mojando, um capado de cinco arrobas e mais dois mil e quinhentos réis em dinheiro. Este ele deu. Era o valor da roça que ele tinha estragado, quando largou o gado nela”.

Arlindo diz que o Camochina nunca o ameaçou pessoalmente mas jogou a criação no sítio e foi ao Hugo Doubeck. Quando entregou o sítio, fazia dois anos que havia derrubado o mato e formado. “Aqui era assim: quem tinha dinheiro fazia o que queria e quem não tinha perdia. Eu preferi perder para não entrar em outros traços

piores da vida. Se eu fosse resistir, era para mim morrer ou matar”.

Passados cinco anos foi a Coletoria Federal (que funcionava numa casa onde hoje se localiza o Mercado do Povo) e o homem da Coletoria informou que havia uma dívida de cinco anos de impostos, daquele sítio, que continuava no meu nome.

Então fui procurar o Camochina – conta Arlindo Francisco Borges – e o encontrei comendo um churrasco no açougue. Era um dia e tarde. Chovia. Marquei um encontro com ele no lugar onde hoje se localiza a Casa Pernambucana, à Avenida Getúlio Vargas. No dia seguinte ele apareceu. Fomos a Coletoria e dali em diante ele tomou a frente do assunto. Depois, na esquina das atuais avenidas Distrito Federal e rua Espírito Santos, onde hoje se localiza o Posto São Cristóvão e J. Alves Veríssimo nos separamos e ele me agradeceu muito porque eu o estava considerando como um homem e ele estava me considerando como a um cachorro, como de fato ele me falou. Mas pediu que eu o perdoasse. Aí eu mesmo fiquei humilhado. Então, ele disse que, pela consideração que eu tive, ia me dar um presente que eu não esperava. Ao me despedir, ainda afirmou: “A sua consideração prá mim é muito grande e pode esperar que eu vou lhe dar um presente”. Isso foi num sábado cedo. Fui embora prá casa e fiquei esperando o presente. Morava num sítio requerido ao Estado, na atual Água do Quintino, de três alqueires, que custou 23 mil réis, parece”.

Arlindo ficou esperando o presente domingo, segunda, terça-feira e quando, na quarta-feira, mataram João Camochina. Ele conta que “o Camochina colocou um homem lá no sítio que era meu. O homem instalou uma cancha de bocha. Depois queria que ele saísse. O homem queria levar as tábuas e houve desentendimento. Na briga, o homem matou o João Camochina e eu até hoje não sei qual era o presente que ele ia me dar”.

Uma revolução

“Houve uma época em que o povo começou a deixar a cidade, por causa de uma rivalidade com “seo” Hugo Doubeck, conta Arlindo Francisco Borges. No seu modo de contar, aconteceu o seguinte: Tiraram o Hugo Doubeck da chefia da Inspetoria de Terras e o padre João Guerra tomou a frente, ficando uma semana tomando conta da Inspetoria. Mas não era lícito ele tomar conta do setor, da povoação. Então tiraram ele e o Telmo Ribeiro colocou João Carrara na chefia. O povo não se agradou e se reuniu – cento e tantos homens – para tirá-lo.

“Eu vou falar o que eu vi” – acrescenta Arlindo Francisco Borges. “Eu estava sempre assistindo, Não assinei a lista porque nunca bati a minha mão numa pena para assinar abaixo assinado. Mas estava sempre prestando atenção e vi como é que se

passou. O Alcides De Sordi, moço de 18 anos, era o chefe da turma. Tiraram o Carrara e então o capitão Telmo Ribeiro não gostou. Dizia o povo que ele fez a promessa de passar uma bala na cabeça do Alcides. Naquele alvoroço muita gente começou a retirar-se daqui prá fora. Mas, foi indo, acabou acalmando por uns meses. O Alcides De Sordi foi a Curitiba e ao voltar intimaram o rapaz para ir à Delegacia. Ele foi lá e aconteceu o delito. Na delegacia alguém meteu uma bala pela nuca de Alcides, varando na testa. Quando aconteceu isso aí, aqueles que eram da revolta então fugiram. Largaram sítio, família, chegando quase a 100. Teve alguém que quis tomar providências, mas o Telmo era um homem com poderes do Governo e ninguém pode fazer nada. Ficou como ele quis mesmo. Muitos voltaram depois”.

Conta ainda Arlindo Francisco Borges que o capitão Telmo Ribeiro recebeu do Governo patente de “capitão” por ter ajudado a abrir a região. “Ele era um grande aqui nessa Fazenda Brasileira. Ele era grande aqui mesmo. Ele fazia alguma coisa por isso aqui. Nunca se intromete com colonos”.

Pelo que diz Arlindo Francisco Borges, as autoridades naquela época eram o capitão Telmo Ribeiro, o sargento Marcelino, o sargento Bahia e dois policiais.

Os homens do Telmo faziam o que ele mandava mas era gente boa, gente trabalhadora.

Um deles era o Frutuoso. Havia também um baixinho e mais outros. Mas não sei o nome deles. O que eles fizeram foi isso aí, na revolução que houve.

- 0 -

CARLOS FABER

Carlos Faber, nasceu em 1890 na cidade de Tubarão em Santa Catarina, veio para a região em 28 de julho de 1944 e instalou a primeira casa de comércio. Ele morava em Londrina e lá conheceu o Faria Bandeira, que era Inspetor de Terras do Estado e foi designado para abrir a região.

– Olha, Carlos – disse-lhe certo dia o Faria Bandeira – eu vou abrir uma colônia e você vai prá lá que vai ser um ponto bom para secos e molhados.

Carlos tinha uma casa de comércio em Londrina. Veio para cá, segundo ele mesmo, com muito sacrifício, pois as estradas eram ruins. Era só picadão.

Do lugar onde hoje se situa a cidade de Rolândia até aqui levava-se até cinco dias de viagem, pela mata intensa.

A primeira vez Carlos veio de jardineira, do Garcia, que circulava uma vez por

semana.

Quando chegou, viu que era como o pessoal contava, um sertão, mato bruto. Mas também havia um cafeieirão e alguns ranchos velhos, já antigos. Um deles era um tal de Sebastião Freitas, que veio para cá explorar, conseguir algum terreno.

Carlos Faber conta que a estrada era muito fechada pelo mato e via muita onça, veados, catetos e passarinhos de toda a espécie.

Às vezes a jardineira chegava aqui com duas ou três pessoas. Junto com ele vieram duas. Família ele deixou em Rolândia.

Onde se situa Maringá hoje havia um rancho de palmito, que servia para o pernoite, e mais duas casas velhas. De lá para cá o picadão era pior ainda.

Carlos disse que sentiu vontade de voltar. Mas resolveu aventurar. Aqui era tudo fechado pelo mato, cortado por algumas picadinhas.

Tempos depois voltou outra vez. E mais outra. A esposa concordou em experimentar o lugar. Então veio de mudança. Os filhos ficaram em Rolândia. A viagem com a mudança demorou dois dias e meio, chegando aqui à noite. Nas baixadas havia areia e o caminhão encalhava.

Aqui não tinha autoridade nem lei. Chegou e foi procurar a Inspetoria de Terras para arranjar um lugar. Diz que foi recebido com muito gosto pelo Inspetor, Hugo Doubeck.

Aqui havia apenas duas famílias de colonos, mas na redondeza havia mais gente.

Sua casa de comércio tinha de tudo: tecido, cereais, ferragens, etc. Começou a fornecer para o pessoal do Estado que abria picadões na região.

Carlos conta que de 44 a 46 aconteceram muitos tiroteios com mortos, mas não se lembra dos nomes dos envolvidos, porque pouco saía de sua loja. Depois chegou as autoridades e os problemas de brigas diminuíram. As brigas geralmente eram por questões de terras.

Muitos chegavam aqui a cavalo. Demoravam dois ou três dias do lugar onde hoje é Maringá, até aqui. Um desses foi o José Edgard, que montou depois uma serraria.

Segundo Carlos Faber, em 1946 é que o local começou a se desenvolver, com a chegada do aventureiros. Muitos trouxeram as famílias dois ou três anos depois.

José Machado abriu um negócio de ferragens depois do Carlos Faber. Sua loja localizava-se no local onde hoje existe o prédio do Banco do Brasil nas esquinas da avenida Getúlio Vargas com a rua Acre. Carlos já estava instalado numa casinha à Avenida Getúlio Vargas, onde hoje se situa a Rádio Paranavaí e a Ótica Especialista.

Até 1948 o movimento era fraco.

Depois de Carlos vieram João Machado, José de Oliveira, João de Barros, todos com casa de comércio. Severino Colombeli instalou uma casa de tecidos nas esquinas da avenida Getúlio Vargas com a Rua Souza Naves, hoje conhecida como “Esquina da Pedra”, ou “Boca Maldita”, em frente a Drogaria Morifarma.

Carlos lembra-se que havia um hotelzinho perto da Inspetoria de Terras em frente à Praça Sinval Reis (também conhecida como Praça da Xícara). Em 1946, ali ocorreram três mortes, de um japonês e dois brasileiros. Diz que “por questão de terras” um estranho matou três, arrancou o revólver e atirou. Dizem que era contratado. O japonês tinha uma fazenda e o negócio parece que era pagamento. O que matou foi preso depois de alguns meses. O tiroteio aconteceu num dia de manhã, no começo de 1946.

A fase de 44 a 46 da Fazenda Brasileira, ficou conhecida como “a fase do crime”.

Carlos conta que a primeira rua aberta foi a avenida Paraná. A segunda foi a rua Acre, entre a avenida Paraná e a rua Bahia. Tudo aberto a mão, no machado. O empreiteiro foi o José Machado.

Depois de cinco anos, em 1948 ou 49, Carlos disse que sentiu vontade de voltar para Londrina, ou Maringá, que então já progredia bem. “Pois aqui não andava, não havia nada, as casas eram poucas, o comércio estava fracassado, não vinha mais gente para cá. A condução corria duas ou três vezes por mês, pois a estrada era muito ruim.

Segundo Carlos, na época em que veio não havia muita onça. Certa vez duas atacaram um sujeito, os companheiros que vinham atrás mataram os bichos e salvaram o companheiro. Veados e catetos haviam muitos. Índio não tinha não.

A doença mais comum na região era a maleita. A Inspetoria tinha remédios. Não havia farmácia nenhuma. Muitas crianças morriam nesta época. Também dava uma ferida brava.

Carlos veio prá cá com o capital de 300 réis. Seus primeiros fregueses foram Heitor Barreiro, Vendolino Schueroff, o Telmo Ribeiro.

Ele se recorda que um dia caiu um avião teco-teco na região com dois moços, que ficaram perdidos na mata durante oito ou dez dias. Depois vieram dar no povoado, já barbudos e todos rasgados.

Carlos Faber recorda-se daquele tempo e entusiasma-se com a cidade de hoje.

– Hoje Paranavaí transformou-se numa cidade muito boa e muito bonita! E acho que ela vai crescer muito ainda.

– E o Capitão Telmo Ribeiro?

– As minhas relações com o capitão Telmo sempre foram muito agradáveis – diz

Carlos Faber – nunca vi ele bravo. Ele sempre era alegre. A gente conversava muito com ele. Nunca vi contrariado. Sempre que me encontrava com ele, ele me perguntava como ia, como iam os negócios e a família. Era sempre desse jeito. Para mim sempre foi um homem muito bom, embora falassem certas coisas dele. Mas nunca vi nada. Ele sempre me oferecia ajuda, mas nunca precisei. Até falava que, se eu precisasse, era só procurá-lo que ele me favorecia. Às vezes à gente ia à casa dele aos domingos, eu e meu filho. Ele também aparecia de vez em quando em minha casa para tomar chimarrão. Na casa dele sempre havia uma ou duas pessoas, os empregados dele, o Frutuoso Joaquim Salles e outros.

- 0 -

FRUTUOSO JOAQUIM DE SALLES

Frutuoso Joaquim de Salles, nascido em Sítio do Moreira, Estado de Pernambuco, em 2 de fevereiro de 1910. Com 19 anos deixou Pernambuco com cerca de outros 300 pernambucanos e cearenses sob o comando de um tal Delmiro, que arrebanhava gente para trabalhar. Atrás veio outra “leva” de uns 300 sob o comando de Zé Geraldo. Em 1929 a Brasileira já estava instalada e o pessoal vinha aqui trabalhar, derrubar mato. Eram 1.800 alqueires, sendo mil alqueires em café e 200 de ivernada.

“Até 1930 – disse Frutuoso – havia na Fazenda cerca de 1.400 famílias de trabalhadores que habitavam 1.200 casas em diversas colônias nas proximidades da sede, a qual se estabelecia às margens do rio Surucuá. Hoje lá é a Fazenda do Estado. Com o advento da Revolução de 1930 e com o Movimento de 1932, as atividades da Fazenda foram sustadas e os colonos dispersos, permanecendo no local poucas famílias. Apenas cinco, que passaram a trabalhar por conta, para garantir a sobrevivência. Por volta de 1935 apareceu por aqui o Natel Camargo a mando do interventor Manoel Ribas, a fim de iniciar a criação de gado. No ano seguinte, em 1936, graças a um encontro fortuito entre Camargo e Telmo Ribeiro, este último foi encarregado de abrir uma estrada para a movimentação de gado desde a Brasileira até a Gleba Roland” (atual cidade de Rolândia),

Em conversa posterior à entrevista, Frutuoso recordou que na época Telmo Ribeiro andava pelo Paraná. O interventor Manoel Ribas, desconfiado do homem mandou vigiá-lo, daí originando-se um encontro e uma amizade com Pimpão, então delegado de polícia em Londrina. O próprio Pimpão apresentou Telmo Ribeiro a Manoel Ribas, que posteriormente deu-lhe a incumbência de abrir a Estrada Boiadeira.

Fruituoso sempre se referia à cidade de Paranavaí como “A Brasileira”. E disse que “dois anos mais tarde foi feita a nova estrada ligando a Brasileira até onde hoje se situa Maringá. Já era intenção do governo abrir um patrimônio, loteando e colonizando a região. Desta época é que data o último resquício da propriedade denominada Fazenda Brasileira, datando também a chegada das primeiras famílias”, no novo afluxo.

Quando Telmo Ribeiro chegou a Paranavaí, ele instalou-se no atual Jardim São Jorge, onde havia uma colônia, que fora abandonada. Casas boas, móveis em estilo colonial, de finíssima qualidade, mas já então deteriorados pelo tempo. As árvores já haviam varado o teto das residências. Telmo aproveitou o que deu para aproveitar.

Pouco antes de 1930 – conta Fruituoso – dentro dos planos da “Companhia Brasileira de Viação e Colonização” estava o estabelecimento futuro de um vila que, embora projetada, nunca foi levada à fundação. Segundo Fruituoso a sede dessa vila seria situada onde hoje se localiza o Distrito de Piracema e foi por muitos denominada Montóia, Montanha, etc. Era igualmente de plano da Companhia, no prazo de cerca de 20 anos de exploração cafeeira, mudar as atividades para a criação de gado, bem como a transferência da cabeça-de-ponte (sede) para as proximidades do rio Ivaí.

Fruituoso Joaquim de Salles é realmente o pioneiro número um de Paranavaí e dizia isso com certo orgulho. Aqui nasceram seus seis filhos. Para ele, não valeu a pena. “A gente ganhou mas não aproveitou. A gente tem que se conformar. Eu podia estar rico”.

Fruituoso saiu de Salgueiro para Juazeiro num “vapor”. Dali para Pirapora e até São Paulo por estrada de ferro, onde foram vacinados “como se vacina égua”, conta ele, mostrando a marca no braço esquerdo. De São Paulo seguiu para Presidente Prudente e dali até o Porto Ceará, onde atravessou o rio Paranapanema a nado, com aqueles quase 300 homens, todos com menos de 30 anos. Vieram sabendo que aqui era sertão e o trabalho era de desmatamento.

No dia 24 de julho de 1929, quando chegou, conta que já havia plantação de café de dois anos.

“Hoje, quem vê esta cidade, não sabe o que aqui era. A gente precisava de um sal – conta Fruituoso – tinha que ir comprar em Presidente Prudente, aqui por dentro do mato, atravessando o rio a nado. A Comarca era em Tibagi e para ir lá a gente precisava primeiro chegar a Prudente, lá a gente pegava o trem até Ourinhos, e depois, a cavalo ou a pé, chegava em Tibagi, Dava toda essa volta. Hoje é fácil”.

Fruituoso dançou muitos bailes pelas colônias. E conta que o regime era rígido. Nos bailes só havia casais. Solteiro não entrava.

JOÃO DA SILVA FRANCO

Nascido a 13 de maio de 1903, filho de Manoel da Silva e Joana da Conceição, veio para a região em setembro de 1944. Nasceu em Lemes (SP) e depois de formado homem começou a percorrer o Brasil. Em Porto Ferreira (SP) casou-se em 1930. Um mês e meio depois foi para Ribeirão Preto. Dali prosseguiu na vida, como ele mesmo falou: Quando nasceu sua primeira filha mudou-se para Palmeiras, depois Porto Ferreira novamente, de onde saiu em 1944 para o Paraná. Ele soube da Fazenda Brasileira por curiosidade de outros. Subiu junto com um companheiro num caminhão e foram ter em Apucarana. Foi a ocasião em que chegaram até aqui por água. O companheiro já tinha estado na Fazenda Brasileira.

Durante 16 dias ficaram ali onde hoje é o Estádio Natal Francisco, conhecendo o lugar para ver se dava para trazer a família. Era tudo um capoeirão que cobria a lavoura de café, isolada, muito velha, que havia naquele mesmo local. A região era mais conhecida como “Companhia Brasileira”.

A primeira moradia deles foi um ranchinho que fizeram de colônia e alçapeixe. Juntaram-se a mais três. Acabaram gostando, porque lá na zona onde moravam não dava mais para comprar terra. Aqui eram terras devolutas ao Estado. João da Silva Franco requereu 24 alqueires, que possui ainda hoje. Localiza-se a 18 km, na “Água do Vinte e Dois”, Distrito de Graciosa dos Catarinenses.

Na segunda viagem trouxe a família.

De Ourinhos a Apucarana o transporte foi o trem. Apucarana era como o atual Distrito Deputado José Afonso (Quatro Marcos). Pouca gente e algumas casinhas. Ali ficou durante nove dias esperando um jeito de trazer a família para cá. Apareceu então um tal de Lopes com um caminhão a gás que os trouxe até Lovat (hoje Mandaguari). Ele mesmo trouxe a mudança depois. O Lopes foi dono de uma casa localizada onde hoje é a Rádio Paranaíba, à avenida Getúlio Vargas.

O primeiro serviço que realizou nesta região foi a desmatagem até mais ou menos na altura da atual cidade de Nova Esperança (antiga Capelinha).

A única clareira que encontraram de Mandaguari pra cá foi na Fazenda Brasileira. O Jardim São Jorge, onde agora reside, era uma invernada do Estado. Abrangia mais ou menos 250 alqueires de terra. Quem manobrava era o Capitão Telmo Ribeiro. Em 1944 existiam poucas casas ao longo de uma estradinha onde hoje se situa a Avenida Getúlio Vargas. Eram umas 25 ou 30.

Ajudou a desmatar, a foice e machado, alguns locais, inclusive onde se encontra a Estação Rodoviária hoje, onça não havia, mas viu alguns rastros. E conta que certa vez, apareceu uma, que atacou uma cabra no quintal da casa de Joaquim Candinho,

dentro da invernada que era do Capitão Telmo. Depois foi pega no rio Bonito. Veado havia muito.

João da Silva Franco conta que voltou do trabalho de desmatação até onde hoje se localiza Nova Esperança, com 18 feridas bravas pelo corpo. “Aqui não havia médico nem farmácia. Era uma ilha isolada na mata virgem. Por muita fé em Deus, não esquecendo nunca das Graças Dele, eu mais sarei” – disse João da Silva Franco. E acrescenta que, na época, a ferida era uma epidemia. Mandaram fazer um levantamento das pessoas feridas para levar a Curitiba. No primeiro caminhão saíram noventa e tantas. Muitos morreram por lá, outros voltaram. Eu resisti – diz ele – por natureza forte. Lavavam as feridas com água de peroba, água de guaiçara e fui melhorando. Mas chegaram a ameaçar. Quem não quisesse ir para Curitiba era despejado daqui para fora. Não fui porque só tinha a esposa e a filha e ninguém com quem deixar. Então ele ficou. Na minha casa estiveram o Sebastião Cândido, o Ulisses Bandeira, o governador Manoel Ribas e ainda um tal de Jaime e Dr. Otávio.

Muitas vezes João da Silva Franco pensou em voltar. A família sentiu-se mal aqui. Não foi embora por causa da doença e por falta de dinheiro. João conta que pensou assim, machadeiro era, foiceiro, enxadeiro, serrador e lavrador era também. Aqui era sertão. Podia se desenvolver muito bem, porque foi nascido em terra de mata.

O Ulisses Bandeira chegou com o governador Manoel Ribas e disse para o povo que aqui não era terra para fazendeiro, mas para ser colonizada pela pobreza e tudo seria picado para distribuir 42,5 alqueires por família. O fazendeiro tinha direito a 250 alqueires em loteação de Fazenda, desde que não fosse estrangeiro, mas nato brasileiro.

Aqui tinha muita “peonagem” – conta João da Silva Franco – Nós morávamos num ranquinho de pau a pique com vão de passar duas ou três balas de carabina uma ao lado da outra. De noite eram aqueles gritos, aquele tiroteio. Era um lugar isolado. Não tinha polícia, era só o povinho mesmo. Quando os peões se juntavam, rodava pinga...

Conheço isso daqui – continua João – desde quando foi a hora da noite até quando foi a hora do dia. De 1947 e 1948 até 1950, foi uma época brava. Aqui se passou muita coisa prá quem viu, mas eu não vi nada. O povo conta que morreu muita gente por causa de grilação de terras, intrigas.

Houve aqui um caso de polícia quando mataram o Alcides De Sordi, uma pessoa humilde, reconhecedor e inocente, pessoa muito boa, solteiro. Foi uma ingratidão. Ele tinha apenas 17 ou 18 anos. Daí surgiram muitas ideias. O povo conta que um grupo achou o Alcides competente para ser o administrador geral da colônia. Entre eles estavam Otacílio Egger, Guerino Pomín, um tal de Patriota, todos chefes de família, que

tiveram desconfiança de que ele era competente para tomar cargo disso aqui. Por trás estavam o problema de terra. Muitas terras aqui foram legalizadas a 80 cruzeiros o alqueire, sem nenhuma política. Alguns queriam elevar o preço para 500 cruzeiros o alqueire. Todos aqui eram pobrezinhos, chegaram aqui sem nada, somente para trabalhar e não podiam as terras valer esse preço. Até 150 cruzeiros ainda davam. Então formou-se a confusão, que foi discutida no tempo de Moisés Lupion. O povo dizia que o Alcides De Sordi foi vítima devido a esse protesto, pois foi a Curitiba e fez ao Governo que as terras não podiam passar de 500 cruzeiros, porque não havia pobre aqui que pudesse pagar este preço. Quando ele voltou de Curitiba, foi chamado na Delegacia pelo Sargento Marcelino, como que o sargento ia fazer uma viagem e ele fosse ficar tomando conta do cargo. Mas estava tudo preparado. Muitos chefes de família sabiam disso, mas não contaram o que ia proceder na vida dele. Então aconteceu...

Uma filosofia

João da Silva Franco conta como era a vida naquele tempo. “Acreditavam mais numa pessoa ser arremediada ganhando seis mil réis por dia, do que ganhando 20 mil cruzeiros por mês. O pobre era pobre de tudo, mas tinha honra. Ele só devia aquilo que podia pagar, porque quando ele não tinha ele não devia. Hoje não existe mais ninguém pobre – afirma João – já que todo mundo é rico. Quando é pobre de dinheiro é rico de orgulho. Quero que essa palavra vá onde ela for”.

Ele conta que casou em 1930 ganhando quatro mil réis a seco por dia, para tratar da família. Eram 120 mil réis por mês para comer, vestir fazer todos os arranjos dentro de uma casa. E ainda sobravam 10 a 15 mil réis para fazer os negócios que foi fazendo. Com esse dinheiro sempre teve bons animais. Chegava aos domingos ia fazer os seus serões cortar casco e burro, tostar. Afinal deixar o serviço aparelhado. Depois chegava em casa, arriava um cavalo enfiava 15 a 20 mil réis no bolso e saia por aí, comprando carro de milho, leitoa gorda, rangos, Os negócios por fora sempre rendiam um pouquinho.

OSCAR GERÔNIMO LEITE

Oscar Gerônimo Leite, chegou à região em 25 de maio de 1944, em cima de um carro de boi. Ele conta que a região tinha sede política-administrativa em Mandaguari. O inspetor era o Faria Bandeira. A sede da Inspeção de Terras era em frente a atual praça Sinval Reis e um dos que mandavam era o Capitão Telmo Ribeiro.

Oscar diz que no tempo que aqui chegou era só mata. Havia um barraco em frente ao atual Excelsior Hotel, que servia de ponto. Localizava-se naquele bico formado pela confluência das atuais rua Manoel Ribas e avenida Paraná.

Onde localiza-se atualmente a Casa São Paulo, nas esquinas das ruas Minas Gerais e Manoel Ribas, havia uma praça, local em que o pessoal se reunia. Era uma espécie de “Boca Maldita”. Depois foi instalado o bar, cujo proprietário ficou sendo conhecido pelo apelido de Zé do Bar.

O Hospital do lugar era na atual Praça Sinval Reis. A cadeia era no mesmo lugar da atual. A Delegacia e o Fórum ficavam onde é atualmente o Educandário São Vicente de Paulo.

O primeiro delegado de polícia foi o Gaudêncio Furtado (pai do ex-deputado federal José de Alencar Furtado), que foi assassinado. Com ele havia uns 20 policiais que dava conta do lugar, pois havia muitas pessoas bravas.

Oscar citou como conhecidos seus na época: Natal Francisco, Nicolino, Tomaz Estrada.

Da. Dica, Augusto Pereira Lima, Severino Colombeli e os donos da Casa Estrela.

Havia uma capela. De vez em quando vinha um padre de Mandaguari para celebrar a missa. As vezes vinha um até de Curitiba. Depois veio um padre definitivo que ficou algum tempo e foi substituído por Frei Ulrico.

Segundo Oscar, o nome de Paranavaí surgiu numa pequena reunião de Bar do Doca Cearense, que era o mesmo local onde é agora as Casas Pernambucanas, à Avenida Getúlio Vargas.

Os meios de transporte eram os ônibus abertos como bondes. Um pertencia a uma senhora muito rica e outro dá Viação Garcia.

ULISSES FARIA BANDEIRA

Nascido a 24 de março de 1921 na cidade de São Mateus do Sul, Estado de Paraná. Veio para Londrina em 1938, para trabalhar na Inspetoria de Terras do Estado, cujo inspetor era seu tio, Dr. Francisco de Almeida Faria. Em 1942 Ulisses foi autorizado a fazer a demarcação da atual avenida Paraná para possibilitar a construção das primeiras casas da Fazenda Brasileira. Após 1942 fez um levantamento da estrada ligando ao Porto São José. Já existia a Gleba 1 demarcada. Fez um levantamento de toda a estrada e das águas (os rios afluentes) da margem da esquerda do rio Parapanema, para que as glebas fossem demarcadas – não eram em sua totalidade devolutas e abrangiam 327 alqueires.

Nessa época Ulisses tinha 21 anos.

A estrada entre a Brasileira e onde se situa atualmente Maringá já havia sido reaberta por Telmo Ribeiro.

“A Inspetoria de Terras em Paranaíba foi criada logo que se iniciou a colonização – disse Ulisses Faria Bandeira – tendo como primeiro administrador de colônia, Hugo Doubeck, e que veio para cá em 1943, quando o Diretor do Departamento de terras do Estado era o Dr. Antonio Batista Ribas. E se iniciou a colonização nessa época. Mas, anteriormente a 1943 foram ‘locadas’ as ruas para a construção das casas feitas pelo próprio Estado. Casas estas que foram desmanchadas da Companhia Brasileira. Havia várias colônias, pois aqui foram plantados cafezais”.

Uma das maiores era a “Colônia nº 2, que existiam onde hoje se localiza o Jardim Ouro Branco. Depois foram demolidas pelo Estado e transferidas para a Sede da Administração, reconstruindo-se uma Casa de Imigrantes, uma casa para a polícia e a casa da administração para Hugo Doubeck. Depois foi feita a demarcação que eu procedi. Retornei a Londrina”.

Em 1944 Ulisses fixou residência na Fazenda Brasileira.

O cafezal aqui existente foi plantado pela BRAVIACO – Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A – a qual tinha um contrato com o Estado e era subsidiária da Companhia de Estradas de Ferro São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, que depois foi incorporada ao Patrimônio da União. O contrato foi rescindido por falta de cumprimento por parte dos contratados.

“A colonização partiu da Gleba 1 – disse Ulisses Faria Bandeira – com elementos advindos de todos os recantos do País: cearenses, pernambucanos, paulistas, mineiros, que vieram em busca de dias melhores”.

“Quando a Companhia Brasileira iniciou a colonização só existiam aqui cinco famílias: a da viúva Fabrício, José Firmino, Frutuoso Joaquim de Salles, João Clariano

e Telmo Ribeiro (que era o elemento encarregado pelo Governo para atender a região toda). Eram elementos da Companhia Brasileira. Aqui havia então uma derrubada de 1.200 alqueires aproximadamente, com plantação de café. Mas a capoeira já cobria tudo. A ligação era a que demandava pelo Porto São José, sendo aberta uma estrada antiga que era a ligação da Braviaco para Presidente Prudente. Partia daqui passando pelo atual Distrito de Piracema”.

“Hugo Doubeck ficou em Paranavaí durante dois anos administrador de colônia – continuou Ulisses – sendo transferido depois para Curitiba por motivo de família”.

Foi então que Telmo Ribeiro colocou na Inspetoria o João Carraro, iniciando-se a pressão de um grupo liderado por Alcides De Sordi contra Carraro, que no dia seguinte deixou o cargo. A sede administrativa ficou um mês fechada. Então Doubeck retornou. Ulisses foi convidado pelo próprio Alcides a assumir a Inspetoria, mas não aceitou. Depois de algum tempo Doubeck pediu transferência novamente e daí Ulisses assumiu o cargo.

Conta Ulisses Faria Bandeira que, quando Doubeck se afastou “existia a demarcação apenas da Gleba-1A, que foi demarcada por Alberto Gineste e a Gleba-Z, demarcada por Artur Oliva e Lota Chimoca. Era uma área colonial de 15 mil e poucos alqueires. Nessa época houve tentativa de grilos, principalmente pelos elementos conhecidos como “interessa apertados”. Mas tomamos todas as providências, evitando que os grilos ocorressem. Apesar das glebas demarcadas serem em totais elevados não se pode dizer que houve invasão.

“O Sargento Marcelino era um negrão forte, muito exigente, mas naquela ocasião se fazia necessário uma pessoa de pulso firme. Prestou muitos serviços à Fazenda Brasileira, ser um homem de peso de atitude” – disse Ulisses.

O primeiro médico com residência fixa foi Aguilar Arantes, que permaneceu um ano. Em seguida veio o Dr. Evaristo (?), depois o Dr. Otavio Marques de Siqueira e o Dr. José Vaz de Carvalho, Dr. Dufarini e Sylvio Vidal.

“Pode-se dizer que a primeira campanha política foi em prol da criação do Distrito de Paranavaí, que ocorreu juntamente com eleição do primeiro Prefeito de Mandaguari. Paranavaí compareceu às urnas com 383 eleitores. Apenas seis não votaram. Nossa luta diz Ulisses já era contra o progresso de Maringá, por cuja colonização a Companhia de Terras fazia intensas campanhas, em toda região, inclusive em Paranavaí. O candidato a Prefeito era o Valdemar – um dos funcionários da Companhia – e nós apoiamos o seu adversário, Décio Medeiros Polin, que se elegeu. Nessa ocasião lançamos um candidato a vereador: Otacílio Egger que se elegeu. Em 1952 houve a emancipação política de Paranavaí, sendo candidatos Herculana Robin Toledo e José Vaz de Carvalho. Este venceu. As campanhas eram idênticas às de

agora. Havia mais facilidades de contato porque os eleitores eram poucos. Não eram cheia de brigas ou perigosas, como se comenta”.

Em 1956, Ulisses Faria Bandeira sucedeu a José Vaz de Carvalho como prefeito, vencendo novamente Herculano Robin Toledo pela diferença de 42 votos na penúltima urna. Foram 4.050 votos a 4.008. Conta Ulisses que foi uma Campanha pesada, muito acirrada.

O passado de Paranavaí é comentado por muitos como tendo sido de muita violência sugerimos.

– Não é bem assim – respondeu Ulisses Faria Bandeira, continuando – Para uma colonização vêm elementos de todos os recantos. Houve realmente alguns casos de desentendimentos entre peões, mas não é como falam. Paranavaí não foi uma região de assassinos. Havia muita irmandade. Nenhuma reivindicação que se fizesse deixar de ter boa vontade. Muita gente gosta de contar vantagens, de valentia, etc. Mas não foi tanto.

– E as intrigas que resultaram em mortes? Foram muitas?

– A única foi aquela, aliás muito comentada até hoje, com o jovem Alcides De Sordi.

Mas – continuou Ulisses – tratou-se de um acidente. Havia uma luta na Delegacia. Foi um caso que ocorreu sem a gente esperar. Parece-me que havia uma festa religiosa com a presença do bispo de Mandaguari e interessados começaram a correr um abaixo-assinado. O Sordi foi convidado a comparecer na Delegacia para ajudar a evitar a continuação da lista. E surgiu o problema.

Na época exercia o primeiro suplente de delegado, José Francisco.

Depois do incidente Telmo Ribeiro afastou-se politicamente. Consta que assumiu para si a responsabilidade do caso e respondeu a processo.

Os homens do Telmo aqui eram Frutuoso, Idalécio (um baixinho) e o outro alto, claro.

– Paranavaí também chamou-se Pirapó?

– A Braviaco denominava esta região de Paranavaí pelo nome de Pirapó que consta do Decreto nº 300 de 3 de novembro de 1910, pelo qual a União encampou a Braviaco.

Ulisses Faria Bandeira, segundo prefeito de Paranavaí, foi ponta-direita (diz que jogava mais ou menos) do primeiro time de futebol que existiu aqui.

X
IMPORTANTES TRABALHOS
SOBRE O MUNICÍPIO DE PARANAÍ

Os trabalhos transcritos a seguir são peças que com o tempo poderão se tornar raras e de difícil acesso. Entretanto, são e serão sempre indispensáveis a todos aqueles que queiram se aprofundar no estudo da história de Paranavaí. Por isso a nossa preocupação em registrá-los.

Os trabalhos do Dr. Sinval Reis, do Prof. José Carlos Alcântara e do repórter Widson Schwartz, já foram fontes de referência e inspiraram inúmeros estudos realizados sobre a cidade e região.

Cabe realçar que os trabalhos do Prof. José Carlos Alcântara e do repórter Widson Schwartz, além de já terem sido publicados em jornais e revistas, foram publicados na íntegra na primeira edição deste livro, em 1988, com a anuência dos autores.

Nesta segunda edição da História de Paranavaí, inicialmente, apresentamos o primeiro trabalho escrito e conhecido sobre a história do município, que é de autoria do Dr. Sinval Reis, primeiro e saudoso Juiz de Direito e Diretor do Fórum da Comarca. Trata-se da Pequena História de Paranavaí.

Em nosso entender, a Pequena História de Paranavaí, de Sinval Reis, serviu de referência a quase todos os trabalhos que, posteriormente, trataram sobre a história de Paranavaí, portanto é um documento dos mais importantes e deve ser resguardado pelos órgãos e pelas entidades culturais do município. Para a inclusão da Pequena História de Paranavaí nesta obra, devemos externar nossos agradecimentos ao Dr. Clayton Reis, filho de Sinval Reis, que efetuou uma revisão no trabalho e nos permitiu a sua publicação.

Sinval Reis, cabe-nos esclarecer um pouco mais, foi um homem que muito fez pela cidade que nascia e, por isso, é admirado e respeitado até hoje pelos moradores da cidade. Como homenagem prestada pela população de Paranavaí, uma praça da cidade leva o seu nome.

A seguir, transcrevemos na íntegra “A Gleba Pirapó”, trabalho de grande fôlego do ilustre Prof. José Carlos Alcântara.

Trata-se de um minucioso, detalhado e profundo estudo, que traz inúmeras e importantes informações históricas (com nomes, datas, documentos) sobre a região.

Este trabalho, em nosso entender, merece ser preservado e, sempre que possível, divulgado para que as novas gerações possam ter conhecimento dos fatos que ocorreram na colonização do noroeste paranaense.

Temos, logo em seguida, a reportagem de Widson Schwartz, publicada na Folha de Londrina, no início da década de 1980.

Por meio de vários depoimentos, o respeitado repórter conseguiu escrever uma síntese bem elaborada da história de Paranavaí e de boa parte de outros municípios desta região.

Além disso, o trabalho do repórter faz um alerta a todos sobre o futuro da terra, principalmente quando fala, no item denominado “O Deserto à Vista”, sobre a instabilidade do Arenito do Caiuá e a imprevidência do homem. Segundo ele, esses dois fatores poderão converter o noroeste do Paraná em deserto e as perdas serão irreparáveis.

Esta reportagem também é um trabalho que não pode ser esquecido. Serve e servirá sempre de apoio e base para todos os estudantes, para os professores e estudiosos em geral que se interessarem pelo assunto. É um trabalho que também entendemos que deva ser divulgado constantemente para que a população da terra possa conhecer melhor as suas origens.

Por fim temos dois trabalhos de Antônio Pereira da Silva, paulista de Queluz, que vive hoje em Uberlândia, importante cidade de Minas Gerais, que ao visitar a família que residia em Paranavaí, no final da década de 1950 e no início da década de 1960, escreveu duas reportagens que julgamos interessantes publicá-las nesta oportunidade.

Os dois trabalhos – “Impressões da Primeira Viagem a Paranavaí” e “Paranavaí, A Capital do Progresso” – são duas belíssimas descrições da cidade naquela época. Mostra as casas, as ruas, o comportamento das pessoas, a dificuldade de se chegar até Paranavaí, o progresso, a economia, as grandes empresas, os peões, os cafezais, as erosões, o asfalto, as disputas de terras, além de outros aspectos importantes da cidade. É verdadeiramente uma viagem ao passado.

Estes são dois trabalhos que também julgamos importantes que sejam preservados e divulgados.

Em suma, os trabalhos acima citados, são obras fundamentais, raros, e não podem ser esquecidas pelo passar do tempo. Servirão de referência às novas gerações. Amanhã, quem ler tais trabalhos terá uma visão clara, definida e honesta daquilo que foi esta cidade e região nos seus primórdios.

Por esse motivo, a essas pessoas, a esses autores, a nossa homenagem e o nosso preito de admiração e respeito. Enquanto os trabalhos desses ilustres estudiosos forem divulgados e apresentados ao público, com muita certeza, a memória do Município de Paranavaí estará preservada.

PEQUENA HISTÓRIA DE PARANAÍ
Dr. Sinval Reis
1962

GRANDE HOMENAGEM

A história é a porta de entrada da vida de uma Nação, de um Estado, de um Município ou de um povo; ela nos ensina a amar os homens que sofreram, trabalharam e lutaram para sua construção e para o seu progresso. É o limiar da Educação Moral e Cívica.

Decidimos colher alguns retalhos do passado da História do Brasil e do Paraná e introduzi-los, como introito da PEQUENA HISTÓRIA DE PARANAÍ, contribuindo um pouco para a educação e instrução de nossos filhos, estudantes e da comunidade paranavaense. A primeira homenagem, pois, será destinada para os pioneiros que contribuíram para a construção dessa cidade e, entre eles, em memória aos que partiram para a eternidade que tivemos a oportunidade de conhecer. Possivelmente esqueceremos alguns, mas a homenagem atingirá a todos indistintamente, ainda para os “nossos desconhecidos” e que não foram citados. Consideramos como pioneiros todos aqueles que para aqui vieram anteriormente a 1945 e, permaneceram em regra até a data em que escrevemos este pequeno compêndio, no dia 14 de dezembro de 1962 – DÉCIMO ANIVERSÁRIO DE INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAÍ.

Reverenciamos nessa oportunidade o grande sertanista: Manoel Mendes de Camargo, bem como, os Pioneiros que descansam na eternidade, nas pessoas de José Firmino da Silva e Rodrigo Aires de Oliveira.

Outros pioneiros e desbravadores merecem especial destaque e, dentre eles enumeramos: Ulisses Faria Bandeira, Durvalino Moreira, Waldomiro Carvalho, Cap. Telmo Ribeiro, Joaquim Lins Machado, Joaquim Quintino da Silva, Paulo Tereziano de Barros, João Winche, Mariano de Oliveira, Casemiro Leonardo Stasiak, Frutuoso Joaquim de Sales, Vicente de Barros e muitas outras pessoas anônimas, que se encontram incrustadas no coração do povo da cidade, embora não sejam reverenciadas nesse momento. Cumpre-nos ainda destacar os fundadores do núcleo do Distrito de Montoya, base da fundação do Município de Paranavaí, nas pessoas dos Drs. Geraldo Rocha, Landulfo Alves de Almeida e Humberto Alves de Almeida.

Homenageamos igualmente os mestres, estudantes e todo o povo que aqui moureja, cada qual dando um pouco de si para a grandeza de nosso querido município e cidade. Todavia, desculpamo-nos pelos erros e falhas eventualmente ocorridas decorrentes das precárias condições de pesquisas e levantamento de dados. Registramos nossos agradecimentos aos professores e alunos do Ginásio Humberto de Campos e Conservatório de Música João Ghignone, pelo estímulo que nos propiciaram – incentivando-nos a escrever esta humilde história. Pretendemos nesse momento registrar a nossa especial homenagem ao demarcador da cidade de

Paranavaí, na pessoa do Dr. Francisco Faria que haverá de merecer o reconhecimento e o carinho agradecido da cidade de Paranavaí. Á minha esposa Iracema e filhos Daisy, Marlene, Clayton e Maysie Maria, dedico este meu trabalho, fruto do carinho que devoto a Paranavaí.

Paranavaí, dezembro de 1962.

Sinval Reis

ANTECEDENTES

Aquém, distante dos nossos dias, lá pelos idos de 1610 toda esta região, coberta de matas virgens e impenetráveis, somente palmilhada pelos índios, achava-se anexada ao Paraguai, colônia da Espanha e constituía a famosa PROVINCIA DE GUAIRA.

O Paraguai, por seu presidente Hernando Aria Saavedra, tentava dominar as tribos indígenas de todo o sul do Brasil e ampliar o domínio da Espanha. Percorrendo todo o sul conquistava as tribos indígenas em face da superioridade de forças mas, ao atingir Guaira, esbarrou com forte resistência e foi irremediavelmente derrotado.

Inteligente e esperto resolveu mudar de tática, propondo aos Reis da Espanha a domesticação dos indígenas pelos jesuítas, para assim melhor se apossarem pela paz o que não puderam fazer por intermédio da guerra. Aceita a proposta por Felipe III, em 1610, os missionários José Cataldino e Simão Maceta deram início ao seu trabalho na região de Pirapó. Passaram então a fundar verdadeiros núcleos populacionais (cidades) onde aglomeravam os nativos, domesticando-os, bem como, catequizando-os para se tornarem civilizados.

Os padres mencionados fundaram 13 reduções, inclusive com a capital – Nossa Senhora de Loreto – mais as seguintes, todas junto à foz do Pirapó, no Paranapanema: Santo Inácio, S. Pedro, Jesus Maria, S. Tomé, Arcângelos e S. Antônio.

Mas os portugueses, de quem éramos colônia, não se conformaram com a invasão espanhola do território, ainda de linhas indefinidas e sem divisas (que somente surgiu posteriormente com o Tratado de Tordesilhas) e, em 1929, os bandeirantes Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto, em busca de índios para o comércio de escravos, destruíram as reduções com extrema crueldade.

Com esse feito desumano, Portugal conquistou mais este palmo de terra que atualmente habitamos. Sobre o assunto assim se manifesta Taunay: “Foi uma empresa cruel, crudelíssima mesmo, ninguém o nega. Teve, porém, as mais notáveis

consequências para o futuro do Brasil”. Não fora a ação de Raposo Tavares, a fronteira do Brasil seria hoje o Paranapanema e Mato Grosso também não nos pertenceria, porque seria possessão espanhola.

Diz a lenda que Raposo Tavares não acreditava que o mar fosse composto por água salgada e que, para saber a verdade desejou atingir o Oceano Pacífico e prová-la, como parece tê-lo feito.

CAMINHO DE S. TOMÉ

Peabiru era chamado caminho de S. Tomé, segundo descreve o grande historiador Romário Martins: “Chamam os índios Peabiru a um caminho histórico, pré-colombiano, que se estendia por mais de 200 léguas, da costa de S. Vicente até o Rio Paraná, atravessando os Rios Tibagi, Piquiri e Ivaí, por onde os povos indígenas se comunicavam com o mar e com as regiões mais distantes a leste; a oeste do Rio Paraná o caminho prosseguia e atingia o Pacífico. Os bandeirantes utilizaram o caminho de Peabiru em todas as direções e atravessaram o Rio Ivaí e atingiram Campo Mourão. O mencionado caminho foi palmilhado por numerosos bandeirantes, expedições e outros. Com referência ao nome do caminho o apontado historiador esclarece: “Após a entrada dos padres jesuítas no território de Guaira, o caminho foi dado como sendo trilho percorrido pelo apóstolo S. Tomé em sua peregrinação pela América do Sul e passou a denominar-se de S. Tomé. Fora o santo quem ensinara como se podia utilizar a mandioca e a erva-mate, hoje base da alimentação geral e popular.

ESTRADA DE MATO GROSSO

Diz Antônio Reilase Lacerda, de onde, com sua permissão, retiramos os trechos da História remota, que encaixamos neste estudo, o seguinte: Há pouco tempo um grupo de elementos alienígenas constituiu uma comissão interestadual das bacias do Paraná e do Uruguai para estudo pioneiro da citada bacia. A idéia é muito antiga e novamente recorremos ao notável historiador Romário Martins: “Ao irromper a guerra do Paraguai, o governo imperial promoveu a exploração dos grandes rios da Província do Paraná que pudessem servir de comunicação com a Província do Mato Grosso, mediante a utilização dos rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema”. Dando início a essa importante indagação teórica, o então presidente do Paraná, André Augusto de Paula Fleury, requisitou para realizá-las os notáveis engenheiros alemães José e Francisco Keller, cuja chegada ao Paraná, coincidiu com a invasão do Brasil pelo Paraguai, através de Mato Grosso. Dos relatórios da época constam a possibilidade de

navegação por vapores de roda no Ivaí – da barra à corredeira do ferro, em uns 138 km e 804 metros e por mais de 24 km e 573 metros, uma vez que se desembaraça aquela corredeira, formando um canal de 50 metros e que, na época, viria custar dois contos de réis (Cr2\$.000), fato ocorrido no ano de 1865.

Em 1871, o Visconde de Mauá propôs ao governo Imperial autorização para estudo e exploração de uma linha férrea entre Curitiba e Miranda (Mato Grosso), intercalada com a navegação pelos rios Ivaí, Paraná, Ivinhema, Brilhante e Mondego. Como todos os empreendimentos empregados pelos grandes homens, movidos por ideais sinceros e honestos, não obteve o arrojado Mauá êxito em sua pretensão; houvesse conseguido, esta região, fértil e dadivosa, ter-se-ia convertida, já naquela época, em um dos maiores celeiros do Brasil.

FAZENDA BRASILEIRA, DISTRITO DE MONTOYA, PRIMEIRO NÚCLEO DA FORMAÇÃO DE PARANAVÁI

A Fazenda Brasileira, como sede geral dos imóveis da Companhia Brasileira de Viação e Comércio, foi instalada no local onde hoje se encontra a sede denominada Fazenda do Estado. Ali se transformou em breve tempo no distrito de Montoya, assim registrado e pertencente à Comarca de Tibagi. Realizaram-se, no cartório, alguns casamentos e registros de nascimento; o distrito chegou a ter quinhentas casas, que com o tempo foram destruídas. Quando exerci a função de Juiz de Direito da Comarca, obtive a remessa daquele livro para essa então sede, onde se encontra no registro civil, nos idos do ano de 1929. Trabalhava ali, desde os primeiros dias e vindo de Pernambuco, o atual morador desta cidade – Frutuoso Joaquim de Sales, este cidadão é o mais antigo pioneiro vivo desta cidade.

A Fazenda Brasileira pertencia ao Dr. Geraldo Rocha, jornalista e diretor da “A Noite” e do “O Mundo”, antigos jornais do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, Dr. Landolfo Alves de Almeida, que dirigia os trabalhos pessoalmente e posteriormente foi interventor do Estado da Bahia e senador reeleito pelo mesmo Estado; seu irmão Dr. Humberto Alves de Almeida eram as pessoas que chefiavam os serviços de transporte da fazenda.

Nessa época inexistia qualquer ligação por estrada com o resto do Paraná. O único meio de comunicação era feito através de uma estrada que, passando pela estrada na direção do Porto São José que ia para Piracema e, daí cortava a Gleba Um-B, seguia até as proximidades de Cristo Rei, atingindo o Porto Ceará, seguindo finalmente até Presidente Prudente. Todavia, quando o destino era o Paraná, era necessário dirigir-se pela Sorocabana até Ourinhos e daí para as demais cidades

existentes especialmente no Norte do Paraná.

O transporte feito em cargueiros era chefiado por Frutuoso. A companhia plantou mais de um milhão de cafeeiros e somente na Fazenda Brasileira, no terreno onde hoje se localiza o velho aeroporto, Via Paraíso, cemitério e até a sede da hoje denominada Fazenda do Estado era ocupado por 60.000 cafeeiros. A Companhia Brasileira possuía máquinas de beneficiar arroz, serraria, uma frota de 25 caminhões, 60 mulas-cargueiras, armazém, farmácia e mais de mil casas, cobertas de zinco e situadas no atual Jardim Ouro Branco e outras colônias, inclusive na Fazenda Carneiro Ribas. A sede era fixada na atual sede da Fazenda do Estado, núcleo do distrito de Montoya, onde se encontra localizado o Cartório do registro Civil e se tornara o núcleo base da futura cidade de Paranaíba.

A companhia não construiu igrejas, capelas ou cadeias; o policiamento era chefiado pelo cabo Simão e dois soldados da polícia Militar do Paraná. A ordem era completa e não se registraram crimes. Proibido o uso de bebidas alcoólicas, não se registravam desordens. O distrito de Montoya pertencia à Comarca de Tibagi; os nascimentos, casamentos e óbitos eram registrados, e o livro, com esses registros, encontra-se hoje na sede do Cartório Civil da sede da Comarca de Paranaíba.

Para atingir Tibagi, depois de Ourinhos, seguia-se a cavalo. Os livros de registro civil foram encaminhados na ocasião pelo Cap. Telmo Ribeiro à Rolândia e posteriormente encaminhados a esta Comarca, onde se encontram atualmente.

Na fazenda, entre empregados da companhia e peões mantidos pelos empreiteiros Tomaz Gonzaga, Coronel João Antônio e João Gomes, havia uma população aproximada de seis mil habitantes, que ocupavam aproximadamente mil casas.

A fazenda, por razões desconhecidas, foi desocupada e abandonada após 1932, quando aqui esteve o Ten. Cel. da Polícia Militar Palmiro e, com ele se retirou Landolfo Alves, seu proprietário. Houve, em conseqüência desse fato, uma debandada geral. Poucos aqui permaneceram e entre eles muitos já falecidos. José Firmino da Silva, João Clareano, Olinto Baiano, Velho Caboclo, Marins, o velho Roque e inúmeras outras pessoas. Aqueles que permaneceram continuaram explorando o café deixado pela Fazenda Brasileira, plantando roças e vendendo o produto em Presidente Prudente.

O GRANDE DESBRAVADOR E SERTANISTA

Evidentemente, além daqueles pioneiros da Fazenda Brasileira (não poderia passar despercebido) o valor, a capacidade de trabalho, a coragem e a iniciativa de

Geraldo Rocha, Dr. Landulfo Alves e seu irmão Dr. Humberto Alves de Almeida), em que se destacou-se o super-pioneiro Manoel Mendes de Camargo. Este, em 1924 já trilhava a estrada de Campo Mourão e Mato Grosso, passando pelo Porto por ele aberto – Porto Camargo – onde não encontrando condições para transporte de gado, mudou-se para o atual Porto S. José. Camargo aportou aqui em 1935, já com a avançada idade de 70 anos. Uniu-se a Frutuoso e trouxe para esta região as primeiras 400 cabeças de gado, vindas de Mato Grosso e com a pujança do pasto capim colômbio, transplantado por Landulfo Alves em face das esplêndidas aguadas, previu o grande futuro da região na criação de gado. Procurou Manoel Ribas, o enérgico e capataz interventor do Estado do Paraná e dele obteve recursos para abrir a estrada boiadeira até Rolândia. A estrada custou aos cofres do Estado do Paraná Cr\$12.000 (doze contos) e tinha 137 quilômetros até Rolândia. O serviço foi contratado e executado pelo Cap. Telmo Ribeiro que, igualmente, abriu a estrada em continuação até o Porto S. José. Esta última parte foi inaugurada pelo interventor Manoel Ribas em 1940; oportunidade em que a percorreu juntamente com o comandante da região Militar e secretários de Estado até o Porto S. José. Nessa mesma ocasião, Manoel Ribas prevendo o futuro da região, decidiu colonizar esta vasta porção de terras (trezentos mil alqueires) ubérrimas e a partir da divisa de terras da Companhia Norte do Paraná, fixou então aqui, o Departamento de Geografia Terras e Colonização, cujo inspetor Dr. Francisco Faria, demarcou a cidade de Paranaíba, denominação retirada da sua situação geográfica, localizada entre os rios Paranapanema, Ivai e Paraná.

Manoel Mendes de Camargo, guarapuavano de fibra, lutador, corajoso e destemido, caboclo de têmpera de aço, foi em verdade, o grande, o maior e ilustre pioneiro da fundação de Paranaíba.

A SEGUNDA COMARCA DE TIBAGI

O Estado do Paraná, uma das mais jovens províncias constituída da Federação brasileira, desmembrada da Província de S. Paulo a 19 de dezembro de 1843, até então, era constituía pura e simplesmente como a quinta Comarca de S. Paulo, com sede na cidade de Curitiba.

Desmembrada de S. Paulo, formou-se então a jovem província, criando-se em data que pudemos precisar a segunda Comarca com sede em Tibagi, então cidade no auge da exploração de minérios e diamantes decorrentes, principalmente, do Rio Tibagi.

Esta cidade tornou-se a Meca dos garimpeiros e a mais rica e próspera da jovem província do Paraná. Seus garimpeiros esbanjavam nababescamente na cidade de

Ponta Grossa, o fruto do seu duro trabalho de exploração dos garimpos. A segunda comarca tinha como limites: a Leste o Rio Tibagi; a Oeste o Rio Paraná; ao Sul o paralelo 25 e ao Norte a província de S. Paulo (Rio Paranapanema). Compreendia, possivelmente, todos os municípios, todas as cidades do Norte a partir de Londrina e Sertanópolis até o Rio Paraná.

Paranavaí, sucessivamente, pertenceu às comarcas de Tibagi, Londrina, Rolândia, Apucarana e Mandaguari. A partir desta última cidade fomos desmembrados, formando assim a Comarca de Paranavaí.

MANOEL MENDES DE CAMARGO E FRUTUOSO JOAQUIM DE SALES

Já em 1924, o ilustre e duro caboclo Manoel Mendes de Camargo, o primeiro e intemerato desbravador de nossos sertões, palmilhava os picadões que iam de Campo Mourão ao Porto que tomou seu nome – Porto Camargo e daí para o Mato Grosso à compra de gado e com Frutuoso Joaquim de Sales, ainda Vico e aqui residente, introduziu, em 1935, as primeiras cabeças de gado na região. Ambos, em verdade, podem receber, com dignidade, o nome de autênticos pioneiros e fundadores deste município de Paranavaí.

Paranavaí, tal qual as cidades antigas, teve seu apogeu e opulência em 1929, com o distrito de Montoya e a Fazenda Brasileira, com mais de mil casas e seis mil habitantes. Com a decadência e o desaparecimento total, retornou à estaca zero. Ressurgiu, qual Fênix maravilhosa, das próprias cinzas, ávida de progresso e com pujança incontrolável.

Coberta de matas virgens, magníficas e impenetráveis, constituía verdadeiro desafio à coragem e destemor de nossos caboclos, sem estradas ou sequer picadões, de terras ubérrimas, seu valor (o hectare custava Cr\$ 12, e somente em 1930 atingia o preço de Cr\$18) o Estado pagava em terras a demarcação e divisão de suas glebas. O Engenheiro Beltrão, o grande engenheiro que maior números de glebas demarcou, deixou seu nome e propriedades na cidade de Engenheiro Beltrão, como em Tamboara nesta comarca. O município ligou-se, primeiramente a São Paulo pela estrada que vai a Presidente Prudente; somente após muitos anos pode ligar-se ao resto do Paraná pela estrada boiadeira – para Rolândia e para o Porto São José. O desaparecimento do núcleo inicial de povoamento desta região é atribuído à contrariedade da regra centenária que somente seja feito a partir do leste para oeste e o da Fazenda Brasileira foi feito a partir de Presidente Prudente, isto é, partindo do oeste para a leste. Feita a ligação a partir de leste – Rolândia, esta região se desenvolveu de maneira rápida e

sem preconceitos. Somente a partir de 1954 na comarca de Paranavaí foram criados mais de quinze novos municípios.

O distrito de Montoya foi, pois, o primeiro núcleo populacional de Paranavaí, ali com o primeiro escrivão Alpiniano Nascimento Ramos, foram feitos os primeiros casamentos, nascimentos e óbitos, inclusive o casamento de Manoel Paulino, em 1930. Em verdade, a Fazenda Brasileira teve como seu primeiro proprietário Lindolfo Collor, o grande líder que levou ao poder o emérito Presidente Getúlio Vargas. Paranavaí pode orgulhar-se de ter, entre seus desbravadores, ilustres homens públicos ligados à História do Brasil. O desenvolvimento de Paranavaí foi um pouco retardado, face as condições que o Estado impunha aos seus primeiros habitantes para a concessão das terras devolutas.

MARCO INICIAL DE PARANAVAÍ

Por Decreto nº 800 de 8 de abril de 1931, do General Mário Tourinho, interventor, passaram as terras de Paranavaí para o domínio do Estado do Paraná, autorizando-se o seu loteamento. Cremos que face enorme burocracia então e ainda hoje existente, houve grande desânimo dos lavradores que aqui se fixaram, havendo verdadeiro êxodo. Esse loteamento só foi realizado em 1944, pelo Dr. Francisco de Almeida Faria; podemos pois fixar como data da fundação de Paranavaí o mês de abril de 1944, data da demarcação da cidade pelo referido engenheiro. Foi nessa data que tomou o nome de Colônia Paranavaí e hoje simplesmente Paranavaí.

A colônia achava-se ligada somente a S. Paulo, quer pelo picadão que passando por Piracema subia a estrada para Presidente Prudente, como pelo mesmo picadão ia até o Porto S. José e ligava o Paraná a S. Paulo. Posteriormente foi ligada a Rolândia.

Foi quando Manoel Ribas decidiu, já aberto o picadão de Paranavaí a Rolândia e daquela até o Porto S. José, que ficou sendo chamada estrada boiadeira, a pedido de Manoel Mendes de Camargo e executada pelo Cap. Telmo Ribeiro, contratar os serviços do Engenheiro Natel Camargo, em 1938 e mediante contrato de Cr.\$1.500 o quilômetro, retificar a estrada aberta pelo Capitão Telmo e ligar de fato Paranavaí a Arapongas. Somente de 1938 em diante, ligou-se Paranavaí ao resto do Estado.

Com o desaparecimento da Fazenda Brasileira foi o distrito de Montoya despovoando-se e somente a partir de 1944 começaram a aparecer os novos moradores, vindo do norte, do nordeste, de Minas e S.Paulo.

Assim o distrito de Montoya com mais de 1.000 casas e 6.000 habitantes em 1929-1930. Desânimo e despovoamento e queima de casas e ranchos. Em 1944, a formação da colônia Paranavaí, com umas 80 casas e 500 habitantes, já no local onde

hoje se situa a cidade.

Primeiras casas: Hotel da Imigração, ex-prefeitura municipal (ao lado do Foro), Inspetoria de Terras, de madeira; Hospital Professor João Cândido Ferreira, de madeira; primeiro grupo escolar, ainda hoje funcionando no prédio construído em 1944.

A partir de 1944, Paranavaí continuou sua crescente ascensão para o progresso, jamais decaiu; avança sempre para frente num ritmo incessante; tornar-se-á em breve, uma das maiores e melhores cidades do Estado do Paraná pela instalação de indústrias, de alto comércio, de uma produção multiforme de cultura (café, cereais, etc) e da pecuária em franco progresso.

O MUNICÍPIO DE PARANAÍ

O município desmembrado de Paranavaí foi oficialmente criado pela Lei 790, de 14 de dezembro de 1951 e solenemente instalado com a posse do primeiro prefeito Dr. José Vaz de Carvalho em 14 de dezembro e 1952. A sua primeira Câmara de Vereadores, presidida por Ivo Carvalho Duarte, era assim constituída: Armando Castro Araujo, Domiciano Martins, Gustavo Marques de Oliveira, José Gomes de Lia, Antonio Pilar Cardoso, Dario de Assis Machado, Aldo Silva, José de Souza Leite e Vivaldo de Oliveira.

O município de Paranavaí em sua constituição original somente possuía os distritos de Porto São José e Catarinense (Graciosa) e seus limites eram os seguintes: a Leste uma linha reta, partindo das proximidades da cachoeira do Ferro no Rio Ivaí até o Rio Paranapanema, divisa com a comarca de Nova Esperança; a Oeste com o Rio Paraná; ao Norte com o Rio Paranapanema, Estado de S. Paulo; e ao Sul com o Rio Ivaí.

O DESENVOLVIMENTO DE PARANAÍ

Na gestão do prefeito José Vaz de Carvalho, Paranavaí alcançou seu maior desenvolvimento, tendo sido classificado como um dos cinco municípios do Brasil que mais se desenvolveram em 1956. Esse desenvolvimento, afora o espírito dinâmico e construtivo de seu prefeito, foi devido em grande parte a boa vontade do governador Bento Munhoz da Rocha Neto que deu ao município todas as datas do perímetro urbano, vendidas as mesmas datas por preços razoáveis, possibilitou a fundação do Ginásio Municipal de Paranavaí que passou a funcionar em 1954.

O desenvolvimento e crescimento da população foi tão rápido que, pela Lei nº 1.542 de 14 de dezembro de 1953 a cidade foi elevada à comarca de 2ª entrância e já

em 10 de março de 1954 era instalado solenemente seu primeiro juiz – Dr. Sinval Reis e o primeiro Promotor Dr. Carlos Alberto Manita.

Na instalação estiveram presentes os Exmos. Srs. Secretário do Interior e Justiça Dr. José Munhoz de Melo e Antônio Franco Ferreira da Costa, Corregedor Geral da Justiça e altas autoridades estaduais.

A superfície do município era então de 7.935 quilômetros quadrados ou de 327.928 alqueires de terras.

O CRESCIMENTO DE PARANAÍ

A ascensão do município não parou aí. Em 1956, recebeu o diploma de honra como um dos cinco municípios do Brasil que mais se desenvolveu nesse ano.

Entretanto, com o desenvolvimento sem parar da comarca um Juiz somente não poderia arcar com todo movimento forense. Pela Lei nº 253 de 25 de novembro de 1954 foram desmembrados e criados os municípios de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Loanda, Nova Londrina, Terra Rica, Paraíso do Norte, Tamboara, S. Carlos do Ivaí.

Já em de 1956, foi criada a comarca de Loanda, sendo-lhe incorporados os cinco primeiros municípios e ficando os restantes pertencentes à comarca de Paranaíba.

A 5 de maio de 1956, instalou-se a comarca de Loanda. Posteriormente, foram criados novos municípios, alguns desmembrados de Paranaíba e outros, de outros municípios, como sejam: Planaltina do Norte, Amaporã (Jurema), Nova Aliança do Ivaí e Guairaçá. Hoje a comarca encontra-se integrada pelos seguintes municípios: Terra Rica, Paraíso do Norte, Tamboara, Guairaçá, Planaltina do Norte, Amaporã (Jurema), Nova Aliança do Ivaí e Mirador.

Em 14 de dezembro de 1956, foi eleito o segundo prefeito da cidade o Sr. Ulisses Faria Bandeira. O município que vinha se desenvolvendo muito bem, teve novo surto de progresso, abertura de novos loteamento, asfaltamento de ruas, crescente número de novas construções e o aumento da população, aumento das rendas municipais e estadual e instalação da Coletoria Federal.

O progresso foi enorme, basta dizer que todo o município, na ocasião da instalação, rendia para o Estado em 1954 23 milhões e passou a render 100 milhões em 1956, após serem desmembrados mais de dez distritos e criadas outras tantas coletorias estaduais.

O eleitorado que atingia a 4 mil eleitores, havia aumentado para 10 mil. A renda municipal de 4 milhões passou a ser de 12 milhões e assim a cidade ia avançando para sua absoluta estabilidade econômico-social.

José Vaz de Carvalho e Ulysses Faria Bandeira conseguiram para a cidade um ritmo de desenvolvimento jamais visto em parte alguma. Demonstraram ser ótimos administradores e souberam, com seu eficiência e honestidade, fazer de um pobre e desprotegido povoado, uma cidade próspera, rica, bem povoada.

No governo desses dois prefeitos Paranavaí constituiu-se na Meca dos homens de outros Estados que desejavam um bom futuro para seus filhos.

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO

Desmembrados os municípios novos, pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, Paranavaí teve sua área de terras reduzida para 2.517 kms quadrados ou melhor 104.046 alqueires de terras.

Nessa data Paranavaí ficou restringida aos distritos de Catarinense, Jurema, Guaiaraça, Planaltina (este distrito criado pela Lei 3.292, de 14 de dezembro de 1957), Mirador e Nova Aliança do Ivaí. Em janeiro de 1956, face ao desenvolvimento de Paranavaí e ao grande movimento forense, foi a Comarca de Paranavaí elevada de 2ª para 3ª entrância e criada a sede da 18ª secção judiciária, com mais um Juiz de Direito Substituto.

Os dados estatísticos abaixo dão a ideia do crescimento e desenvolvimento de Paranavaí em números:

Até 1950 superfície de 2.517 km quadrados; população de 1944 – 500 habitantes; 1950 – 9.370 habitantes; em 1957 – 13.600 habitantes; 1960 – 20.500 habitantes. Renda Municipal de Cr\$400.000 para 40 milhões, respectivamente. Renda Estadual de 23 milhões em 1953 para 180 milhões em 1960. Renda Federal de 18 milhões quando da instalação da coletoria em 1956, para 100 milhões em 1960, tudo em números aproximados. Em 1961 de um colégio estadual para 3 ginásios – Ginásio Nossa Senhora do Carmo e Ginásio Humberto de Campos. Fundação de um Conservatório de Música “João Ghignone”; de uma biblioteca Municipal Júlia Wanderlei, na administração de Ulysses Faria Bandeira.

Além dos estabelecimentos de ensino mencionados, conta a cidade com mais os seguintes: Escola Normal Regional, Escola Normal Secundária, Escola do Comércio, 4 grupos escolares e numerosas escolas particulares. Em 1960, o Governador Moyses Lupion criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras por decreto Estadual, tendo sido a mesma, por convite daquele governo, organizada pelo Dr. Sinval Reis, Juiz de Direito, mas não tendo chegado a funcionar pelo seu sucessor no governo Estadual.

O município encontra-se bem servido por boas linhas aéreas de comunicação. A Varig com todo o Brasil; taxis aéreos da RETA e BOA, com todos os municípios vizinhos. Linhas de ônibus, inclusive a Viação Garcia, com todos os municípios vizinhos, Curitiba, São Paulo e grande número de cidades paulistas. A cidade é bem servida de agências bancárias: Banco do Brasil, Noroeste do Estado de São Paulo, Brasileiro de Desconto, Paraná - Santa Catarina, Comercial do Paraná, Industrial e Mercantil de Paraná, Estado do Paraná, da América, da América do Sul, Caixa Econômica Federal. Bons Hospitais, como sejam: Santa Casa de Paranaíba, Clínica Dr. Ismael Gripp, Hospital São João, Santa Margarida, Santa Júlia e outros.

Em 1960, após renhido pleito municipal, foi eleito prefeito o Dr. Antônio José Messias, que tomou posse em 14 de dezembro de 1960. O sucessor de Ulysses Faria Bandeira com o apoio integral do governador Ney Braga vem desenvolvendo um bom trabalho administrativo, quer na feitura de novas praças, no asfaltamento, como na captação e canalização de água para a cidade.

CONCLUSÃO

Na elaboração deste pequeno trabalho, que dedico inteiramente ao povo de Paranaíba, ao completar o seu primeiro decênio, contei com a eficiente colaboração de Antônio Rolaiser Lacerda, aproveitando inteiramente sua conferência proferida no Rotary Club de Paranaíba, quanto a parte antiga do desenvolvimento desta região e aparecimento dos velhos pioneiros.

Somente foi possível a presente publicação graças a boa vontade da Empresa Rodoviária Asa Branca, que num gesto extremamente carinhoso e s suas expensas, mandou publicar o presente trabalho e distribuí-lo para o estudo de todos os estudantes, distribuindo-o gratuitamente a todas as escolas locais, no dia 14 de dezembro de 1962, décimo aniversário de Paranaíba.

Que outros prossigam contando a história de nossa maravilhosa cidade. Pelos erros, omissões involuntárias, as minhas desculpas.

Sinval Reis

A GLEBA PIRAPÓ
Prof. José Carlos Alcântara

Mas a história da concessão feita à BRAVIACO começa com o decreto nº 10.432 de 9 de novembro de 1889, do Governo Imperial, com base no decreto nº 816 de 10 de julho de 1855. A Cláusula 1ª do decreto 10.432 prescrevia: “É concedido à companhia que o engenheiro João Teixeira Soares organizar, privilégio por 90 anos para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo de Itararé, na Província de São Paulo, vai terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em entroncamento com a linha de Porto Alegre e Uruguayana, com dous ramões: o primeiro, separando-se da linha principal em Ibituva e passando por Guarapuava descerá o Piquiry até à sua confluência no Rio Paraná, fornecendo dous subramões, em destinado às secções navegáveis deste último rio, outro destacando-se em Guarapuava e seguindo o Iguassu até sua foz; o segundo ramal divergindo da linha principal nas imediações da cidade de Cruz Alta acompanhará o Ijuhy e irá terminar nas margens do Uruguay”, Além deste privilégio, o Governo concedia: “Cessão gratuita de terrenos devolutos e nacionaes, e bem assim dos comprehendidos nas sesmarias e posses, excepto as indenizações que forem de direito, em zona máxima de 30 kilômetros para cada lado do eixo das linhas de que se trata, contanto que a área total de taes terrenos não exceda da que corresponder à média de nove (9) kilômetros para cada lado da extensão total das referidas linhas”. Pavia ainda o decreto que: “A Companhia deverá utilizar esses terrenos dentro do prazo de cinquenta (50) annos a contar da data da aprovação do Poder Legislativo, sob pena de perder o direito aos que não tiverem sido utilizados ao findar aquelle prazo”.

Por este decreto ficou claro que o Governo concedia o privilégio para determinada pessoa ou empresa para construir e usufruir por 90 anos de linhas de estradas de ferro, e ainda concedia gratuitamente terras devolutas nacionais e mais uma faixa de terras de cada lado da linha férrea, como forma de pagamento pela construção, porém, quanto às terras devolutas cabia aos concessionários a obrigação de colonizá-las dentro do prazo de 50 anos, sob pena e perderem as terras.

Abolida a monarquia sem que tivesse aperfeiçoado a concessão entre a Fazenda Nacional e o Dr. João Teixeira Soares, supôs o Governo Provisório que podia exercer a faculdade de aprovação legislativa remanescente e baixou o decreto nº 305 de 7 de abril de 1890, com o fim de declarar efetiva a concessão feita pelo decreto (anterior) na parte em que a mesma concessão havia ficado dependente de aprovação do Poder Legislativo.

O engenheiro João Teixeira Soares, detentor da concessão e por direito transfere a concessão à Companhia Chemins de Fer Sud Oest Brésiliens e esta transfere, de acordo com a autorização contida no decreto nº 397 de 20 de junho de 1891, à Companhia Industrial dos Estados Unidos do Brasil e, finalmente, com

assentimento do Governo brasileiro, expresso no decreto nº 1386, de 6 de maio de 1893, dá-se nova transferência, desta vez para a COMPANHIA ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO-RIO GRANDE, subsidiária da Brazil Railway Company.

Ocorre que com a promulgação da Constituição de 1891, as minas e terras devolutas passaram a pertencer aos Estados (artigo 64). Porém, os direitos adquiridos pelo decreto 10.432 não foram afetados.

O Governo do Estado do Paraná passa a legislar sobre a concessão para construção de estradas de ferro, conforme prescrevia a lei nº 1340 de 10 de abril de 1913, em seu artigo 1º: “Autoriza O Poder Executivo a conceder a qualquer particular idôneo, Companhia ou Empresa, o direito de construir e explorar estradas de ferro do território do Estado, observadas as disposições da presente lei”.

O Governo do Paraná, percebendo a necessidade de acelerar a construção de estradas de ferro em seu território, procura harmonizar os interesses do Estado com os direitos da Estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, para tanto foi promulgada e sancionada a lei nº 1457 de 6 de maio de 1914, que em seu artigo 3º, item 19 prescrevia: “a verificar, pelos que julgar necessários, os direitos que assistem à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, quanto a questão das terras marginaes às suas linhas, no território do Estado, podendo entrar em accordo com aquella Companhia de modo a harmonizar os diretos que lhe forem reconhecidos com os interesses do Estado”.

Pelo decreto nº 11.905 de 19 de janeiro de 1916, o Governo Federal volta a legislar sobre as concessões da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Pela legislação anterior, além dos privilégios e a cessão de terras devolutas, o Governo Federal ainda oferecia uma “garantia de juros” pelos capitais investidos, nas construções das linhas que por ventura fosse deficitárias. Por este decreto o presidente Wenceslau Braz modifica este benefício da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, eliminando a “garantia de juros” para determinadas linhas, porém, mantém a cessão gratuita de terrenos devolutos nacionais, bem assim compreendidos nas sesmarias e posses, exceto as indenizações que forem de direito nas faixas de cada lado da linha e continua a obrigação de utilizar esses terrenos dentro do prazo de 50 anos a contar de 24 de outubro de 1890.

O decreto nº 613 de 4 de setembro de 1917 (que deu origem ao contrato datado de 8 de setembro de 1917), assinado pelo presidente do Estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, previa: “O Presidente do Estado do Paraná, attendendo ao requerido pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, e usando da autorização contida na alínea 19 do art. 3º das Disposições Permanentes da lei nº 1457 de maio de 1914, resolve entrar em accordo com a mesma Companhia a fim de ficar regularizada a concessão de terras a que a mesma tem direito neste Estado”. Na

cláusula primeira a que se refere o decreto nº 613, “o Estado reconhece os direitos que goza a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, em virtude do Decreto Imperial nº 10.432 de 9 de novembro de 1889 e Decreto nº 305 de 4 de abril de 1890, consolidados no Decreto 11.905 de 19 de janeiro de 1916, à concessão gratuita de uma área de terras devolutas e nacionais e bem assim das compreendidas nas sesmarias e total das estradas de ferro de sua concessão, constituídas pelas seguintes linhas: tronco Itararé-Uruguay e ramal de Jaguariahyva e Ourinhos (na parte compreendida e território paranaense) e ramal de Guarapuava e seu prolongamento até a Foz do Iguassu, via Rio Jordão”, Através da cláusula terceira deste Decreto (nº 613), terras do Noroeste do Estado do Paraná, onde hoje também está localizada a cidade de Paranavaí, são envolvidas no contrato com a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e o Governo do Estado do Paraná, como concessão pela construção do ramal Guarapuava e seu prolongamento até Foz do Rio Iguassu, via Rio Jordão, como veremos a seguir: “A área correspondente ao ramal de Guarapuava com seu prolongamento a Foz do Iguassu, via Rio Jordão, cuja construção ainda não foi iniciada, será pela Companhia, medida e demarcada, no prazo de dois annos, a contar da data deste Decreto, em zonas comprehendidas nos Municípios de Palmas, Guarapuava e Tibagy, sendo o respectivo processado submetido à Secretaria d'Estado dos Negócios de Fazenda Agricultura e Obras Públicas, para expedição do correspondente título de domínio nos termos da referida legislação estadual”. Esta cláusula está se referindo às terras devolutas que a Companhia tinha direito. Esta cláusula prevê ainda que sejam respeitadas as terras em poder de nacionais, que não tiverem outro título além da sua ocupação, com efetiva cultura e morada habitual, aos quais assiste o direito de solicitarem ao Estado a sua legitimação ou compra, nos termos da legislação em vigor. A cláusula sexta deste mesmo decreto prescrevia: “No caso da Companhia não concluir a construção das estradas a que se refere a Cláusula terceira, dentro do prazo determinado pela cláusula Primeira do Decreto nº 10.432 de 9 de novembro de 1889, referente à utilização das terras de que se trata, isto é, dentro de vinte e dois annos e sete meses a contar da data deste Decreto, o seu domínio sobre essas mesmas terras correspondentes aos trechos não concluídos, dentro desse prazo, resolver-se-á em favor do Estado, para o qual ellas reverterão de pleno direito, salvo as que a Companhia quizer adquirir nessa época, ou anteriormente ao preço accordado entre o Estado e a Companhia, o qual não poderão ser superior ao mínimo da lei que então estiver em vigor; parág. 1º. O dispositivo nesta cláusula não se applicará à terras que ao findar o prazo nelle fixado, estiverem effectivamente colonizadas, isto é, com 3/4 da área de cada colônia, com cultura effectiva e morada habitual; parág. 2º - Verificado o caso de não ser cultivada a área fixada no parágrafo anterior, reverterá para o Estado a parte

não ocupada”. A cláusula Sétima, ainda do mesmo Decreto, autoriza a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, a organizar outras empresas ou mesmo fazer contrato com empresas de colonização, seu teor: “A Companhia fica autorizada a organizar novas companhias ou a fazer quaesquer contractos com emprezas de colonisação, dentro do prazo de dois annos contados da presente ata, com o fim exclusivo de aproveitar as terras a que tiver direito por este Decreto, em serviços de povoamento do solo e colonisação, respeitadas os termos das cláusulas aqui expressas; Pará. Único - O Estado, neste caso, passará directamente às ditas emprezas os títulos respectivos. Por último na cláusula Oitava (estamos transcrevendo apenas as cláusulas que interessam a este estudo) o Estado vincula os direitos e obrigações a terceiros os compromissos da Companhia, como veremos a seguir: “As cláusulas deste Decreto e os direitos e obrigações delle resultantes subsistirão integralmente, ainda que venham a ser encampadas ou transferidas a terceiros as linhas que se refere este Decreto; Pará. Único - Consideram-se para todos os effeitos, subordinados às cláusulas quarta e sétima todos os títulos já expedidos em favor da Companhia a qual fica obrigada a não assumir, sem prévio accordo com o Estado, obrigação alguma em contrário do que anteriormente fica estipulado, e renunciando, em relação a elle todos os direitos que por sua concessão porventura lhe pertençam sobre as terras devolutas do Estado, além dos que lhe ficam asseguradas por este Decreto”. Com este Decreto (613) que deu origem a um novo contrato em 1917, a Companhia fica autorizada a organizar novas empresas ou fazer quaesquer outros contratos com empresas de colonização com o fim exclusivo de aproveitar as terras devolutas que tem direito em serviços de povoamento do solo e colonização. O aproveitamento das terras passar ser condição sine qua non para a garantia da posse das mesmas.

Pela lei estadual nº 1847 de 22 de março de 1919, em seu artigo 1º, concede a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, privilégio para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que partindo da cidade de Guarapuava, onde entroncará na linha de concessão federal da mesma Companhia e seguindo o Vale do Rio Jordão, vá terminar em ponto conveniente do ramal Foz do Iguassu, para esta concessão são observadas as cláusulas gerais do Decreto nº 10.432 de 9 de novembro de 1889. Agora é o Governo Estadual que concede a concessão para a construção deste ramal.

Pela lei nº 1909 de 18 de fevereiro de 1920, o Governo Estadual prorroga por mais dois anos o prazo previsto, no contrato de 8 de setembro de 1917, para demarcação das terras.

Tentando solucionar a questão ferroviária, o Congresso Legislativo do Estado do Paraná, aprova a lei nº 1939 de 20 de março de 1920, autorizando o Poder Executivo a organizar um “Plano Geral de Viação Ferrea do Estado”, e ao qual deverão obedecer

todas as concessões que forem feitas na vigência da presente lei. Esta lei prevê ainda no seu artigo 6º: “Para atender ao pagamento do juro que for estipulado, sobre o custo quilômetro da linha férrea, o Poder Executivo poderá ceder para fins exclusivo de colonização terras devolutas existentes dentro ou fora da faixa de 15 quilômetros a que allude o art. 6º da lei nº 1340 de 10 de abril de 1913, pelo preço que julgar conveniente, dentro das disposições legais vigentes, reguladores desses preços, devendo, porém, os títulos definitivos dessas terras ser expedidos na proporção que ellas forem sendo effectivamente aproveitadas para aquelle fim, em prazo que será marcado no contrato respectivo, perdendo o concessionário o direito sobre a área não colonizada. findo esse prazo”.

Em 23 de agosto de 1920 é firmado um novo contrato com novas cláusulas, entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, em que o Governo do Paraná concede à Companhia ou empresa que de acordo com ela for organizada o privilégio, uso e gozo, para construção de uma estrada de ferro que, partindo de um ponto conveniente, situado entre as estações de Porto Amazonas e Iguassu, da linha férrea de Curitiba a Ponta Grossa, se dirija à cidade de Guarapuava e prolongando-se pelo vale do Rio Jordão, vá até a sua foz no rio Iguassu, podendo substituir-se esse prolongamento por outro que se dirija pelo divisor de águas dos rios Iguassu e Piquiri até o rio Paraná. Entre outros favores, o Estado cede gratuitamente uma área de terras devolutas correspondente a 9 quilômetros para cada lado das linhas que fazem objeto da presente concessão, multiplicando pelo desenvolvimento total das mesmas linhas, exceto o trecho de origem até Guarapuava, de conformidade com os estudos de reconhecimento que vierem a ser aprovados pelo Governo do Estado, cessa essa que se regerá pelas cláusulas do contrato feito entre o Governo e a mesma Companhia em 8 de setembro de 1917. Este contrato estava previsto para vigorar por oitenta anos a contar da data da inauguração do tráfego em um primeiro trecho de 20 quilômetros, findo o qual a Companhia entregaria ao Estado, sem indenização alguma, todas as linhas férreas com o material fixo e rodante, bem como as suas dependências, tudo em bom estado de conservação. No item “e” da cláusula II deste contrato, estabelecia a “garantia de juros” por parte do Governo para o capital excedente de dez mil contos de réis (10.000.000\$000). Em relação ao contrato de 1917, este permitia substituir o prolongamento da linha férrea da foz do rio Iguassu para outro que se dirija pelo divisor das águas dos rios Iguassu e Piquiri, até o rio Paraná.

BRAVIACO

A partir deste momento surge na história a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO) como sucessora da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande.

Por Escritura Pública, lavrada no Cartório de Francisco Belisário, Tabelião do 4º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, em data de 5 de outubro de 1920, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, outorga à Companhia Brasileira de Viação e Comércio a concessão prevista no contrato entre a outorgante e o Governo do Estado do Paraná, firmado em 23 de agosto do corrente ano. BRAVIACO assume os direitos à concessão de terras a que a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande tinha direito. (2.100.000 he), porém ficaram excluídas as terras já tituladas à EFSPRG, ou seja, as seguintes áreas: Santa Maria, com 11.327 he e 6.500 m²; Silva Jardim, com 76.746 he; Riosinho com 551 he e 5.189 m²; e Missões, com 425.731 he, num total de 514.355 he e 11.689m².

No dia 22 de novembro de 1920, na Procuradoria da Fazenda do Estado do Paraná, perante o Exmo. Sr. Dr. Marins Alves de Camargo, Secretário Geral do Estado, compareceram os procuradores das duas Companhias e assinaram o termo de transferência da concessão da construção do ramal de Guarapuava com seus prolongamentos e em virtude do qual ficam transferidos a Companhia Brasileira de Viação e Comércio todos os direitos e obrigações decorrentes do contrato em 23 de agosto de 1920 entre o Governo do Estado do Paraná e a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande.

Com base no contrato de 8 de setembro de 1917, na lei 1909 de 18 de fevereiro de 1920, e no contrato de 23 de agosto de 1920, por sucessão coube à BRAVIACO demarcar as terras a que tinha direito.

Na demarcação de suas terras no Noroeste do Paraná a BRAVIACO defronta-se com os interesses de outra Companhia, a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. E no entendimento entre estas duas companhias, nos fornecem mais informações sobre a região. Transcrevemos em parte este acordo, que a Companhia Brasileira de Viação e Comércio é denominada de “Companhia Brasileira” e a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio de Companhia Marcondes”. “Em 20 de março de 1925 a Companhia Brasileira de Viação e Comércio e a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio, através de escritura pública, lavrada no Segundo Tabelião Gabriel Ribeiro de Curitiba, fizeram um acordo amigável, no intuito de dirimir as dúvidas suscitadas a respeito das terras abrangidas pelas glebas “Pirapó” e “Cantu”, medidas e demarcadas pela Companhia Brasileira, nos termos do respectivo contrato de concessão lavrado na Secretaria Geral do Estado,

e tendo em vista harmonizarem os seus recíprocos interesses em ordem a conjugarem seus esforços de modo a melhor cooperarem o aproveitamento das terras de que são concessionários". Pelo item "a" deste acordo a Companhia Brasileira permitiu que fosse deduzidos 250.000 hectares de terras da gleba "Pirapó", cujo processo de medição se achava na Secretaria Geral do Estado, compreendidos entre o rio Pirapó e uma linha tirada pela origem da Corredeira do Estreito, no rio Paranapanema, em direção ao rio Ivaí, de modo a dividir em duas áreas equivalentes a referida gleba (500.000 he), conforme se achava indicado nas duas vias da respectiva planta organizada pelo engenheiro civil Francisco Gutierrez Beltrão. No item "b" referente às obrigações da Companhia Marcondes, coube à mesma abrir mão de qualquer direito que lhe assiste em relação às terras situadas a Oeste da Gleba "Pirapó", entre os rios Paranapanema, Paraná e Ivaí, reconhecendo válida para todos os efeitos a medição e demarcação da área de 250.000 hectares que a Companhia Brasileira, "a" procederá para substituir e compensar a área a ser deduzida nos termos citados acima, e assim integrar a área de 500.000 hectares localizados a margem do rio Paranapanema, antes abrangidas pela aludida gleba "Pirapó", No "termo" de entrega de títulos a Companhia Brasileira de Viação e comércio, lavrado em 2 de maio de 1925, na Secretaria Geral do Estado, a Companhia Brasileira recebeu dois títulos de terras referentes a gleba "Cantu", que cedeu pelo acordo, titulados um em nome de José Coelho Almeida, diretor-presidente da Companhia Marcondes de 42.400 he, e outro em nome da Brasil Plantation Syndicate Limited (of London) de 193.600 he (estas terras foram vendidas a Companhia Marcondes e a mesma revendeu parte à Brasil Plantation e seriam deduzidas das terras a que tinham direito a Companhia Brasileira na gleba "Cantu"). Mas neste documento ficou estipulado o direito da Companhia Brasileira de medir e demarcar a área de 250.000 hectares a Oeste da gleba "Pirapó", e que os autos já estavam em andamento na Secretaria Geral do Estado, para assim integrar a área de 500.000 hectares a ser abrangida pela mesma Gleba, na qual a Companhia Brasileira concordou em serem deduzidos 250.000 hectares.

A seguir transcrevemos na íntegra "único" título de terras pertencente a BRAVIACO no Noroeste do Estado do Paraná, área denominada de gleba "Pirapó". Verificamos que a área de terras situada a Oeste da gleba "Pirapó", confrontada com os rios Paraná, Ivaí e Paranapanema, embora reservada à BRA VIACO, não foi titulada à mesma, embora existissem "autos" em andamento na ocasião, na Secretaria Geral do Estado.

GLEBA PIRAPÓ

JULHO - 1925



GLEBA PIRAPÓ

Consultado o Livro 3-C do Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Tibagi-PR, verificamos a seguinte transcrição: "Número de Ordem: 2.435; data de 31 de julho de 1925; Freguesia do Imóvel: Tibagy; denominação do imóvel: Pirapó; confrontação e características: o terreno referido com a extensão superficial de dois bilhões e quinhentos milhões de metros quadrados (2.500.000.000 m²) ou duzentos e cinquenta mil hectares (250.000 hectares), está situado no município de Tibagy, é limitado ao norte pelo Rio Paranapanema, do sul pelo Rio Ivahy, a leste por uma linha recta que partindo da origem da Corredeira do Estreito no Rio Paranapanema ao rio Ivahy, confrontando com terras do Estado, reservadas a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio e a oeste por linha entre os rios Paranapanema a Ivahy, em dois rumos sucessivos, cujos extremos são indicados por marcos, confrontando com terras do Estado reservadas para a Companhia Brasileira de Viação e Comércio e por esta já requerida ao Governo; encerrado. Tibagy 31 de julho de 1925, Oficial Otávio Camargo Amaral; Adquirente: Companhia Brasileira de Viação e Comércio; transmitente: O Governo do Estado do Paraná; Título de concessão feita

de acordo com a Letra D, da cláusula XIX do contrato assegurado em 23 de agosto de 1920; forma do título: Tabelião que o fez - Título de domínio pleno expedido pelo Governo do Estado do Paraná aos 2 de julho de 1925 e registrado as folhas 2 do L 1º, assegurado respectivamente pelo Sr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente, Alcides Munhoz, Secretário, Manoel Antonio Cordeiro, Diretor e João Loyola, encarregado do registro; valor do contrato: cento e dezessete mil réis (117.000), conforme consta o título e talão nº 43.021; condições do contrato: pura e simples.

Faziam parte da “Gleba Pirapó”, as terras hoje denominadas: G-l/b 3ª parte, 2ª seção; G-l/B parte, 3ª seção (parte); G-l/B 2ª parte, 3ª seção (parte); G-l/B 3ª parte, 1ª seção (parte); G-l/b 2ª parte (integral); G-l/b 1ª parte, 2ª seção; G-l/B 1ª parte, 1ª seção; G l/A (integral); G-3/A (integral); G-2 (integral); G-l (integral) (cidade de Paranavaí); G-lvai (integral); G-5 (integral); G-6 parte. G-7 (parte); G-3 2ª parte (integral); G-3 1ª parte (integral) e G-3 3ª parte (integral).

ADITAMENTO AO CONTRATO DE 23 DE AGOSTO DE 1920

Em 8 de junho de 1928, o Governo do Estado do Paraná, firma um contrato com a Companhia Brasileira de Viação e Comércio, em aditamento ao contrato de 23 de agosto de 1920, lavrado de acordo com o Decreto 737 de 1º de junho de 1928, que determinou o financiamento pelo Estado, da parte que, para construção da linha férrea entre Riosinho e Guarapuava, exceder aos dez mil contos de réis (10.000.000\$000), a que estava a mesma Companhia obrigada a despende e ficava obrigada a dar início aos serviços de construção da estrada de ferro para Guarapuava, no dia 1º de julho de 1928.

A BRAVIACO VENDE E RECOMPRA PARTE DAS TERRAS DA GLEBA PIRAPÓ

Por esta transcrição descobrimos que a BRAVIACO, vendeu em 31 de dezembro de 1928, parte de sua gleba Pirapó, conforme segue: “Registro nº 4670 do Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Tibagy, a Companhia Brasileira de Viação e Comércio, vendeu à firma Gonçalves de Sá e Irmãos, firma de comércio estabelecida em Curitiba duas áreas de terras, uma de 2.000 alqueires e outra de 3.000 alqueires, partes da gleba Pirapó, com as confrontações e características anotadas no Livro 3-F, do mesmo Cartório. Neste registro verificamos a seguinte “Averbação”: “Por escritura pública lavrada em 19 de outubro de 1929, pelo 1º Tabelião da Cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, Gonçalves de Sá e Irmãos incorporam à

Companhia Industrial Brasileira de acordo com estatutos dessas duas glebas de terras, sendo uma de 2.000 alqueires e outra de 3.000 alqueires, parte da gleba Pirapó, neste município de Tibagy e que as mesmas obtiveram por Compra da Companhia Brasileira de Viação e Comércio, Tibagy, 27 de novembro de 1929”.

Em outro registro do Cartório acima, sob nº 302 e datado de 28 de janeiro de 1930, a Companhia Brasileira de Viação e Comércio adquiriu da Companhia Industrial Brasileira, com sede em Curitiba uma área de 2.000 alqueires, lote 117 parte da gleba Pirapó (A BRAVIACO readquire) cabendo à BRAVIACO respeitar um contrato existente com o Sr. João Antonio dos Santos, tão somente no que se refere às plantações de 200.000 pés de cafés e plantações de cereais (nossa hipótese é que o Sr. João Antonio dos Santos fosse um empreiteiro).

O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ RESCINDE OS CONTRATOS COM A BRAVIACO E ANULA OS TÍTULOS EXPEDIDOS

Devido, então ao não cumprimento das cláusulas contratuais por parte das Companhias envolvidas, o Governo do Estado do Paraná, baixa o Decreto nº 300 de 3 de novembro de 1930, assinado pelo General Mário Tourinho, Chefe do Governo Provisório, rescindindo o contrato firmado com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, lavrado em 23 de agosto de 1920 e por esta cedido a Companhia Brasileira de Viação e Comércio e o aditamento de 8 de junho de 1928 e bem assim todos os atos consequentes dos mesmos e dos contratos anteriores por ele alterados, sendo, ipso facto, declarados em caducidade o privilégio, a concessão e mais os favores concedidos a mesma Companhia e a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, revertendo, os ter 1 os do artigo 9º do assedimento de 8 de junho de 1928, para o Estado, todas as obras executadas na Estrada de Ferro Guarapuava, sem que a concessionária caiba direito a qualquer indenização. São declarados nulos e de nenhum efeito todos os títulos de domínio expedidos, em razão dos contratos rescindidos e dos anteriores por ele alterados em favor da Companhia Brasileira de Viação e Comércio e da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, devendo ser responsabilizadas as mesmas Companhias pelas áreas de terras, porventura alienadas ou que por sua autorização, constarem de títulos diretamente expedidos pelo Governo em nome de terceiros. Preve também o Decreto nº 300, o cancelamento das transcrições realizadas, dos títulos expedidos referentes às terras, ainda não alienadas pelas referidas companhias concessionárias.

Por consequência deste Decreto foram anulados os seguintes títulos expedidos

a favor da BRA VIACO: Gleba Pirapó 250.000 h; Gleba Catanduva, 544.376 he; Gleba Piquiri, 335.913 he; e Gleba Ocohy, 55.625 he, somando 1.185.914 hectares. E da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande um total de 514.355 hectares, correspondentes as áreas: Santa Maria, Silva Jardim, Riosinho e Missões.

GOVERNO DO PARANÁ REGULAMENTA A COLONIZAÇÃO DAS TERRAS DEVOLUTAS

Pelo decreto nº 800 de 8 de abril de 1931, o General Interventor Federal do Paraná, Mário Tourinho, regulamenta a venda das terras devolutas do Estado, objetivando solucionar o problema da colonização das terras paranaenses por famílias nacionais como por estrangeiros que espontaneamente queiram concorrer para o progresso do Paraná. Evitando a concessão de grandes áreas e limitando ao de 200 hectares a área que a cada pessoa ou família poderá ser pelo Estado concedida a título de venda e fixou em 18\$000 por hectare o preço mínimo para vendas das terras devolutas.

GOVERNO FEDERAL INCORPORA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO A ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO - RIO GRANDE E TODO O ATIVO DA EMPRESA BRAZIL RAILWAY COMPANY, BEM COMO DE SUAS FILIADAS

Em 24 de abril de 1931, pelo Decreto nº 19.918, o chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Dr. Getúlio Dornelles Vargas, resolve declarar a caducidade das concessões à “Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, para a Construção da linha férrea de Porto União a Foz do Iguassu, do ramal das Sete Quedas, e do ramal de Guarapuava e sua ligação com a Estrada de Ferro do Paraná, pelo inadimplemento das obrigações estipuladas em contratos anteriores”.

Pelo Decreto-Lei nº 2.073 de 8 de março de 1940, o Governo Federal incorpora ao patrimônio da União a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e as empresas filiadas, ou sejam, todo acervo das Sociedades “A Noite”, “Rio Editora” e “Rádio Nacional” e as terras situadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina pertencentes à referida Estrada de Ferro, alegando que a empresa Ferroviária só poderia ter adquirido ações de outras empresas com receitas e lucros sonogados, de vez que as linhas férreas sempre foram deficitárias, tanto que o Governo teve que arcar com contribuições para “garantia de juros” do capital nelas investido.

E através do Decreto-Lei nº 2.436 de 22 de julho de 1940, incorpora ao

patrimônio da União todo o ativo existente em território nacional da Brazil Railway Company e empresas a ela filiadas e dispõe à apuração e liquidação do seu passivo. Entre outras empresas estava incluída a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, alegando inidoneidade desta firma Norte Americana.

CANCELAMENTO DO REGISTRO GLEBA PIRAPÓ

Para encerrar esta fase histórico-jurídica, que envolveu a região em que hoje está localizada a cidade de Paranavaí, na década de 20 e início do decênio seguinte, transcrevemos a “Averbação” registrada no Livro 3-C do Cartório do Registro de Imóvel da Comarca de Tibagi: “Averbação cancelamento nº 262, na transcrição nº 2435 por despacho do M. Juiz de Direito Desta Comarca de Tibagy, Paraná, José Pacheco Júnior, de 31 de março de 1942, na carta precatória em que é Deprecante o Dr. Ernani Guarita Cartaxo, Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda neste Estado e Deprecado o Dr. Juiz de Direito desta Comarca de Tibagy, fica cancelada a transcrição nº 2435, pág. 73 do U 3-C deste Ofício, transcrição essa em que a adquirente a Companhia Brasileira de Viação e Comércio e transmitente o Estado do Paraná, sobre uma área de terras no imóvel Pirapó, com 250.000 hectares, ou sejam, 2.500.000.000 m² neste Estado, que esse cancelamento é feito em virtude de que foi determinado por sentença de 30 de agosto de 1932, do então Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda, Dr. Antonio Leopoldo dos Santos, cuja sentença foi confirmada pelos acórdãos nºs 9.286 de 20 de setembro de 1933 e 14.242 de 21 de junho de 1940, do Egrégio Tribunal de Apelações deste Estado, não sendo cabíveis mais nenhum recurso qualquer que seja o efeito. Encerrado Tibagi 6 de abril de 1942, Oficial Otávio Camargo Amaral.

AINDA TEM MUITA HISTÓRIA

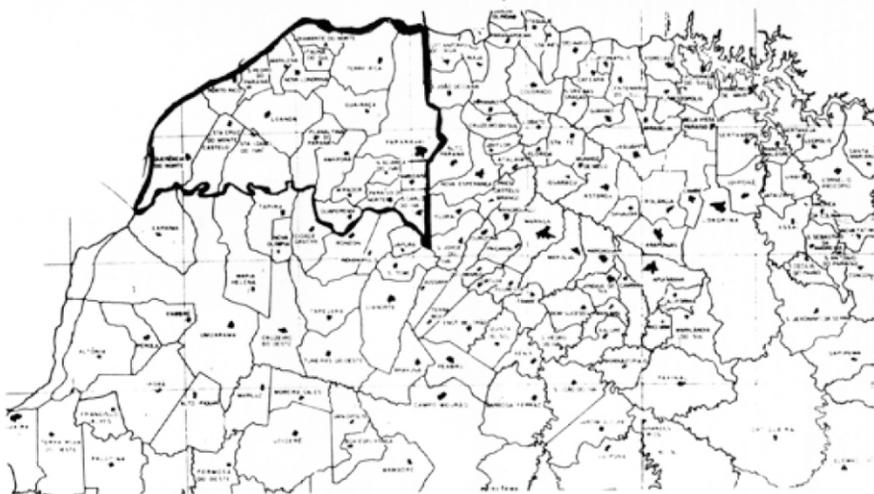
Deste período ainda outras questões merecem ser investigadas, como por exemplo: Como se processou a abertura das terras? Como surgiu e desapareceu o Distrito de Montóya? Os investimentos feitos em instalações e plantações? Como se realizou a migração de nordestinos? Como e por que mais de 6.000 pessoas abandonaram a área e apenas 5 famílias permaneceram? O envolvimento dos nomes de Lindolfo Collor, Geraldo Rocha, Landulfo Alves, Coronel Palmiro e outros? E sem esgotar as questões, as origens dos mitos que envolveram a colonização?

Depois desta fase, como escreveu o ilustre Dr. Sival Reis: “das cinzas surgia uma nova Fênix, ávida de progresso e com pujança incontrolável”, a cidade de Paranavaí,

UM POVOADO ESCONDIDO ORIGINOU PARANAÍ
Reportagem de Widson Schwartz

Folha de Londrina –Outubro / 1982

Antes de os ingleses iniciarem a colonização de Londrina, 1.200 famílias, a maioria de nordestinos, cuidavam de lavouras de café na Fazenda Brasileira, de onde os jagunços não deixavam ninguém sair.



**O Nordeste (ou Norte Novíssimo) de Paranavaí,
317 mil alqueires antes concedidos a uma única empresa**

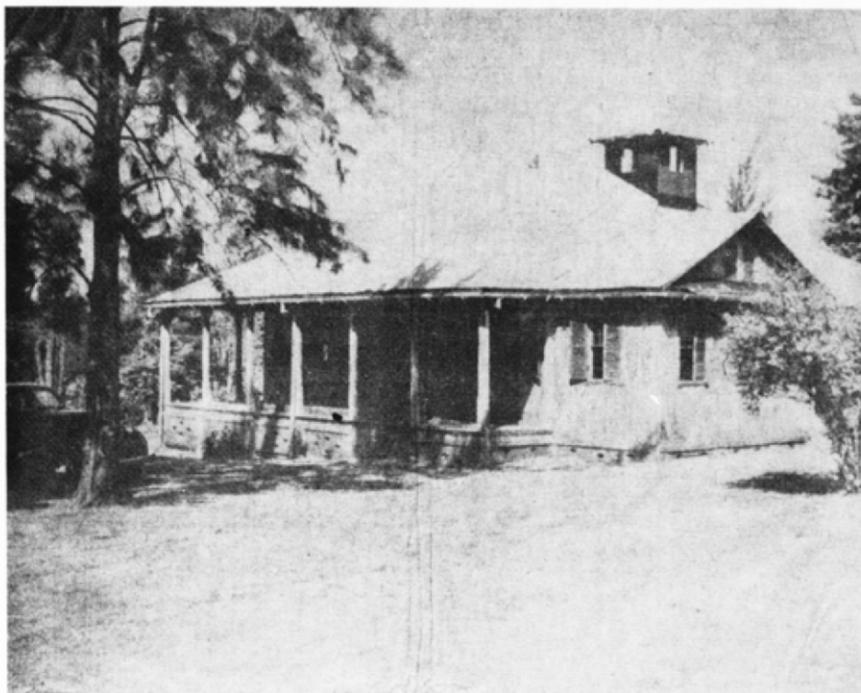
Houve tempo no Brasil em que o governo contratava obras e pagava as empreiteiras com terras, antecipadamente, beneficiando companhias estrangeiras e suas subsidiárias no País, tendo sido notória a “Brazil Railway Company”, encarregada de implantar a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. E esta prática aparece na origem da povoação do Noroeste (ou Norte Novíssimo) de Paranavaí, atualmente abrangendo 21 municípios.

No sudoeste e oeste a Railway obteve 800 mil hectares e no noroeste 317 mil, através da subsidiária Braviaco – Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A – provavelmente no início do século. Esse tipo de acerto chegou a ser adotado a nível estadual, em 1948, quando o governador Moysés Lupion pagou as obras iniciais da Estrada de Ferro Central do Paraná com terras na região de Umuarama, onde a Byngton, de São Paulo, desenvolveu a colonização de Pérola, Xambrê, Altônia e outros municípios.

Mas na região de Paranavaí, a União retornou a extensão em 1930, pelo não cumprimento de contrato por parte da Braviaco ou simplesmente por um ato

revolucionário (Getúlio Vargas havia assumido o poder). Era a Fazenda Brasileira, na qual a Braviaco já explorava mil alqueires plantados com 1 milhão de cafeeiros e mais trezentos de pastagens, obedecendo a um projeto baseado nas condições do solo e que preconizava, no futuro, o predomínio da pecuária extensiva.

Com o interventor Manoel Ribas, em 1933, o Governo paranaense planejou a colonização da Fazenda Brasileira, que começou efetivamente em 1944 sob a denominação Colônia Paranaíba. A decisão de Ribas contrariava interesses da Companhia de Terras Norte do Paraná, na medida em que a colonização dos ingleses se estendia a Maringá e prometia alcançar as áreas de Cianorte e Umuarama, a preços superiores aos da Colônia Paranaíba que, relativamente eram simbólicos, por tratar-se de empreendimento oficial em terras devolutas.



Assim era a sede da Fazenda Brasileira, posteriormente usada pela administração estadual na área

Da Fazenda Brasileira a Paranavaí, uma história de suor e sangue envolvendo posseiros, grilheiros e jagunços; “a lei” ficava por conta de um tenente “promovido a capitão” pelo próprio povo e do célebre Pimpão designado pelo interventor Manoel Ribas para “domar Londrina”.

A época, o Brasil tinha 41.236.313 habitantes, um terço da população atual, e o Paraná 1.236.276, um sétimo do que tem hoje; a grande devastação florestal imposta pela colonização dos ingleses, a partir de Londrina, mal havia começado, o Estado ainda estava próximo de sua cobertura vegetal primitiva, correspondente a 87 por cento do território. Então, o noroeste de Paranavaí era sertão isolado das frentes pioneiras no Norte do Estado; a Fazenda Brasileira somente podia ser alcançada por uma estrada desviando diretamente para Presidente Prudente.

Mas, na década de 30, a lavoura cafeeira ali dava trabalho a 1.200 famílias nordestinas recrutadas em suas origens a maior parte. Inexistem documentos oficiais a respeito do regime de trabalho, porém a julgar-se pelo depoimento de Natal Francisco – pioneiro e com o nome no Estádio Municipal de Paranavaí – a força de trabalho era mantida rigidamente, nenhuma família tinha permissão para sair, depois de contratada. E aquelas que tentavam eram perseguidas e abatidas a tiros por jagunços à margem do Paranapanema.

Mas Frutuoso Joaquim de Salles, um pernambucano que chegou em 1929 à Fazenda é extremamente reticente a respeito e, para ele, não houve barbarismos.

Em depoimento ao “Diário do Noroeste” (1), Natal Francisco recorda que ele e o irmão José foram atraídos pela “Fazenda Brasileira” (ou “da Brasileira”) em 1928. E viajaram num Ford a gasogênio desde Presidente Prudente até Porto Ceará, na barranca do Paranapanema, onde deixaram o carro, aconselhados pelo barqueiro: “Vocês podem ir conhecer a Brasileira, mas não com essa condução. Se levarem, ela fica lá e talvez até vocês não voltem mais ...” “Passados oito dias de visita à Fazenda, os irmãos voltaram a Porto Ceará e, nas proximidades ouviram um som de acordeão. Entrando trinta metros por uma picada, uma mulher lhes gritou: “Pelo amor de Deus, não mata nós. Tamo fugindo, mas tamo quasi morto ...” Era noite. Valendo-se de uma lanterna, os irmãos localizaram caído o marido da mulher, ensanguentado, com a roupa rasgada, sem forças para erguer-se e tendo a sanfona sobre o peito. Eles haviam conseguido atravessar o rio numa jangada improvisada, depois de enganar os jagunços que ficavam postados à margem, que matavam para tomar dinheiro, abriam as barrigas das vítimas, enchiam-nas de pedras e largavam os corpos na correnteza.

A lei chegaria à Brasileira em 1936, com o tenente Telmo Ribeiro, homem do Governo. Então a Fazenda estava abandonada desde 1932, muita gente tinha ido embora, o mato tomava conta do café.

Mas as violências não cessariam. Há um segundo capítulo, inerente à fase da Colônia Paranavaí.

(1) – Edição de 14/12/77, sobre os 25 de emancipação política de Paranavaí, p. 28.

FRUTUOSO E A BRAVIACO

Pernambucano de Salgueiro Grande, com 71 anos de idade, curtidor de couro bovino que usa artesanalmente na confecção de arreamentos para cavalos, Frutuoso Joaquim de Salles afirma gostar do ofício por uma razão especial: recorda o seu tempo de boiadeiro (ou vaqueiro), na terra natal e em Paranavaí.

Rijo, de barba e cabelos brancos, Frutuoso sente orgulho do trabalho, se abre para falar dele; mas se o assunto é a Braviaco, o tenente Telmo – o todo poderoso a partir da colonização oficial – ou o capitão Pimpão, assume semblante grave, procura mudar de assunto.

Frutuoso chegou em 1929 à Fazenda Brasileira, numa leva de 600 famílias nordestinas, trezentas de Pernambuco e outro tanto do Ceará, para o trabalho em mil alqueires de café e duzentos de pastagens. Mas o contingente humano, no total, chegava a 1.200 famílias.



Frutuoso Joaquim de Salles chegou em 1929, numa leva de trezentas famílias pernambucanas.

Decididamente, Frutuoso só tem elogios para a Brasileira, falando até de planos da Braviaco, suas informações conferem com as de outras pessoas. Ele foi ouvido pela Folha de Londrina e prefere falar mais sobre fatos amenos.

“O dono” da Braviaco era Geraldo Rocha, proprietário do jornal “A Noite” e que tinha participação na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, às épocas a maior emissora do Brasil. Na década de 50, a Nacional ainda tocava um “jingle” do jornal: “Quando a Noite chega / Trazendo a informação / O Povo logo sente / O valor da tradição”!

A rádio e o jornal funcionavam no mesmo prédio, o “Edifício A Noite”.

Conta que a Fazenda Brasileira era projeto de Lindolfo Collor, homem de Getúlio Vargas, tendo sido transferido posteriormente à Braviaco, da qual era sócio Landolfo Alves, um político que fora interventor na Bahia.

Mas assim como os 800 mil hectares da chamada Colônia Braviaco, envolvendo oito municípios no sudoeste e oeste recentemente titulados pela INCRA aos atuais ocupantes – conforme foi noticiado – os 317 mil alqueires da Fazenda Brasileira foram retomados pela União pelo Decreto nº 800, de 8 de abril de 1931, assinado pelo general Mário Tourinho, interventor Federal no Paraná.

Com a intervenção oficial, interrompeu-se o projeto da Fazenda Brasileira, que previa a produção de café por 20 anos e posteriormente o aproveitamento das terras para a pecuária bovina. Grande parte das famílias foram embora, o mato tomou conta de boa parte das lavouras.

Era a transição para o que seria a Colônia Paranavaí, abrangendo os 317 mil alqueires limitados com as terras da Companhia Norte do Paraná, rios Paranapanema, Paraná e Ivaí – resultando destes dois últimos a nova denominação (Paranavaí).

PIMPÃO E TELMO, OS TENENTES DE “MANÉ FACÃO” NA COLÔNIA

Abrangendo 317 mil alqueires no noroeste paranaense, a Fazenda Brasileira foi um empreendimento delegado à iniciativa privada por um organismo federal e, em 1930, já compreendia mil alqueires de cafeeiros e 300 de pastagens, exigindo uma força de trabalho correspondente a 1.200 famílias, a maior parte trazida diretamente de Pernambuco e Ceará e que eram guardadas por jagunços, para que não fugissem aquelas menos aclimatadas.



O tenente Telmo era assim quando chegou à Colônia Paranavaí. Dedicou a fotografia a Frutuoso.

Em 1931, a Fazenda Brasileira foi retomada pelo Governo e o segundo interventor federal do Paraná, Manoel Ribas, projetou a colonização da área DM 1933, mudando o nome para Colônia Paranavaí, denominação inspirada nos rios Paraná e Ivaí, dois limites da gleba. Entram na história duas figuras lendárias, até certo ponto, os tenentes Telmo Ribeiro e Aquiles Pimpão, homens reconhecidamente duros, autoritários, escudados que eram na confiança do célebre interventor “Mané Facão”, tido por austero e dado a vigiar a conduta dos prefeitos e outras autoridades nomeadas pelo Estado à época.

Eram “a lei” na Colônia Paranavaí, Telmo tomando conta diretamente e Pimpão influenciando desde Londrina e Curitiba, tendo sido delegado e chefe da Casa Militar num período da interventoria de Manoel Ribas.

“UM HOMEM DE OURO”

A presença de ambos perdurou até o primeiro Governo Lupion, quando as disputas pela terra no Noroeste de Paranavaí – apesar da colonização oficial – aumentaram, e foram sangrentas: “daqui até Porto Rico em uma fileira só de cruzeiros” – no dizer de Natalício Luiz dos Reis, um alagoano que chegou em 1943.

Em 1936, Telmo Ribeiro chegava à Colônia Paranavaí, em desordem geral pelo abandono a que fora relegada a Fazenda Brasileira, em cuja área os grileiros começavam a se estabelecer, tanto é que o Estado já concedia prazo de noventa dias – a quem havia se apossado de terras – para a legalização. Telmo Ribeiro, “com uma turma de paraguaios, foi quem acabou com a mortandade que havia por aqui” – consta do depoimento de Natal Francisco.

Telmo havia ido parar em Porto Murtinho, Mato Grosso, integrando um contingente do Rio Grande do Sul, em 1932, e terminada a Revolução Constitucionalista, passou a comandar um esquadrão de cavalaria formado em Ponta Porã, na defesa da fronteira com o Paraguai. Vem desse tempo a patente militar que ostentava. Deixando a cavalaria, dedicou-se à abertura de fazendas para o plantio de erva-mate, passando depois a trabalhar na Companhia Mate-Laranjeira, no transporte fluvial pelo Rio Paraná.

Por intermédio de Natel Camargo, que conduzia gado de Mato Grosso para o Paraná, o tenente Telmo foi apresentado a Aquiles Pimpão, “homem de confiança” de Manoel Ribas.

Ribas desejava a colonização racional, porém a Colônia Paranavaí podia ser alcançada exclusivamente pelo Estado de São Paulo, por uma velha estrada partindo de Presidente Prudente, atingindo Porto Ceará, na barranca do Paranapanema. Telmo recebeu a incumbência de melhorar um picadão ligando a Colônia a Arapongas e, por extensão, ao resto do Paraná, dedicando-se posteriormente à abertura da “Estrada Boiadeira”, até onde é Maringá atualmente.

“Telmo abriu estas estradas todas” – afirma Frutuoso Joaquim de Salles, o pernambucano que chegou em 1929 à Fazenda Brasileira e depois tornou-se amigo do tenente.

A procedência e os hábitos de Telmo são narrados por Alcides Loureiro, que aos 89 anos de idade fez um depoimento ao “Diário do Noroeste”. Telmo era um homem vaidoso e com a fama de “rápido no gatilho”, porém delicado e de foz macia, usava um cinturão com a letra “T” na fivela, fumava charutos holandeses e cheirava a perfume francês; um anel de madrepérola, mandado confeccionar no Rio de Janeiro, e um broche de ouro com que prendia o lenço de cetim ao pescoço, suas joias preferidas. As botas sempre sob medida e o paletó tinha que combinar com elas.

Para o alagoano Natalício Luiz dos Reis, “o tenente Telmo era um homem de ouro. Se lhe pedissem alguma coisa, ele dava, mas que não mexessem nas coisas dele...”.

E comenta: “Telmo tinha cobertura do Lupion. O que ele assinasse, o Lupion garantia”. No governo Lupion foram registrados sérios conflitos na área, especialmente na Gleba 29, em Querência do Norte; e em São Pedro do Paraná, um litígio envolvendo os Rocha Loures – parentes do Capitão Aquiles Pimpão – só foi encerrado na década de 70. Carlos Antonio Franchello relatou que, quando colonizar Querência do Norte, na década de 50, as áreas que não tinham sido abertas ainda eram consideradas Fazenda Brasileira, onde o Governo desejava malfeitores, abandonando-os à própria sorte na Mata fechada. Muitos desses apareciam em Querência do Norte, onde lhes era dada

uma oportunidade de trabalho.

Em 1954, “Paranavaí era o a cidade mancheteada pelos jornais de Curitiba como a “Capital do Crime” – recordou o ex-deputado Waldenício Barbalho em depoimento ao jornalista Euclides Bogoni.

Elegante e solteiro o tenente Telmo sobreviveu a esse clima de violência, provavelmente devido à fama de “rápido no gatilho” e pela posição política, eis que frequentava inclusive ambientes propícios a entreveros.

Ainda hoje se comenta em Paranavaí sobre o assíduo frequentador da “Boate da Cigana” que foi o tenente Telmo.

A ele é atribuída a morte de um jovem subdelegado, Alcides De Sordi, com quem tinha uma rixa política. “Quem sabe direitinho desse caso é o Frutuoso, só que ele não conta nada” – afirmam alguns velhos moradores. De Sordi estaria angariando assinaturas num documento destinado ao bispo de Mandaguari, denunciando Telmo, por algum motivo. O bispo estava em visita a Paranavaí e Telmo foi à Delegacia, na tentativa de impedir, e acabou disparando contra De Sordi. Segundo alguns, foi um acidente e o próprio Telmo fez questão de responder a inquérito.

Consta que teve problemas financeiros, tais os gastos que fazia, e viu-se obrigado a vender uma parte das terras que possuía, e em 1964 mudou-se para Maringá. Em 1967, fazendo uma cobrança em Cornélio Procópio, foi morto pelo devedor.

Telmo tinha a fama de “rápido no gatilho” e sabendo disse, o homem a quem cobrava sacou um revólver e o matou com um tiro, em meio a um desentendimento.

PIMPÃO PODIA SÓ MANDAR

Frutuoso Joaquim de Salles foi amigo de Telmo, de quem guarda uma fotografia com dedicatória de 20 de março de 1940: “A Frutuoso e Durvalino ofereço esta com a expressão mais sincera de nossa amizade”.

Mas quem quiser saber alguma coisa de Telmo relacionadas à sua fama de homem duro, pode ficar o dia inteiro esperando, Frutuoso não conta: muda de assunto, chama a atenção dos netos, mostra os arreios prontos, fala de seu tempo de boiadeiro.

“Você sabe por quanto foi vendido o primeiro jipe que chegou por aqui? Por 20 mil réis...”

Indagado se sabe onde fica a “Lagoa do Jacaré” talvez nas proximidades de Porto São José, lugar onde os jagunços jogavam os corpos das vítimas – segundo se acredita – Frutuoso diz não ter recordação.

“A matança aqui era como em todo lugar de colonização” – resume, para em seguida falar de Pimpão, “O homem de confiança de Manoel Ribas” – e que levou o interventor a confiar também em Telmo. “Foi o Pimpão que adomou Londrina e São Jerônimo da Serra a pedido de Manoel Ribas” – afirma. E só elogios para Pimpão, “homem de confiança de Manoel Ribas, não precisava fazer, podia só mandar, mas pegava no trabalho”. Frutuoso conta que certa vez Pimpão apareceu em Paranavaí e com ele foi até Porto São José, onde o Estado estava construindo algumas casas. E, para sua surpresa, o homem não ficou olhando, pôs mãos à obra: “Puxamos juntos as vigas...”.

De uma tradicional família de Palmas, o Capitão Aquiles Ferreira Pimpão marcou época como delegado de Londrina, por seus métodos. Verdade ou exagero, a ele é atribuída a prática de despejar desocupados e marginais no rio Tibagi – e isso até parentes dele costumam comentar. Dizem que saía com um caminhão e ia parando pelos bares, pedindo documentos aos frequentadores, colocando imediatamente sobre a carroceria aqueles que não tinham. Na delegacia, mandava dar uma dose de óleo de rícino a cada um e novamente fazia-os subir para a carroceria, onde ficavam segurando as calças, porque as cintas eram tiradas.

Já com arranjos intestinais causados pelo purgante, eram levados a um ponto da margem do Tibagi e empurrados para a água. E só tinham uma alternativa: sair na margem oposta, em Jataizinho, sob ameaçava de levarem uns tiros de policiais, caso resolvessem ao contrário.



O tenente Pimpão,
homem de confiança
de Manoel Ribas,
apresentou Telmo
ao Interventor.

UMA COLONIZAÇÃO EM OUTRO RUMO PARA DESGOSTO DE MISTER THOMAS

Com o efetivo posicionamento do Estado na Fazenda Brasileira, a partir de 1936, quando o tenente Telmo Ribeiro converteu-se em homem de confiança do interventor Manoel Ribas, a distribuição dos 317 mil alqueires – retomados pelo Governo à Braviaco – ficava mais próxima. Para desgosto de Mister Thomas, dirigente da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), em 1942 a colonização bifurca-se em Maringá, bem mais para noroeste, pela antiga estrada em direção ao Porto São José.

RUMO DA COLÔNIA PARANAÍ

Thomas se manifestava contrário, em razão da Colônia Paranaí permitir o requerimento de lotes a preços simbólicos, por tratar-se de terras devolutas e de domínio do Estado; preços bem aquém daqueles da CTNP, que havia adquirido as suas terras e investido em infra estrutura. Logo, a Colônia Paranaí poderia desviar compradores. Este presumível risco não afetava a disposição do interventor Manoel Ribas, mais interessado em amenizar a influência paulista no norte paranaense, tanto é que mandara abrir a Estrada do Cerne (Curitiba-Jataizinho) e não admitia o acesso à Colônia Paranaí exclusivamente via Presidente Prudente, no Estado de São Paulo.



As glebas adquiridas pela Companhia de Terras Norte do Paraná confinavam a Colônia Paranaí - indicada por setas - a extremo noroeste do Estado

UM TÚNEL VERDE

A reconstrução da antiga estrada partindo de Maringá em direção ao Porto São José pelo tenente Telmo Ribeiro, “foi a primeira e real providência que permitiu já em 1942, a demarcação de uma gleba para a localização de famílias de nacionais na colônia batizada com o nome de Paranavaí, marco inicial do povoamento de vasta região que via desde a divisa com as terras da Companhia Norte do Paraná até o Rio Paraná, entre os rios Paranapanema e Ivaí”.

O memorável registro é de Ulisses Faria Bandeira, que aos 21 anos de idade demarcou, em 1942, a primeira via pública na colônia, a atual avenida Paraná. Nascido em São Mateus do Sul, em 1938 ele estava em Londrina, trabalhando na Inspetoria de Terras do Estado, dirigida pelo tio Francisco de Almeida Faria.

Ulisses conhecera a Colônia em 1939, participando da viagem inaugural da linha Londrina-Paranavaí, a 16 de dezembro. “Diretores da Empresa Rodoviária Garcia & Garcia Ltda., e diversas autoridades embarcaram na “Catita” às 17h30m (...). o tempo estava bom e, por isso, a viagem foi “rápida”, tendo os viajantes desembarcado em Paranavaí às 2 horas do dia seguinte”.

Em se tratando de viagem inaugural, o próprio Celso Garcia Cid ia ao volante da jardineira, tendo por passageiro o prefeito de Londrina, João Lopes; Ulisses Faria Bandeira, representando o Departamento de Terras do Estado; Humberto Alves de Almeida, fiscal do Banco do Brasil e fazendeiro, entre outras pessoas. A “Catita” correria pela estrada restaurada pelo tenente Telmo e a empresa era subvencionada pelo Governo, por que inicialmente a linha não permitia lucratividade, com apenas duas viagens por mês.

“A estrada era um túnel verde” – tal a exuberância da mata primitiva. “Apenas no local denominado Capelinha – hoje Nova Esperança – havia uma área aberta, de aproximadamente um alqueire, bem na encruzilhada da Estrada Inglesa que ligava aquela região ao Estado de São Paulo (Porto Santo Inácio). Ali existiam uma casa, uma cruz e uma capela”. Na lembrança dos viajantes, “nuvens de mosquitos e borboletas invadiam a jardineira e perturbavam os passageiros”.



Ulisses Faria Bandeira demarcou em 1942 a primeira via pública da Colônia, para a localização das primeiras casas

Muito diferente era viajar por esta estrada em tempo de chuva, é o que permite comprovar a experiência de Hugo Doubek, primeiro administrador da colônia, a partir de 1943, Ulisses Faria Bandeira conserva um relato por escrito de Doubek, da viagem de Londrina a Paranavaí, em caminhão, conduzindo a mudança da família. “Só quem conhecia o trajeto de Londrina a Paranavaí poderá fazer uma ideia a que sujeitei minha família...”

Maringá se resumia num “grande barracão onde se podia descansar da penosa viagem, em virtude das condições da estrada em tempo de chuva”. E em frente, “que trajeto”, mais de três horas para alcançar a saída da cidade.

Chegamos então a “Cala Boca”, hoje Mandaguaçu, e que naquele tempo consistia apenas de uma casa de negócio. De lá em diante, a estrada parecia mais um campo de batalha cheio de trincheiras. Outra vez tivemos o trabalho de aplainar lugares perigosos e assim mesmo, por várias vezes, perigamos tombar. Minha família mais andava do que aproveitava a condução; certos trechos pareciam planos (...) compunham-se de areia seca e quando lá chegávamos o rodado do caminhão se enterrava de tal maneira que, com o movimento, as rodas chegavam a desaparecer até o eixo. Outra vez procurar galhos, desenterrar rodas, remover a areia até encontrar o chão firme.

“Sim, foram etapas que roeram na minha consciência, fazendo-me perguntar por que aceitei tal encargo, vendo o sofrimento dos meus. Não havia moradia em toda a extensão da estrada, também nenhum riacho no qual pudéssemos mitigar nossa sede. Mas, com a graça de Deus chegamos a noite ao primeiro barracão construído em Paranavaí e que por muito tempo iria servir de morada para nós e de escritório para a Colônia”.

CAMPANHA CONTRA

Ulisses demarcou a primeira via pública em 1942, mas fixou residência em Paranavaí só em 1944, e o seu casamento, com D. Balbina, foi o primeiro registrado a partir da colonização oficial na área. Com a criação do Município, ele se tornou o segundo prefeito eleito, em 1956, e ainda hoje mora na cidade.

Entre os primeiros funcionários estaduais na Colônia Paranavaí, ele se limitou a trabalhar com afinco e nada requereu para si, não virou fazendeiro, nem amealhou riquezas, continua a fazer o que o levou à “boca do sertão” na década de 40: as demarcações e levantamentos topográficos. Violências, nos primórdios da Colônia, ele admite, mas não em proporções alarmantes, entendendo que houve exagero proposital na divulgação – “havia uma campanha, a Companhia de Terras vendia no dinheiro, aqui

podia ser requerido”. Segundo Ulisses, era notório o interesse da CTNP quanto a inviabilização da Colônia Paranavaí; e Frutuoso Joaquim de Salles, o velho “Pernambucano” que chegou em 1929 à Fazenda Brasileira e tornou-se amigo do tenente Telmo, também tem opinião formada a respeito; “Mister Thomas não queria a abertura da estrada por Maringá, mas o finado Manoel Ribas mandou abrir...”.

Os primeiros lotes foram solicitados, à Inspetoria Estadual, em março de 1943, porém os primeiros colonos chegaram somente em setembro, devido à escassez de transporte, o que fazia os caminhões cobrarem de 1.200 a 1.500 cruzeiros por uma viagem desde Londrina. Estava demarcada apenas a Gleba 1-A – trabalho de Alberto Gineste – onde os requerentes iam chegando aos poucos e as casas das colônias da Fazenda Brasileira, desmanchadas e montadas novamente em outros locais para os colonos, já eram insuficientes.

“Paranavaí parecia, naquele tempo, um acampamento de ciganos; feliz quem tinha uma lona e podia armar uma barraca” – escreveu Hugo Doubek.

O inspetor local Ulisses Faria Bandeira e o administrador Hugo Doubek continuavam a demarcar ruas, com a ajuda “daquele povo que se movia na área da cidade e ainda não podia ser localizado (...) foram trabalhos árduos, mas a futura cidade começou a tomar forma”. Em lugar dos capoeirões, surgiram as quadras alinhadas. “Foi então que recebi do Sr. Inspetor de Terras ordem de localizar aquela gente, obedecendo certa metragem margeando os córregos e rios. Fiz isto sem condução e sem montaria, tinha que ser feito a pé. A 2ª Gleba começava mais ou menos a 10 quilômetros da cidade e os primeiros colonos foram localizados a vinte quilômetros” – anotou Doubek.

As glebas demarcadas tinham pouco mais de 15 mil alqueires cada uma, sobre as quais houve várias tentativas de grilagem, repelidas por homens do Estado tendo à frente o sargento Marcelino. Em 1944, o Inspetor achava bom os resultados: plantio em carga de cinquenta lotes, quase trinta quilômetros de estradas na Gleba-1, ligando os lotes à sede e à estrada geral. E o patrimônio fora iniciado “sob bons auspícios, pois a maioria dos colonos pretende construir; tem uma casa provisória para o administrador, outra para pensão, mais duas auxiliares”.

A demarcação da Gleba-2 ocorreu a partir de janeiro de 1944, com a colocação de marco no ponto de partida na estrada para Porto São José, abrangendo 15.165 alqueires paulistas (24.200 m²) de terras de cultura e vegetação densa.

O inspetor preconizava uma serraria – a madeira beneficiada tinha que ser apanhada em Marialva – e a Administração estudava o abastecimento de água, sugerindo o acionamento de uma bomba “por motor a gás pobre” capaz de levar água a 100 famílias a uma distância de 1.200 metros e a 45 metros de altura, através de canos de uma polegada e um quarto.

“Os colonos estão pedindo escola, pois há cerca de 40 crianças em condições de aprender o alfabeto. Logo que a serraria esteja funcionando, a Inspeção construíra uma casa escolar...”.

DOENÇAS E FERIMENTOS, MAS DOUBEK NÃO PODIA DESANIMAR OS COLONOS

Uma situação crucial começou em 1945, na Colônia: um surto de Leishmaniose a “Úlcera de Bauru”, vitimou dezenas de pessoas, marcando até crianças, que ficaram com os narizes e orelhas deformados. Uma fase traumática da colonização, é o que se infere do depoimento do administrador Hugo Doubek, um marceneiro repentinamente “desdobrado” em enfermeiro, conselheiro e juiz.

Ele conhecera Antonio Batista Ribas, diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), durante uma exposição de pinturas em Curitiba. Ribas o achou talhado para “tomar conta da Colônia” e ele acabou aceitando. “Já atacado de sinusite, sem saber, enfrentei com a esposa e cinco filhos a viagem de trem até Marques dos Reis, de onde havia baldeação, novamente de trem, até Londrina”, ficando nesta cidade a família hospedada na casa do Pedro Chichon, auxiliar do inspetor de terras. “Foi em Londrina que a sinusite se manifestou de tal maneira, que tive de submeter-me a uma intervenção cirúrgica, que atrasou a viagem para Paranavaí”, Doubek havia feito uma viagem sozinho à Colônia, anteriormente, quando preparou as primeiras casas – desmanchadas em colônias da Fazenda Brasileira e reconstruídas em outros pontos – com o fim de acolher os primeiros colonos. Ao se instalar definitivamente, “onde hoje se ergue a pomposa cidade de Paranavaí, só existia um capoeirão que mais parecia uma densa mata” cheia de rastros de onça. Além de uma “Winchester” e um revólver “H.O.” entregues pelo Departamento de Terras, ele havia comprado uma espingarda calibre 16. Foi experimentar a “Winchester” contra um veado, a oito metros de distância: “Mirei bem a paleta e atirei. Ora, a oito metros errar um alvo como aquele, não podia ser possível. E chegando em casa, fui testar a arma: além de descalibrada, tinha diferença de mira”.

Quando fui experimentar o revólver, foi preciso fazer o tambor girar três a quatro vezes até que a agulha amassasse a espoleta o tanto para explodir. Mas a sorte ajudou-me, quando mais tarde mudou para futura cidade o Sr. José Machado com sua senhora e filha, trazendo mantimentos e boas armas, de maneira que, neste sentido, não mais apoquentava-me pelo estar de minha família, pois o Zeca mandou construir outro barracão nas proximidades do meu. Em poucos dias mudou, também para lá, o Sr. Rodrigo Ayres, estabelecendo negócio de secos e molhados. Assim, as casas que se

achavam espalhadas naquela vasta região eram desmontadas e reconstruídas da melhor maneira, no complexo onde iria se traçar o ruamento da cidade da qual existia apenas o perímetro urbano marcado”.

Antes, Doubek havia travado conhecimento com José Firmino, ex-colono da Fazenda Brasileira; Dna. Antonia e seus filhos – “ela sabia preparar um beiju de farinha de milho e, sempre que a visitávamos, nos servia daquele beiju com leite de vaca, pois tanto Dna. Antonia Palmiano como o Sr. José Firmino, possuíam algumas reses e forneciam leite para meus filhos menores”.

Acentuando-se a chegada de colonos, Doubek passou a presenciar desavenças, por divisas ou prejuízos causados pelas criações. A ele cabia dar soluções ou harmonizar as partes.

“Sem prática ainda, talvez tenha cometido injustiças, pois ouvindo apenas a parte queixosa, intimava a parte que fora agravada e ainda que por índole, procurei dar bom trato a todos. Percebi, no entanto, que os queixosos nem sempre estavam com a razão e assim quando haviam outros casos, aceitava-os unicamente quando as duas partes estivessem presentes (...). Nas derrubadas de matos, aconteciam desastres em que morriam peões debaixo de alguma árvore enlaçada em cipós e que na queda desviavam-se para rumo não calculado. Geralmente eram casos que deviam ser resolvidos por mim e examinados, se não tratavam de homicídio”.

EU NÃO PODERIA DESANIMAR NINGUÉM

“Doentes tinham que ser tratados e não havia médicos. Houve casos que atendi com bom êxito servindo-me de chás e ervas, quando os sintomas não demonstravam ser coisa grave”. Levando o machado ao ombro, um rapaz caiu de uma pinguela (um tronco atravessado sobre um riacho) e feriu-se. “Como sangrava muito, seus companheiros fizeram fogo e queimaram um chapéu de feltro, colocando o chumaço sobre o ferimento, conseguindo assim parar o sangue. Deram-me, no entanto, um serviço bastante grande para remover o chumaço que penetrou no ferimento. Fazia o curativo diariamente, até conseguir a cicatrização, a princípio com medicamentos que trouxera de Curitiba (álcool, ataduras, água oxigenada, pomada “Riclei” e outros) que, por indicação de um farmacêutico amigo, havia levado, felizmente, grande quantidade”.

Mas em face dos conhecimentos sobre medicina serem praticamente nulos, Doubek afirma que “tinha de fazer semblante doce mordendo maçã azeda”.

“Eu não poderia desanimar ninguém!”

Num outro rapaz, um ferimento produzido por um galho cortado a foice foi achado por um berne e uma mosca varejeira. “Quando mostrou-me, a ferida vazava pus

e exalava mau cheiro de carne em decomposição”.

O tratamento convencional de Doubek, com uma dose de creolina adicionada, liquidou os vermes. “Em virtude da profundidade, mais ou menos oito centímetros, a ferida estava limpa e não tinha mais cheiro ruim, no entanto o tratamento prolongou-se para um mês, não queria cicatrizar (...) reduzido a um centímetro de profundidade, coisa natural, pois todo ferimento vai cicatrizando de dentro para fora, mas eu desconhecia este pormenor. Assim, receando alguma complicação e, naquele tempo já havia movimento de caminhões, mandei o rapaz até Marialva para consultar o médico.

“Examinado pelo médico, este mandou-o de volta a Paranavaí, a fim de continuar o tratamento da ferida, que acabou cicatrizando depois de mais duas semanas”.

Com o aumento da população, o Departamento de Terras contratou um médico, José Pedro Vicentini. “Mas como não havia moradia adequada, ele visitava a Colônia uma vez por semana”. Novamente, lá estava Doubek a tratar os doentes com precárias medicações, fato que logo melhorou quando foi estabelecida a primeira farmácia, pelo Sr. João Machado, que possuía bastante prática”.

Era a vez da “Úlcera de Bauru”.

“Em 1945, começou então uma situação cruciante, o surto de Leishmaniose, conhecida como “Úlcera de Bauru”. Quantas pessoas ficaram mutiladas em virtude de não procurarem tratamento (...). Foi quando adquiri prática em aplicar injeções na veia. Felizmente, foi enviado um enfermeiro, o Sr. Eurico Hummig, que exercia em Curitiba a função de guarda sanitário. Que luta tivemos. Eram atendidas, às vezes, cinquenta pessoas por dia. O Dr. José Pedro Vicentini tinha pedido sua exoneração e foi substituído pelo Dr. Aguilar Arantes. Deve-se dizer que o Dr. Aguilar Arantes fez milagres. Não descansou enquanto não descobriu a medicação certa para enfrentar aquela terrível ferida, o que finalmente conseguiu; e não houve mais necessidade de lotar outro caminhão com pessoas atacadas de tal ferida para serem tratadas em Curitiba”.

DO PRIMEIRO MORTO LEVAMOS O CORPO A LONDRINA

Antes da chegada do Dr. Aguilar, verificou-se a primeira morte, de uma vítima da varíola. Não havia cemitério e Doubek transportou o corpo a Londrina, sendo nesta cidade reprovado pelo capitão Aquiles Pimpão, delegado de Polícia.

“A estrada era ruim em época de chuva, mais se empurrava o caminhão do que se aproveitava dele. Finalmente chegamos a Londrina, onde apresentei-me ao capitão Pimpão, que exercia a Chefatura de Polícia naquela cidade. Depois de uma

repreensão, por levar a falecida para lá, ele deu ordem de localizar em Paranavaí um lugar para o cemitério”.

Apesar da violência, em pleno desbravamento havia o respeito pelos mortos, não se concebia o indigente, pelo menos dentro dos princípios de Doubek.

Interessante: Doubek menciona todas as misérias, males crônicos de um país continental e de administrações centralizadas. Porém, ele omite as disputas pela terra, a exemplo de seus contemporâneos. Provavelmente, porque essa prática sangrenta assumia, invariavelmente, conotação política.

“Aqueles cinco anos de permanência na Colônia poderiam contar muitos outros acontecimentos, entre eles a luta contra grileiros, mas fiquemos por aqui. Dou graças a Deus por ter conservado minha vida, ainda que muito sofri em virtude dos sustos e aborrecimentos sofridos por meus familiares”.

O RÁPIDO POVOAMENTO SOB O SIGNO DO CAFÉ

A colonização oficial, seguiram-se outras da iniciativa privada a cargo do engenheiro Francisco Beltrão, Carlos Antonio Franchello e Ênio Pepino. Em 1960, o Noroeste de Paranavaí perdia apenas para o Norte Novo de Londrina em população.

A consolidação da Colônia Paranavaí, em Glebas destacadas dos 317 mil alqueires retomados pelo Governo à Braviaco no início dos anos 30, estimulou a iniciativa privada a promover colonizações paralelas já em 1946, quando foi constatado que a região não se constituía apenas de terras devolutas: ali era proprietário, também, o engenheiro Francisco Beltrão.

Naquele ano, Beltrão obtinha autorização para colonizar 17 mil hectares compreendendo as seções Tamboara, Seara, Surucuá e Anhumai; e na década de 50, foi seguido por Carlos Antonio Franchello, fundador de Querência do Norte (Gleba 27-A); e Ênio Pepino, que abriu Terra Rica. Por essas quatro iniciativas, o Noroeste ou Norte Novíssimo de Paranavaí foi rapidamente povoado sob o signo do café, chegando aos 307.277 habitantes em 1960, superando as micro-regiões de Maringá e Umuarama – 237.383 e 253.151 respectivamente – e só perdendo para a de Londrina (599.373) naquele ano.

Entre 1959 e 1962, a produtividade cafeeira no Noroeste assinalou o ápice, o ideal de 150 sacas em coco por mil pés era superado, afirmando-se que algumas áreas atingiram a 300 sacas. Paranavaí, Tamboara, Paraíso do Norte, Mirador, Amaporã e Nova Aliança do Ivaí possuíam 30 milhões de cafeeiros, calculando-se que a região toda atingisse os 90 milhões.

Atualmente, os seis municípios estão reduzidos a 16 milhões de pés e à

produtividade média de 27 sacas por mil; desde 1960, a erradicação avançou na base de 10 por cento ao ano, com a cultura cedendo espaço à pecuária bovina que, por sua vez, também colocou o boi em lugar do homem.

COLONIZAÇÃO TAMBOARA

Em 1946, a Colônia Paranavaí era constituída de 45 mil hectares das glebas 1, 2 e 3; e em maio daquele ano, o engenheiro Francisco Beltrão, da Sociedade Técnica Engenheiro Beltrão Ltda, remetia ao Ministério da Agricultura o plano da Colonização Tamboara, previamente aprovado pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC).

No trabalho, o engenheiro Francisco Beltrão empregara “convenientemente (...) seus abalizados conhecimentos técnicos e sua longa experiência nesse setor de sua atividade”, tem merecido uma aprovação preliminar a 14 de dezembro de 1943 pelo Ministério da Justiça do Governo Getúlio Vargas. Definitivamente avalizado pelo Ministério da Agricultura, em junho de 1946, o Governo expediu o título de domínio pleno de propriedade da área de 17 mil hectares fazendo divisa com as terras da Companhia Norte do Paraná e da Colônia Paranavaí.

A iniciativa preocupava-se principalmente em “elevar o padrão econômico e as condições de sociabilidade dos futuros habitantes, por meio de maior assistência ao colono, proporcionando-lhe escolas, assistência médica, templos religiosos, fácil acesso aos lotes etc.”. A área média dos lotes rurais era de 38 hectares e até 1953 tinham sido vendidos 445; as chácaras, na zona suburbana, eram de 7,2 hectares e a zona urbana compreendia 384 hectares.

FRANCHELLO VENDIA ATÉ QUATRO COLÔNIAS

A Colonizadora Brasil-Paraná, do paulistano Carlos Antonio Franchello, iniciou em 51 a abertura de Querência do Norte – “as melhores terras para café”.

Ex-dirigente do Banco dos Funcionários do Estado de São Paulo, depois Banco Nacional do Comércio, Franchello chegara a Londrina em 1943 e, abatido pela instabilidade do café, em face das geadas, lançou-se à colonização de 15 mil alqueires no Noroeste, adquirindo à família Sahão a Gleba 27-A. O Norte do Paraná estava na esteira de empreendimentos da

Companhia de Terras e o modelo não poderia ser outro: a venda de pequenos lotes a partir de alqueires. Para atrair gaúchos e catarinenses, era preciso uma

colocação muito familiar, az de convencê-los a deixar os pagos sulistas: uma querência melhor, nas terras famosas Norte do Paraná. Nas recordações de Franchello, de Nova Esperança para a frente era tudo inóspito; na Fazenda Brasileira (ou Colônia Paranaíba) “o Estado levava criminosos em avião e, de lá, eles não tinham como sair”. De Londrina a Querência do Norte, via Paranaíba e “Feijão Cru” eram 10 dias de viagem em jipes Land Rover, que venciam muitos obstáculos. Feijão Cru era o patrimônio onde se originou Loanda, porque ali uma pensão “servia feijão meio cru” aos viajantes, Os Land Rover precederam, por um bom tempo, a primeira linha regular de jardineira e os aviões monomotor.

“Com apenas 145 cruzeiros por mês, você pode tornar-se proprietário de um lote na cidade de Querência do Norte – água e luz – a única no Norte do Paraná que passou a distrito em apenas dez meses de existência” – proclamavam um dos anúncios da Brasil-Paraná. E quatro anos depois de consolidado o núcleo urbano, Querência passava a município.

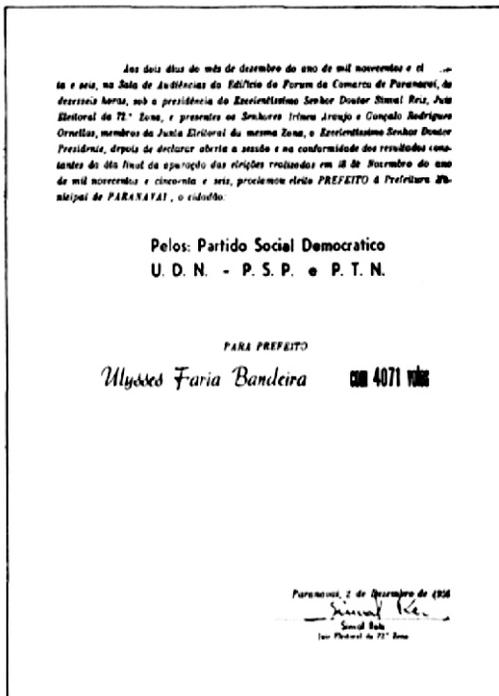
Afora os lotes urbanos, para a construção de moradias próximas a escolas e outros recursos, os colonos podiam comprar lotes mínimos de 10 alqueires, chamados “colônias” pelos gaúchos; e a cada família era permitido o máximo de quatro colônias. Uma colônia custava 30 cruzeiros repartidos em pagamentos mensais durante três anos, importância que atualmente corresponde a 3 mil cruzeiros.

Segundo Franchello, o preço das colônias não proporcionava lucro, considerando os custos de projeto, desmatamento, demarcação, etc. O lucro estava nos lotes urbanos, vendia 20 mil cruzeiros cada um (para explorar a colônia, a família precisava do apoio de um núcleo com água, luz, escola, armazém, etc).

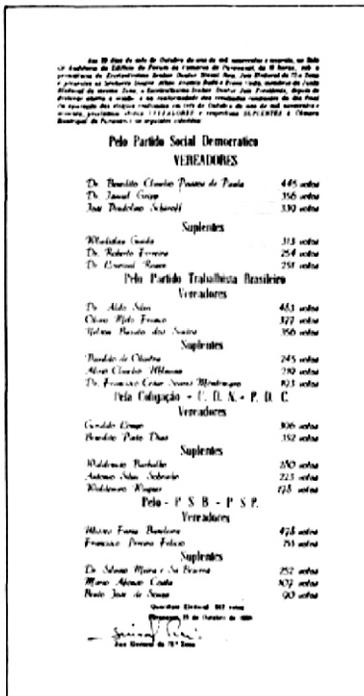
E boa parte das cinco mil famílias atraídas a Querência do Norte, desde os primórdios, demorou bem mais de três anos para liquidar as colônias. “Tem gente pagando até hoje, a Brasil-Paraná ainda existe, só para entregar escrituras aos compradores relaxados. Hoje eles não estão mais pagando a terra, e sim apenas o papel” – comenta Franchello.

FORMAÇÃO POLÍTICA

“No divisor Paranapanema-Ivaí, a 52 quilômetros daquele e a 34 deste, na linha M/S; a 203 quilômetros de Londrina; 102 de Mandaguari, ex Lovat; e a 75 de Maringá”.



Em 1956, Paranavaí elegeu o segundo prefeito Ulisses Faria Bandeira, que demarcara as ruas da cidade



Com o Legislativo de 1960, começavam a afirmar-se algumas lideranças do Município

Eram as coordenadas de Paranavaí, em 1951, quando, pela Lei nº 790, de 14 de novembro, se converteu em município – criado, para desmembrar-se de Mandaguari. A instalação foi a 14 de dezembro de 1952, tendo por primeiro prefeito o médico José Vaz de Carvalho e vereadores Armando de Castro Araújo, Domiciano Martins Correa, Gustavo Marques de Oliveira, José Gomes de Lima, Antonio Pillar Cardoso, Dário de Assis Machado, Aldo Silva, José de Souza Leite, Vivaldo de Oliveira e Ivo Cardoso Duarte.

A Lei nº 1.542, de 12 de dezembro de 1953, dispoñdo sobre a divisão judiciária do Estado, elevou Paranavaí também a sede de comarca de segunda entrância, instalada no ano seguinte e tendo por juiz e promotor, respectivamente, Sinval Reis e

Carlos Alberto Manita. No dia 23 de outubro, a cidade ganhava o primeiro jornal, “O Noroeste”, atualmente “Diário do Noroeste”.

Ulisses Faria Bandeira, que em 1942, demarcou as primeiras vias públicas da cidade, foi o segundo prefeito, assumindo em 1956. Em 1960, alguns dos políticos mais representativos do Município ainda hoje, eram eleitos para a Câmara Municipal por diferentes partidos: Benedito Pinto Dias e Mário Afonso Costa (atuais candidatos a prefeito), Geraldo Longo e Waldenício Barbalho (ex-vereador e deputado estadual).

Pela Lei nº 253, de 26 de novembro de 1954, Paranavaí começa a perder território, para permitir a criação de oito novos municípios no Noroeste: Querência do Norte, Loanda, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Tamboara e Terra Rica.

ENTRA O BOI, SAI O HOMEM

Depois de ser ocupada rapidamente, a microrregião perdeu substancial contingente humano a partir de 1970, com a decadência da cafeicultura e o empobrecimento do solo. Ganhou espaço a pecuária bovina, hoje o segundo maior rebanho do Estado.

Paralelamente à decadência da cafeicultura regional, desde 1962, a população do Noroeste de Paranavaí passou a ter curva descendente, em contraste com o registro ascendente da pecuária bovina, ali o segundo maior rebanho do Estado atualmente: 1.268.717 cabeças. O contingente humano atraído pela colonização atingiu a 307.277 moradores em 1960 – à época somente inferior ao do Norte Novo em Londrina – situou-se em 336.460 em 1970 (praticamente estagnado, e decaiu para 287.712 em 1980, permitindo deduzir que cerca de 49 mil habitantes tinha vocação estritamente agrícola, foram incapazes de superar a crise do café e bateram em retirada.

Apenas em Paranavaí, Tamboara, Paraíso do Norte, Nova Aliança do Ivaí, Amaporã e Mirador, as lavouras cafeeiras eram de 30 milhões de pés em 1960, com produtividade acima de 150 sacas em coco por mil; hoje estão reduzidas a 16 milhões de pés rendendo em média, 27 sacas por mil – segundo uma fonte do IBC.

Geadas e a degradação do solo – altamente suscetível à erosão – foram as causas fundamentais da derrocada cafeeira. A perda da população relaciona-se diretamente a tais fatores, porém, admite-se duas agravantes: 1) – ausência de uma política oficial voltada para a agroindústria (até hoje os polos industriais projetados pelo Governo estadual não saíram do papel, a não ser o de Curitiba); 2) – a adoção de um sistema tributário centralizador, que veio eliminar a autonomia dos municípios e, por extensão, impedir possíveis incentivos mais substanciais a nível regional.

DEIXARAM BENTO FALANDO SOZINHO

Governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto titulou o perímetro urbano de Paranavaí ao Município, o que era necessidade lógica e indispensável, mas nem por isso deixou de ser alvo de elogios. Candidato pela segunda vez a governador, acabou desfeito em pleno centro da cidade, ao afirmar que gado deveria ser o negócio para a região de Paranavaí; o café era coisa passageira.

A princípio rodeado de gente, Bento acabou ficando só em companhia do engraxate, na avenida Paraná. Em realidade a Braviaco já pensava em substituir o café pelo boi, logo ao formar 1 milhão de pés, por volta de 1930, quando era concessionária da Fazenda Brasileira, considerando a instabilidade do arenito caiuíá, solo decomposto do basalto porém arenoso, erodível, sem as mesmas características das manchas roxas das microrregiões de Londrina e Maringá. Uma vez empobrecido, pelas sucessivas lavagens das chuvas, se prestaria para a pecuária extensiva e favorecedora do latifúndio.

Na área da antiga Fazenda Brasileira originaram-se os municípios de Paranavaí, São Carlos do Ivaí, Paraíso do Norte, Tamboara, Nova Aliança do Ivaí, Mirador, Amaporã, Planaltina do Paraná, Guairaçá, Terra Rica, Santa Isabel do Ivaí, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Loanda, Porto Rico, São Pedro do Paraná, Marilena, Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Nova Londrina e Terra Rica.

Na década de 70, a Superintendência para o Desenvolvimento do Extremo-Sul (Sudesul), órgão vinculado ao Ministério do Interior, definiu as microrregiões homogêneas (MRH) do Paraná, agrupando os municípios com problemas comuns. E na área polarizada por Paranavaí, passaram a constar mais os seguintes: Cruzeiro do Sul, Inajá, Jardim Olinda, Nova Esperança, Paranacity, Paranaoema, Presidente Castelo Branco, Santo Antonio do Caiuí e São João do Caiuí.

Estes 29 municípios compreendem 14.578 estabelecimentos totalizando 1.014.895 hectares. Do total de estabelecimentos, 11.064, perfazendo a extensão de 954.335 hectares, são administrados pelos proprietários, ficando os restantes com 634 arrendatários (19.407 ha), 2.141 parceiros (27.378 ha) e 695 ocupantes (12.651 ha). Existem 44 estabelecimentos sem declaração, totalizando 1.124 há.

Uma ideia da proporção da pecuária no Noroeste de Paranavaí; O IBGE constatou apenas 123.262 hectares com lavouras permanentes em 1980; e 60.523 para as temporárias. Portanto, o boi está com 831.110 hectares.

As lavouras permanentes têm maior representatividade em Paranavaí – 12.864 hectares em 521 estabelecimentos. Temporárias 5.896 hectares em 664 estabelecimentos.

Menor representatividade das permanentes: 38 hectares em 8 estabelecimentos, em Itaúna do Sul. Temporárias: 594 hectares em 49 estabelecimentos.

Rebanhos bovinos mais expressivos dentre os municípios: Paranavaí – 146.560 cabeças; Loanda – 99.786; Querência do Norte – 80.023.

Menos significativos: Presidente Castelo Branco – 9.699; Nova Aliança do Ivaí – 16.144.

O HOMEM INOPURTUNO

O avanço da pecuária fez diminuir as oportunidades de trabalho no campo e, segundo o IBGE, os estabelecimentos rurais no Noroeste de Paranavaí mantinham 70.296 pessoas ocupadas em 1980.

Nas cidades, não foram criadas oportunidades de trabalho suficientes para compensar a redução na zona rural. A oferta de empregos decorrente da participação industrial no Noroeste de Paranavaí é muito pouco significativa, como pode ser constatado pela tabela de distribuição do valor adicionado da indústria paranaense, segundo microrregiões, no período 1975/1979, demonstrando, também, a flagrante concentração industrial no eixo Curitiba-Ponta Grossa. Conforme a tabela, Curitiba é contemplada com 52,7 por cento do valor adicionado, seguindo-se: Campos de Ponta Grossa – 10,4; Norte Novo de Londrina – 9,5; Norte Novo de Maringá – 3,6; Extremo Oeste – 3,5; Campos de Guarapuava – 3,2; Norte Velho de Jacarezinho – 2,7; Médio Iguaçu – 2,7; Litoral – 2,0; Norte Novo de Apucarana – 1,6; Norte Novíssimo de Umuarama – 1,2; Sudoeste – 1,1; Campo da Lapa – 1,1; Campo Mourão – 1,0; Colonial de Irati – 0,7; Algodoeira de Assaí – 0,6; Norte Novíssimo de Paranavaí – 0,5.

Assim, a exemplo de várias microrregiões, a de Paranavaí não conseguiu sair da condição de mera fornecedora de matérias-primas, com a agravante de haver perdido o fator fundamental de sua produção: a fertilidade do solo. Na atualidade, a agroindústria permite agregar até 5 vezes os valores dos produtos primários, constituindo-se num fator multiplicador de renda e de empregos. Mas somente há menos de 10 anos veio o Paraná a contar com uma malha rodoviária condizente, capaz de representar algum incentivo em termos de agroindústria; enquanto o índice de eletrificação rural, em torno de 15 por cento, ainda deixa a desejar (São Paulo está em 80 por cento), daí o Noroeste de Paranavaí se inserir num contexto que levou o Paraná a exportar, para outros Estados, 319 bilhões de cruzeiros em matérias-primas e importar 520 bilhões em produtos transformados, isto em 1980 – segundo números da Secretaria das Finanças citados pelo senador José Richa.

O Noroeste de Paranavaí experimentou taxas de crescimento populacional excepcionais, se comparadas com aquelas de outras áreas no contexto da colonização do Norte do Paraná, mas por não ter diversificado a economia veio a perder contingentes humanos mais significativos.

Crescimento demográfico do Norte Novo de Londrina: 599.375 habitantes em 1960 – 684.948 (1970) – 705.548 (1980). Participação do valor adicionado da indústria – 9,5 por cento.

Norte Novo de Maringá – 237.383 habitantes em 1960 – 320.025 (1970) 314.258 (1980). Perda: 5.767 habitantes. Participação no adicionado da indústria: 3,6 por cento.

Norte Novíssimo de Paranavaí – 307.277 habitantes em 1960 – 336.460 (1970) – 287.712 (1980). Perda: 48.748 habitantes. Participação no adicionado da indústria: 0,5 por cento.

Mas, em se considerando exclusivamente o êxodo rural, a redução de habitantes no Norte Novíssimo de Paranavaí – entre 1970 e 1980 – atinge a 96 mil, o equivalente a 45 por cento do contingente fixado anteriormente. Desse total, os que não foram para outras microrregiões ou Estados, engrossaram as populações urbanas, especialmente de Paranavaí, com 55.984 moradores na cidade, apenas 10.692 na zona rural. A população global do município cidade e campo) evoluiu, em 10 anos, de 58.251 para 66.676, verificando-se que a sede municipal é o principal centro prestador de serviços da microrregião, possuindo agências de grande número de bancos, uma Faculdade, lojas de departamentos, cinema, bons hospitais e um comércio diversificado. Mas as populações urbanas aumentaram em todos os municípios da microrregião.

Populações totais dos Municípios e os respectivos contingentes de mão-de-obra ocupados pela agropecuária: Alto Paraná – 13.445 – ocupados: 4.126; Amaporã – 3.282 – ocupados: 879; Cruzeiro do Sul – 5.792 – ocupados: 2.071; Diamante do Norte – 8.512 – ocupados: 2.211; Guairaçá – 7.171 – ocupados: 2.424; Inajá – 2.717 – ocupados: 934; Itaúna do Sul- 4.151 – ocupados – 1.249; Jardim Olinda – 1.337 – ocupados – 341; Loanda – 19.761 – ocupados: 3.598; Marilena – 7.026 – ocupados: 2.937; Mirador – 2.052 – ocupados: 827; Nova Aliança do Ivaí – 1.077 – ocupados: 402; Nova Esperança – 42.381 – ocupados: 5.717; Nova Londrina – 12.265 – ocupados: 1.772; Paraíso do Norte – 7.959 – ocupados: 2.389; Paranacity – 8.422 – ocupados: 1.879; Paranapoema – 2.169 – ocupados: 363; Paranavaí – 66.676 – ocupados: 6.371; Planaltina do Paraná – 4.695 – ocupados: 1.372; Porto Rico – 5.380 – ocupados: 1.650; Presidente Castelo Branco – 4.783 – ocupados: 2.776; Querência do Norte – 9.155 – ocupados: 3.800; Santa Cruz do Monte Castelo – 10.106 – ocupados: 4.157; Santa Isabel do Ivaí – 2.402 – ocupados: 5.185; Santo Antonio do Caiuá – 4.058 – ocupados:

1.008; São João do Caiuá – 7.286 – ocupados: 1.385; São Pedro do Paraná – 4.875 – ocupados: 1.955; Tamboara – 5.343 – ocupados: 2.004; Terra Rica – 17.233 – ocupados: 4.514.

O DESERTO À VISTA

A instabilidade do arenito caiuá e a imprevidência do homem estão convertendo o noroeste de Paranavaí em deserto; as perdas são irreparáveis em se tratando do bem mais precioso: a fertilidade, roubada pela erosão em quantidades de 120 a 200 toneladas de solo por hectare/ano.

A pecuária tem supremacia assegurada no Noroeste (ou Norte Novíssimo) de Paranavaí, pela ocupação de 831 mil hectares da extensão microrregional – 1.014.895 ha – com densidade de 50 cabeças por quilômetro quadrado, constituindo o segundo maior rebanho bovino do Paraná: 1.268.717 animais.

Em todo o espaço microrregional, sobraram apenas 123.262 ha para as lavouras permanentes e 60.523 para as temporárias, em 1980, e muito menos ainda para a cobertura florestal cuja ausência também favorece a erosão, já a níveis tão alarmantes que os técnicos consideram o Noroeste de Paranavaí em pleno processo de desertificação, tal a perda do bem mais precioso: a fertilidade do solo. No auge da cafeicultura, a produtividade alcançada acima de 150 sacas em coco por mil pés, superando o rendimento ideal, portanto. Como reflexo da degradação do solo, os cafeeiros remanescentes não rendem hoje mais que 27 sacas por mil pés.

Perfazendo 9.930 quilômetros quadrados, com seus 29 municípios, o Noroeste de Paranavaí estabelece, juntamente com a microrregião de Umuarama, a faixa de 22.800 km² de arenito caiuá que perde anualmente entre 120 a 200 toneladas de solo por ha, quantidades conduzidas ao rio Paraná e que poderão limitar a vida útil de Itaipu e da futura Hidrelétrica de Ilha Grande, a persistirem as previsões de assoreamento.

SOMENTE 4,12 POR CENTO EM MATAS

A rápida desertificação é admitida, entre outros técnicos, pelo engenheiro florestal José Damião Hess, chefe do Escritório Regional do ITC (Instituto de Terras e Cartografia) em Paranavaí, observando que a legislação determinando a manutenção de matas em 20 por cento de todas as propriedades no Noroeste.

Levantamento de Hess dá conta que a cobertura florestal não passa de 41.788 hectares da superfície. São 28.425 ha de mata natural, 9.290 de mata secundária, 3.290 de capoeiras e 767 de reflorestamento. Encontra-se no Noroeste possivelmente

o Município mais desmatado do Paraná: Paranapoema: apenas 0,40 por cento da área (173 km²) em florestas, seguindo-se Inajá (também de 173 km²) – 1,62 por cento; Jardim Olinda (112 km²) – 1,4; e Tamboara (195 km²) – 1,17. Conforme a análise de Hess, índices tão baixos condicionam os municípios a se converterem em deserto, em curto espaço de tempo, a não ser que providenciem reflorestamentos condizentes.

Também sofríveis são os índices de Paranavaí (1.140 km²) – 9,46 por cento da área; e Loanda (744 km²) – 5,11. Índice satisfatório é encontrado em Diamante do Norte (209 km²) próximo ao pontal do Paranapanema – 17,68 por cento da área, significando déficit de apenas 2,32 por cento. Isto apesar de a CESP (Companhia Energética de São Paulo) ter devastado 112 alqueires de floresta primitiva, desde a periferia da cidade até a barranca do Paranapanema, abrindo uma estrada para dar acesso ao canteiro de obras da Hidrelétrica de Rosana, em construção naquele ponto do rio, onde está sendo construída também uma ponte.

Os 112 alqueires foram desapropriados de uma grande reserva pertencente ao fazendeiro Rinaldo Massi e se estendendo até o Município de Terra Rica.

Em Diamante do Norte, a agropecuária ocupa 2.211 trabalhadores, o número de tratores é de 128. Da área de 22.803 hectares, as lavouras permanentes ocupam 5.778 (principalmente o café) e as temporárias apenas 79. O rebanho bovino é de 23.356 cabeças.

Já em Amaporã (367 km²), as autoridades municipais apoiam órgãos do Estado que desejam preservar uma reserva florestal nativa de 198 hectares, dos quais 60 estão ocupados por um pecuarista. O interesse é em razão da escassa cobertura restante na microrregião.

O GRANDE SALTO PARA A EROSÃO

De acordo com estudos do Instituto Agrônomo de Campinas, a erosão tem os índices mais baixos nas áreas cobertas por florestas: escassos 2 quilos de solo por hectare/ano; e tendem a aumentar com a cafeicultura – 2 toneladas ha/ano; e o algodão – 34 toneladas ha/ano. Análises da FAO, órgão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, consideram perigosa a perda máxima de 12 toneladas de solo por ha/ano e, segundo Walter Lazzarini Filho, presidente nacional das Associações de Engenheiros Agrônomos, no Brasil seria tolerável a erosão média de 25 toneladas por ano.

Mas levantamentos do Programa Integrado de Conservação de Solos demonstram que “a perda média no Paraná oscila entre 120 a 200 toneladas por ha/ano, com regiões ultrapassando a impressionante barreira de 900 toneladas por

ha/ano”, tanto que “nossos rios são os mais barrentos dos mundo”.

Na atualidade, a erosão carrega terra fertilizada por nutrientes importados, depositando-a no rio Paraná, que conduz ao estuário do rio da Prata, “enriquecendo a área agricultável da Argentina em quantidade de 200 a 250 milhões de toneladas anuais”. O início do processo é todo no Paraná, um dos Estados mais desmatados do Brasil.

Chefe do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Paraná, o professor André Bittencourt vê razões para afirmar que a erosão atinge hoje áreas consideráveis das melhores manchas roxas do Paraná e não apenas a faixa de arenito caiuí. Segundo ele, a erosão se espalha por toda a região Norte, perfazendo 105 mil quilômetros quadrados, mais da metade da superfície estadual, porém com a ação mais drástica nos 22.800 m² compreendidos nas microrregiões de Paranavaí e Umuarama, a faixa do arenito caiuí (um solo arenoso de grande instabilidade quando desprovido de cobertura vegetal).

Bittencourt alerta quanto aos despejos de solo – arenoso e argiloso – na bacia do rio Ivaí, que, no ritmo atual, causarão o assoreamento do futuro lado de Ilha Grande e consequentes inundações na área, podendo ocorrer a mesma coisa com o reservatório de Itaipu no curto espaço de 20 anos. Sublinha que, “enquanto na região de Maringá foram necessários 4,8 milhões de anos para formar 20 metros de solo, perdeu-se nas águas do córrego Jacutinga, em um dia apenas, quase meio metro de terra fértil”.

Para o advogado Alberto Contar, presidente da Associação de Defesa e Educação Ambiental de Maringá, na região polarizada por este município, a perda de solo – um dos mais férteis do mundo e com espessura média de 15 centímetros é de 1 centímetro ao ano.

No Noroeste, os córregos atualmente com 10 a 20 centímetros de profundidade, tinham 2 metros há 15 anos, significando que foram assoreados de forma alarmante e continuam a conduzir terra para os grandes rios. Enquanto na microrregião de Paranavaí o remanescente de matas é de 4,12 por cento da área de 9.930 km², na de Umuarama cai para 0,8 por cento de 13.692 km², Assim, para a faixa de 22.80 km² de arenito caiuí, a cobertura vegetal é de apenas 3 por cento.

DEVASTAÇÃO E ÊXODO

Pelo clima diversificado e os solos férteis para a produção de alimentos e matérias-primas agropecuárias em grande escala, a projeção nacional do Paraná nesse setor “resultou de uma ocupação recente da maior parte de seu território, mediante acelerado deslocamento da fronteira agrícola, que encontrou na fertilidade

natural dos solos virgens, relativamente extensos, e nas reservas florestais de alto valor industrial, atrativo irresistível a correntes migratórias do País e do exterior”.

Essa observação consta “Diagnóstico da Situação dos Recursos Naturais Renováveis no Estado do Paraná”, incluindo um inventário da devastação mais acentuada com a colonização da região Norte.

Com superfície de 200 mil km², o Paraná tinha cobertura florística primitiva em 164.824 km² (16.482.400 ha), o correspondente a 87 por cento da área estadual assim distribuídos: 43,8 por cento de araucárias e o restante de florestas pluvial tropical, subtropical e outras formações mais simples e dispersas. Ou mais precisamente: matas pluvial e subtropical – 94.044 km²; matas de araucária – 73.780 km²; campos limpos e cerrados – 30.532 km²; vegetação de várzeas e pântanos – 1.761 km²; vegetação das praias, ilhas, restinga e vegetação alta da serra – 529 km²; áreas das baías com faixas de mangue – 557 km².

Entre o fim do século passado e o início do atual, o “celeiro” do Estado situava-se na região ao norte de Curitiba (Rio Branco, Cerro Azul e Cangüiri), “que atualmente encontra-se transformado em extensas samambaias; as matas foram arrasadas desde o fundo dos vales até o topo das elevações. A erosão encarregou-se de retirar o precioso solo que necessitou de centenas de anos para a sua formação. Com a retirada da mata, baixou o nível do lençol freático, os poços secaram, e o terreno tornou-se mais seco e adverso a muitas culturas. O ciclo da madeira foi de grande importância sócio-econômica estadual, infelizmente deixou um rasto de empobrecimento na região Norte de Curitiba. Outros celeiros foram formados Norte Velho e região de Rio Negro, São Mateus, Irati, Mallet, União da Vitória, prosperaram, mas nada se fez na técnica. Veio a decadência e o êxodo rural, porque os solos se esgotaram”.

Seguiram-se as frentes do Norte Novo, Noroeste e Sudoeste, pelas quais o Paraná tornou-se uma potência agrícola.

“No atual celeiro do Paraná, principalmente no Noroeste, a erosão age livremente, exaurindo de modo assustador os recursos do solo e provocando voçorocas em áreas urbanas e rurais, o que tem exigido investimentos fabulosos dos cofres públicos”.

Foi a partir de 1930 que o Estado experimentou a devastação em ritmo mais acelerado, que chegou a atingir 90 por cento da cobertura original. Era o início da colonização do Norte Novo e Noroeste. Em 1963, restavam 30,3 por cento da cobertura primitiva (6,1 milhões de ha) e passados dez anos (1970), reduzia-se a 11,8 por cento (2,4 milhões de ha).

Atualmente, restam pouco mais que 3 por cento de matas nativas e, de um modo geral, incluindo os reflorestamentos, a cobertura se eleva a pouco mais de 7 por cento.

AGRICULTORES ESPERAM TÍTULOS DE TERRAS HÁ MAIS DE 30 ANOS

Subdividida em cerca de trinta glebas – a primeira demarcada em 13 de julho de 1941 – a Colônia Paranavaí representa a colonização de 750 mil hectares limitados pelos rios Paraná, Paranapanema e Ivaí e áreas da Companhia de Terras Norte do Paraná (atualmente Melhoramentos), por iniciativa do Estado e particulares.

Passados quarenta anos da ocupação perduram na justiça disputas outrora sangrentas que envolveram posseiros, grileiros e proprietários cujos documentos de compra foram contestados e ainda hoje não lhes permitiram os títulos definitivos das terras. O ex-desembargador João Alves da Rocha Loures pleiteia judicialmente quatro mil alqueires no Município de São Pedro do Paraná avaliados em mais de 300 milhões de cruzeiros, por estar correndo juros e correção monetária determinados em sentença. Em consequência, 600 ocupantes de áreas variando entre 2,5 a 25 alqueires, eficientes mini-produtores de cereais, que compraram as terras da Colonizadora Paranapanema, ainda não possuem títulos definitivos e, para usufruírem de crédito bancário, estão condicionados a licenças de ocupação fornecidas pelo ITC (Instituto de Terras e Cartografia).

Toda a área de 750 mil hectares (ou aproximadamente 317 mil alqueires foi retomada pelo Estado à Braviaco (Companhia Brasileira de Viação e Comércio) em 1930, quando a então Fazenda Brasileira já dispunha de mil alqueires com café e 300 de pastagens. Ao iniciar efetivamente a colonização, na década de 40, o Estado veio a constatar que nem toda a extensão era de terras devolutas, eis que 19.353 hectares eram da Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda., e a Braviaco havia vendido outras áreas a terceiros, que nunca as ocupavam, só resolvendo pleiteá-las depois de valorizadas pela colonização. Assim é que Jayme Luís Girio de Almeida Filho está acionando o Estado por causa de 500 alqueires no Município de Paranavaí; além do que persistem o litígio da Areia Branca do Tocum (25 alqueires) e dos Grilos dos Apertados e Boa Esperança.

LUPION TITULOU GLEBA OCUPADA

Entre os mais antigos funcionários do DGTC (Departamento de Geografias, Terras e Colonização), e atualmente consultor do ITC (Instituto de Terras e Cartografia), David dos Santos Filho atribui o impasse da Gleba 21, pretendida por Rocha Loures, em boa parte ao segundo Governo Lupion.

Baseado em documentos e no próprio acompanhamento que fez, David dos

Santos Filho afirma que Lupion decidiu pela titulação a Rocha Loures, porém o documento foi assinado pelo governador interino Guaraçara Borba Carneiro, sem “a observância de importantes itens restritivos”, em suma “não foram respeitadas as posses ali existentes há muitos anos, bem como o Sr. João Alves da Rocha Loures não provou de forma cabal ser o sucessor da Companhia Industrial Brasileira”, tanto que “apresentou somente uma escritura da Braviaco Companhia Brasileira de Viação e Comércio), outra pessoa jurídica”.

Na década de 20 a “Brazil Railway Company” (estrangeira) construía ferrovias no País e criava subsidiárias para a colonização de extensas áreas obtidas junto ao Governo. Uma dessas subsidiárias era a Braviaco, que, face ao não cumprimento de cláusulas contratuais para a colonização da Fazenda Brasileira, teve o contrato rescindido pelo Decreto nº 300, de 3 de novembro de 1930.

Em 1951, o desembargador João Alves da Rocha Loures requereu 4.000 alqueires na Gleba 21 da Colônia Paranavaí, a título de compensação de terras suas que o Estado havia transferido a terceiros: 3.000 alqueires em Paranavaí e 1.000 alqueires em Palmas, no Sudoeste (onde a Braviaco também era concessionária da “Brazil Railway”), Mas Rocha Loures apresentava-se na qualidade de sucessor de outra empresa, a companhia Industrial Brasileira.

O governador interino Adolfo de Oliveira Franco, em 30 de novembro de 1955, deferiu pedido de Rocha Loures, pela compensação de 4.000 alqueires “em terras devolutas disponíveis, anexas ao Porto São José, entre os ribeirões Dez ou da Areia Branca e São Pedro”.

A compensação, todavia, deveria se consumir “mediante exibição, em tempo oportuno,

e documento hábil que prove sua qualidade de sucessor da Companhia Industrial Brasileira, ressalvados os direitos de terceiros e condicionada a expedição do respectivo título de domínio pleno, dessa compensação; à aprovação da Assembleia Legislativa, por versar sobre área superior a 500 hectares”.

POSSEIROS RESISTEM E O ESTADO INTERVÉM

A lei nº 21/56, de 7 de setembro de 1956 concedeu “a título de compensação”, a Rocha Loures, “uma área de 9.680 hectares no lugar denominado Porto São José, em terras devolutas, entre os ribeirões Dez ou Areia Branca e São Pedro”. (Atualmente dentro do Município de São Pedro do Paraná).

Baseado na lei sancionada pelo deputado estadual Guataçara Borba Carneiro, exercendo interinamente o cargo de governador (Lupion havia se afastado para não

fazer a transmissão do Governo a Ney Braga), o DGTR; expediu o título da área de 4.000 alqueires (ou 9.680 hectares) na Gleba 21.

“De posse deste título, Rocha Loures tentou adentrar a área, no que foi impedido pelos posseiros, o que gerou uma convulsão social, obrigando o Estado a intervir”. E pelo Decreto nº 15.804 (28/08/64), o Governo paranaense declarou a área de utilidade pública para fins de desapropriação.

A AÇÃO PASSA A VALER MILHÕES

Na ação ajuizada pelo Estado, exclusivamente sobre 3.000 alqueires, as terras foram avaliadas em 100 cruzeiros (à época) por alqueire, valor confirmado pelo Tribunal de Justiça, porém em recurso ao Supremo Tribunal Federal, Rocha Loures conseguiu o retorno dos autos à comarca de origem (sediada no Município de Loanda), para uma nova avaliação, feita em 1976.

Vale lembrar que, na comarca de Loanda, o Estado obteve a primeira sentença favorável por julgamento do juiz Ciro Maurício Crema que, coincidentemente – segundo pessoas que acompanharam o processo – passou a ser preterido nas promoções, ao tempo do desembargador Edmundo Mercer na presidência do Tribunal de Justiça. Guataçara Borba Carneiro o governador interino que autorizou a titulação “sem a observância de importantes itens restritivos”, e Edmundo Mercer eram parentes de famílias que dominaram politicamente, por longo tempo, o Município de Tibagi.

Retornando os autos à comarca de Loanda, o alqueire passou a valer 30 mil cruzeiros, totalizando a importância de 90 milhões de cruzeiros para o efeito de indenização em termos de 3 mil alqueires, acrescentando à sentença a incidência de juros e correção monetária sobre tal importância. Juros de 12 por cento ao ano a partir da ocupação e correção monetária a partir da nova avaliação feita em 14 de julho de 1976; mais 10 por cento de honorários advocatícios dos requeridos sobre a indenização final, além de 2 por cento da indenização fixada a ser paga ao perito Luiz Gonçalves Campelo.

AVALIAÇÃO ERA ASTRONÔMICA

Se em 1979 a avaliação global foi estabelecida em 90 milhões de cruzeiros, passados cerca de quatro anos, com juros e correção monetária, são muitos milhões a mais que estão valendo os 3.000 alqueires, “uma soma que Rocha Loures – se ganhar em instância final – certamente terá dificuldades de receber”, pelas dificuldades financeiras do Estado, que não pode, também, ser executado, conforme vários

observadores.

Mas a avaliação aceita chega a ser modesta diante daquela pretendida inicialmente por um perito da parte de Rocha Loures, firmando valores astronômicos – segundo o exposto por David dos Santos Filho – tanto é que levou os outros dois a não concordarem com o laudo. Argumentava o perito de Rocha Loures que São José se converteria num dos mais importantes portos fluviais do Brasil, por isso a tendência era para a extrema valorização das terras. Uma projeção totalmente descabida, segundo o consenso dos outros.

Não se sabe se o perito de Rocha Loures traçava tal perspectiva em função de projetos hidrelétricos no rio Paraná.

De qualquer forma, as terras da Gleba 21 figuram entre as mais valorizadas do Noroeste de Paranavaí, valendo de 1,5 milhões a 2,5 milhões de cruzeiros o alqueire, especialmente no “Bairro Leoni”, onde os mini-produtores estão conseguindo até 50 sacas de café em coco por mil pés – contra 27 ou menos de outras áreas – além de melhorarem substancialmente a renda intercalando arroz, milho, feijão, mandioca e amendoim. Este núcleo de propriedades familiares assemelha-se a um oásis, ao interromper a continuidade do latifúndio voltado para a pecuária extensiva.

Atualmente, o processo sobre a Gleba 21 tramita no Supremo Tribunal Federal, devido a recurso do Estado no sentido de excluir os juros compensatórios (12 por cento). Enquanto aguarda a decisão e impossibilitado de titular a área, o Estado concedeu licenças de ocupação aos agricultores que se encontram há cerca de trinta anos na terra.

VENDAS FORAM DE VOLPATO

No Bairro Leoni, os ocupantes afirmam ter comprado as terras da Colonizadora Paranapanema, pertencente a José Volpato, vindo posteriormente a tomar conhecimento de que a gleba era pretendida por Rocha Loures.

De acordo com David dos Santos Filho, aparentemente José Volpato assumiu 25 mil alqueires dentro da Colônia Paranavaí alegando direitos, adquiridos a uma família de Irati, sobre o imóvel Areia Branca do Tocum, constando das glebas 13, 14, 20 e 21, entre Nova Londrina e Querência do Norte. Em 1951, o Governo Estadual baixou ato embargando novas vendas de Volpato, pela indefinição dos documentos. E segundo conhecedores do caso, Rocha Loures chegou a defender os interesses de Volpato, dada a localização da Gleba 21 dentro do imóvel Areia Branca do Tocum.

Zaqueo Casarin, imigrante italiano de 73 anos de idade e desde 1940 no Paraná, quando chegou a Bela Vista do Paraíso para formar café como porcentageiro, afirma ter

comprado a terra em São Pedro de um corretor de nome Antonio Borba, credenciado por José Volpato, em 1951, por “dois contos e meio o alqueire”, por um compromisso de compra e venda registrado no Tabelionato Rocha de Londrina. A sisa foi expedida em Mandaguari (à época toda a Colônia Paranavaí pertencia ao Município de Mandaguari).

Embora conste que Rocha Loures tentou adentrar a área a partir do momento em que obteve o título, no segundo Governo Lupion, Zaqueo Casarin declara-se vítima de jagunços já em maio de 1952. Segundo Casarin, naquele ano, quatorze jagunços fortemente armados e a serviço de Rocha Loures, o despejaram dos 10 alqueires que estava abrindo. Os jagunços tinham a conivência de um certo tenente Antunes, e Zaqueo foi trancafiado na cadeia em Paranavaí. Um oficial da Polícia Militar, até certo ponto misterioso, apareceu para salvá-lo. Posteriormente – segundo Casarin – chegou à área o tenente Aquiles Ferreira Pimpão, delegado regional de Polícia em Londrina, com a missão de impor a ordem.

Mas no início da década de 70, jagunços voltaram a perturbar os ocupantes; e se misturavam com grileiros, entre os quais um que ficou conhecido por “João Barranco”.

OS PEQUENOS SOFRERAM E QUEREM PERMANECER

No município de São Pedro do Paraná, aproximadamente 600 famílias ocupando áreas de 2,5 a 25 alqueires permanecem dedicados à agricultura, formando uma ilha em meio à pecuária extensiva cujas pastagens tomam conta de 831.110 hectares do total de 1.014.895 que compõem o Noroeste de Paranavaí. E antes de consolidarem o quadro, em 3 mil alqueires pretendidos na justiça pelo ex-desembargador João Alves da Rocha Loures, essas mesmas famílias elegeram a terra, o bem maior de suas vidas, tanto é que resistiram a sucessivas investidas de jagunços grileiros ao longo de trinta anos.

E até hoje, apesar de terem agido de boa fé na compra de terras, ainda- não tem os títulos de propriedade. A gleba é mais conhecida por “Bairro Leoni” e configura uma divisão da terra muito próxima da considerada ideal. Os agricultores do “Leoni” estão entre os remanescentes do Noroeste de Paranavaí, microrregião de 9.930 quilômetros quadrados colonizada sob o signo do café, cultura que entrou em decadência em 1962; as geadas e o empobrecimento do solo consequente da erosão determinaram a estagnação populacional e o posterior êxodo a partir de 1970.

A TERRA PROMETIDA

Em 1930, a cafeicultura já ocupava 1.200 famílias no Noroeste de Paranavaí, a maioria nordestinas, arregimentadas em Pernambuco e Ceará e conduzidas à Fazenda Brasileira, empreendimento da Braviaco (Companhia Brasileira de Viação e Comércio), subsidiária da “Brazil Railway Company”, empresa estrangeira que construía ferrovias no Brasil.

A Braviaco tinha mil alqueires com café e 300 de pastagens; do total de 317 mil alqueires, vendera algumas áreas a terceiros, o que foi constatado pelo Governo em 1930, ao retomar o imóvel ao não cumprimento de cláusulas contratuais, referentes a colonização, pela Braviaco. Por determinação do interventor Manoel Ribas, a colonização oficial da área foi determinada em 1933, para efetivar-se a partir de 1942, com a denominação Colônia Paranavaí, Enquanto a colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná, estendendo-se de Londrina a Umuarama, vendia lotes “no dinheiro”, na Colônia Paranavaí era por requerimento, a preços bem inferiores, em se tratando de terras devolutas e de domínio do Estado. Tais condições, mais acessíveis, fizeram com que, em 1960, o Noroeste de Paranavaí atingisse a 307.277 habitantes, contingente só inferior ao Norte Novíssimo de Londrina.

Porém, no início da década de-50, a iniciativa privada desenvolvera colonizações paralelas à oficial no Noroeste, em alguns casos irregularmente quanto à documentação. Alegando direitos adquiridos a uma família de Irati, José Volpato vendia 25 mil alqueires do imóvel Areia Branca do Tocum. Os retardatários, que não alcançaram o empreendimento oficial, “embarcaram” nos de particulares, caso dos atuais ocupantes do “Bairro Leoni”, que compraram lotes de José Volpato e até hoje não têm títulos, -além do que a área de 3 mil alqueires é disputada na justiça, pelo ex-desembargador João Alves Rocha Loures, que aciona o Estado.

As famílias hoje no “Leoni” se deslocaram, boa parte, de Londrina e Bella Vista do Paraíso, onde tinham formado lavouras de café, na condição de porcentageiras e meeiras. Chegando a Paranavaí, na década de 50, algumas ainda trabalharam sob tais condições, porém a maioria chegava com a intenção de possuir a própria terra, atraídas pelas ofertas. Ansiosas por um pedaço de terra própria, essas famílias resistiram a jagunços e grileiros, às geadas e às dificuldades para obterem crédito. E como há trinta anos passados, hoje mostram-se dispostos a continuar.

DIVERSIFICAÇÃO

No “Bar e Merceria Leoni”, uma placa anuncia que ali também funciona, às sextas-feiras, a unidade de recebimento de propostas de financiamento do Banco do Brasil; e entre panfletos do PDS, outra placa indica a “Chácara Sinal de Alerta”, uma entre as tantas propriedades familiares sustentadas pela agricultura diversificada, intercalada ao café.

Waldomiro Suntach, candidato a vereador pelo PDS, administra 23 alqueires pertencentes ao sogro, Antonio Ferreira. O café tem 20 anos, porém ainda é o forte da propriedade. Waldomiro morava em Faxinal, antes de São Pedro do Paraná, e entende que, atualmente, a falta de títulos para os proprietários no “Leoni” já não constitui problema, porque a fase de jagunços e grileiros está completamente superada e as licenças de ocupação concedidas pelo ITC satisfazem ao Banco do Brasil. Segundo ele, a gleba tem o nome de uma filha de José Volpato, o colonizador, que pretendia a formação também de um núcleo urbano, “a cidade Leoni”. Porém, houve deslocamento e, em direção oposta, surgiu São Pedro do Paraná.

No “Leoni”, é surpreendente a diversificação, sem que o café deixe de ser a cultura básica. Procedentes de Santa Margarida, distrito de Bela Vista do Paraíso, Virgínia Vieira e quatro filhos chegaram há 22 anos no “Leoni”, A propriedade de 10 alqueires foi dividida, com a morte do marido. Ela e os dois filhos solteiros ficaram com 3,2 alqueires nos quais existem 2.600 pés de café que, segundo afirmam, estão rendendo 50 sacas em coco por mil pés, quase o dobro da maioria das lavouras remanescentes no Noroeste. A exemplo do que ocorre na propriedade de Virgínia e Filhos, nos 2,5 alqueires de João Demeu o café é a cultura básica porém não é exclusiva. Ele tem quatro mil cafeeiros intercalados com arroz, mandioca, milho, feijão e amendoim; dispendo ainda de um pequeno pasto para duas vacas leiteiras.

Parentes dos Casarin, João Demeu deixou Bela Vista ainda menino, tinha apenas cinco anos quando chegou a Paranavaí, E trabalhou muito para os outros antes de comprar a própria chácara há dois anos. Antes de ser proprietário, “tocava cinco mil pés de café a meia, agora toco quatro mil sozinho, está dando para viver”– afirma ele, acreditando em cinquenta sacas por mil pés. Com mulher e cinco filhos, ele se considera satisfeito com a renda, vendo vantagem na mandioca, “que ocupa pouco espaço, quase não dá trabalho e tem bom preço nas duas feculares em Nova Londrina”.

A agricultura valoriza as chácaras no “Leoni”– observa João Demeu, calculando em 2,5 milhões de cruzeiros o alqueire atualmente, mas ninguém quer vender, e ele próprio conseguiu tornar-se proprietário graças à divisão de uma propriedade familiar.

Para ele, o “Leoni” está livre de grileiros e jagunços, embora isso não apague a lembrança do assassinato de João Gaberlini, um fazendeiro na região atacado por invasores.

E SOFRIMENTO

“Depois que nós mudamos em definitivo para cá, em 1954, a onça ainda veio buscar porco no chiqueiro” – conta Zaqueo Casarin, o imigrante italiano de 73 anos, que em 1952 foi despejado por jagunços, presumivelmente a serviço de Rocha Loures.

“Você é grileiro aqui” – disseram os jagunços, que eram quatorze. “E, eu fiquei com medo, nunca tinha dado um tapa em ninguém. Eles me despejaram com as duas famílias que eu tinha”. Casarin, depois de trabalhar no Estado de São Paulo com o coronel João de Almeida Prado, mudou-se para o Paraná em 1940, indo trabalhar em fazendas de café em Bela Vista do Paraíso. E na Areia Branca do Tocum, imóvel anunciado pela Colonizadora Paranapanema, de José Volpato, viu a oportunidade de ter a própria terra.

Paulo Casarin, um dos filhos de Zaqueo, tinha apenas 13 anos quando a família radicou-se em definitivo no “Leoni”, e diz que não foram poucos os dissabores vividos. “Os pequenos sofrem no desbravamento, depois vêm os grandes querendo tomar tudo” – diz ele.

Os Cararin são proprietários de quatorze alqueires divididos em três sítios familiar ocupados por café e lavouras intercalares. E depois de vencerem tantas dificuldades, acham que só falta o título das terras para que tenham completa tranquilidade.

DE PARTIDA, JAIME SUGERE INCENTIVO PARA O TURISMO

Enquanto os aproximadamente 600 proprietários no “Leoni” acreditam na agricultura e não querem deixar o Noroeste de Paranaíba, quem está arrumando as malas para ir embora é Jaime Mendonça Alves. Só que existe uma diferença: ele não é agricultor, apenas “industrial” temporário do turismo em Porto São José, onde é arrendatário do “Hotel e Restaurante Élio”.

Jaime vai tomar o rumo do oeste, retornar a Ramilândia, progressista distrito no município de Matelândia. “Lá, eu ando oitenta quilômetros para ir a Foz do Iguaçu pescar abaixo das Cataratas e acima da Ponte da Amizade. Aqui, estou dentro do “paranazão”, mas não consigo pescar. É jogar o anzol e já me chamam...”

Paranaense de Cambará, aos cinquenta anos Jaime se considera muito viajado em termos de Paraná. De Cambará, foi para Itambaracá, ex-Jaborandi; em 1951, bateu em Paranavaí, traído pela colonização. “Mas não gostei. Era o Telmo, os jagunços do Rocha Loures, só pilantras. Voltei, para Londrina”. Porém o Noroeste o atraía. Vai a Cruzeiro do Oeste, “Umuarama era só uma placa: cidade Umuarama”. Em 1960 está outra vez em Paranavaí, trabalhando na “Padaria Expressa”, perto do “Ponto Sete”.

Depois de Alto Piquiri – já na região de Umuarama – e Ramilândia, no oeste. Ramilândia porque a Susumu Utimura tinha lá muitos alqueires com rami. Recorda-se de ter trabalhado na Prefeitura de Cruzeiro do Oeste, funcionário da administração Aparício Teixeira.

Proprietário em Ramilândia, Jaime diz que vai regressar exclusivamente em nome da liberdade. E também para contentar a esposa, Merci, que adora o lugar, do qual está elaborando o histórico, “desde o primeiro morador, a primeira igreja, o primeiro batizado. Estou aqui, mas tenho gente lá, anotando tudo para mim” – afirma ela, mostrando três volumes. Afinal, Ramilândia pode vir a ser município, e se isso acontecer, a história estará praticamente pronta – observa Mérci.

Sobre Porto São José, Jaime tem opinião formada: “O Prefeito precisa conseguir asfaltar até aqui. E isso depende de apoio do próximo Governador. Porto São José tem futuro, ui será um dos melhores pontos de pescaria do Paraná, por causa das hidrelétricas”.

Jaime acha que, devidamente apoiado, o turismo em Porto São José aumenta consideravelmente, embora não se queixe do atual movimento. Turistas franceses e alemães, em bom número, acharam interessante Porto São José – observa Jaime, explorando uma estrutura modesta, em prédio de madeira. Ali, com qualquer tempo tem peixe, sendo a cozinha dirigida pessoalmente por Dna. Mérci, que prepara uma peixada especial, à brasileira. No hotel funciona um posto da Telepar, permitindo ligações interurbanas sem demora. Equidistante da sede municipal de São Pedro do Paraná – a que pertence – e de Nova Londrina, o Porto é um núcleo na barranca do rio Paraná; cerca de oitenta moradias e cinco postos de venda de peixe. O grande pesqueiro é o rio Bahia, afluente na margem direita do Paraná, em Mato Grosso do Sul.

O Porto é um dos pontos de travessia para Mato Grosso do Sul, por “ferry-boat”. Em frente, o rio tem 1.800 metros de largura. Com o nível normal, cresce o movimento de caminhões transportando gado desde Mato Grosso do Sul, destinado ao Frigorífico Central, em Maringá. E parada do navio “Epitácio Pessoa”, cujos passageiros descem para comprar peixe.

(OUTUBRO/1982)

IMPRESSÕES DA PRIMEIRA VIAGEM A PARANAÍ

Antônio Pereira da Silva ¹

¹Antônio Pereira da Silva. Nascido em Queluz, SP, em 1934. Aposentado. Escritor. Reside atualmente na cidade de Uberlândia, MG. É membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

Saí mais cedo do serviço na sexta-feira, dia 20 de maio de 1960, fui para casa e preparei-me para a viagem. Bons os ônibus da Viação Garcia; meu lugar era o quarto. Viajei ao lado de uma mulher judiada: jovem, loura, rosto encovado e enrugado, mãos magras como mãos de velha. A temperatura era agradável. Andamos um pouco e uma pedra estilhaçou o para-brisa do carro. Tivemos de parar.

O clima já tinha mudado. Já havia chovido e começava a fazer frio. Ficou aquela garoinha paulistana. Paramos num posto enquanto o trocador, de carona, foi a um lugarejo distante telefonar à empresa pedindo outro ônibus. Chegou o ônibus às onze da noite.

Enquanto esperava, preparei alguns sanduiches de pão de centeio torrado, mel e queijo catupiri. Fazia regime por uma doença que, hoje, acho que não existiu. Tive alguns contatos com outros passageiros. Havia um senhor gordo, trajes simples, que falava, falava, falava de tudo, mostrando conhecimento e experiência. Em qualquer conversa ele se metia.

No novo carro, cochilei. Acordava a todo momento e voltava a ressonar. Pela manhã, despertei de vez. A estrada não é má. Tinha lá seus trechos primitivos, sem asfalto, com subidas e descidas e curvas, mas a maior parte era estrada moderna.

Ourinhos chegou com o amanhecer. Fazia tanto frio que achava ter duas barras de gelo no lugar das pernas. Antes de Ourinhos, apareceram os cafezais. Se já os havia antes, não vi. Variava um pouco: cafezais, capim, matas, cafezais. Os lugarejos por que passamos, e que via porque geralmente se acorda nas cidades, eram lugarejos vermelhos, velhos, como se fosse várias Lavrinhas sujas e embarreadas.

Esperava conhecer uma Ourinhos com grande centro, encantadora, e com intenso movimento nas ruas. Que nada!

A cidade tem jeito de quarto centenário. Ruas estreitas, as casas para dentro, tendo ou não um jardim na frente. Os quintais do século passado – enormes! Até no centro. Murados com seus caquinhos de vidro em cima, capim, mamoeiros, laranjeiras, mangueiras, mamoneiras, e uma mulher com um pano na cabeça lavando roupa.

As ruas são calçadas, mas são sujas. Cheia de barro vermelho. Parece que o barro anda no ar. Fachada das casas, colarinhos de camisa, pedras, asfalto, sapatos do povo, vitrinas e barrigas de cachorro. Este é o aspecto desta cidade. A barriga dos cachorros. Não há cachorro sem barriga vermelha.

O jardim é muito bem tratado e o comércio amedronta. Enorme. Uma cidade onde se dão vinte passos e se chega ao fim – maior do que Queluz, talvez do tamanho de Cachoeira Paulista – dezenove passos são ocupados por casas comerciais. Lojas enormes vendendo aparelhos eletro- domésticos. Oficinas especializadas dando-se ao luxo de anunciar-se assim: “Só atendemos Volkswagen”.

Uma cidade cabocla. Percebe-se que o povo de lá deve ser igual ao de Redenção da Serra. O mesmo andar, o mesmo vestuário (mais sapatos), a mesma compleição do caboclo.

Outra particularidade é o uso do chapéu. Metade ou mais da população de Ourinhos usa chapéu. Por isso é que a Prada, a Ramenzoni, não fecham as portas.

O senhor gordo, já citado, contou-me coisas de Ourinhos que não valem a pena anotar; passeou comigo e ensinou-me como chegar a Paranavai.

Tomamos um trenzinho marreta com uma só classe no fim da composição. Lotou. Vim, ao lado, de novo, da mesma moça. Conversamos pouco. Em Marques dos Reis (a 8 km), descemos para a baldeação. Só havia a estação. Esperamos uma hora, ou mais. Nosso trem veio de Curitiba e ia até Maringá. Chegou lotado. Apertamos mais sua lotação. Arrumei um, lugar para a moça e fui sentar-me ao lado daquele mesmo senhor

gordo (que me arrumou o lugar) e de um moço também vindo de São Paulo. O frio aumentava. O trem mais mole do que a Rede Mineira subindo a serra. O frio aumentando.

- Olha o Cruzeiro! A Manchete!

Era um funcionário da Rede Viação Paraná-Santa Catarina.

O frio crescendo sempre. O senhor gordo fez-me agradecer a Deus por a máquina ser a óleo, porque no tempo em que era a carvão... E foi desfiando histórias sem importância ocorridas nos últimos vinte e cinco anos quando viajou pelo Sul de São Paulo e Norte do Paraná.

O cafezal agora era ininterrupto. Dobrava os morros naquela simetria cansativa e misturava-se ao horizonte. Lá longe. Sempre verde. O frio mostrava-nos que estávamos no Paraná.

- Canivete, pentes, cento e vinte agulhas por vinte e cinco cruzeiros...

Era o funcionário. Não perdia oportunidade. Os lugarejos se sucediam. Mais de vinte. Alguns, simples paradas. Só a estaçãozinha para o trem tomar fôlego. Respirava fundo e metia os peitos pelos cafezais enormes.

O dia subindo. O frio subindo.

- Olha o Sonrisal. Sonrisal.

De novo, o homem.

O senhor gordo saiu. Ia ver não sei quem que ele conhecia não sei de onde. Ficou por lá duas paradas. Eu cochilava mal no entretanto. Minha colite começou a me aborrecer. Várias vezes percorri o trem, para distrair-me, encontrar outro lugar. Nada. Tudo cheio. Só caboclos. Calça de brim, botinão sujo de vermelho, camisa estampada em quadrinhos, cachecol. Oitenta por cento nordestinos. Mulheres desgrenhadas. Lá de vez em quando surgia uma cidadezinha. Apucarana – que não pude perceber direito se era cidade grande. Londrina é uma enormidade. Não pude vê-la totalmente. O que vi da estação deslumbrou-me. Prédios de mais de dez andares (acho). Excelente iluminação. Se o comércio era grande em Ourinhos, já pensou em Londrina?

Aqui, desceu o amigo gordo. O rapaz paulista ainda seguiu umas três paradas.

Daí a Maringá, levamos umas quatro horas. Chegamos a uma e quinze da madrugada. Um frio terrível e a luz fraca da cidade. Hospedei-me no Hotel Aliança que, como disseram, era igual a todos da cidade. Uma droga. De madeira.

Após, Ourinhos começam a aparecer as casas de madeira. Diz meu pai que são quase do mesmo preço que as casas de material, só que de rápida construção. Nos lugarejos aonde o trem ia parando reparei que, quanto mais entrava no Paraná, maior era o número de casas de madeira. Numa cidade chamada de Santa Mariana vi o máximo. Cidade do tamanho de Cachoeira Paulista, quase toda de madeira. As casas aglomeradas sem alinhamento plausível. Bem entendido, visto do trem. As cidades maiores tinham no centro, mais casas de tijolos.

Maringá... bem começemos pela mala. Seguiu um agenciador. A cada vinte metros, parava, respirava, descia a mala. Como pesava. O hotel é uma espelunca, a começar pelo preço: cem cruzeiros por cama num quarto com dois (quem seria o outro?), sem direito a café pela manhã.

O frio era terrível, mas dormi bem. Havia cobertas!

Levantei-me às oito. O lavatório geral era um cubículo de madeira, uma pia porca, uma toalha imunda, um espelinho e uma pessoa na frente fazendo a barba. Lavei, quando pude, o rosto às pressas na água gelada e fui enxugar-me no quarto com um lenço. Duas privadas. Metro por metro e meio. Numa delas sujaram por tudo quanto é canto. A outra, imunda, não tinha excremento fora da latrina. Tinha um aviso: “É proibido pô pape no buraco”

Latrina de agachar. A imundície não me deixou usá-la.

Deixei a mala no hotel e fui passear. O asfalto coberto pelo barro vermelho. O vermelho aqui é mais impregnante que o de Ourinhos. Está no ar até. A cidade é vermelha.

Maringá é grande. Cidade nova. Surge engatinhando a passos de gigante. Percebe-se que o centro da cidade, há pouco, era sertão. Mato. Sente-se que o dinheiro corre no comércio grande. Vi lojas arranjadas como se fosse numa capital.

Peguei o ônibus para Paranavaí às onze e meia. Nordestinos surgiam do barro vermelho para pegar seu lugarzinho ainda que de pé. O ônibus parava em todo canto. Seguimos por esse mar de café.

Nota-se que o café é novidade nestas terras. Ele cresce ao lado de matas virgens, outras vezes, rente a uma mata recém-derrubada e, entre os pés de café, os troncos queimados.

Nota-se também que a terra vermelha vai virando areia. Em Paranavaí já é areia pura. Mas, antes, vamos chegando a cidadezinhas de madeira, nascidas com o café. Com tanta riqueza que já possuem várias agências bancárias. Cheguei a ver uma bela Agência do Banco Comercial do Paraná num desses lugarejos. Numa pracinha, em Nova Esperança, há um busco cujo pedestal é um enorme tronco simplesmente descascado.

Sempre areia, sempre café. Preocupou-me essa coisa de cafezal na areia. Isso aí pode acabar como os morros nus do Vale do Paraíba que não servem mais pra nada. Paranavaí não me decepcionou. É o maior povoado desde Maringá. Digna de ser chamada cidade.

A meio do caminho encontrei a Agência da Real Aerovias e o mano Dn... estava lá. Abraçamo-nos. Estava uniformizado: sapatos pretos, calça preta, camisa branca com bolsos e passadeiras. O quepe estava lá dentro. Apresentou-me os companheiros e levou-me à casa dos manos, à Rua Espírito Santo, não sei que número. Lá estava o Z... assoprando o fogão de lenha, preparando um café. Dn... voltou e fiquei. Tomei um banho e fiz a barba.

O Dn... está forte. Desempenado. Ganha seis mil na Real.

O Z... não é fraco. Tem bom corpo, mas não como o Dn.... É calmo, anda balançando e fala muito baixinho. Está desempregado. Papai tirou-o do emprego em Cruzeiro para dar-lhe uma granja. Não deu certo. O Z... é boa pessoa.

Nossa casa na cidade é de madeira. Está assentada sobre grossos troncos. À frente, três portas. Duas para um cômodo comercial que não utilizamos. A terceira dá para um quartinho sem ligação com o resto da casa. Entra-se em casa pelo lado esquerdo subindo pequena escada, como pela frente.

Entrando-se em casa, temos a sala de estar. À esquerda, único móvel desse lado, minha velha estante com falta de livros que foram ficando emprestados por onde passamos e o resto em péssimo estado. À esquerda da estante, a entrada para o cômodo comercial. À direita da porta, a cozinha construída sobre o chão, por isso, descem-se uns degraus para se entrar nela. Chão vermelho. Ao fundo, um fogão sobre toras. De frente à porta da sala, duas portas que dão para os quartos.

Saindo-se da cozinha (porta à esquerda), temos, à esquerda, um quartinho apertado onde se toma banho. Aberto por cima. Firmando-se em duas travas, uma lata de 20 litros de cujo fundo sai um chuveiro marreta que o mano Z... o arrumou. Esquentase a água na cozinha, coloca-se na lata e toma o banho quente. À direita, os fundos. Lá, outra casa. O quintal não é de ninguém. A três passos do fim da cozinha, à esquerda, a cacimba. O quintal é recoberto de capim e não tem muro nem cerca.

Conversava com o Z... quando chegou o P... Está grande e esperto. Dez anos.

Terceiro ano no grupo. Não é bom aluno, mas um desenhista insipiente. Tem senso, se estudar fica bom.

Os dois manos ficaram em casa. Fui até o centro.

Dei uma voltinha. Passei em frente ao cinema, passei na Real e voltei para casa. Estava todo mundo lá. Meu pai, minha mãe, E..., Dir..., Z... e P... Conversamos um pouco. Logo depois, papai e mamãe seguiram para a Fazenda Laize. Fui junto. Péssima a primeira impressão. Estava tarde da noite. Escuro. As laranjeiras cercando a casa dava-me a impressão de mato fechado cheio de bandidos escondidos. Aliás, mamãe veio estimulando minha imaginação com os casos de Paranavai.

De pronto também não foi boa a impressão da casa. Pareceu-me tudo apertado e sombrio. Dormi no quarto contíguo ao do papai. Ficamos conversando até tarde em volta de um fogãozinho rústico, de ferro, no quarto dele.

Fez um frio terrível, mas mamãe agasalhou-me bem.

No outro dia, foi difícil levantar. Que frio! Tomei um chá de erva-doce.

A fazenda fica a uns seis quilômetros da cidade. Só de areia e café. Contaram-me que é comum encontrar-se pela estrada jipe, caminhonete, caminhão, atolados na areia, principalmente na seca.

Pela manhã, a impressão da fazenda mudou. O mato cerrado passou a ser benévolas laranjeiras carregadas de curvar. O caminho entre elas, que me pareceu sombrio, da porteira à porta da casa, era limpo, largo e sorridente, com florzinhas singelas por todo o seu curso. Por entre elas, algumas figueiras, pereiras, limoeiros, etc.

Olhando-se de frente da casa, à esquerda, quase na entrada, um retiro. Nem leite está tendo nessa época. Poucas cabeças de gado. Pegado ao retiro, o paiol de milho. Para baixo, um chiqueiro com muitos porcos. Descendo, em seguida, há uma horta abandonada com uns últimos pés de couve. Pulando sobre isso tudo, ciscando por toda parte, cacarejando, umas centenas de galinhas, soltas para onde quisessem ir.

Papai está forte. Mexendo aqui e ali, lépido aos 68 anos! Mamãe é que anda meio doente. Dizem os médicos que é uma colite. Uma hora está melhor, outra, pior. O fato é que não vi minha boa mãe envelhecer. Está velha. Não vi seus cabelos se tsnarem. Não vi as rugas rasgarem seu rosto. A distância me negou muita coisa. Parece que foi um salto. Talvez se eu os visitasse mais...

Há uma cachorra brincalhona.

Fiquei conhecendo três empregados da fazenda. Um Valdomiro, moço e forte, parece-me trabalhador, e dois velhotes que trabalham juntos e brigam o dia inteiro.

Dei umas voltinhas pelo laranjal não me distanciando muito. Pela manhã, visitou-nos um casal de nordestinos. Ela engraçadinha, ele simples e risonho. Cearenses. Mamãe disse-me que sairiam por esses dias da fazenda.

À tarde, houve um bate-boca entre o papai e esse cearense chamado Geraldo. Muito simples. Ele está saindo antes de cumprir o contrato de um ano, feito de boca, por causa de um tal de Alcides. Diz que se ficar vai ter que brigar com o Alcides e um vai ter que matar o outro. A coisa aqui é na peixeira e, não raro, à traição. Papai não se opôs à saída, mas queria o café limpo. Pelo menos isso. Geraldo cearense disse que não. Papai insiste. Cearense ri. Papai, diplomata nato, com jeito procura um meio e nada. Cearense só ri. Simplesmente, e se nega.

-Ah!... Não pode ser, seu Zé.

E ri.

Até quando papai parece enervar-se, cearense ri e se nega. A mulher, menos calma, dá palpites errados. Eu, medroso, ouvindo calado e temendo pela exaltação de ânimos, o que não houve felizmente. Conta mamãe que esse povo, por aqui, anda de peixeira e navalha por debaixo da camisa. Por fim, chegaram a um acordo.

Voltamos para cidade todos.

Esse Geraldo cearense chegou à fazenda na miséria. Papai deu-lhe contrato por um ano. O contrato era: trabalhar sozinho, ou com a família, ou com empregados próprios. Se tivesse dinheiro (geralmente não têm) usava do seu, se não, a fazenda custeava-o até a colheita, após a qual, findando o ano, acertavam-se as contas. O contratista ganha 45% do café colhido. No bruto. Se o contratista planta banana, mandioca, batata doce, milho, ou o que seja, entre o cafezal, é totalmente seu. Se planta em terreno fora do cafezal, dá 15 a 20% à fazenda a título de arrendamento. Pois esse cearense, que foi dos melhores empregados já teve, plantou algodão e está a colhê-lo e vai-se embora deixando o café ao Deus dará. O seu café, na verdade, foi o melhor tratado, mas não ia dar lucro algum. Além disso, deixava uma dívida de quatorze mil cruzeiros. Estava colhendo o seu algodão e o cafezal ia para o abandono.

Na cidade, papai mostrou-me um terreno que tinha comprado para construir uma casa para os meninos. Ia pagar cinco mil por mês. Um total de cento e cinquenta mil.

Fui dar um passeio à noite. Tudo vazio. Não há luz e o povo vai dormir cedo. Dormi na cidade. Pela manhã esperei meu pai. P... e Dn... ficaram comigo. P... tem aula à tarde. Pela manhã fica vigiando o feijão no fogo. Dn... tem horário esquisito. Entra e sai muitas vezes ao dia. E... trabalha pela manhã na escola onde estuda. Está no segundo ano normal. Está bonita. É quem cuida da casa na cidade. Cuida da casa, trabalha pela manhã e estuda à noite. Deixa as refeições do dia seguinte preparadas de véspera. É secretária da escola, mas recebe como professora. Coisa de dois mil cruzeiros, mas não recebe há seis meses.

Como aluna é uma das primeiras. Nem é para menos. Tem o curso primário completo, o ginásio completo, um ano de Normal e um de científico e mais dois anos de Normal paranaense. Suas colegas, na grande maioria, só têm o curso primário. É de espantar! Os professores do secundário e até do normal, alguns, não tem mais que o primário.

Dei uma passeada com o mano Z....

O movimento da cidade, durante o dia, deslumbrou-me. É jipe para baixo e para cima. Carrocinha, caminhão, cavalo. E o comércio? Assustou-me. Casas enormes como as da capital. E que movimento! Que construções! Há uma ânsia no povo de crescer, de vencer, de estourar num progresso enorme. Como formigas. O chão comicha. Todo mundo andando e preocupado em ganhar. A terra explode em cafezais, grandes casas comerciais, máquinas de beneficiar algodão, café, cereais. A caminho da casa de meus pais, vi máquinas de beneficiar se sucederem espantosamente. É uma, duas, três, quinze, não sei quantas em funcionamento e outras em construção. Mas em construção acelerada, para não perder tempo. Parece que erguem uma máquina de 20 em 20 dias.

Fui à escola da E... esperá-la sair. Fui apresentado a algumas de suas colegas. À tarde, sai sozinho embevecido com o progresso. Que dinamismo! A título de curiosidade, saem quatro voos diários da Real, sem contar outras agências de táxi aéreo. Encontrei-me com papai de carrocinha. Fizemos umas compras, fomos até a casa da cidade e voltamos para a roça. Perguntei pelo cearense. Ainda estava lá. Cuidando só do algodão dele.

Em casa, contam-me histórias desse Paranaíba. É o assassinato de um casal de velhos, é a tocaia e o assassinato do Sr. Canário, é o espancamento e ameaça de morte do Sr. Carlos. Mortes e mais mortes, assassinatos e mais assassinatos por dá cá aquela palha. O pior são as tocaias à época das colheitas. Os casos se sucedem. À tarde, fui com o papai ao moinho de fubá que ele construiu. Fomos onde está sendo

construída uma casa de força para iluminar a fazenda e, por fim, ao cafezal. Pelo caminho, passamos por uma mata virgem. Resto de derrubadas. Coisa pequena. Há outra assim ali por perto. Papai proibiu a caça. O cafezal é pequeno. Abandonado. Papai comentou:

- Já sabia. Ele só vai colher o que é seu. Para isso, o Alcides não atrapalha.

À noite, o Dir... chegou fazendo escarcéu pelo terreiro.

Dir... é esperto e trabalhador. Único em casa com os cabelos lisos. Um caboclo autêntico no falar, no andar, no tratar das coisas. Não é medroso e é farolento como o diabo. É uma boa pessoa.

Fez tanto frio na noite de 24 para 25 de maio que acordei e não dormi. Pela manhã, saí a colher mamões para o Dir.... Minha alimentação é quase só à base de frutas. Os mamoeiros crescem à larga entre os pés de café. Passamos pela pequena mata virgem. Entramos nela. Uma beleza. O chão coalhado de folhas. Em cima, as copas se misturam fazendo um teto. Não se sabe onde termina uma copa e onde começa outra. Só mudam os matizes. Dos troncos de galhos úmidos escorrem cipós folhudos em curvas graciosas que, às vezes, tocam o solo. De quando em quando, um raio audacioso fura o teto verde e despenca roliço brilhando sobre as folhas do chão. E a gente vê que a luz tem cor, tem peso, tem medida, pode ser segurada com a mão. Outras vezes, são diversos furos no teto e descem pequenos fios dourados lá de cima.

Dir... almoçou e voltou para a cidade. Ia às aulas.

Passsei o dia todo na fazenda. Sem novidades.

Para se entrar em nossa casa, na fazenda, sobe-se quatro degraus de tosca escada. A casa fica sobre oito troncos de árvores, mais ou menos um metro e meio acima do solo. Subindo a escada está-se na sala de visitas. À esquerda um quarto. Vazio porque só meu pai e minha mãe moram lá. Tem cama, criado mudo e mesinha. Tudo muito simples.

À direita a cozinha. À frente, um quarto do tamanho da sala, com passagem para outro quarto à esquerda. Só. Da cozinha para o quintal mais quatro degraus.

Como sempre antes de dormir batemos longo papo, papai, mamãe e eu. Fomos dormir tranquilos (eu, não muito). No quarto do papai havia um revólver carregado sobre o criado mudo, uma espingarda de chumbo carregada num canto e outra, uma winchester descarregada, mas as balas estavam lá.

Nem na quarta, nem na quinta (25) o cearense tratou do café. Mamãe pede ao papai que deixe assim mesmo, que não faça conta, melhor que ele se vá de uma vez. E isso e aquilo. Ela tenta impedir que meu pai vá lá tomar satisfação. E faz várias alegações evitando que ele entre em atrito com o sujeito.

Pela tarde, Dn... apareceu. Tiramos fotografias e passeamos um pouco. À hora do almoço, fomos para a cidade. Pelo caminho, Dn... me contou como foi a vida no Colégio São Manoel de Lavrinhas e confirmou que um diretor do Flamengo interessou-se por seu futebol. Nesse tempo ele jogava no gol. Levamos o almoço pronto da fazenda.

Enquanto o Dn... foi trabalhar, sai com o Z.... Compramos nós dois mais o Dir... e a E..., uma mesa para um baile que iria haver no Atlético Clube. O Atlético é o time de futebol da cidade. O Dir... é beque num dos quadros menores do Atlético. Tem carteirinha e acesso livre a todas as dependências.

À noite, fomos, todos os irmãos, a uma quermesse em frente à Igreja. Estava um frio de lascar.

Na tarde desse dia, o Z... levou-me a visitar a família do dono da Máquina Bandeirantes. Gente muito boa.

Pela manhã do dia 26, sai com o Dn... procurando quem fizesse uma chave para a porta

da Real. Encontramos por cento e cinquenta cruzeiros, o que é um verdadeiro roubo. As coisas aqui são caríssimas. Tomate custa 45 (em São Paulo 30). Pinhão 25, em São Paulo 18. Aveia 75 aqui; lá 60 a 65. O mel aqui a 75 e lá mais de 150, o que estranhei. Cidade nova e movimentada é assim mesmo. Todo mundo mete a faca.

Paranavaí é assombrosa! As ruas formigam de gente e de veículos o dia inteiro. Como em filmes americanos dos tempos da “corrida do ouro”. Gente rústica, de botas, barba grande, revolver à cintura. Ruas cheias de casas comerciais e de poeira. As casas de madeira como as da Califórnia do Ouro. No centro da cidade não há residências, só comércio. Lojas, vendas, botequins. E de onde vem essa gente para esse movimento se o centro é só comércio e quase nada mais há que o centro? Não há periferia condensada, como nas grandes cidades. É centro e, depois, casas esparsas. Há construções entre essas casas distanciadas. Essa gente que faz o dinheiro girar vem da roça, dos cafezais, dos grotões. Por isso é que os crimes, os assassinatos se dão à volta da cidade.

Não fizemos a chave.

Os caminhões que transportam troncos, madeiras, chamam a atenção. Não têm carroceria. Dela só fica o esqueleto. A cabine é cortada ficando só o capô protetor sobre o motor e o para-brisa. Arrancam portas, teto e tudo o mais. Rodam assim, entram pelas derrubadas e carregam os antigos troncos.

Papai e mamãe transferiram seus Títulos de Eleitores.

À tarde sai com o Z.... Todos os dias vamos ver um emprego que está para sair e não sai.

Fomos ao cinema, à noite, ver uma droga chamada “Fantasma de Maratau”. O cinema é jeitosinho. Feito com a devida curvatura do solo e cinemascopo.

As principais casas de Paranavaí são de tecidos e fazem parte de redes que se espalham pelo norte e noroeste do Paraná e oeste paulista. Algumas são nacionais. Casas Riachuelo, Casas Buri, casas Riomar e Casas Pernambucanas, as mais importantes. Há outras especializadas em outras coisas. E disputam-se na propaganda. Não há tronco derrubado ou toco em beira de estrada sem o nome de uma dessas “casas”. Escrevem até em troncos ainda vivos, barrancos e, nas cidades, nos muros e postes. Quem ganha a para é a Pernambucanas.

Com todo esse progresso, Paranavaí não tem um lugar para se passar o tempo de folga. Não há jardim. Nem praça, nem um banco em algum lugar. Ninguém passeia à noite, e de dia, só homens apressados pelas ruas.

A E... trabalha como doida e não recebe regularmente. A Prefeitura não tem verba e o seu processo de nomeação não anda. Por sinal um senhor Leopoldo esteve em Curitiba, foi à Secretaria de Educação e nem viu o processo lá.

O clima é interessante. Quando cheguei, fazia um frio insuportável. Foi melhorando devagar, esquentando e, passada uma semana, pode-se dizer que o lugar é quente. Pelo menos de dia. De noite volta a esfriar.

No sábado, dia 28, sai com o Z.... O movimento das ruas aumentou. Estive na Importadora Paranavaí, cliente da Arno, onde trabalho, e conversei com o gerente que me confirmou que o movimento da cidade era feito pela gente da roça. A cidade não tem tanta gente para se justificar uma loja do quilate da Importadora.

Papai e mamãe viajaram para Monte Castelo, levaram o P.... Ficamos para o baile.

Não obstante a carência de luz, Paranavaí tem duas emissoras de rádio, a Rádio Cultura e a outra cujo nome não me lembro, mas cujo prefixo é ZYS 39. Todos os manos foram ao baile. Mesa 14, no Atlético.

O salão de madeira. O palco também. Duas alas de mesas em volta da pista. Havia três rapazes para cada moça, quase todas acompanhadas. O conjunto Paranaense, bateria, saxofone, pistom. Violão e acordeom, era muito ruim. Mesmo no salão percebia-se o quanto a areia está em tudo. Dançando, sentia-se a sola arranhada pelos grãos. Toaleta das moças de lado esquerdo do palco.

Às três da madrugada, sem nem pra que, apagaram-se as luzes. Muita gente se retirou, inclusive nos.

Não posso deixar de registrar este fato pitoresco. Uma mocinha com quem dançava após errar alguns passos, justificou-se:

- Hiii... hoje estou tão pessimista!...

No dia seguinte, fui ver o mano Dir... jogar futebol no juvenil do Atlético. Beque do segundo quadro.

A igreja da cidade é todinha de madeira, por fora e por dentro. Por fora é uma construção comum. Por dentro a madeira é polida, envernizada e não tem a forma das de fora. São mais estreitas, encaixadas, formando losangos. O teto é formado por retas seccionadas, como um poliedro cortado ao meio. Os altares são de madeira, as colunas são de madeira, até os castiçais.

Depois que papai chegou de Monte Castelo, fui com ele para a roça. Já estava cansado de ver aquele movimento enorme da cidade. Estava um calor danado. Interessante é ver os caminhões sofrendo, chorando, para romper a areia seca em trechos retos.

Valdomiro chegou há pouco tempo. É um morenãõ alto e forte, desempenado. Está sempre de sandálias e chapelão de palha na cabeça. Tem andar firme, testa erguida e um rosto sempre alegre. Bom trabalhador e bom de trato, papai e mamãe concordam, mas minha mãe tem algumas dúvidas sobre ele. Alguma coisa que falou, dá-lhe a impressão de que é um criminoso foragido.

Curiosamente, nesse dia, logo depois do jantar, Valdomiro chegou afobado e nervoso. Disse que estava colhendo milho quando apareceu uma mulher toda de branco e chamou-o:

- Meu filho...

Era a mãe dele que estava bem longe dali. Quando de refez do susto e quis observar melhor o rosto da mulher, ela desapareceu. E ele veio como um doido para casa.

- Seu Zé, preciso ir para casa...

Contou essa história aos tropeços e concluiu:

- Minha mãe morreu. Preciso ir.

E saiu.

De noite chegou a casa um tal de Alcides, que andava brigado com o Valdomiro. Entrou em nossa salinha e ficamos conversando coisa de meia hora. Quando se falou no Valdomiro, ele levantou a mesma suspeita que a minha mãe. Disse que, quando ia à casa do Valdomiro, prestava atenção, qualquer barulho no quintal, qualquer latido de cachorro, ele se punha de pé, rápido, metendo a mão na peixeira. Achava que o rapaz ou era da polícia ou criminoso fugido. Fiquei muito impressionado.

Valdomiro trabalha há um ano conosco, ganha 22 mil cruzeiros por ano, a molhado, ou seja, com refeições.

A cidade está sendo asfaltada de modo curioso: pegam um quarteirão, pulam dois e três, pegam outro e vão fazendo aos pedaços. Os trechos prontos se cobrem de areia a tal ponto que não se nota que há asfalto debaixo.

Em junho, começaram os trabalhos de colheita do café: derriça, rastelo e abanação. Em

alguns lugares ainda cuidam da quiçaça. Fui com o papai ver esses trabalhos. Passamos pela casa do cearense. A mulher dele, uma tal Raimunda, atendeu-nos de cara amarrada. Não afirmou isso nem aquilo, mas ficamos sabendo que se vão na quinta feira.

À tarde desse dia, Dir... e papai foram buscar a mudança de um tal de Sergipe que vem trabalhar na fazenda.

Estive com papai na casa do Valdomiro e fiquei espantado. Como é que um sujeito mora naquilo? É um rancho pequenino que mal o cabe em pé. Só metade tem parede, a outra metade só cobertura. As paredes são de lascas de tronco de palmeira. Há aberturas entre uma lasca e outra de até uns dez centímetros. A parte coberta mede uns 2,5m por 2,5m e ainda é repartida em duas. À esquerda fica a parte de dormir fechada por uma porta de ripas que se fecha com um amarrado de arame. A cama também é de lascas de palmeira. Os pés são pedaços de peroba que terminam em forquilha onde se firmam as travessas do estrado. São duas: uma na cabeceira, outra nos pés e as lascas são colocadas soltas aí em cima. Essas lascas são forradas por um tipo de milho que existe por aqui que não engrossa nem dá espigas. Assim mesmo Valdomiro só forrou a parte da cabeceira. Do lado dos pés não tem nada. Não há travesseiros, não há cobertas, há uns farrapos de sacos de estopa sobre os pés de milho e outros cobrindo as frestas da parede. A cama parece ser menor que o Valdomiro. Deve dormir encolhido. Debaixo da cama, um par de botinas com suas orelhas arrogantes saltando em arcos. O chão é pura areia. O outro cômodo é separado do quarto por duas ou três lascas apenas. Há um vão quase da largura de um barraco. É a porta. Um fogãozinho sujo de cinzas, feito de tijolos rejuntados com barro que não os une direito, em cima de troncos. A chapa é de lata de inseticida. Com dois furos: num se mete o querosene, no outro, um trapo que é o pavio. Do outro lado dessa cozinha, um pau estendido que vai de um lado a outro, para se dependurar coisas. E uma porção de pés de milho tapando as frestas. No chão, num canto, a garrafa de Oncinha, a pinga famosa da região.

Valdomiro saiu ontem à noite de casa, como um doido. Voltou na tarde de hoje, sem ter ido a lugar nenhum, sem saber o que aconteceu com sua mãe. Mas estava que era puro bafo de cachaça. Tinha prometido voltar logo. Voltou. Fez alguma coisinha e já foi para a cidade de novo.

Papai é entusiasmado com o Valdomiro, diz que é um camaradão, um trabalhador e tanto, um braço! Quando pensa mandá-lo fazer um serviço, já fez. Mas presente que Valdomiro vai deixá-lo.

Estive ouvindo papai conversar com uns camaradas e guardei algumas expressões interessantes que trocaram:

- "Diz que sete ofícios, quatorze necessidades."

"- O risco do pau é o risco do machado."

E outros que me esqueci.

Valdomiro apareceu em casa cedinho, no dia seguinte. Não deu notícias da mãe. Disse que alguém, na cidade, lhe informou que não tinha acontecido nada. Para mim o Valdomiro mentiu quando precisou sair e mentiu quando voltou.

Um tal de Zé prometeu-me uma raízes que vão me curar da "infamação por dentro". Não quis dizer o nome das raízes. Fez um mistério em cima disso. A verdade é que não me levaram as raízes. Fui para a cidade depois do almoço.

Houve um acidente trágico: um caminhão matou duas crianças, irmãs, nas imediações da Escola Normal. Foi um choque na cidade. Comentava-se o fato horrorizadamente por todos os cantos. O comércio fechou as portas.

O Z... continua procurando emprego.

Fomos ao cinema. À saída, fazia um frio insuportável. A gente tiritava. Observei bem o movimento da cidade – uns oitenta por cento dos veículos que circulam são jipes. Parece que papai vai adquirir um.

O jornal daqui (não sei se há outros) é O Noroeste. São só quatro páginas. Na primeira, matéria de agências (portanto, de fora); na segunda, propaganda; na terceira, propaganda; na quarta, metade propaganda, metade esporte.

Já estava no meio das férias. Dois de junho de 1960.

Esperei até a hora do almoço os ingredientes para fazer minha comida; como papai não chegasse, saí andando a esmo pela cidade. Fora das poucas ruas asfaltadas, tudo é uma areão cansativo. Meti-me por uma rua que entrava pelo campo. De repente, descortinou-se à minha frente uma grande vila, movimentada. Mulheres pelas ruas com falas e gestos livres. Era a zona do baixo meretrício (onde é que fica o alto?) que aqui chamam de “boite”. Andei pelas ruas e fiquei impressionado com o número de casas. Muitas e muitas mulheres. Algumas até bonitas, mas todas sem qualquer decoro, propagando a mercadoria. As casas são todas de madeira, menos uma, de material, que é a boite. Ai é apresentado o “Show Estrela”. Li alguns cartazes. Um dizia isso: “... os mais belos pasos cariograficos”. Ao lado da boite tinha um “Bar Bado” que anunciava na parede “Canja e surtido”.

À tarde, papai chegou e informou que o cearense estava arrumando as coisas para mudar-se.

Z... conseguiu emprego num escritório de uma máquina beneficiadora de café. Deverá começar nos fins de junho.

À noite, fui com o Z... ouvir uns discos na casa de um amigo dele. Era um breu. Não havia luz, nem elétrica nem no céu. Por baixo, aquele areão. Depois, juntamo-nos ao Dn... e outro amigos dele e fomos a um casamento. Sanfona e pandeiro. Muita gente dançando. Em cada doze pessoas, dez eram nordestinos. Não havia mais o que comer e o que beber. A salinha sufocava de tantos pares saracoteando. Muitos passavam para a varanda com mais espaço e menos luz. A sanfona seguia um andamento, o pandeiro outro, mas a turma não ligava para um ou para o outro. Ia em frente. Era uma dança muito balançada. O par que merecia ser chamado à atenção por portar-se desrespeitosamente, dançando de forma indecente... era o casal de noivos. Que coisa!

Ontem, quando íamos ao casamento, passamos por um parquezinho muito vagabundo, de frequência diminuta. Uma tabuleta à porta anunciava: “DIA 4 – SÁBADO – DIA 4 – SIQUEIRA E SIQUEIRINHA – ESTREANDO SEU VASTO REPERTÓRIO DE MÚSICA SERTANEJA E CLÁSSICA COM GRANDES SUCESSOS EM TODO BRASIL.”

Quando não chove é difícil caminhar no areão. São quase dois palmos de areia solta. A mobilidade da areia quase mata a gente de canseira. De casa ao centro, uns quinhentos metros, é um suadouro.

Um pormenor curioso: Japonês aqui não é só tintureiro e fotógrafo. É tudo. Padeiro, açougueiro, pedreiro, barbeiro e muita coisa mais. Existe um anúncio irritante nas rádios. Música sem graça, meio sertaneja e uma letra paupérrima. Como toca! Ligava-se o rádio, lá vem a musiquinha. No baile do Atlético, o conjunto estava tão ruim que uma mocinha teve um lampejo:

- Daqui a pouco vão tocar “tem casa rádio”...

Casa Rádio é uma loja grande, padrão capital. O anúncio cantado diz:

“Tem Casa Rádio em Nova Londrina,
Tem Casa Rádio e Nova Esperança,
Tem Casa Rádio em Paranavaí,

Tem Casa Rádio em Nova Londrina,
Tem Casa Rádio em Nova Esperança,
Tem Casa Rádio em Santa Isabel do Ivaí...”

Ouvi falar muito dos nordestinos e me interessei. A epopeia deles é mais ou menos a seguinte. Chega à cidade. Vem de trem até Ourinhos, depois pega um desses ônibus que andam correndo daqui pra lá. Sempre apinhados. Paranavaí é atendida por umas dez empresas de ônibus. Há algumas linhas confortáveis, mas a maioria é de velhos cacarecos e jardineiras. Bom, mais ou menos ou péssimo, cada ônibus que passa pela cidade, está abarrotado de gente, até de pé na porta, como no rush das capitais. Voltando ao Nordeste, ele chega com a família e vai para uma pensão. Um dia chega o fazendeiro, e leva-o.

Ele chega no eito e mete os peitos. Trabalha mesmo. Põe o de comer dentro de casa. E vai tratando o café e plantando o seu milho, a sua mandioca, o seu feijão, a sua batata por entre os cafezais. Seguindo o hábito, o que dá no meio do cafezal é do empregado. Colhe e vende. Se não deu ainda, continua com o café. Colhe e vende de novo. Se der para por um cobrinho nos bolsos, dá um jeito de sair da fazenda. Parece que ele gosta é de correr o mundo, escarafunchar fazendas, virar cidades.

Ou volta para o Nordeste. Há camaradas na Fazenda Laize que conhecem a Bahia, o Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Goiás. Há até quem conheça o estrangeiro, como o Valdomiro que já trabalhou no Paraguai. Por isso é que as linhas de ônibus, como a de Querência do Norte, a Asa Branca, e tantas outras, sempre tem um carro atrás do outro, vencendo a areia. Em cima, cercadinho com as trouxas e as malas – a mudança.

Paranavaí é cercada por uma floresta de tocos os lados. A cidade é nova e foi tão cheia de floresta que ainda se nota vestígios nos fundos dos quintais. Os tocos enegrecidos pelas queimadas. Em geral, o tronco estendido ao lado. Saindo-se do centro, os tocos e troncos aumentam. Percebe-se como foi a floresta. Em vários pontos a imensidão dos tocos está no meio dos cafezais. Em outros lugares a floresta é de troncos calcinados, esqueletos negros de pé, os galhos recortando o céu em ângulos retorcidos.

A sucessão municipal também é interessante. Tão próxima estão as eleições e não soube de um comício. E há quatro candidatos: Dr. Siqueira, Dr. Messias, Flávio Giovanne e Hercílio Costa.

Seu Zé, um roceiro que disse que me arrumaria raízes para a colite, contou a história da Espada Sondenga. Interessante, bem armada. Não sei se é invenção dele. À noite o Dir... chegou a cavalo. Ele vai e vem todos os dias. Papai disse que precisa dele lá na roça.

Uma expressão típica: Frau. Frau é tudo aquilo que é ruim, que não dá certo.

- Vamos ao cinema, hoje?

- Não. A fita é frau.

Disse que não ha luz nas ruas. Enganei-me. Há, sim. Umhas brasas em cima de uns postes de madeira, bem longe um do outro. A energia é gerada por motor a óleo. É muito comum apagarem-se. É melhoramento novo. Quando papai chegou, não tinha mesmo. Por economia, diariamente mantêm-se trechos sem luz.

Por aqui se fazem festa por qualquer coisa. Casamento, aniversário, batizado, cobertura de casa, colocação de água, conserto grande na casa etc etc. Volta e meia aparecem convites para essas festas. Cada convidado leva 3 a 4 amigos.

No sábado, 4 de julho, houve festa no Atlético. Um colega da E... aniversariava e levou convite recomendando que não deixasse de levar os rapazes. Fomos, eu, Z..., Dn... e

E.... P... e Dir... foram ao cinema. Nesse dia, a cidade não teve luz, mas o Atlético tinha gerador próprio e houve a festa. Só que o baile foi profundamente prejudicado. Dada a fraca energia, a eletrola tocava os discos em tom bem inferior ao original. Então, ficou aquela coisa.

O cinema, nos fins de semana, lota de ficar gente em pé nos fundos e nos corredores. Também, num domingo (que foi quando observei isso e passava um bom filme, o Amar e Morrer, baseado no romance de Erich Maria Remarque), o que se faz aqui se não for ao cinema? As ruas, à noite, são um deserto, principalmente quando não há luz.

O horário da primeira sessão é 19 horas, mas começa antes, porque já está lotado. A segunda começaria às 21 horas, mas começa tão logo termina a primeira. Antes de começar a segunda, a frente do cinema parece um comício de tanta gente, esperando.

A primeira sessão é dos “brotos” e da gente de bem. A segunda é do restante. Diz o mano Z... que é fácil entrar no cinema, basta ficar no meio do povo. Quando abrem a porta, é deixar-se levar. Não há filas – é um montão de gente que vai empurrando. Para comprar ingressos, há filas, mas para os bobos. A maioria das pessoas vai chegando e pedindo para quem está na fila que lhe compre os ingressos. Eu mesmo comprei para um garotinho.

No caso do filme que fui assistir, achei estranho o comportamento da plateia. Ria de cenas sérias, lançavam chistes de gozação, ridicularizavam cenas românticas. A cena da primeira noite de um casal em meio à guerra, provocou toda sorte de comentários.

-Aí, hein?

- Já vai?

Quando a heroína foi carregada ao leito pelo soldado, uma mocinha ao meu lado, arreventou-se num riso histérico e escondeu a cabeça no ombro da companheira. Um beijo prolongado atiçava a gozação do povo. Disse que são quatro candidatos a prefeito? São cinco, Tem ainda o Francisco Nascimento.

No domingo Paranavaí é uma cidade morta. Sai-se à rua e estica-se o olhar até o fim, parece que a cidade modorra reclinada preguiçosamente na ondulação do terreno. O leito esquenta, o sol é quente, a areia demais. Quando um jipe ou uma charrete afronta a pasmaceira domingueira da rua, a poeira desperta e enovela-se pelo ar. Rápida como subiu, rápida cai e a rua volta à modorra.

Já disse que é esquisito o clima. Pela manhã é pouco frio. De repente, começa a esquentar, esquentar. Às duas da tarde, o sol está de arreventar mamona. Mais para tarde, o sol começa a declinar, cinco da tarde as sombras estão esticadas e frescas; sete, suporta-se, com um pouco de coragem, sem paletó; nove, paletó já é pouco. Pela madrugada chega o frio. Entre cinco e seis, as cobertas são poucas. Dizem os manos Z... e Dn... que, lá por dezembro, o calor derrete a gente.

Outra expressão que conheci: Jacu. É sujeito meio bobo.

Para se fazer uma ideia da grandeza do comércio daqui, basta falar nos concursos milionários que fazem, como as grandes firmas das capitais... A Casa Rádio, aquela do anúncio monótono, vai sortear um jipe, geladeira e mais isso e aquilo. Outras firmas também pretendem lançar esse tipo de promoção.

Fala-se na construção de um prédio de oito andares no centro da cidade. Andei com a E... visitando uma porção de gente influente que poderia ajudar-me a conseguir um lugar de professor nas escolas daqui. Encaminhamos tudo muito bem. No campo existe uma gramínea cujas sementes pendem em penca de uma haste. Elas são envolvidas por um ouriço de espinhos terríveis. Encostou na roupa, ficou; pegou na carne, espetou; se não se tira com muito cuidado o desgraçado, fica uma pontinha presa na pele que pode inflamar.

Por esses inícios de junho, ficamos uma semana totalmente sem energia elétrica. No dia 14 de junho, acordamos todos, na casa da cidade, às três da madrugada. Fomos para a Rodoviária. Despedi-me e, às quatro e trinta, deixei a cidade pelo Expresso Garcia. Tudo silente, escuro, melancólico, como minha tristeza de deixar a família.

Como na minha vinda, choveu. Chuva no Paraná para o trânsito das estradas – que são de terra. Nosso ônibus foi dançando, encostando nos barrancos, assustando e, com muito trabalho do motorista, chegamos a Londrina. O ônibus que tomaríamos lá, já se tinha ido.

Cansou de nos esperar. Fui, em comitiva, falar com o gerente que nos sossegou. Não tinha saído ônibus nenhum. A estrada até Londrina estava tão ruim que não permitia qualquer risco.

Ficamos esperando das duas da tarde às quatro e quarenta. Enquanto isso, fiquei conversando com um dos membros da “comissão”. Era o tal de Kid Arizona que cantava no programa de calouros da Rádio Piratininga ao tempo em que eu também me arriscava lá.

Dizia-se, agora, artista da Piratininga. Teria gravado algum disco. Embarcamos num trem de segunda. Apinhados até às tampas. Até fedia o carro. Impossível cochilar.

Chegamos à Estação Júlio Prestes, em São Paulo, no dia seguinte, às dez horas da manhã.”

*

PARANAÍ, A CAPITAL DO PROGRESSO

Autor: Antônio Pereira da Silva

(Artigo publicado na REVISTA ARNOTÍCIAS – de São Paulo, Capital – 1960)

Naquele tempo o Ivaí percorria o Noroeste do Paraná normalmente, como em todas as épocas, mas o seu vale ainda era solitário. Estávamos então, em 1928 e não havia qualquer meio de acesso ao lugar onde, hoje, se ergue Paranavaí. A partir desse ano começaram a surgir no lugar as famílias pioneiras: Manoel Paulino da Silva, Firmino da Silva, Cap. Telmo Ribeiro e outras. E, sem qualquer pressa, o lugarejo foi se erguendo, povoando-se sem grandes pretensões. Em 1950, época do último recenseamento, Paranavaí, com todos os seus atuais distritos e mais os que já se constituíram em sede de município, pertencia a Mandaguari que apresentava uma população de 25.000 habitantes. Os tempos se passaram. Em 1952 Paranavaí torna-se sede. Em 1953 a esperança depositada no seu principal produto esvai-se com a geadada. Em 1954 o espírito de luta de seus moradores novamente erguido com bases nas possibilidades DAC região reinicia o seu trabalho. Vem a geadada de 1955 e quase liquida com os ânimos. Mas o bom povo se mantém confiante e operoso e, em razão disso, temos hoje a próspera Paranavaí que se intitula a Capital do Vale do Ivaí, o mesmo Ivaí solitário de 1928. Cumpre notar que todo esse progresso enorme, o formigamento metropolitano das ruas, a riqueza que se vê espalhar pelas mãos de quem trabalha, tudo isso começou a 2 ou 3 anos atrás e promete avançar indefinidamente.

Calcula-se que no recenseamento a efetuar-se no corrente ano, Paranavaí apresentará uma população de mais ou menos 48.000 pessoas, sendo 32.400 no interior e 15.600 na sede. Donde se deduz que a sua força populacional encontra-se no interior, nas fazendas.

Embora se saiba perfeitamente que o maior produto do Noroeste progressivo do Paraná é o café, devemos considerar que, sabiamente, lá se pratica a policultura. O café é realmente a força principal, entretanto, são também grandes produtos da região: o algodão, a mamona, o amendoim, o milho, o arroz, etc. Acrescente-se que se inicia uma promissora pecuária, porquanto a região é muito mais propícia a isso que à agricultura.

Dezesseis municípios produtores de café estão sob a supervisão do IBC localizado em Paranavaí que é sede da região. Esse órgão tem lutado por impor os preceitos da boa produção. No entanto, apesar das dificuldades criadas pela natureza, ou seja, insuficiência da terra, dos adubos orgânicos, os ensinamentos dados, a proteção oferecida por aquele órgão do governo não tem sido muito considerados pelos cafeicultores. Aqui se deve pesar como exceção as fazendas Sílvia Vidal e Bararuba que produzem café despulpado (de boa qualidade). Nesses 16 municípios, com 300 milhões de pés, a safra de 1959-60 atingiu 3 milhões de sacas prevendo-se uma queda para 2 milhões neste ano. Acredita-se entretanto, que em curto prazo, haja melhora de produção. A broca não existe mas será em breve um dos males dos cafeeiros traduzida

pela adubagem orgânica. Conhece-se, no entanto, a roselinha ou mal de Araraquara que estraga 10% do café por ano.

Já havia dito o ex-governador Bento Munhoz que a região não é própria à cultura do café. Na realidade o terreno arenoso não se presta tanto a esse cultivo. As terras são pobres e a produção de um modo geral é baixa. Acredita-se mesmo que, em longo prazo, venha a cair. Acrescente-se a isso, alguns erros cometidos pelos cafeicultores e o apoio do Banco do Brasil que não tem sido suficiente.

Como foi dito anteriormente, o Noroeste do Paraná não é só café. O algodão, por exemplo, acompanha de perto a rubiácea. A última safra atingiu 583.940 arrobas. Aqui devemos considerar que os números para o café referem-se à região composta de 16 municípios e os números para os demais produtos são só para Paranavaí. A mamona deu 860 mil quilos e o amendoim 84 mil quilos. Já se instalaram no lugar diversas grandes firmas beneficiadoras desses produtos como Anderson Clayton, Sanbra, Esteves & Irmãos e outras. Os produtos beneficiados são enviados para os grandes centros onde são industrializados.

Há também a extração de madeira de boa qualidade que constitui grande fonte de renda. Essas madeiras alimentam nada menos que 40 serrarias.

A pecuária está em fase inicial. Embora lutando contra produtos acreditados na região, esse tipo de cultura tende a estabelecer-se, dominar e constituir a maior fonte de riqueza da cidade. Não há, atualmente, grandes indústrias por insuficiência da eletricidade. Algumas serrarias (40) e olarias constituem o trabalho industrial da cidade, além das diversas máquinas de beneficiar café (35) cereais e algodão. Não devemos nos esquecer, no entanto, que há promessa do governo estadual para a instalação de dois grandes grupos de geradores o que incrementará a indústria. Também se fala no fornecimento de 10.000 kw pela Usina de Salto Grande. De uma forma ou de outra, em virtude do povo trabalhador existente e das culturas diversas sempre bem desenvolvidas, grandes indústrias estudam possibilidades de produzirem diretamente no lugar como a Anderson Clayton, Sanbra, Matarazzo, Arpa, etc.

Também não é descurado o ensino. Há 87 estabelecimentos de ensino primário, 3 ginásios e mais 2 em construção, um curso normal e um comercial. Os meios de transportes são diversos: há uma estrada interestadual ligando Paranavaí a São Paulo, a qual está sendo asfaltada e aproximadamente 2 dezenas de saídas para os diversos municípios vizinhos. Há uma estação rodoviária atendendo a 10 empresas de ônibus, digamos aqui, insuficientes para a grande quantidade de passageiros. Possui um aeroporto atendendo à Real e a Vasp com uma média de 3 voos diários e há duas empresas de taxis aéreos. Dentro de alguns dias haverá a inauguração de uma nova empresa ligando Paranavaí a Londrina.

Possui dois jornais, um semanário e um diário, 2 estações radiofônicas, 5 hospitais e 1 Santa Casa em construção. Um cinema em cinemascope e um novo em construção que pretende ser dos maiores do Estado. Diversas agremiações esportivas dentre as mesmas destacando-se o Atlético que é clube de futebol profissional da região. Quatro associações recreativas. Nove agências bancárias (sendo uma do Banco do Brasil) e uma da Caixa Econômica Federal.

Característica da região, além do enorme areal que domina quase todo o Noroeste, são as casas de madeira. Há coisa de pouco tempo é que Paranavaí vem construindo com tijolos. Assim, de madeira são a Prefeitura Municipal, a Cadeia Pública, a Igreja, o Fórum, o Correio, etc.

Há um comércio intenso com um movimento singular em função do interior apresentando estabelecimentos enormes iguais aos existentes nas capitais: Casa Lisboa, J. Alves Veríssimo, Importadora Paranavaí, Casa Rádio são exemplos disso.

O atual prefeito, Sr. Ulisses Faria Bandeira, sem grande auxílio do estado tem procurado desempenhar bem suas funções. De suas últimas realizações sobressai o asfaltamento de 40.000 metros de ruas que se processa atualmente.

Paranavaí avança sua cidade em todas as direções. Leste, Oeste, Norte e Sul, experimentam um progresso enorme e as construções (algumas de tijolos) se vão erguendo do solo. Nota-se entretanto que a força de seu crescimento incomum se dirige para os lados do Aeroporto e Jardim São Jorge. Mas Paranavaí pretende crescer também para cima. E já se fala na construção de um prédio de 8 andares no centro da cidade.

A grande massa populacional é constituída de nordestinos que, infelizmente, não se fixam à terra, criando de certa forma um problema de ordem social. Estrangeiros há em grande número japoneses, seguindo-se em quantidade alemães e eslavos.

A cidade fica situada num planalto, a 503 metros de altitude. Possui um clima quente e um ar saudável, sempre renovado em virtude do terreno onde se localiza. É uma cidade jovem, portanto, menina mesmo. Devido à riqueza da região e conseqüente criação de novas cidades, Paranavaí vai perdendo território embora aumente progressivamente a sua população, seu comércio, sua riqueza. Dos 5 distritos que possui atualmente, dentro em pouco se destacarão 4 que formarão sedes de novos municípios. Considerando-se o quanto é nova a cidade e que o seu progresso incessante tende a aumentar dia a dia chamando com isso a seus terrenos grandes indústrias é de crer-se que, em breve estará rivalizando com as nossas grandes cidades. E tudo isso mercê de trabalho e esperança. Paranavaí é a capital do progresso e o trabalho! (Nossos agradecimentos ao IBC, ao IBGE, à Real e à Imobiliária São Jorge por informações prestadas).

XI
**UMA RÁPIDA PASSAGEM PELA HISTÓRIA DO FUTEBOL
PROFISSIONAL E DO FUTSAL EM PARANAÍ**

1. Futebol profissional

No site oficial do Atlético Clube Paranaíba - ACP consta que o “*Atlético Clube Paranaíba foi fundado no ano de 1946, no dia 14 de março, com a intenção de ser o time da cidade no âmbito regional. Inicialmente, disputou campeonatos amadores de caráter municipal e do interior. Criado nas cores vermelho e branco, o clube é carinhosamente chamado de vermelhinho e, desde 2002, após um concurso organizado por uma emissora de rádio local, o mascote do clube, passou a ser denominado Cayuázinho, e o vencedor foi o cartunista e professor Paulo Bittencourt, morador desta cidade há mais de 35 anos.*

O ACP tinha como sua casa o Estádio Natal Francisco, localizado onde atualmente é a Praça dos Pioneiros, no centro de Paranaíba.

São poucos os paranaíbaenses das novas gerações que já ouviram falar em Natal Francisco, o pioneiro a quem o Atlético Clube Paranaíba (ACP) deve muito. Francisco foi o responsável pela construção do primeiro estádio de futebol da cidade, uma conquista altruísta numa época de sonhos coletivos.

O pioneiro paulista Natal Francisco veio para a região Noroeste do Paraná pela primeira vez acompanhado do irmão José Francisco.

Sairam de Presidente Prudente, interior de São Paulo, com a intenção de conhecer a tão falada Fazenda Velha Brasileira, atual Paranaíba. Logo de cara, não acharam o lugar receptivo, então ficaram aqui oito dias e retornaram ao interior paulista. Em 1944, Natal Francisco voltou com a família e fixou residência na futura Paranaíba.

Apaixonado por futebol, a primeira iniciativa do pioneiro quando se mudou para cá foi conversar com o administrador geral da colônia, Hugo Doubek, sobre a possibilidade de conseguir um terreno para a criação de um campo de futebol. “O Hugo autorizou que eu abrisse uma picada até onde achasse melhor, a partir daí um engenheiro iria demarcar a área e entregar o terreno”, explicou o sapateiro Natal Francisco em entrevista à Prefeitura de Paranaíba décadas atrás.

Francisco escolheu um espaço onde é atualmente a Praça dos Pioneiros. Lá, mediu com os passos uma área de 280 por 200 metros quadrados. “Depois fui pra Curitiba conversar com o governador Moisés Lupion. Fiz um requerimento em nome do Atlético Clube Paranaíba (ACP) e falei pra ele que queria o terreno. Mostrei o rascunho do engenheiro com detalhes do campo oficial para os jogos profissionais, um campinho

para a rapaziada, uma piscina e a sede”, relatou.

Foi o marceneiro José Ebner que ajudou fornecendo madeiras a preço de custo. “Também contamos com a ajuda de alguns paraguaios. Eles quem transportavam e escolhiam as melhores peças para fazer as tábuas e as balaústres”, revelou Francisco.

Após disputar vários torneios amadores e bater na trave na maioria deles, enfim venceu a competição municipal no ano de 1970. O elenco apresentava jogadores como Silas, Miltinho, Coelho, Álvaro e o grande Biga.

No início dos anos 1960, o clube passou a disputar a segunda divisão profissional do futebol paranaense, chamada de Série Prata. Após participar de algumas competições, no ano de 1967 venceu a liga e passou para a primeira divisão pela primeira vez na sua história.

Nos anos 1980, o clube voltou a integrar a segunda divisão, até que em 1983 chegou novamente a primeira. Neste período, o ACP tinha outra casa, no Distrito de Sumaré, chamado Estádio Municipal Alfredo Ferrari e disputou os jogos oficiais neste estádio até 1992. Ficou fora das competições da primeira divisão por mais alguns anos, até que regressou em 1992, disputando majoritariamente com times do interior e começou a se sobressair a partir dali.

O Estádio Municipal Waldemiro Wagner, teve o início de sua construção entre 1991 e 1992, e a inauguração no dia 23 de Setembro de 1992, com campo de grama natural (105 x 73 m), com 13.093m² de área construída, 9.750 m² área das arquibancadas e abriga desde então as partidas do Atlético Clube Paranaíba - ACP.

Sua capacidade de público inicial era de 25.000, mas por não atender as exigências do estatuto do torcedor, por duas vezes teve sua capacidade reduzida pela Federação Paranaense de Futebol, permanecendo atualmente o limite de 9.999 torcedores.

O estádio, baseado no Coliseum de Los Angeles, teve a seleção brasileira na sua primeira partida, em um amistoso contra a Costa Rica, vencido por 4 a 2, com o primeiro gol do meia-atacante Raí, que mereceu uma placa guardada na cidade até hoje.

Em 2003, o clube foi vice-campeão estadual, sendo parado apenas pelo Coritiba, que levantou o troféu. Contudo, a maior vitória do Paranaíba veio no ano de 2007. O time conquistou o seu primeiro título estadual, após empatar com o Paraná sem gols, simplesmente cumprindo o regulamento da competição, que deu a oportunidade do clube ir para Curitiba disputar com o Paraná Club com a vantagem do empate, e foi assim que conquistaram o título de Campeão Paranaense 2007. A partida final registrou o maior público do campeonato. Mais de 17 mil expectadores assistiram à glória do vermelho, com direito a volta olímpica fora de casa.

2. Ídolos, títulos e artilharia

Os primeiros ídolos do clube foram os jogadores que estiveram presentes no primeiro grande título do clube, o de Campeão Amador em 1970. No time, nomes lendários do vermelho como o maior deles Silas, além de Silvio, Luís Batista, Miltinho, Amilton, Álvaro e Biga.

O time teve outro sucesso anos depois, em 1974, quando empatou com o Coritiba por 1 a 1 em um gol polêmico, mas bastante festejado por jogadores e torcida vermelha. No time que enfrentou o Coxa, estavam jogadores como o artilheiro Édson Campeão, Devalir, Zimara, Zinho, Ivo, Dréier e Silas. Nos anos 1970, ainda passaram jogadores como Luiz e Zé Geraldo.

O grande jogador Raí, famoso no São Paulo e na seleção brasileira, é também um ídolo do clube. Em 1992, a cidade construiu o estádio Waldomiro Wagner (carinhosamente tido como 'Felipão', e que tem o Paranaíba como mandante), e a seleção brasileira foi quem fez a primeira partida inicial. O camisa 10 do tricolor paulista foi quem marcou o primeiro gol da história do estádio, merecendo uma placa pelo feito, que foi guardada pela prefeitura da cidade.

Após ir e voltar da primeira divisão do estado, o time enfim retornou nos anos 1990 à elite paranaense. Já no ano de 2003, com uma ótima campanha, conquistou o vice-campeonato, após perder apenas uma partida para o campeão Coritiba.

Já em 2007, o clube venceu pela primeira vez a competição estadual, sendo o primeiro interiorano em 30 anos a conquistar o campeonato do Paraná, tendo a frente na presidência, Nivaldo Mazzin.

3. Principais títulos

Campeonato Paranaense – Segunda Divisão (3): 1967, 1983 e 1992.

Campeonato Paranaense (1) – Vice Campeão 2003

Campeonato Paranaense (1) 2007 – Campeão do Interior 2007.”

(Informações obtidas no dia 21/08/2013, às 18h45m, no site:
www.acpclube.com.br).

O Hino do ACP foi escrito por Paulo Cesar de Oliveira, em 2005.

4. O início do futebol de salão em Paranavaí

Segundo o livro **História do Futsal de Paranavaí**, de autoria de **Rafael Octaviano de Souza e João Carlos Antunes**, o futebol de salão surgiu na cidade na década de 1960, na quadra da UPE – União Paranavaense dos Estudantes, presidida pelo jornalista Ivo Ferreira Cardoso, e localizada no antigo Colégio Estadual de Paranavaí. Consta que o jornalista José de Mattos Filho, recém chegado de Garça, no interior paulista, trouxe consigo a ideia e a transmitiu ao professor Delciro Garrido, que na época ministrava aulas de Educação Física. Foi então que se realizou o primeiro campeonato de Futsal de Paranavaí, um campeonato inter-classe do então curso Ginasial.

Apenas a partir de 1964 é que as equipes começaram se formar na cidade.

A primeira equipe a ser formada foi o Clube Atlético Pinheiros. O time na época era constituído de Alcides Troian, Wagner, Elmo Palptz, Reinaldo Consalter, Alfeu Malmann, Otávio e Paulo Paim. A equipe do Pinheiros mandava seus jogos na quadra do Colégio Humberto de Campos. Entre os jogadores do Pinheiros que se destacaram naquela época tem-se: Wagner, Devaney, Manjuba, Wilson Boca, Alcides Troian, Paulo Paim, Toninho Chiconelli, Alfeu Malmann, Aparecido Lemos, Osmar Favaro, Elmo Palptz, Huldés Santana, Dilvo, Ilmo ferreira de Almeida, Mazaro, Rodovaldo Barbirato, Etelvino Del Grossi, Antônio Figueiredo (Chiquita), Cláudio Gobetti, Júlio, Hélio, Padeiro, Barros, Jaconias entre outros.

Outra equipe importante do Futsal da cidade foi o São Paulo Futebol Clube, que tem sua origem na mesma época. Os sócios fundadores do São Paulo foram: Valmir José Bernardes, Nelson de Oliveira Brait, Marny Hoff, Mauro Hoff, Laércio Utrilha, Nilson de Oliveira Brait, Cirso Martins, Noemio Barbirato, José Antônio Utrilha, Roberval

da Silva Menezes, Denivaldo Dias de Souza, Devaney Domingos Eugênio, Dirley Eugênio, Valmir Alves Torres, Yoshiro Yamaguchi, Antonio Figueiredo de Oliveira, Dionísio Bana, Alexandre Pires de Oliveira, José Domingues Eugênio, Devanir Roque Eugênio, Alcides Utrilha, Sérgio Utrilha, João Utrilha, Denadir Roque Eugênio, João Miguel casado, Vandrelí Antônio Bernardes, Dorival Roque Eugênio e Orlando Brait.

Também marcou época na cidade a UBES – União Basílio de Esportes, formada pelos irmãos Basílio.

A UBES contou com jogadores como Manjuba, José Soares de Lima (Paxa), Juca, Divaci, Basílio, João da Ajita, Claudio Gobetti, Vardeco, Zanetti, Mandaguaçu, Zé da Cantina, João Basílio, Wagner, Adelfi, Paulo Marcelo e outros.

Outras equipes que se destacaram no começo do Futsal na cidade foram: a equipe do Banco do Brasil, dos Jatos Negros, Juventus, Corinthians, Diário do Noroeste, Demafra, SPDC, Portuguesa, Colégio Comercial, Internacional, Bonsucesso, Cruzeiro, Grêmio Paranavaí, Harmonia, Banestado, UPE, Cotel, Dal Prá, A. A. Municipal, São Jorge, não devendo esquecer também o pequenino CPBI (Confederação Paranaense do Baixinhos Invocados), criado por Lalo Cardoso, irmão do jornalista Ivo Ferreira Cardoso, que não alcançou muita projeção mas conseguiu, a trancos e barrancos, sobreviver durante dois ou três anos.

Dessa época, ficaram marcados como grandes jogadores do futsal de Paranavaí: Devaney, Manjuba, Jaconias, Huldes além de outros.

Vale dizer que os jogos eram uma verdadeira festa nas quadras da UPE, no Colégio Estadual e, logo depois, na quadra do antigo Ginásio Humberto de Campos, que se tornou a melhor da cidade. Era realmente emocionante assistir às partidas envolvendo as equipes. Havia até torcidas que se organizavam e se rivalizavam cantando, torcendo e gritando, uma em cada canto das quadras.

Apartir daí, esse esporte somente cresceu na cidade.

Depois dessa fase, vieram e se destacaram outras equipes como a da Cotel, Farmácia São Lucas, Vila Operária, Ivo Pneus, Marcopolo, Casa da Borracha, Clube Campestre, Clube dos Bancários, Depósito de Frutas Maringá, Auto Posto Fórmula 1, Depósito Eliana, Demafra e muitas outras importante equipes que fizeram a história do futsal paranaense.

Para os interessados a respeito do Futsal de Paranavaí, aconselhamos a ler o livro HISTÓRIA DO FUTSAL DE PARANAVAÍ, de autoria de Rafael Octaviano de Souza e João Carlos Antunes, que trata minuciosamente do assunto, ano por ano, campeonato por campeonato, desde 1960 até 2008.

XII
UMA BREVE HISTÓRIA DAS PROMOÇÕES CULTURAIS

Paranavaí hoje é uma cidade privilegiada no setor de eventos culturais, destacando-se em todo o Estado pelo alto nível de suas promoções. Não é sem motivo que hoje a cidade é conhecida como Cidade Poesia.

O FEMUP – FESTIVAL DE MÚSICA E POESIA DE PARANAÍ

O Festival de Música e Poesia teve seu início em 1966, quando o primeiro ano do Curso Clássico do Colégio Estadual de Paranavaí teve a ideia de realizar uma grande promoção cultural para a cidade. Depois de alguns estudos, resolveram promover o 1º Festival de Música e Poesia de Paranavaí, nas dependências do Paranavaí Tênis Clube.

Os líderes desse grupo idealista foram: Alzira Suguino, Clóvis Costa Cordeiro, Edna Parpinelli, Elizeu Petrelli de Vitor, Elze Raveli, Gentil Carraro, Hermenegildo Garcia, Juarez Echeli, Leonar Araújo Cardoso, Luiz Geraldi Sobrinho, Luiz Volzzi Neto, Mara Watanabe, Neusa Sanches, Osvaldo Cruz, Pedro Jardim e Terezinha Silva de Oliveira, além das ideias proporcionadas pelo prof. Gomes da Silva, na época residindo na cidade de Paranavaí.

Destacaram-se também no crescimento do FEMUP: Elmita Simonetti Pires, Ivo Ferreira Cardoso, Saul Bogoni, Guido Feuser, Antônio Gonçalves Vicente, Paulo Campos, Rosa Maria Cardoso Sossélla, Cleuza Cyrino Penha, Judith Mendes, Paulo Cesar de Oliveira, João Vitorino Franco e muito outros, cada um na sua época.

O 1º FEMUP foi realizado em menos de 15 dias e o trabalho vencedor foi de autoria de Gomes da Silva – Maria Rio Bahia. Daí para frente o Festival nunca mais parou. Fez a sua história e continua fazendo junto com a história de Paranavaí.

Vale ressaltar a turma do XIV FEMUP, em 1979, que publicou o livro UM POUCO DE TODOS, com as poesias de 10 anos de Festival.

O CONCURSO LITERÁRIO DE CONTOS

O Concurso Literário de Contos teve seu início no ano de 1969, sob a liderança de Guido Feuser, e o primeiro conto vencedor foi “Cafezal”, de autoria de Paulo Marcelo Soares da Silva, autor deste livro.

O CONCURSO DE MÚSICAS

No começo, as músicas eram apresentadas nos intervalos das declamações das poesias pelos alunos dos conservatórios de música da cidade. Só havia a apresentação, não havia prêmios. Os concursos eram apenas o de poesias e o de declamações.

Nesse período, os locais onde se realizava o festival ficavam completamente

lotados, era gente sentada e em pé, vibrando, gritando, torcendo. As apresentações envolviam toda a comunidade. Um dos motivos do interesse da família paranavaense pelo FEMUP era o fato de muitos possuírem parentes, alunos dos conservatórios de música da cidade, que iriam se apresentar na noite de gala. Daí vinham pais, irmãos, avós, tios, sobrinhos, enfim, quase toda a família prestigiar as apresentações dos estudantes de música. O evento mexia com a comunidade toda. Guardadas as devidas proporções, foi, sem dúvida, a *“belle époque”* do FEMUP.

Em seguida, em 1969, foi acrescentado o Concurso Literário de Contos.

Mais tarde, por iniciativa de Paulo Cesar de Oliveira, que presidia a Comissão Organizadora do VIII FEMUP, foi aberto o concurso para as músicas e seus intérpretes.

Sobre isso, Valmir Graciano, na época (1976/1977) colunista do Diário do Noroeste, disse :

“De 1971 até o momento atual, consideramos decisiva uma única iniciativa, que partiu do poeta e compositor Paulo Cesar de Oliveira, quando presidia a Comissão Organizadora do VIII FEMUP. Como se sabe, até então, a promoção se chamava Festival de Música e Poesia, mas na verdade. Não existia nem concurso, nem mostra de música.

Foi então Paulo Cesar quem incluiu o concurso de músicas ao Festival.

Fora disso, nada de importante ocorreu que viesse mudar os rumos do FEMUP. O nível dos trabalhos, a nosso ver, sempre foi mais ou menos equilibrado de Festival para Festival, com exceção do XI FEMUP, cujo nível consideramos muito fraco.

É sabido que os primeiros festivais foram realizações que nem de longe podem ser comparadas às de hoje, dada a sua pobreza e pouca repercussão, embora os antigos alunos do extinto Curso Clássico, responsáveis por aqueles acontecimentos, considerem as promoções de hoje inferiores às daquela época.

Agora o que merece ser louvado é a persistência de todos quantos trabalharam para a continuidade do FEMUP, que sem dúvida é um importante movimento artístico cultural, cujo valor ninguém pode negar.”

OS RESPONSÁVEIS PELO FEMUP NO DECORRER DO TEMPO

O FEMUP em sua trajetória foi realizado, inicialmente, pelos alunos do Curso Clássico do Colégio Estadual, depois pelos alunos do Curso Redator Auxiliar do mesmo estabelecimento de ensino e, hoje, é realizado pela Fundação Cultural.

Há muito a promoção ultrapassou as fronteiras de nosso Estado e chega aos mais distantes rincões de nosso país. Leva o nome de Paranaíba a praticamente todos os

Estados brasileiros.

O FEMUP oferece prêmios em dinheiro e já é considerado uma das maiores promoções culturais de nosso Estado.

Infelizmente não temos o nome de todos aqueles que presidiram as Comissões Organizadoras do Femup durante todo esse tempo. Mas lembramos de alguns que foram: Neusa Sanches, Osvaldo Cruz, Gentil Carraro, João Vitorino Franco, Guido Feuser, Saul Bogoni, Ivo Ferreira Cardoso, Rosa Cardoso, Paulo Cesar de Oliveira, Antônio Gonçalves Vicente e Paulo Roberto Campos Vaz.

A IMPORTÂNCIA DO FEMUP E DO CONCURSO LITERÁRIO DE CONTOS

Contistas e poetas que já se consagraram na literatura brasileira, como Moacir Scliar, médico sanitaria em Porto Alegre (já falecido), Domingos Pellegrini Junior, escritor e publicitário de Londrina, Antônio de Pádua Barreto, escritor, professor e teatrólogo em Belo Horizonte e tantos outros de várias partes do Brasil já foram laureados com o prêmio maior de Paranaíba.

Obras premiadas no FEMUP já foram publicadas em revistas especializadas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, como a revista Ficção, além de Suplementos Literários de jornais e revistas do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Além de levar o nome da cidade aos mais distantes locais do país, o FEMUP e o Concurso Literário de Contos possibilitou e possibilita o surgimento de novos valores literários na cidade e região, como é o caso de Paulo Roberto Campos Vaz, Valmir Graciano, Paulo Cesar de Oliveira, Dorival Torrente, Renato Frata, Roberto Gonçalves, Altair Cirilo, Rosalvo Pereira Leal, Angelmar Constantino Roman, além de outros.

O TEATRO EM PARANAÍ

O teatro amador de Paranaíba teve seu início na cidade no ano de 1969 com o professor Huany França, que criou o Teatro Estudantil de Paranaíba – TEP. Na oportunidade foi apresentada a peça Morte e Vida Severina, de autoria de João Cabral de Melo Neto e música de Chico Buarque de Holanda.

A apresentação ficou por conta dos quartanistas do Colégio Estadual de Paranaíba, com a participação especial de Paulo Marcelo, aluno do 2º ano do Curso Clássico do mesmo Colégio. Teve a direção artística de Huany França, assistente de direção Maria Christina de Oliveira e a direção musical ficou por conta de Odair.

O elenco foi constituído por:

José Márcio (4ª E) - Severino

Paulo Cesar (4ª I)	-	(a um defunto de nada irmãos das almas)
Cleodir (4ª D)	-	(queria mais espalhar-se)
Sandra (4ª D)	-	(finado Severino ao passares em Jordão)
Mariangela (4ª D)	-	(trabalho aqui nunca falta)
Pedro (4ª I)	-	(aí viverás para sempre)
Gilmar (4ª I)	-	(como és home, a terra te dará chapéu)
Ademir (4ª I)	-	(dia de hoje está difícil)
Paulo Marcelo (2º Clás.)	-	(Mestre Carpina)
Antônio (4ª D)	-	(se trabalhares no de casa amarela)
Deyse (4ª D)	-	(toda o céu e toda a terra lhe cantem louvor)
Rudmar (4ª D)	-	(trago esta bolacha d´água)
Sebastiana (4ª F)	-	(aprenderá a caminhar na lama)
Onísia (4ª G)	-	(não o vejo dentro dos mangues)

CORAL

Maria Auxiliadora (4ª E), Eunice (4ª D), Salinda (4ª D), Mozart (4ª D), Takeru (4ª D) e José Ulisses (4ª D).

Na oportunidade disse o professor Huany França:

“O Teatro Estudantil de Paranavaí nasceu no Colégio Estadual de Paranavaí com os alunos da 4ª Série D. Reunimos os seus alunos e juntos arquitetamos um plano de mostrar a todos o que pode fazer a juventude da cultura, pois como educador, entendemos que a nossa tarefa não se resume somente em transmitir conhecimentos; nossa missão é bem maior do que fazer dos alunos simples reprodutores. Entendemos que o jovem precisa expandir-se e aproveitar ao máximo suas potencialidades. Ele tem necessidade de realizar alguma coisa que verdadeiramente o immortalize.

Começamos daí nossa atividade extraclasse, convocando todos os quartanistas para que engrossassem as fileiras para o propósito a que nos dispúnhamos.

Havíamos lido João Cabral de Melo Neto e por duas vezes assistimos ao espetáculo Morte e Vida Severina. Conhecíamos, até aquela altura, o suficiente para descobrir os valores que iriam formar o elenco. Os testes foram feitos. Demos início aos ensaios e à nossa luta que deveria ser árdua pela absoluta falta de tempo e de experiência. Enfrentamos inúmeros obstáculos. Sofremos e nos alegamos juntos. Mas dentro de nós ardia a chama da esperança, o que nos movia a prosseguir, embora tudo concorresse para que desistíssemos.

Entretanto, os meninos permaneceram intimoratos; notávamos em seus semblantes aquela vontade de seguir avante. Não medimos esforços, fomos até o mais supremo dos sacrifícios. E nós não nos demovemos.

Agora tudo passou. Agora nos orgulhamos. Agora sorrimos. Agora choramos a nossa alegria. Gritamos dentro de nós a maior de todas as exclamações: CONSEGUIMOS!

Assim foi, caro espectador, caros pais de nossos artistas. Assim foi o nosso trabalho.

Depois de tantos sacrifícios, tantas lutas, tantas tristezas, hoje, finalmente, nós lhe trazemos o fruto do nosso trabalho; o que a juventude de Paranavaí pode fazer.

HOJE, NÓS LHES MOSTRAMOS O NOSSO TEATRO.

Huany França”

O segundo trabalho apresentado pelo TEP foi A Marcha – Epopeia Brasileira para o Oeste, com texto de Paulo Marcelo Soares da Silva e música de Paulo Cesar de Oliveira. Este trabalho foi feito a pedido da Prof^a. Edna Andriolli, e foi apresentado nas escolas da cidade, na TV Coroados de Londrina e obteve também o 1º lugar no VII Festival de Músicas e Poesias de Paranavaí, no ano de 1972.

Faziam parte do elenco do TEP na oportunidade:

Angélica Barbosa

Edvaldo Berto

Antônio Vicente

Gilmar Machado

Inês Gonçalves

Neide Pereira

Paulo Marcelo

Dora Barbieri

José Ulisses

Paulo Cesar

Maria Helzi

Maria José

José Maria

Deise Zara

Rosemary

Waldemar

Divalda

Joicy

Depois disso, sob o comando de Paulo Cesar de Oliveira, o TEP nunca mais parou.

As grandes realizações do TEP em Paranavaí foram: Morte e Vida Severina, Marcha para o Oeste, TEP Canta Zumbi, Pluft, o Fantasma, A Hora da Boia, além de mais de uma dezena de outras apresentações nesses 46 anos de existência.

Outros Grupos Históricos de Teatro em Paranavaí

Após o surgimento do TEP, outros grupos de teatro também surgiram em Paranavaí, alguns deles com muito pouca duração. Cita-se entre eles: GRUTEVA (Dona Xepa), depois o TUP – Teatro Universitário de Paranavaí (O noviço, Vila Montoya). O TUP apresentou-se no Festival de Teatro de Londrina e foi muito aplaudido com a peça de autoria de Paulo Roberto Campos Vaz. O responsável pelo TUP foi Angelmar Roman, depois veio João Tirapelli, e pelo GRUTEVA foi João Tirapelli que dirigiu as peças acima citadas.

Outros grupos antigos de teatro em Paranavaí foram: Grupo de Teatro Olho Nu e Teon.

O GRUPO GRALHA AZUL

Nada como a história contada pelo próprio Grupo. Assim pela internet conseguimos o seguinte texto:

“A história do grupo

O Grupo surgiu do movimento cultural que se desenvolveu em Paranavaí no final da década de 60 a partir do TEP – Teatro Estudantil de Paranavaí, fundado em 1969 pelo professor Huany França. A inauguração se faz com a peça Morte e Vida Severina de João Cabral de Mello Neto, que se tornou um marco nas atividades teatrais na região.

Quando o TEP se consolidou, optando por peças musicadas, conquistou o campo da música e o embrião do grupo musical ganhou vida como Galha Azul, no ano de 1977. O FEMUP Festival de Música, Contos e Poesias de Paranavaí, também teve um papel importante para a criação do Grupo. Nessa época, a cidade tinha grandes talentos no setor teatral e o Grupo nasceu nesse meio.

Mas foi mesmo a ida de Paulo César de Oliveira para o Rio de Janeiro, no ano de 1975, transferido como funcionário do Banco do Brasil, que fez acender a vontade de cantar as coisas do Paraná. Surpreso com o número de shows regionalistas

apresentados, percebeu que “todo mundo ia para o Rio de Janeiro e continuava cantando as coisas de sua terra”. Nesse período compôs “Saudade da Gralha Azul” (que deu nome ao grupo), “Vila Velha” (que canta a arquitetura natural das pedras na região de Ponta Grossa) e “Procissão dos Navegantes” (acontecimento anual no Rio Paraná).

Quando a saudade se misturou com a imagem dos espetáculos regionalistas, Paulo César resolveu voltar e já trouxe na cabeça algumas músicas, para dar início ao seu projeto. Daí em diante a formação do Grupo se deu rapidamente. A primeira mostra musical do grupo se deu em 1.977 com o show “Canto da Terra” no Cine Paranaíba onde foram interpretados vários compositores da cidade. O Grupo participou, neste mesmo ano, do 1º FEMUSESC (atual FEMUCIC – Festival de Música Cidade Canção da cidade de Maringá) e sua estreia teve grande repercussão. A partir daí, percebeu-se que existia um campo enorme para percorrer e o trabalho passou a aflorar com mais frequência e autenticidade dentro da proposta de música voltada à realidade regional.

O reconhecimento veio paulatinamente e os shows, principalmente em Paranaíba, eram muito prestigiados chegando a ter um público de 1.200 pessoas no antigo Cine Ouro Branco nos finais de ano.

Veio a primeira participação do “Gralha” no Som Brasil programa da Rede Globo de Televisão, apresentado por Rolando Boldrin.

O grupo participou de vários projetos musicais pelo Estado, cantou e foi premiado em eventos pelo Brasil, como por exemplo o Festival Nacional de Música dos Funcionários do Banco do Brasil em Brasília (DF). Na ocasião obteve o 2º lugar com a música Flor Primeira de Paulo César de Oliveira e Artur Roman.

O Grupo nunca teve projeção nacional. “A maior preocupação do Grupo sempre foi o de cantar as coisas do Paraná, e sempre existiu o medo de que o grupo se desintegrasse se partisse para o profissionalismo, pois faz música de registro cultural”, como diz uma das estrofes da música “Tristeza Maior” do LP “Moema”: quem vai acreditar na história do lugar, se os filhos crescerão sem nada para contar. A cidade de Paranaíba, sempre prestigiou o Grupo e como já é de praxe, o Grupo sempre realiza um “Show de Fim de Ano”.

Em todos esses anos de existência já fizeram apresentações por inúmeras cidades do Paraná, como Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Cascavel, Umuarama, Campo Mourão entre outras. Apresentaram-se várias vezes pelo estado de São Paulo e por duas vezes participaram do extinto programa “Som Brasil” da Rede Globo, apresentado por Rolando Boldrin.

Todo dinheiro arrecadado nas apresentações e venda de discos é revertido para a aquisição de equipamentos, para o próprio Grupo e para gravações de discos.”

(Texto retirado da internet no dia 19/08/2013, às 10h 18m, do site: <http://grupogralhaazul.wordpress.com/2012/08/15/hello-world/>).

OUTRAS PROMOÇÕES CULTURAIS DA CIDADE

A FUAP

Outra grande promoção cultural que marcou época foi a FUAP – Feira Universitária de Artes Plásticas, promovida sob a égide do Diretório Acadêmico Tristão de Athayde – DATA da antiga Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

A FUAP foi criada pelo Curso de Letras da FAFIPA, tendo a sua frente Neusa Sanches e outros acadêmicos de então. “Com o passar do tempo foi esquecida, então, quando presidimos o DATA, aquele órgão estudantil da faculdade assumiu para si a promoção e a reativou” - observa Neusa que sempre esteve envolvida na origem das grandes promoções culturais de Paranavaí, portanto, é um nome que não deve ser esquecido.

A FUAP tinha por finalidade incentivar os pintores, escultores e outros artistas ligados às artes plásticas da cidade e região. Foi uma promoção que alcançou grande sucesso e nela se destacaram artistas como Roberto Pereira da Silva, Jesus Gabriel de Carvalho, Dorival Torrente entre outros.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAÍ

A Fundação Cultural de Paranavaí foi criada e instalada em 1986. De lá para cá vem estimulando a produção cultural em Paranavaí em todos os sentidos. O atual diretor presidente da entidade é Amauri Martineli.

Hoje a Fundação Cultural é responsável por inúmeras promoções culturais na cidade. É responsável pelo Teatro Municipal Dr. Altino Afonso Costa, Casa da Cultura Carlos Drummond de Andrade, Biblioteca Municipal Júlia Wanderley, Biblioteca Cidadã Boulivar Penha, Escola de Música Luzia Guina Machado, Museu Histórico, Antropológico e Etnográfico de Paranavaí.

Tem como eventos permanentes: Caminhada Fotográfica Cidade Poesia, Comemorações do Aniversário do Teatro Municipal, Concertos Didáticos, Concurso Altino Afonso Costa de Declamação, Conferência Municipal de Cultura, FARPA, FEMUP, Femupinho, Festival de Circo, Festival de Corais de Paranavaí, Festival de

Dança, Festival de Teatro, Festival Intercolegial de Esquetes Teatrais, Fórum de Cultura, Mostra Oficinas em Cena, Temporada de Concertos, Tributo a Tião Carreiro, Festival Zé Maria de Declamação e outros.

Além disso, a Fundação Cultural tem diversas oficinas livres para atender à população, como: Dança, percussão popular, violão clássico, violão popular, capoeira, teatro, circo, ballet, pintura a óleo sobre tela, desenho, canto coral, saxofone, trompete, trombone, violino, acordeon, bateria, técnica vocal, guitarra, teclado, educação musical, prática de conjuntos, viola caipira, teoria musical, clarinete e flauta transversal.

Tem ainda como corporações culturais: Orquestra de Sopros Paranaíba, Banda Sinfônica Clave de Luz, Cia. do Circo, Cia. Oficinas de Teatro, Coral Municipal Cidade Poesia (adulto e infantil), Grupo Eu e a Minha Viola, Grupo Camerata de Violões, Ballet Municipal e Grupo Municipal de Dança.

DIRETORES PRESIDENTES DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAÍ

1987 - José Carlos Beckhauser

1988 - Emir Mância (in memorian)

De janeiro de 1989 a abril de 1992 - Adelino Fernandes

De maio de 1992 a dezembro de 1992 - Edwirge Vieira Franco

De janeiro de 1993 a julho de 1995 - Antonio Gonçalves Vicente

De agosto de 1995 a dezembro de 1995 - Dorival Torrente

De janeiro de 1996 a dezembro de 1996 - Cleuza Cyrino Penha

De janeiro de 1997 a dezembro de 2000 - Roberto Simões

De janeiro de 2001 a abril de 2003 - Márcia Regina Bellanda Luzia

De maio de 2003 a dezembro de 2004 - Ivonete de Almeida Santos

De janeiro de 2005 a outubro de 2007 - Pedro Baraldi

De outubro de 2007 a junho de 2008 - Valdir Cipriano

De junho de 2008 a dezembro de 2008 - Zeli do Carmo de Souza

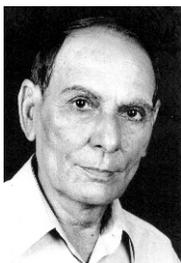
De janeiro de 2009 a 10 de abril de 2015 - Paulo Cesar de Oliveira

De 14 de abril de 2015 (atual diretor presidente) - Amauri Martineli

O TEATRO MUNICIPAL DE PARANAÍ

O Teatro Municipal foi inaugurado no dia 1º de abril de 2003 e a partir do dia 16 de dezembro de 2004 foi nominado como **Teatro Municipal Dr. Altino Afonso Costa**.

As instalações do Teatro Municipal Dr. Altino Afonso Costa, demonstram requinte e conforto ao público e artistas. Juntamente com esta desenvoltura arquitetônica e tecnológica, encontramos uma equipe altamente qualificada para assessorar todos os eventos neste local, que é considerado como referência no Paraná. Sua capacidade é de 353 lugares.



Dr. Altino Afonso Costa

Poeta, cronista, declamador. Lançou em 2001 seu livro de crônicas e poemas “Buquê de Estrelas”.

Médico em Paranaíba, formado em 1960, pela Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro. Nasceu em Avanhandava, SP. Coursou o antigo ginásio e científico no Colégio Salesiano de Lins/SP.

Foi líder estudantil durante o curso de medicina: presidente do Centro Acadêmico, representante estudantil na União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Metropolitana de Estudantes (UME/RJ), representante dos estudantes de medicina em Congresso Internacional de Estudantes de Medicina realizado em Toluca, no México em 1957.

Político, fundador do MDB de Paranaíba, participando de várias campanhas eleitorais. Fundador do Hospital São Lucas de Paranaíba. Trabalhou por vários anos na saúde pública e na perícia médica.

Este insigne colaborador das artes foi, ainda, o ilustre presidente da APAC – Associação Paranaíbaense de Arte e Cultura.

FOTOS ANTIGAS



Na foto acima (Jornal Folha de Londrina), o encontro mantido entre o prof. Huany França, Maria Christina de Oliveira e Paulo Marcelo com o então prefeito de Paranavaí Dionísio Assis Dal-Prá tratando sobre novas promoções que seriam realizadas pelo Teatro Estudantil de Paranavaí TEP (na época ainda não tinha o nome de TEP). Na oportunidade, o prefeito prometeu colaborar com o grupo.



Uma das primeiras canções compostas por Paulo Cesar de Oliveira e Paulo Marcelo S. da Silva. Apresentação em um Festival de Músicas realizado no Ginásio Noroestão, em Paranavaí.



**Um dos Femups, sempre com a presença do
Grupo Galha Azul**



**Professora e escritora
Cleuza Cyrino Penha**



**Emir Mância, um dos baluartes
da arte e da cultura de Paranavaí**



**Uma apresentação do Grupo Galha Azul. Na imagem vemos Paulo Cesar de Oliveira
Valmir Graciano, José Carlos Beckheuser, José Alfredo Diniz Braga e Dorival Torrente.**

XIII

INFORMAÇÕES E CURIOSIDADES

(As informações aqui registradas foram obtidas por meio de jornais e revistas e também por meio da Fundação Cultural de Paranavaí).

POEMA PARA AS BODAS DE OURO DE PARANAÍ

Roza de Oliveira

(Poesia publicada no Diário do Noroeste em 14/12/2002)

São bodas de ouro Paranaí
Cinquenta anos de esplendor e glória
Ouro desse garimpo onde eu vivi
Grande parte da minha trajetória.

Neste garimpo há ouro em profusão
Deste garimpo eu trago bem gravados
Ilustres personagens que serão
Para sempre e por muitos bem lembrados.

Nossa antiga Fazenda Brasileira
Nossa terra dos grandes pioneiros
Em solo fértil jogando a sementeira
Do bem, da fé, dos ideais primeiros.

Dr. Sinval Reis com a filantropia
José Vaz de Carvalho – amenizando os fados.
Um juiz, outro médico e prefeito
Vidas triunfaram sob seus cuidados.

Dr. Messias e Ulisses Bandeira
Arquetipais figuras de guerreiros
Seus ex-prefeitos, terra altaneira
Penélope que tece altos roteiros.

Professores que sempre me embalarão
Nos versos e canções da minha infância
Placidina, Nair, Gessy... sonharam
Bem junto a mim... meus sonhos de criança!

Neusa Braga, Albino e Benjamin
Carlo Cagnani, Emílio, Anne Marie,

Heróis do meu passado, ei-los assim,
Brilhando sempre – assim os percebi.

Pedro Real... frei Ulrico – no além.
Edna Andreolli... vivos na memória,
E a luz do incansável pai Bem-Bem
Que de altruísmo fez a sua história.

Cinquenta anos... Paranavaí!
Esplendem almas suas que partiram
Brilha o seu povo ilustre por aqui,
Pois da faina do bem não desistiram.

Cinquenta anos... Paranavaí!
Parabéns aos distintos filhos seus!
Joia rara do Vale do Ivaí
Na luz do céu – na Proteção de Deus!

FIGURAS POPULARES DA CIDADE

Cleusa Cyrino Penha

A prof^a Cleusa Cyrino Penha, em artigo publicado na Revista Grande Noroeste, em dezembro de 1991, escreveu sobre algumas figuras populares e folclóricas de Paranavaí da seguinte forma:

“Existiram figuras vivas que não podemos omitir porque suas presenças marcantes, algumas vezes pela inocência, ou pela pureza de coração, simplicidade, pelo vício de mentir, pela avareza, pela prestação de serviço humilde, tonam-se parte pitoresca na história de um lugar.

Quem viveu naquele tempo, ouviu falar do Joaquim das Éguas.

Quando nenhum transporte de rodas adentrava mais pelo sertão em desbravamento, o Joaquim transportava em suas éguas: pessoas e objetos, alimentos e agasalhos. No caminho para Graciosa, uma ponte registra sua figura honesta e servidora.

No local onde hoje é a Cada da Amizade e o Rotary se reúne, era reduto de dona Dica. Uma mulher que se trajava como mendiga, uma bolsa pendurada no ombro, causava mesmo piedade, mas essa senhora tinha uma pequena fortuna aplicada no banco. E como todo avarento... o dinheiro, ah! o dinheiro! e tudo o mais um vento

levou...

Outra figura era João Balaio, o amigo doidão de todos. Inofensivo, vivia da caridade alheia, e só embrabecia quando a garotada mal-educada abusava dele.

Mas os mentirosos que gostam de contar vantagens são tantos e fazem parte integrante da vida do lugar, e salientamos um deles, que mentia com tanta classe que era difícil não crer nele e nos seus contos. Seu nome era Chico Mentira, que até pouco tempo ainda residia em Umuarama. Um dia Chico Mentira resolveu casar-se e na hora da cerimônia, quando o mentiroso responde SIM, o padre perguntou-se:

- Chico, isso é mesmo verdade?"

UMA AVENTURA AÉREA

Diário do Noroeste

Na Edição Especial do Cinquentenário de Paranavaí (14/12/2002), o Diário do Noroeste publicou a seguinte reportagem:

“João H. Malaquias, morador em Paraíso do Norte quando ainda era distrito pertencente a Paranavaí, enviou à revista A Pioneira, (nº 7, editada em julho/agosto de 1950), relato de uma autêntica aventura aérea, quando um avião quadrimotor vindo da China se viu na contingência de um pouso forçado em Paranavaí. Vai aqui um fac-símile da reportagem:

“UM MONSTRO DO AR DESCE EM PARANAVAÍ

Um fato que causou grande sensação ocorreu em Paranavaí, pouco antes do anoitecer do dia 23 de novembro do ano findo. Ali pelas 19 horas, surgiu no céu um verdadeiro monstro do ar, um quadrimotor DC4, que momentos após aterrissou no campo de pouso existentes nas imediações da vila.

A possante aeronave que vinha de Shangai, na China, e realizava sua última etapa de Lima, no Peru, a Assunção, no Paraguai, não podendo resolver nesta o `problema de descida´ em vista de as condições atmosféricas locais terem afetado o seu instrumental de rádio navegação, rumava para São Paulo, quando quase ao por do sol foi avistado o campo de Paranavaí. O comandante Cap. Hervey Rogers reuniu a tripulação e submeteu à votação as duas hipóteses seguintes:

A – prosseguir viagem para São Paulo, lugar que não conheciam cujas condições de tempo eram também ignoradas, com a circunstância de haver no avião o combustível estritamente suficiente para lá chegarem;

B – aterrissar em Paranavaí, possivelmente em boas condições.

Por unanimidade a segunda hipótese foi preferida. De fato, a seguir mais ou menos às 19 horas, o avião aterrissava em ótimas condições, com os seus 8 tripulantes e 53 emigrantes russos. Este procediam de Shangai e estavam sob a proteção da “International Refuges Organization”. Eram agricultores e estavam assim distribuídos: 36 adultos, 10 menores e 7 crianças de colo.

Seguindo para Mandaguari, dali o avião voou no dia 25 para Curitiba com a carga aliviada, tendo o Capitão aviador Moacir Domingues, da F.A.B. nele viajado como medida de precaução. Nesse mesmo dia, devidamente autorizado, o avião voltou a Mandaguari para buscar o restante dos passageiros e a bagagem. Dali voltou para Curitiba, onde pernitoiu, seguindo viagem no dia 26 para Assuncion, com permissão da Diretoria de Aeronáutica Civil.”

E O Diário do Noroeste termina a reportagem:

“O campo de aviação de Paranaíba que tão inestimável serviço prestou salvando 61 vidas, foi construído sob os auspícios da Secretaria de Viação e Obras Públicas e Prefeitura Municipal de Mandaguari. Nele pôde descer o Douglas DC 4, pertencente à Transocean Air Lines, matrícula NC 79990, com a seguinte tripulação: Comandante Cap. Hervey Rogers; Co-piloto Herman Hun; Engenheiro Charles Bradley; Navegador, John Hoenninger; Rádio operador, Tomas Sconce; Aeromoça, Violet Corrington.”

ANTIGOS HOTÉIS DE PARANAÍ

Estes são antigos hotéis de Paranaíba. Muitos há tempo deixaram de existir, outros ainda continuam prestando serviços.

Pensão Padre Cícero

Hotel Floresta

Hotel São Paulo

Hotel Estoril

Lord Hotel (propriedade de Mussi Antum, anos depois assumiram a administração José Soares da Silva e esposa Alzira Pereira da Silva)

Hotel Elite (Henrique Kettike e esposa Frida – posteriormente Oscar Bertelli)

Hotel Brasil (Novo Hotel)

Príncipe Hotel

Excelsior Hotel

Grande Hotel – (construído por Antônio José Messias – família Pilonetto)

Hotel Bom Jesus – Manoel Domingues de Oliveira – Maria Cesar de Oliveira

Hotel Centenário
Hotel Regente
Hotel Santos Dumont
Hotel Central
Pálace Hotel – Nicola de Francisco
Hotel Tóquio
Hotel Real

ACIAP - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE PARANAÍ

Lista de Presidentes da ACIAP:

Mauro Hoff – de 1955 a 1958
Carlos Bergamini – de 1970 a 1972
Mário Afonso Costa – de 1972 a 1973
Itamar Pereira de Souza – de 1974 a 1982
Regis Diamante – de 1982 a 1983
Rubens Felipe – de 1983 a 1988
Amundsen Bergamini – de 1988 a 1990
Antônio Teruo Kato – de 1990 a 1992
José Maria da Silva – de 1992 a 1994
Antônio Teruo Kato – de 1994 a 1996
Eduardo Dal Prá – de 1996 a 1998
José Dalólio – de 1999 a 2000
Maurício Gehlen – de 2000 a 2002
Hélio Kazuo Nakatani – de 2002 a 2004
Mauricio Gehlen - de 2004 a 2006
João Roberto Viotto – de 2006 a 2010
Carlos Augusto Bezerra da Costa – de 2010 a 2014
Márcio Catiste - de 2014 em diante

SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAI

- Francisco César Soares de Montenegro – Nomeado em: 1965
- Maria Aparecida da Silva – Nomeada em: 1966
- Cirley Egger – Nomeado em: 1969
- Mário Hélio Lourenço de Almeida – Nomeado em: 1971
- Mateus Clemente Selhost – Nomeado em: 1973
- Maria Helena Barão Kummer – Nomeada em: 1974 e 1978
- Saul Bogoni – Nomeado em: 1975
- José Arlindo Vizalli – Nomeado em: 1976
- Angelo Sebastião de Andrade – Nomeado em: 1977
- Carolina Pupim Dultra – Nomeada em: 1982
- Kiyomi Hirosi – Nomeado em: 1983
- Edwirge Vieira Franco – Nomeada em: 1989 e 1993
- Eralda Daminelli Garcia – Nomeada em: 1997
- Eline de Oliveira Mendes – Nomeada em: 2000
- José Gomes Filho – Nomeado em: 2001
- Arlete do Nascimento Giraldes – Nomeada em: 2001
- Zeli do Carmo de Souza – Nomeada em: 2002
- Pedro Baraldi – Nomeado em: 2005
- Edina Marina Rossi Arnaldi – Nomeada em: 2008
- Aparecida da Silveira Gonçalves – Nomeada em: 2009

PRESIDENTES DO ATLÉTICO CLUBE PARANAÍ

Otávio Egger

Geraldo Felipe

Waldemiro Wagner

Claudino Dal-Prá

Francisco Alves de Oliveira

Antônio Cunha Vasconcelos (Vasco)

Manoel Kichner

Valdir Niehues

Joaquim Castela

Ephraim Machado

Hermeto Botelho

Euclides Barnet

Odair Alves Pereira

José Vaz de Carvalho

César Francisco Borin

Antônio Plácido Vendramin (Nico)

Luiz Tadeu Fernandes (Notti)

Antônio Carlos Dato

Antônio Figueiredo de Oliveira (Chiquita)

Lourival Furquin

José Anchieta Moraes

Edson Salomão Felipe

Nivaldo Aparecido Mazzin

ALGUNS PIONEIROS E ALGUNS DOS PRIMEIROS MORADORES DO MUNICÍPIO

Abdo Yones	Bernardo Pinari
Adonirã Fernandes	Boaventura Back
Afonso de Almeida Prado	Breno Costa
Alberto Vandressen	Carlos Faber
Alcides Delgrossi	Cincinato Cassiano Silva
Alcides de Sordi	Ciriano Hilário de Oliveira
Alcides Loureiro de Almeida	Constantino Valezzi
Aloísio João Selhorst	Cristino Rodrigues Nogueira
Alzira Pereira da Silva	Domingos Lourenço de Almeida
Amador Gonçalves	Dr. Aldo Silva
Anezio Zani	Dr. Dálvio Zipin
Anísio Francisco de Souza	Dr. Antônio José Messias
Antenor Gripp	Dr. Evaristo de Araújo
Anésio Zani	Dr. José Alencar Furtado
Antônio Campos Silva	Dr. José Vaz de Carvalho
Antônio Diamante	Dr. Otávio Marques de Siqueira
Antônio Felipe	Dr. Sinval Reis
Antônio Ferreira da Silva	Dr. Waldenício Barbalho
Antônio Galindo	Dulcy Martins do Nascimento
Antônio Lopes dos Santos	Durvalino Moreira
Antônio Rolaises de Lacerda	Egídio Cruz
Antônio Rohling	Emílio Moreira
Antônio Tavares	Emílio Munhoz
Arlindo Francisco Borges	Enéias Tirapelli
João Fabrício Vieira	Enira Moraes
Arthur Gonçalves	Ephraim Marques Machado
Arthur Pereira de Mello	Flavio E. Giovine
Bartolomeu Scarpeli	Fortunato Alves de Oliveira
Benedito Antiqueri	Francisco Diamante
Benedito Cruz	Francisco Guilherme da Silva
Benedito Pinto Dias	Francisco Rodrigues Ruiz
Benedito Rodrigues dos Santos	Francisco Sampaio

Frei Ulrico Govert
Frei Alberto Foerst
Frei Estanislau
Frutuoso Joaquim de Salles
Gabriel Esperidião
Gabriel Fay Neves
Gentil Cruz
Geny Lorenzetti
Gentil Carraro
Guerino Pomin
Gustavo Marques de Oliveira
Heins Jacobsen
Heitor Barreiro
Herculano Robim Toledo
Hugo Doubek
Hulda Faber
Izabel Andreo Machado
Jarbas Nogueira dos Santos
João Américo
João Arazão
João Camuchina
João Carraro
João Clareano
João da Silva Franco
João da Silva
João de Barros
João de Moura Reis
João De Sordi
João Domingos
João Fabrício Vieira
João Gomes
João Machado
João Mariano
João Pedro
João Rodrigues Lapa
João Vieira
João Winche
Joaquim da Rocha Medeiros
Joaquim Inácio Alves
Joaquim Lins Machado
José Alves de Oliveira (Zé do Bar)
José Andrade de Oliveira
José Antônio da Silva
José Antônio Gonçalves
José Augusto Machado
José Ayres Júnior
Jose Belantini
José de Barros
José de Mattos
José Ebiner
José Fernandes Gonçalves
José Ferreira de Araújo
José Ferreira
José Firmino da Silva
José Francisco Siqueira (Zé Peão)
José Francisco
José Galo
José Gomes de Lima
José Marciliano Guimarães
José Niche
José Pedro Rodrigues
José Rosa
José de Souza Leite
José Soares da Silva
José Vendolino Schueroff
José Winche
Júlio Lago
Júlio Pininga
Kazuo Yamada
Kimika Watanabe
Kioshi Fujii
Lázaro Vieira
Leodegário Gomes Patriota
Lourival Rauen

Luís Ambrósio
Luiz Diogo Ferraz
Luiz Lorenzetti
Luizinho Gonzaga Donida
Luiz Woyda
Maçatoshi Fuggi
Malvino Leite
Manoel Santana
Mariano Uzeika
Maria de Lourdes Gomes Patriota
Mário Pereira
Maria Pericole Gonçalves
Marny Hoff
Martins Silvério
Mauro Valério
Minoru Imoto
Mitieco Ogassawara
Mituo Oku
Mohamed Ali Hawada
Monsako Kotsubo
Moriba Katumi
Mussi Antun
Nicola Francisco
Natal Francisco
Nivaldo Mazzin
Octacílio Egger
Oscar Gerônimo Leite
Oscarlino Carvalho Duarte
Ossamu Yamassaki
Otávio Borin
Otto Jock
Oswaldo Cruz
Padre João Guerra
Palmira Gonçalves Egger
Paulo Fumio Watanabe
Paulo Hashimoto
Paulo Scarpeli

Paulo Shalkoski
Paulo S. Hoff
Paulo Straus
Paulo Tereziano de Barros
Pedro Nassau
Prof. Benjamin A. Johan
Prof. Carlo Cagnani
Prof. Emílio Miljutin Cogej
Prof. João Borba de Camargo
Prof. Pedro Real
Profª. Neusa Pereira Braga
Rafael Moreno
Raimundo Leite
Raimundo Lago
Roberto Castro Almeida
Rodrigo Ayres de Oliveira
Romeu Tirapelli
Roque Pires
Rosa Akie Noguti
Salatiel Loureiro
Salvador Alves do Nascimento
Sargento Marcelino
Sargento Dirceu
Sebastião de Oliveira
Sebastião Duarte
Sebastião Freitas
Severino Colombelli
Telmo Ribeiro
Thomas Estrada
Trofino Alves Budal
Ulisses Faria Bandeira
Valdomiro Carvalho
Velho Caboclo
Velho Roque
Vicente Alves de Barros
Vitalino Ferreira de Almeida
Vivaldo de Oliveira
Wiegando Reinke

XIV
A HISTÓRIA ATRAVÉS DAS FOTOS

A fotografia revela com clareza um momento da vida. Ela mostra fases da história com autenticidade. É documento dos mais sérios. Por esse motivo, resolvemos contar a História de Paranavaí também por meio das fotos. Desse modo, os atuais moradores da cidade poderão verificar como viviam nossos pioneiros. Até mesmo poderão verificar como se deu o desenvolvimento da cidade no decorrer dos anos. Seguem fotos dos mais variados momentos de Paranavaí.



Rancho abandonado que sobrou da antiga Fazenda Ivai.



Padre João Guerra. Era de Mandaguari e rezava missas na cidade nascente.



Sede da Fazenda Ivaí. Casa de Administração da Companhia Brasileira de Indústria e Comércio (Braviaco). Onde está a Fazenda do Estado, próximo ao DER.



Audiência para a execução da 1ª Gleba Ivaí. Alexandre Beltrão (Diretor do Departamento de Terras), Antônio Batista Ribas, Ulisses Medeiros (Comissário de Terras), Leão Zubcku e Capitão Telmo Ribeiro.



José Abelardo Barros Alcântara, à direita da fotografia. Foi pioneiro, desbravador e colonizador da região. Foi o primeiro cidadão que requereu título de propriedade na Colônia Paranavaí, em 1943, consoante Certidão nº 229, de 26 de novembro de 1987, expedida pelo ITCF. Além disso, a sua labuta de pioneirismo marcou presença nos Municípios de Nova Londrina, Marilena e cidades adjacentes.



1942. Colonizadores. Entre outros: Antônio Palmiano, Sebastião Cândido de Freitas (carpinteiro), Ulisses Faria Bandeira, Pedro Chichon (motorista) e a família Palmiano.



1945. Onça morta nas costas do Sr. Joaquim Lins Machado. A onça foi morta por José Viana.



1945. Atual Avenida Paraná. Primeira Pensão da Brasileira. Segundo Bar de Paranavaí. Bar do Abílio. Na foto vê-se o estranho personagem da Capa Preta, que acabou virando uma lenda.



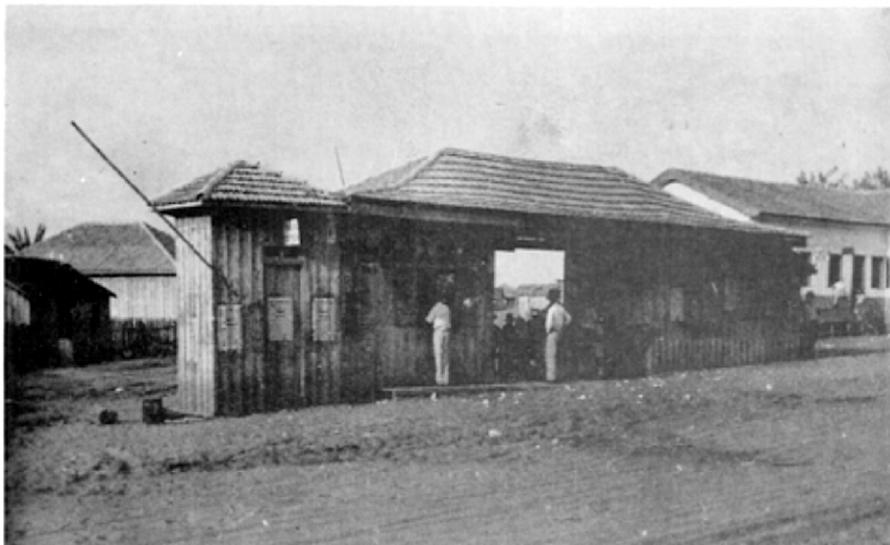
1946. Ônibus que fazia a linha Londrina-Colônia Paranavaí.



Ônibus que fazia a linha da colônia até Londrina.



Ônibus que fazia a linha de Londrina à Colônia Paranavaí.



Antiga rodoviária. Ficava na atual Rua Minas Gerais esquina com a Rua Manoel Ribas.



Antiga rodoviária do lugarejo.



1947. O caminhão acima levava as pessoas para o Porto São José.



Compra de algodão. Na foto: Nicola Francisco, Osvaldo Francisco, Salvador Marinho e outros



1947. Atual Rua Marechal Cândido Rondon esquina com a Rua Getúlio Vargas.
Na foto: Adão Ferreira, Bar do Zê Ferreira de Araújo, Farmácia da D. Rosa e mais distante, um açougue.



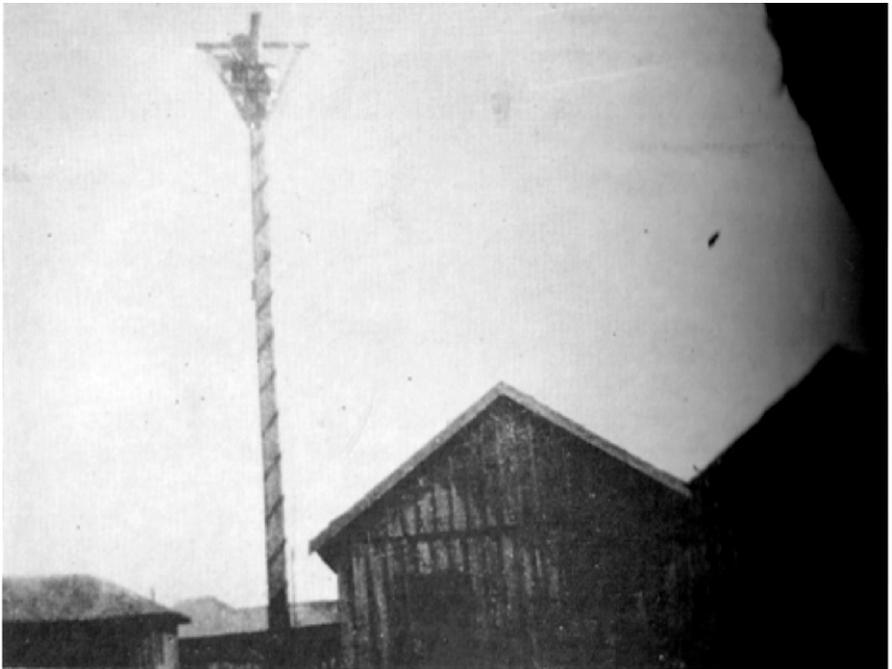
1948. Cruzamento da atual Avenida Paraná com a Rua Getúlio Vargas.



1948. A atual Rua Getúlio Vargas esquina com a atual Rua Souza Naves. Loja de Severino Colombeli.



1948. Atual Rua Getúlio Vargas



1948. Atual Rua Getúlio Vargas. Alto falante de José Ferreira de Araújo.



1948. Abertura de estrada. José de Francisco e Mário Sperandio.



Foto do primeiro time de futebol da cidade nascente.



1948. Atlético Clube de Paranavaí. A cidade ainda era distrito. Nicola Francisco, Ulisses Faria Bandeira, José do Bar, Mário Sperandio, Jorge Esperidião, Dilli, Banha, Francisco, Eder, Nino Bergamini, Antônio Francisco, Ehnze Jacobsen.



1949. Atlético Clube de Paranavaí. Da esquerda para a direita, de pé: Eloi Machado, Carlinhos Fáber, Salvador Marino, Rubens Machado, Anésio Fracaroli e Natal Francisco. Da esquerda para a direita, agachados: Ulisses Faria Bandeira, Sérgio Fracaroli, Osvaldo de Francisco, Lopes Paraguaio e Olivério de Oliveira.



1949. Atual Rua Getúlio Vargas.



1949. Desfile de 7 de Setembro. Vê-se na foto a Inspetoria de Terras, antena do Rádio Amador, Hotel Pensão da Brasileira, Bar do Zé ou Bar Líder, farmácia do Sr. Benacci.



1949. Festa escolar.



1949. Atual Rua Getúlio Vargas esquina com a atual Rua Souza Naves.
Casa Sugai, sapataria de Natal Francisco.



1949. Atual Rua Getúlio Vargas.



Araújo Alfaiate.



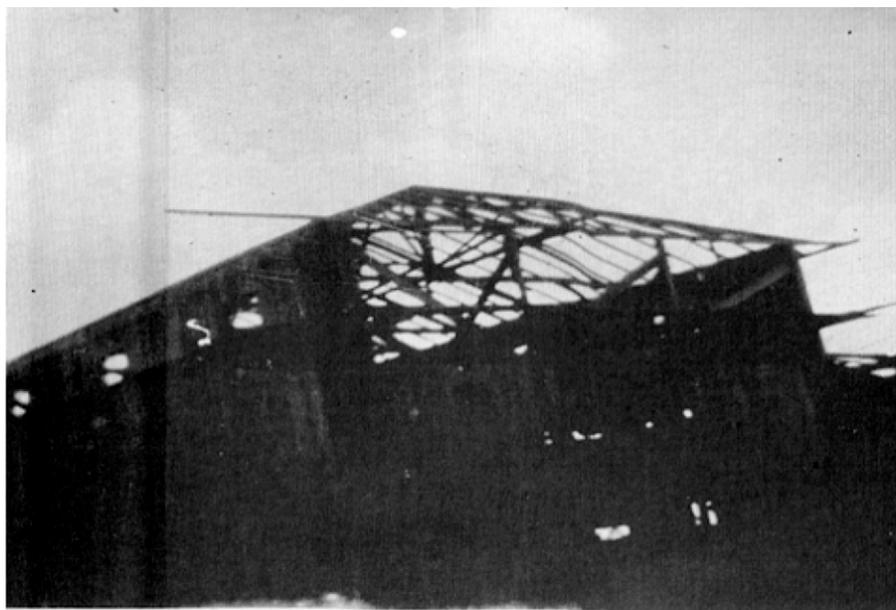
Os primeiros alfaiates.



Primeira banda de música de Paranavai. Entre outros Oscarlino de Carvalho, Eurico Huming Eurico é o primeiro da fila de baixo, foi um dos primeiros enfermeiros do Hospital do Estado.



1949. Jaime Camilo, Mário Sperandio, Salvador Marinho.



1949. Construção do Cine Paramount, o primeiro cinema de Paranaváí.



1949. Construção do Cine Paramount. Pertencia a José Ferreira de Araújo e João Batista Machado.



Cine Paramount localizado na atual Rua Marechal Cândido Rondon.



1949. Posto Esso.



1949. Vista parcial da cidade.



1950. Atual Avenida Paraná. Aparecem a Inspecoria de Terras e o Posto Gulf.



Atual Avenida Paraná. Nos fundos, a Inspecoria de Terras. Centro de Paranavaí no início da colonização.



A atual Avenida Paraná equina com a atual Rua Getúlio Vargas.
Ao centro, a Inspetoria de Terras, local onde funcionou o Banco Banespa.



O primeiro hotel do lugarejo. O Grande Hotel.



Vista parcial do povoado.



Vista parcial do povoado.



Vê-se do lado direito, aos fundos, o Grande Hotel Paranavaí, onde posteriormente foi instalada a Prefeitura Municipal. Ao lado, o terreno baldio onde foi construído o primeiro Fórum da Comarca.



Escritório de um dos primeiros advogados de Paranavaí, Dr. Dálio Zippin. Antigo hotel da localidade. Onde hoje fica a Prefeitura Municipal.



Hotel. Escritório do Dr. Dálio Zippin. Local onde hoje se encontra a Prefeitura Municipal.
De pé, na porta do caminhão, encontra-se o pioneiro Olívio Aparecido Favaron.
Olívio chegou a Paranavai em 1950.



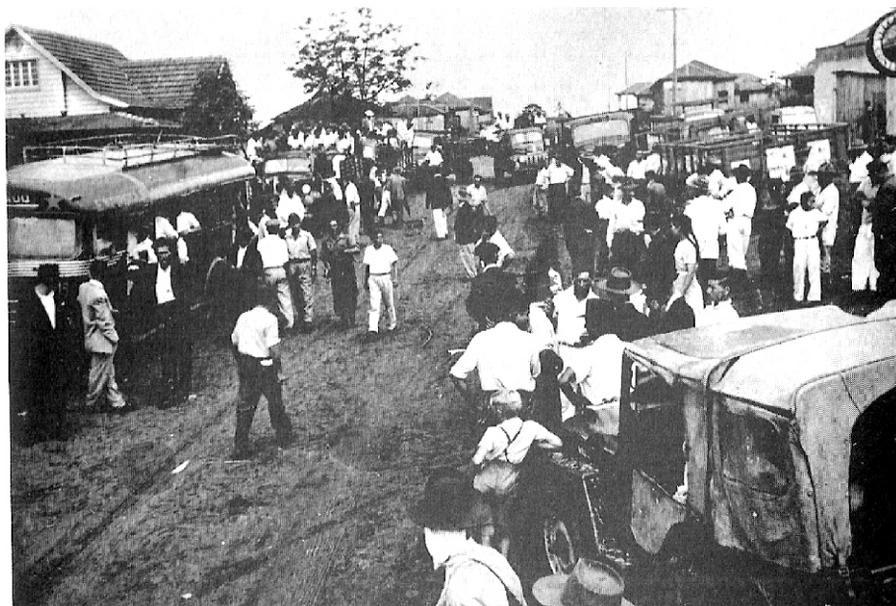
1951. Atual Avenida Paraná.



Aspectos da cidade. Na foto, entre outros: Eurico Humig, Leodegário Gomes Patriota, Sargento Dirceu, Pianari, Ulisses Faria Bandeira, Dr. Aguiar Arantes (médico), José Augusto Machado, José Francisco, Joaquim Luiz Machado, Artur Pereira de Mello e família.



Atual Avenida Paraná em dia de eleição.



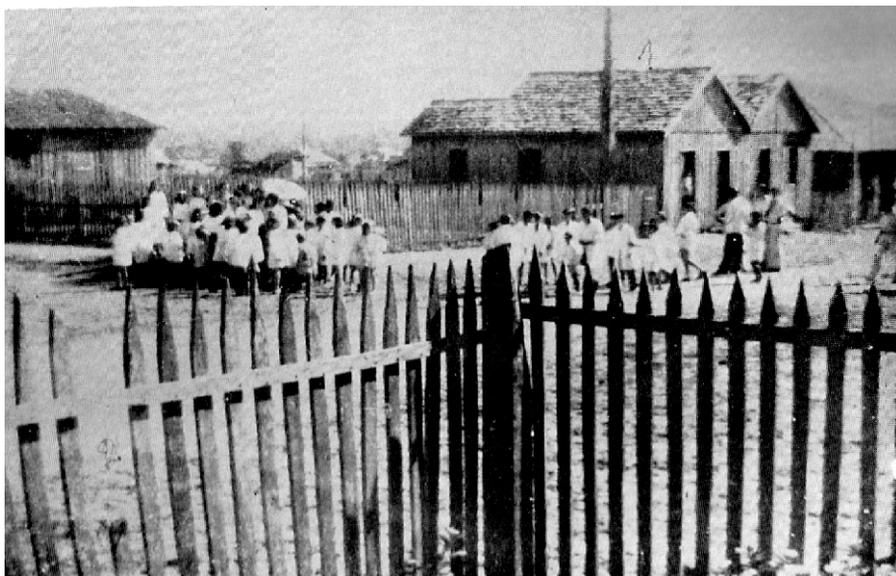
Atual Avenida Paraná em dia de eleição.



Atual Rua Getúlio Vargas. A segunda casa era de Leodegário Gomes Patriota, primeiro arrecadador de rendas de Mandaguari, depois vem a Alfaiataria de Egidio Cruz.



Atual Rua Getúlio Vargas.



Atual Rua Getúlio Vargas esquina com Marechal Cândido Rondon. Casa de José Ferreira de Araújo, Farmácia de Batista Machado, quintal de Zeca Machado (hoje Banco do Brasil).



Atual Rua Getúlio Vargas esquina com Rua Souza Naves. Vê-se o mastro do alto-falante e a Casa Sugai.



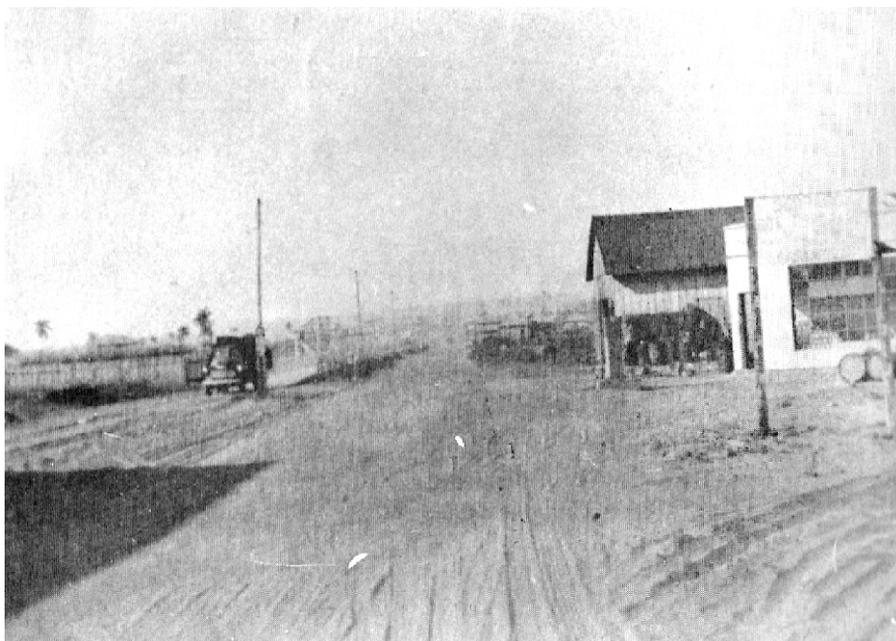
Atual Rua Getúlio Vargas.



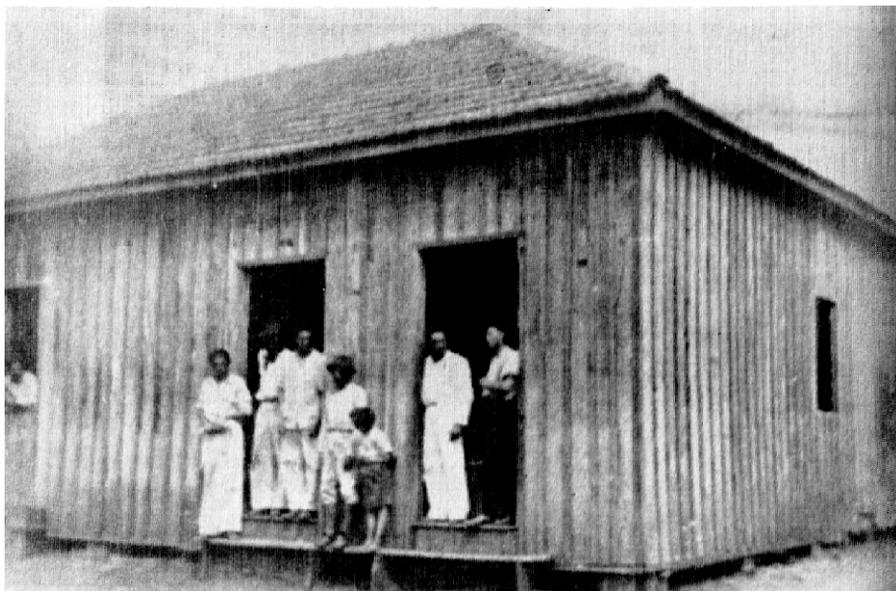
Atual Rua Marechal Cândido Rondon.



Vista parcial da cidade. Farmácia Santa Maria e Bar Líder.



Vista parcial da localidade.



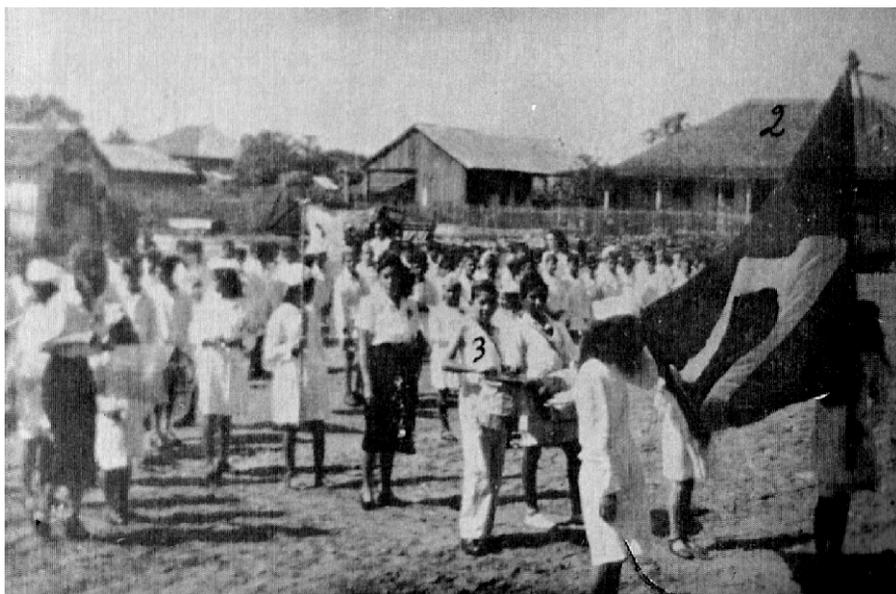
Aspectos do povoado.



Aspectos do povoado.



Vista parcial da localidade. Desfile estudantil.



Vista parcial da localidade. Desfile estudantil.



Vista parcial. Desfile estudantil.



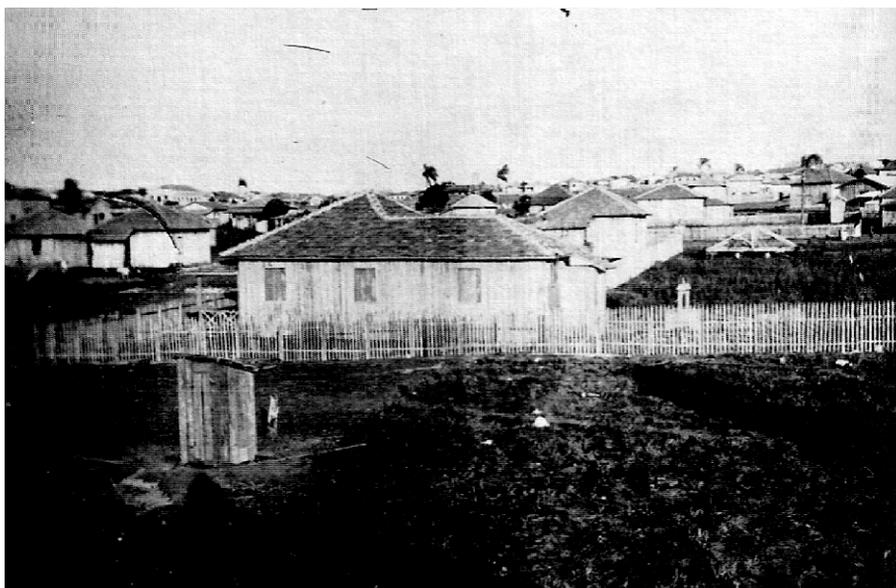
Vista parcial do povoado.



Vista parcial do povoado.



Aspectos do lugarejo.



Vista parcial do povoado.



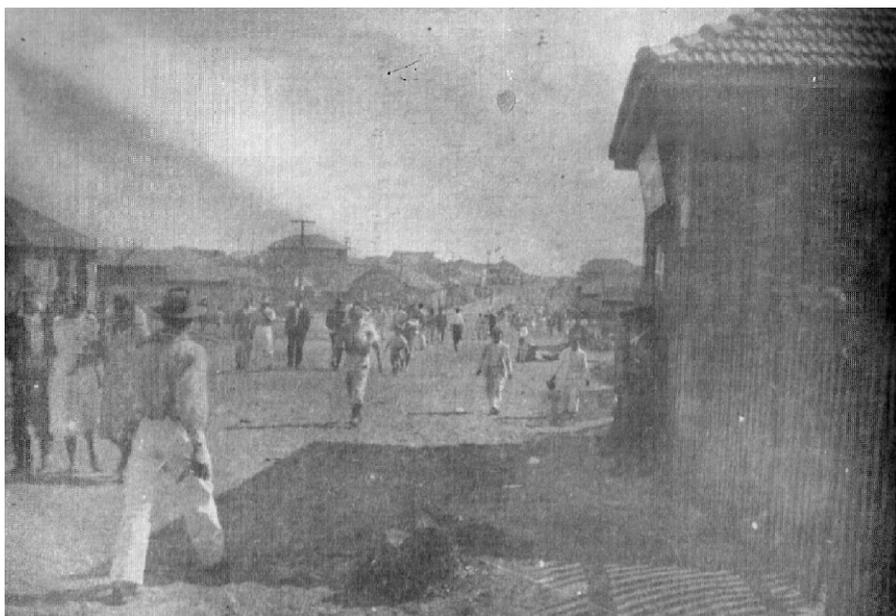
Vista parcial do povoado.



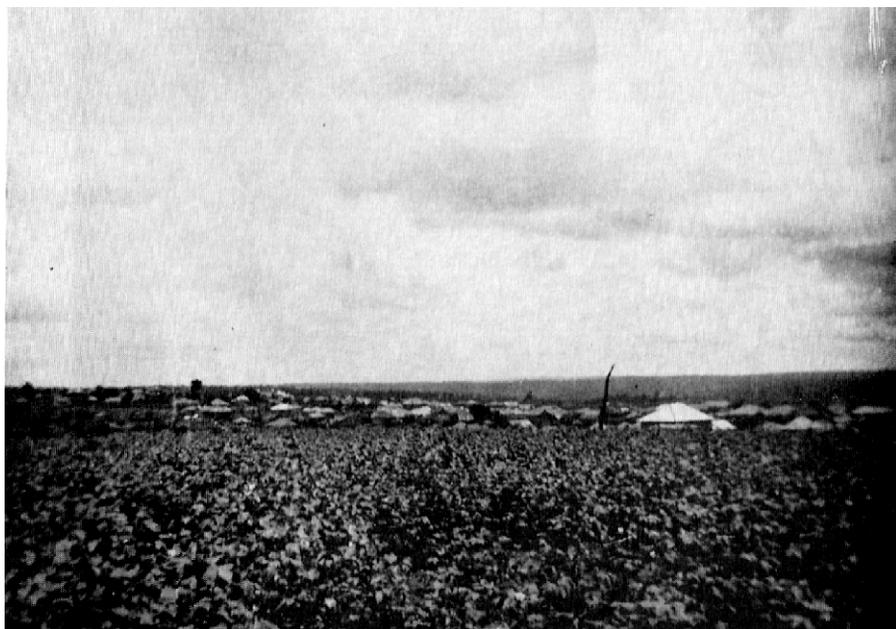
Vista parcial do povoado.



Vista parcial do povoado.



Vista parcial do povoado.



A plantação agrícola em torno do lugarejo.



Vista parcial da cidade. Atual Avenida Paraná, Antônio Felipe e Souza Naves, onde hoje se encontra o Bradesco.



Antiga Praça onde depois passou a ser a Rodoviária e hoje é o Terminal de ônibus.



Aspectos da localidade.



Vista parcial do povoado. Aos fundos aparece a igreja de São Sebastião.



Vista parcial do povoado.



Vista parcial do povoado.



Vista parcial do povoado.



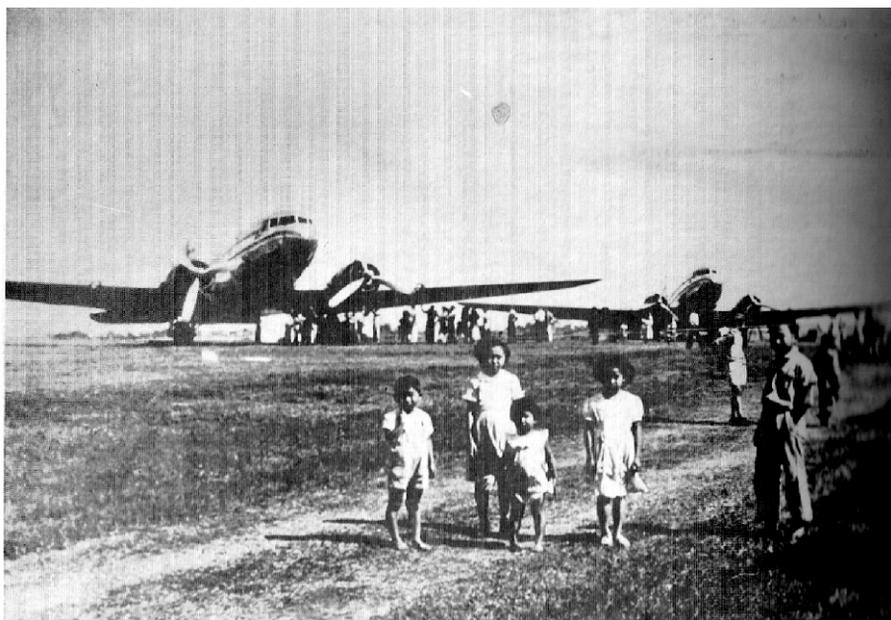
Dia de desfile estudantil.



Vista aérea da localidade.



Vista aérea da localidade.



Aeroporto do lugarejo.



Aeroporto.



1951. Dia de crisma com o Bispo de Jacarezinho D. Geraldo de Proença. Da esquerda para a direita, entre outros: Antônio Diamante, Yolanda Winche, João Winche, D. Geraldo, José Ferreira de Araujo, Valdomiro Carvalho, Paulina Carvalho, Palmira Egger e Octacílio Egger.



Primeira procissão de Paranavai. Subindo a Rua Getúlio Vargas em direção à capela.



1951. Inauguração do Cruzeiro. Ocasão da primeira crisma realizada por D. Geraldo Proença, Bispo de Jacarezinho. Local onde hoje se encontra a Igreja de São Sebastião.



Festa na Igreja.



Segunda Igreja Católica de Paranavai.



Dia de festa na cidade. O Boi Mimoso.



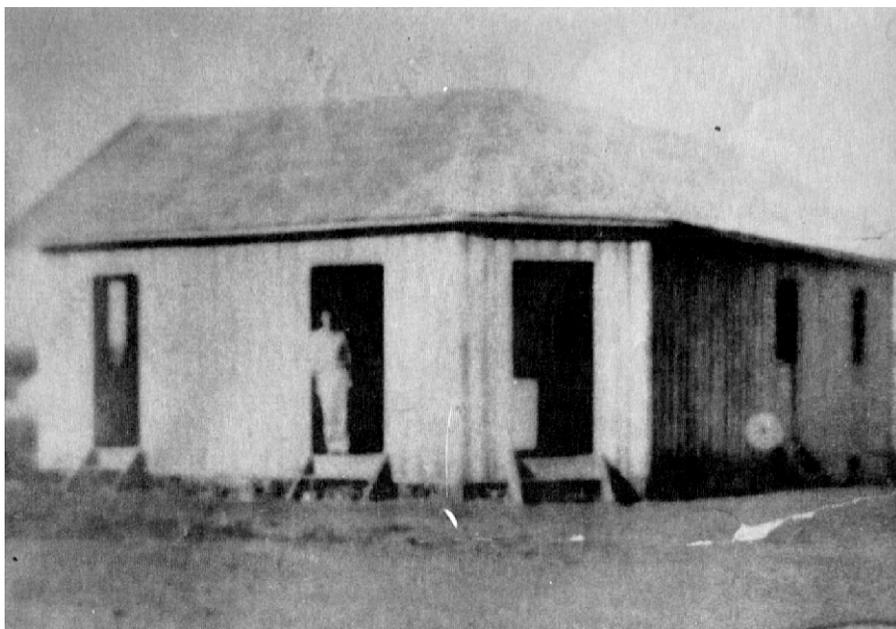
Rua Antônio Felipe, antiga Rua Espírito Santo. Vê-se o Hospital do Estado, construído pela 4ª Inspetoria de Terras, sediada em Londrina. O inspetor era o Dr. Francisco de Almeida Faria, Engenheiro Civil. O interventor era Manoel Ribas. Local onde hoje se encontra a Praça da Xicara.



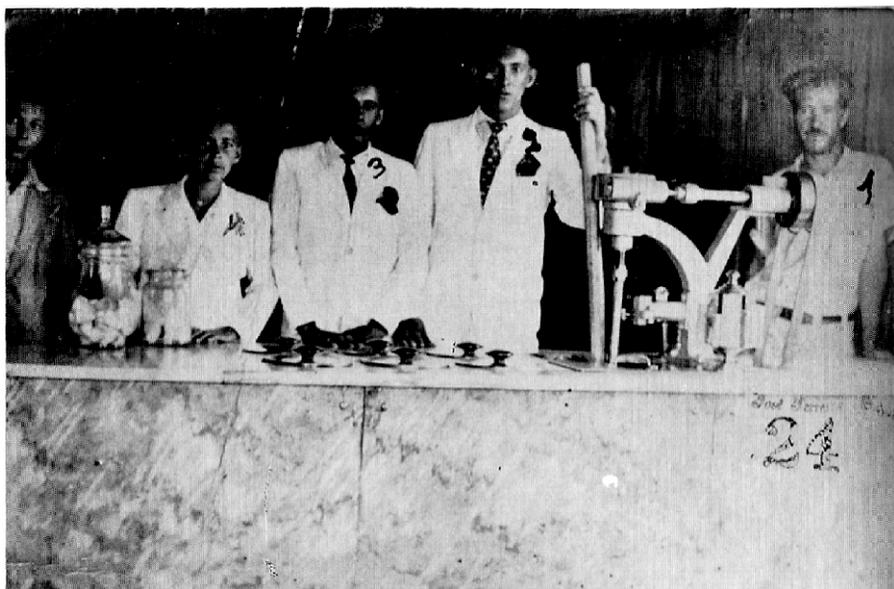
1952. Avenida Paraná. Ponto Azul.



Avenida Paraná. O prédio em alvenaria na esquina foi construído por Pedro Carvalho Duarte. Do outro lado da rua, o Ponto Azul.



Estabelecimento comercial de Carlos Faber.



Miltinho, Nilson de Oliveira, Antônio de Oliveira, José de Oliveira, José de Araújo. Primeiro bar e sorveteria da cidade.



Casa Catarinense.



Formatura.



1952. Atual Rua Getúlio Vargas esquina com Souza Naves. Casa Neno e Drogaria Morifarma.



Chegada do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto à cidade.



1953. Dia de festa na cidade.



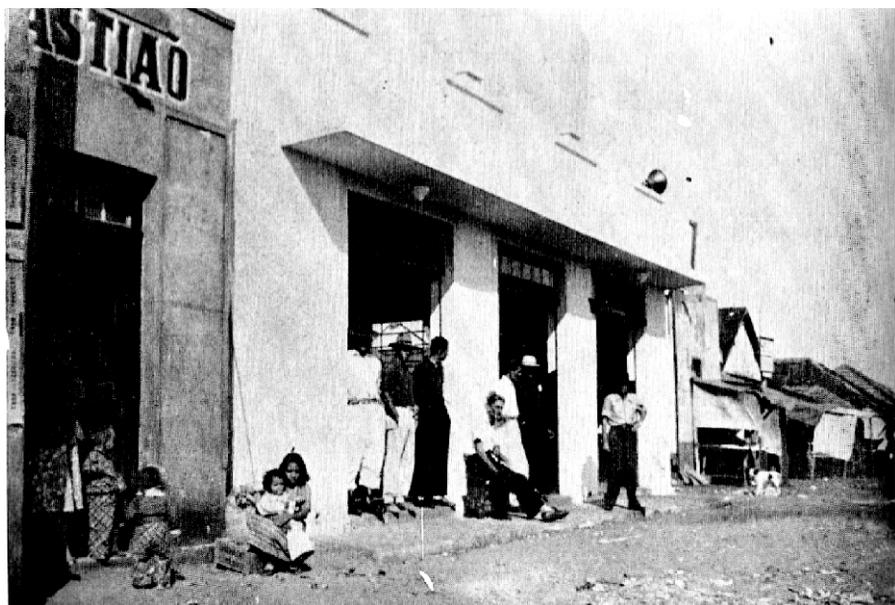
1953. Casa Paroquial.



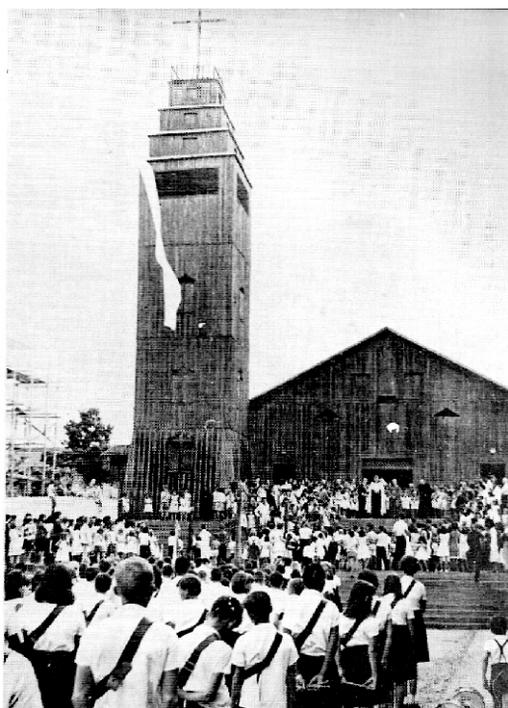
Posto Gulf. Local onde já se instalou o Banco do Estado de São Paulo. Defronte o atual Banco do Brasil. Pertencia a Thomaz Estrada, depois passou para João Bergamini.



Outra vista do Posto Gulf.



Serviço de alto falante. Rede de Projetos Voz Democrática de Ephraim Marques Machado.



Dia de festa na Igreja Matriz de São Sebastião.



Vista parcial da cidade.



Vista aérea da cidade.



Vista parcial da cidade. Nota-se aqui a cidade já bem mais desenvolvida.



Aspectos da cidade. Obras de galerias.



Aspectos da cidade. Propaganda das Lojas Riachuelo.



Atual Rua Getúlio Vargas. A cidade já adquiria novos contornos, com edificações mais modernas.



Atual Rua Getúlio Vargas esquina com a Avenida Paraná.



Atletas e autoridades da cidade. Nino Bergamini, Waldomiro Wagner, Wilson Bordin, Milton, Hermeto Botelho e Sra. e Dr. Sinval Reis e Sra.



Equipe do Atlético Clube de Paranavai. Entre outros: Carioca, João Preto, Laurinho, Alduíno.



Ao lado direito, o Foto Central de propriedade de Takahashi, um dos primeiros fotógrafos da cidade. Aos fundos, vê-se a antiga rodoviária.



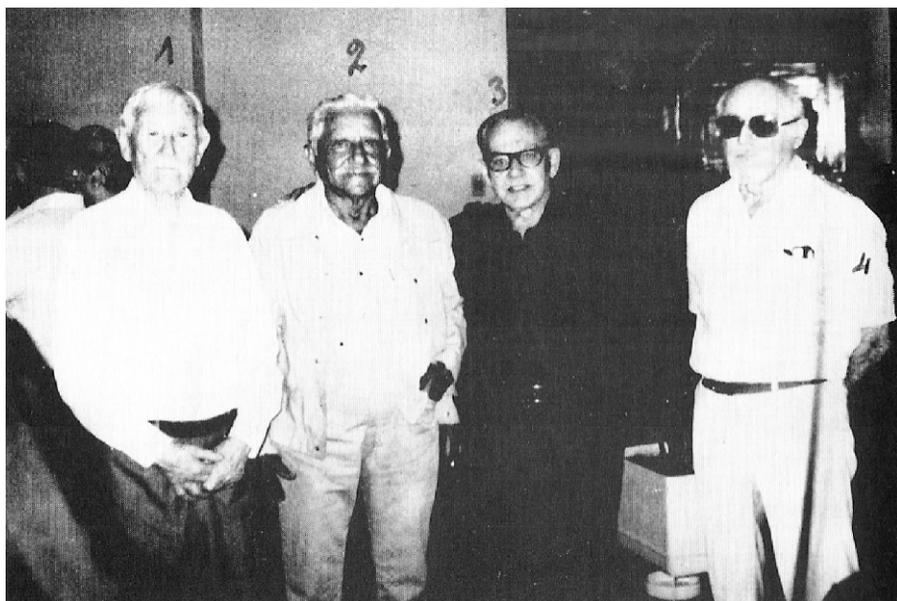
Frei Ulrico Govert.



Pedra fundamental da construção da Igreja Matriz de São Sebastião, com a presença de Frei Ulrico Govert, D. Jaime Luiz Coelho, Frei Matias Warneke, Frei Alberto Foerst, Frei Bruno Döpgen e a presença dos fiéis.



Atual Rua Manoel Ribas. Desfile escolar. Na foto vemos a saudosa professora Neusa Pereira Braga. Vemos também a placa do Hotel Aurora



Pioneiros da cidade: Carlos Faber, Frutuoso, José Ferreira de Araújo e Henrique Fáber.



O mais antigo pioneiro de Paranavaí. Frutuoso Joaquim de Salles.
Chegou a Paranavaí na década de 1920.



Vista aérea da cidade.



Vista aérea da cidade.



Vista aérea da cidade.



Antigo Colégio Estadual de Paranaíba, foi sede da Fafipa e hoje é onde se encontra a Escola do SENAC, na Rua Rio Grande do Norte



1954. Bar São Paulo. Depois Bar Toyokawa. Família Toyokawa.



Obras.



Uma casa da velha fazenda.



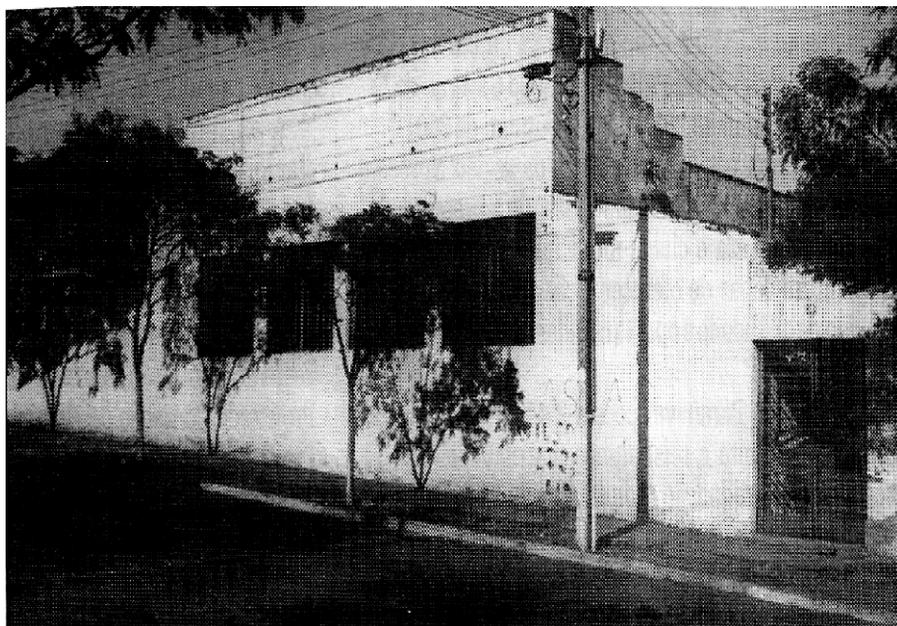
Dr. Aldo Silva, Francisco Luiz de Assis (Chiquinho Construtor),
Dr. José Vaz de Carvalho, Alcides Maia Sobral, Dr. Aldo Silva Júnior e Plínio Genta.



Alosio João Selhorst



Capitão Telmo Ribeiro.



Antigo Paranavai Tênis Clube.



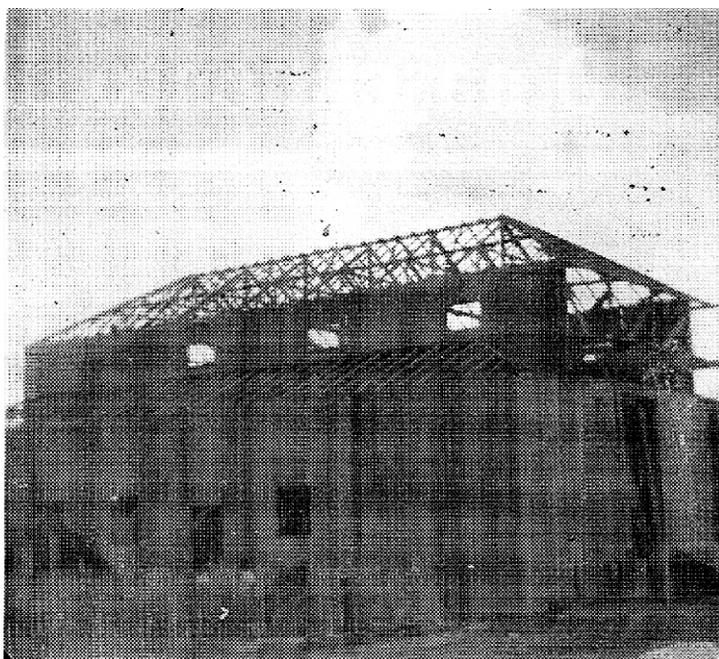
Lançamento da pedra fundamental da Santa Casa de Paranavai.



D. Benjamim de Sousa Gomes. 1º Bispo da Diocese de Paranavai.



Balbina e Ulisses Faria Bandeira. Primeiro casamento registrado em Paranavai.



Cine Paramount



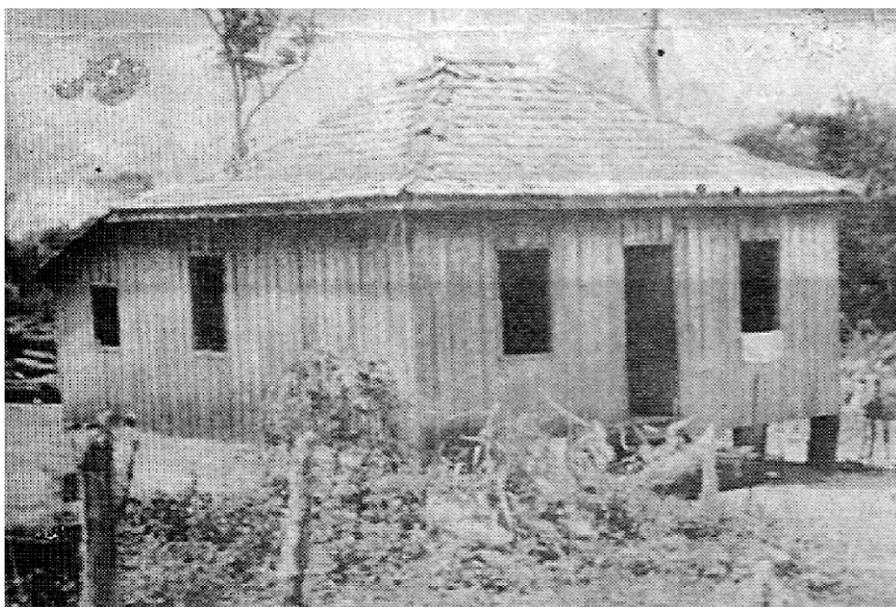
Cine Paranavai.



Primeira estação rodoviária no centro da cidade. 1949.



Hotel Santos Dumont em fase de demolição.



Sede da Fazenda São José.



Hotel São Francisco quando estava sendo demolido. Ficava na Rua Manoel Ribas.



Edvino Jaskoviak, Hélio Silva e Ivo Ferreira Cardoso. Diretores da UPE
União Paranaense dos Estudantes na década de 1960.



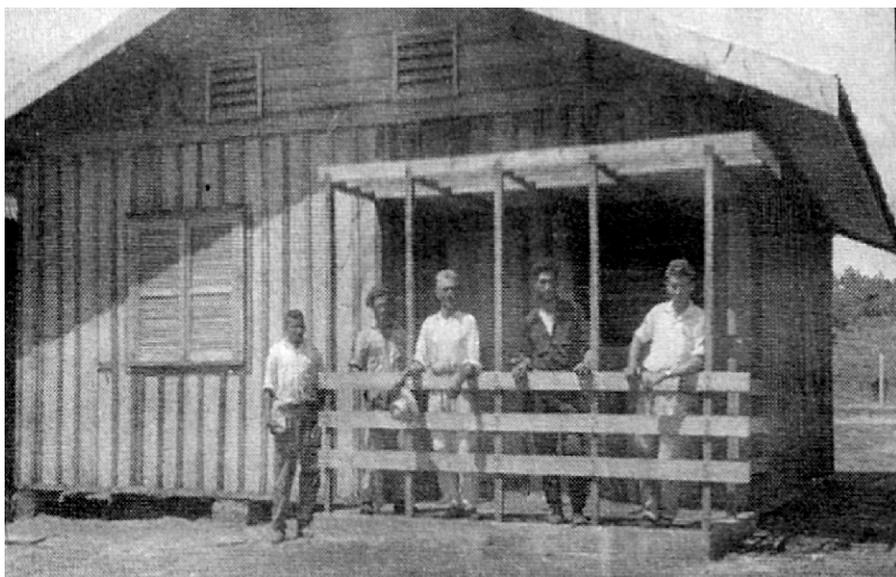
Posto São José. Inaugurado em 1954.



1951. Bar e Sorveteria Esperança, da Família Shiroshima. Ficava onde hoje é a Loja Ilgatex.



1951. 7 de setembro. Rua Getúlio Vargas. Vendo-se o poste com os alto-falantes da Voz Democrática.



Aspectos da cidade.



Aos fundos, a antiga capela da cidade. À frente, troncos para alicerce de uma nova casa de madeira.



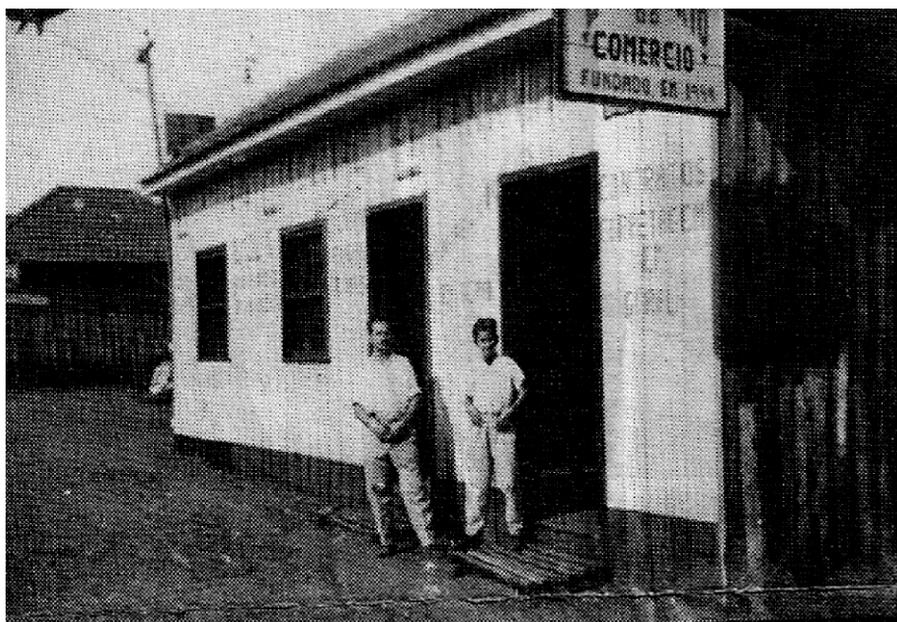
Residência onde uma das salas serviu como primeira escola de Paranaíba e os primeiros alunos.



Posse de Ulisses Faria Bandeira, segundo prefeito de Paranavaí. Vê-se o Juiz de Direito, Sinval Reis, os vereadores Vendolino Shueroff, Francisco Ruiz (Chico Ferro Velho) e Gustavo Marques.



1953. Desfile de 7 de Setembro.



Escritório do Comércio.



Banca de revista de Wiegando Reinke.



A casa grande da sede da Fazenda do Estado.



Igreja Matriz de São Sebastião



Amigos do Banco Noroeste



Parte interna da Igreja São Sebastião (Foto Frei Wilmar Santin).



Antiga Igreja de São Sebastião (Foto Frei Wilmar Santin).



Frei Ulrico Goevert (foto Frei Wilmar Santin).



Cine Ouro Branco.

XV
NA CIDADE POESIA, A POESIA DOS PIONEIROS

Nos depoimentos dos pioneiros de Paranavaí registramos algumas frases que são verdadeiras poesias.

Honra-nos sobremaneira colocar aqui as palavras encantadas daqueles que, com trabalho, suor e resistência, souberam construir esta grande cidade.

Com coragem e arrojo ergueram na mata virgem uma cidade bonita e cheia de progresso e, com vivência e sabedoria, deixaram-nos estas joias de depoimentos que são e serão para sempre fonte de estímulo e de esperança a todos aqueles que aqui residem.

A todos eles, aos que aqui estão registrados e também àqueles que, no anonimato, fizeram a riqueza da terra, o nosso muito obrigado.

De
Joaquim da Rocha Medeiros
(Chegou a Paranavaí em 1924)

OS GRILEIROS

Inicialmente
Houve séria luta
Com os grileiros
Que tentavam
Em grupos armados
Tomar posse em diversos pontos
Do Rio Paranapanema.
A mim coube
Por mais de uma vez
Ir até Curitiba
E, como Subdelegado que era
Do recém-criado
Distrito de Montoya
Requisitar força
Para desalojar
Os grileiros invasores.

AS FAMÍLIAS NORDESTINAS

Alinhado
E plantado o café
Era chegado o tempo
Do transporte das famílias
Dos Nordestinos
Para a sua formação.
Fui até Pirapora
À margem do Rio São Francisco
Para trazer
Em trem especial
Até Presidente Prudente
As famílias selecionadas.
Ocorreu que ao chegarem
A Presidente Prudente

Estava chovendo torrencialmente chuva essa
Que durou quarenta dias
E quarenta noites
Um verdadeiro dilúvio.

DIPLOMACIA RURAL

Ao chegar
Cada família
Tratou de fazer
Seu próprio rancho
Onde por muito tempo habitaram.
À medida que
Se terminava a construção
De uma casa
Era feito sorteio
Para ver a quem cabia
Evitando-se
Desta forma
O sentimento de preferência.
Essa espécie rústica
De diplomacia rural
Se constituía
Em pedra de toque da administração
Para manter
O bem estar geral
Dos seis a sete mil administrados.

O FIM DE MONTOYA

Ao vencer
A revolução
Um dos primeiros atos
Do governo revolucionário do Paraná
Foi cassar

O título de propriedade
Da Gleba Pirapó
Quiçá todos os bens
Da Brasil Railway
Disso resultando
A suspensão do financiamento
Aos serviços da Fazenda Ivaí.
O cafezal
Já com três anos
Dando portanto
A primeira catação
Teve que ser abandonado.
A falta de gasolina
Para movimentar os carros
Não permitia mais
Transporte
E a tragédia se verificou:
Colonos e funcionários da empresa
Tiveram que se retirar a pé
Andando 220 quilômetros
Perdendo todos os seus haveres.

De
Frutuoso Joaquim de Salles
(Chegou a Paranavaí em 1929)

FAMÍLIAS DESTEMIDAS

Até 1930

Havia na Fazenda

Cerca de 1.400 famílias

De trabalhadores

Que habitavam 1.200 casas

Em diversas colônias

Nas proximidades da sede.

Com o advento da Revolução

E com o movimento de 1932

As atividades da fazenda

Foram sustadas

E os colonos dispersos

Permanecendo no local

Poucas famílias

Apenas cinco

Que passaram a trabalhar

Por conta

Para garantir a sobrevivência.

De
José Francisco Siqueira
(Chegou a Paranavaí em 1940)

OS DESENTENDIMENTOS

Por aqui
Havia muitas mortes
Como aquela dos dois japoneses e um mineiro
O peão veio
Da região onde hoje
Se localiza
Santa Cruz do Monte Castelo.
Veio buscar dinheiro
Prometido
Àqueles que trabalhavam
Com ele por lá.
Foram os japoneses
Que mandaram
Ele vir buscar o dinheiro
E depois disseram
Que não iam dar.
O peão
Discutiu com eles
Puxou a arma
E atirou num japonês
O outro se levantou
E também recebeu chumbo.
O mineiro
Que era o motorista deles
Tentou acudir
E também caiu morto.

De
Octávio Marques de Siqueira
Médico
(Esteve em Paranavaí pela primeira vez em 1941)

MUDANÇAS

O Dr. Faria Bandeira
Era o tio do Ulisses
E morava em Londrina.
Eu estava na Inspetoria em Londrina
Quando apresentaram para ele
Um mapa de Paranaíba.

O mapa era retangular.

Ele olhou assim
Com o jeitão dele
E falou:
- Isto está muito monótono!

Então
Ele traçou duas diagonais
No mapa
E saiu essas duas avenidas.

Aí
Ele acabou com o trânsito de Paranaíba.

De
Ulisses Faria Bandeira
Ex-Prefeito
(Chegou a Paranavaí em 1942)

A PRIMEIRA CAMPANHA POLÍTICA

Pode-se dizer
Que a primeira
Campanha política
Foi em prol
Da criação
Do Distrito de Paranavaí
Que ocorreu
Juntamente com a eleição
Do primeiro prefeito
De Mandaguari.

Paranavaí
Compareceu às urnas
Com 383 eleitores
Apenas seis não votaram.

De
Thomaz Estrada
(Chegou a Paranavaí em 1942)

A JARDINEIRA

Até Paranavaí
Vinha uma jardineira
Por semana.
Depois passou
A vir de três em três dias.

Quando aparecia
O povo se juntava na avenida
Para ver se tinha
Alguma notícia de parentes.

A FOICE E O MACHADO

O documento
Aqui
Naquela época
Era a foice e o machado.

De
Ana Maria Estrada

JOAQUIM DAS ÉGUAS

Um dia
Na nossa loja
Um tal de Zé Capataz
E um tal de Zé Tabuinha
Começaram a beber.
Eles puseram
A faca e o revólver
Em cima da balança.
Eu pedi
Pelo amor de Deus
Para que não brigassem.
Daí pegaram
O Tabuinha e o Capataz
E levaram para fora.

Foi o Joaquim das Éguas
Quem tirou
Os briguentos para fora.

De
Oscar Gerônimo Leite
(Chegou a Paranavaí em 1944)

O HOSPITAL, A CADEIA, A DELEGACIA E O FÓRUM

O hospital do lugar

Era

Na atual Praça Sinval Reis.

A cadeia

Era no mesmo lugar

Da cadeia velha.

A delegacia

E o Fórum

Ficavam onde hoje

É o Educandário São Vicente de Paulo.

De
Oscar Fáber
(Chegou a Paranavaí em 1944)

SECOS E MOLHADOS

Olha, Fáber

- Disse-me certo dia

O Faria Bandeira.

Eu vou abrir uma colônia

E você

Vai lá

Que vai dar um ponto bom

Para secos e molhados.

Hoje

Paranavaí

Se transformou numa cidade

Muito boa e muito bonita.

Acho que ela vai crescer muito ainda.

De
Valdomiro Carvalho
(Chegou a Paranavaí em 1944)

A VIAGEM

Comprei
Uma carrocinha
Com dois cavalos
E um encerado
E vim sozinho.

À noite
Quando pousava
Ouvia o barulho das onças
E, durante o dia
Encontrei
Muitos bichos
Pela estrada.

A FLORA E A FAUNA

Com o carretão
De bois
Eu puxava tora do mato
Para a serraria
Do Zé Ebiner.

Tinha uma mata bruta
Com muitas figueiras
Paus dá alhos, palmitos
Quase todos os tipos
De madeira.

Tinha muita
Anta
Veado, onça, cateto
Quechada
E porco do mato...

De
Salatiel Loureiro
(Chegou a Paranavaí em 1944)

O CAPITÃO TELMO

O capitão Telmo
Foi um homem
Que muito lutou.

Eu pedi para ele
Requerer
Meu título e terras
E ele não me cobrou nada.
Foi até Curitiba
E me fez esse favor.

Ele vivia
Lá na fazenda
E aqui
Todo mundo o respeitava.

De
José Ferreira Araujo
(Chegou a Paranavaí em 1944)

AS AUTORIDADES

Aqui só tinha
Dois soldados
Não tinham nada para fazer
Porque não tinha
Crimes.
Então
Os soldados plantavam
Algodão, milho.

O primeiro sargento
Que veio para cá
Foi o sargento Baía
Parece que acharam
Ele meio fraco
Então veio
O sargento Marcelino
Homem danado de bravo
Valente, autoritário.

O LÍDER BAR

O Líder Bar
Ficava
Ali no centro.

Ali foi feira.

Ali
Os catarinenses
Trouxeram
As primeiras broas de fubá
Feitas em Graciosa.

De
Paulo Tereziano de Barros
(Chegou a Paranavaí em 1944)

O ESTRANHO AVIÃO

A única coisa
Diferente
Que aconteceu aqui
Foi um avião
De quatro motores
Que trazia gente
Lá da Europa
E pousou no Aeroporto.

Eles iam trabalhar
No Paraguai
E o mau tempo
Não deixou eles
Pousarem
Nos outros aeroportos.

Quem tomou conta
Da segurança
Do avião
Foi o Dr. Siqueira
E o José Pedro Rodrigues
Cartorário que tinha aqui.

A ONÇA

O irmão
Do Pedro Palmiano
Foi ver uma porcada dele
E a onça
Estava
Comendo um porco.

Ele
De tanta raiva
Acabou atravessando
A onça
De foice e de facão.

Acabou matando a onça.

Depois
Trouxe para a cidade
Em cima de um cavalo.

De
João da Silva Franco
(Chegou a Paranavaí em 1944)

O COMEÇO DE TUDO

Aqui

Tinha muita peonagem.

Nos morávamos

Num ranchinho de pau-a-pique

Com vão de passar

Duas ou três bala de carabina

Uma ao lado da outra.

De noite

Eram aqueles gritos

Aquele tiroteio.

Era um lugar isolado

Não tinha policiais.

Era só o povinho mesmo

Quando os peões se juntava

Rodava a pinga...

De
João da Silva
(Chegou a Paranavaí em 1944)

O PRIMEIRO PADRE

O primeiro padre
Que rezou missa aqui
Foi João Guerra.

Esse padre
Era muito religioso.

Nos dias de semana
Ele ia trabalhar numa chácara
Que abriu
Onde construiu uma represa
E instalou um moinho de fubá.

Só tinha uma capelinha
Que era bem pequena.

De
Raimundo Leite
(Chegou a Paranavaí em 1945)

DIVERSÕES

Diversão

No começo não tinha.

Depois veio o cinema

Onde hoje é o Wiegando.

Eu fundei esse cinema

Eu e o Zê Palhaço.

Não sei como acabamos

Com o negócio.

Depois o Mané Paulino

Fundou outro cinema.

Aqui tinha muita gente boa

Eu era amigo até dos jagunços.

De
José Alves de Oliveira
(Chegou a Paranavaí em 1945)

AS AUTORIDADES DO LUGAR

Naquele tempo
Tinha o sargento Marcelino
O cabo Salata
E mais dois soldados
Que eram
O Sebastião e o Luizinho.

Depois veio
O José Francisco
Pai do Nicola Francisco
Que foi
O primeiro delegado.

E tinha também o Capitão Telmo.

De
Palmira Gonçalves Egger
(Chegou a Paranavaí em 1945)

A LUTA PARA CRESCER

O meu marido
Fez muito para esta cidade.

Quando aqui
Era nada
Ficava ele
E o Paulo Thereziano
Até alta madrugada
Fazendo abaixo-assinados
Para mandar
Para Curitiba
Pedindo que viessem
Até Paranavaí
Para abrir estradas e fazer pontes.

De
Severino Colombelli
(Chegou a Paranavaí em 1946)

D. DICA

O pessoal
Fala muito da D. Dica.

Ela foi uma mulher
Que cooperou muito aqui.

Era agiota
Se precisasse de dinheiro
Ela tinha
Banco não tinha nada.

Eu acho que ela
Fez muito por Paranavaí.

Era uma mulher
Muito simples e segura.

CONSELHOS

Se a pessoa
Quer ser bem um dia
Nunca seja
Contra as autoridades.

Não fale da vida
De ninguém.

Coopere com o povo
Não fique contra a igreja
Não fale nunca
Contra a religião.

Assim
Não prejudica a si
E sempre ajuda o povo.

GENTE BOA

Era um pessoal

Bom.

O que mais vinha para cá

Era trabalhador braçal nordestino.

Os que mais se desenvolveram

Foram os paulistas.

Já se plantava algodão

Arroz, feijão

Criavam porcos.

O café mais velho

Era o do Pomin.

Tivemos um padre muito bom.

O Ulisses Faria Bandeira

Também um homem quieto

Mas muito bom servidor.

De
Enéias Tirapeli
(Chegou a Paranavaí em 1946)

O INÍCIO

Aqui tinha
Umhas 200 casahas
Mais ou menos.

Era todas de tabuinhas.

Depois o Carlos Fábio
Fez a loja de material.

Na antiga Brasileira
Nós íamos fazer
Casamentos, batizados
Em Mandaguari.

O centro da cidade
Ficava no Ponto Azul.
Dali subia outra rua
De movimento
Até a igreja.

O resto não tinha nada.

De
Natal Francisco

À PROCURA DO PROGRESSO

Eu tinha um Ford 29
Meti uma muda de roupa
Dentro do carrinho
E disse pra minha mulher:
- Vou pra Curitiba!

Cheguei lá
Num dia de manhã
Fui ao Palácio do Governo
E o guarda que estava lá
Não me deixou entrar.

Eu disse:
- Está certo
Mas diga à empregada
Do seu patrão
Que é o Natal Francisco
Lá de Paranaíba
Que interessa muito falar com ele.

De
Cincinato Cassiano Silva
(Chegou a Paranavaí em 1947)

REGIÃO NOVA

Para ir
Daqui a Londrina
Saía às 6 horas da manhã
E chegava às 7
8 horas da noite.

A cidade
Era um areião danado.

Depois é que foi endireitando.

Aqui era
Uma região nova.

Adquiri terras
E fui trabalhar na lavoura.

Plantei arroz, feijão
Milho e soja
Sempre deu boa colheita.

De
José Antônio Gonçalves
(Chegou a Paranavaí em 1948)

NAQUELE TEMPO NÃO HAVIA NADA

Naquele tempo
Não havia ruas traçadas.

A cidade não tinha um esquema.

O centro da cidade
Era onde hoje é
A Avenida Paraná
Próximo do Banespa.

Tinha um bar ali
Que era do Zé do Bar.

Havia algumas touradas
Essa era a diversão da época.

De
Izabel Andreo Machado

LUIZ DIOGO FERRAZ

Ali onde hoje
Fica o Mercado Mendes
Tinha um bar
De propriedade
Do Luiz Diogo Ferraz.

O bar dele
Servia como correio.

Os carros
Os caminhões, os ônibus
Quando chegavam
Deixavam lá as cartas
E as correspondências.

Todo mundo
Corria para lá
Quando eles chegavam.

De
Aldo Silva
Advogado – Promotor Público
(Chegou a Paranavaí em 1948)

MENSAGEM AOS JOVENS

Aos jovens

Eu desejo que eles

Acreditem sinceramente no futuro

Conhecendo e sabendo

Do sacrifício do passado.

Eles que nos compensem a nós

O que fizemos por aqui

Realizando o que nós

Não pudemos realizar

Mas cujos alicerces nós plantamos.

De
Alcides Loureiro de Almeida
(Chegou a Paranavaí em 1956)

O FAMOSO CAPITÃO

O Capitão Telmo Ribeiro
Tinha a fama de rápido no gatilho
Conversava macio
E era envolvente.
Usava um cinturão
Cujas fivela era a letra T
Fumava charutos importados da Holanda
E usava perfume francês
Tinha um anel de madrepérolas
Mandado confeccionar
Especialmente
A um famoso joalheiro do Rio
No pescoço
Trazia um lenço de cetim
Preso por um broche de ouro.

De
Dr. Sinval Reis
Primeiro Juiz de Paranaí

DOIS GRANDES PREFEITOS

José Vaz de Carvalho
E Ulysses Faria Bandeira
Conseguiram para a cidade
Um ritmo de desenvolvimento
Jamais visto em parte alguma.

Demonstraram
Ser ótimos administradores
E souberam
Com eficiência e honestidade
Fazer
De um pobre e desprotegido povoado
Uma cidade próspera
Rica e bem povoada.

O FIM DE MONTOYA

Paranavaí
Tal qual as cidades antigas
Teve seu apogeu e opulência.

Em 1929
Com o distrito de Montoya
E a Fazenda Brasileira
Com mais de mil casas
E seis mil habitantes.

Com a decadência
E o desaparecimento total
Retornou à estaca zero.

O MÁGICO RESSURGIMENTO DO POVOADO

Com a decadência
E o desaparecimento total
O povoado
Retornou à estaca zero.

Ressurgiu
Qual Fênix maravilhosa
Das próprias cinzas
Ávida de progresso
E com pujança incontrolável.

BIBLIOGRAFIA

(Obras e autores consultados)

- A Gleba Pirapó, Prof. José Carlos Alcântara
- Depoimentos diversos, Euclides Bogoni
- Depoimentos diversos, Saul Bogoni
- Depoimentos diversos, Neusa Loureiro Schlela
- Depoimentos diversos, História de Paranavaí - Paulo Marcelo Soares da Silva – 1ª Edição
- Diário do Noroeste, depoimentos diversos
- Epopeia das Bandeiras, Sérgio D. T. Macedo
- História do Paraná, Ruy Christovan Wachowicz
- História do Futsal de Paranavaí, Rafael Octaviano de Souza e João Carlos Antunes
- Histórias e Memórias de Paranavaí, Frei Ulrico Goevert, O. Carm. - Tradução e Notas Frei Wilmar Santin, O. Carm.
- Minha Viagem à Região Missionária de Paranavaí, fevereiro de 1952 - Pe. Jacobus Beck, O. Carm. - Tradução e as Notas de Frei Wilmar Santin, O. Carm.
- Noroeste em Revista, Diário do Noroeste
- Norte do Paraná – História e Fantasmagorias, Nelson Dacio Tomazi
- O Famoso Norte do Paraná, Prof. Vicente Barroso
- Pequena História de Paranavaí, Dr. Sinval Reis
- Perfil da Cidade de Paranavaí, Prefeitura Municipal de Paranavaí
- Política Local – Um Estudo de Caso: Paranavaí 1952 a 1982 - Prof. José Carlos Alcântara
- 40 Anos de História e Evangelização – 1968/2008, Francisco Fernandes Marinho - Padre Orlando Ribeiro
- Reportagens diversas, Diário do Noroeste
- Trabalhos na internet, Jornalismo Cultural, David Ariocho
- Um Povoado Escondido Originou Paranavaí, Widson Schwartz
- Vara de Trabalho de Paranavaí - 18 Anos de História - Projeto e Execução de José Aparecido Cauneto

SOBRE AS FOTOGRAFIAS

A maior parte das fotos foram obtidas por meio de doação quando da 1ª edição do livro. Outras foram retiradas de publicações em jornais e revistas, sem constar a fonte. Uma quantidade pequena obtida junto à Internet (Jornalismo Cultural de David Arioch e outros), muitas vezes mencionando como fonte a Ordem do Carmo por meio do então Frei Wilmar Santin.

O AUTOR

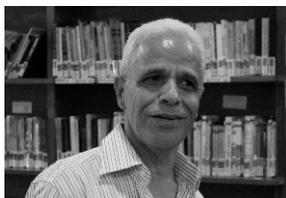


Foto: Amauri Martinelli

Paulo Marcelo Soares da Silva é paulista de Cruzeiro, SP, nasceu no dia 26 de agosto de 1949, mas cresceu e passou a maior parte da vida na cidade de Paranaíba, Noroeste do Paraná, onde ocupou vários cargos na Prefeitura Municipal.

Morou por algum tempo na cidade de Mundo Novo, Mato Grosso do Sul e depois transferiu residência para Curitiba, PR.

Licenciado em Geografia e Bacharel em Direito, com especialização em Direito Tributário.

Autor dos livros "O lendário Capitão" e "Xondó e o furto das vassouras - As incríveis aventuras de um piá curitibano".